

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

IGNACIO FORNOS ANGUES

**A CIDADE VERMELHA: As construções das memórias do Massacre da Linha do
Parque e do movimento operário de Rio Grande/RS**

PORTO ALEGRE
2022

IGNACIO FORNOS ANGUES

A CIDADE VERMELHA: As construções das memórias do Massacre da Linha do Parque e do movimento operário de Rio Grande/RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do grau de mestre.

Orientador: Clarice Gontarski Speranza

PORTO ALEGRE

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Angues, Ignacio Fornos
A CIDADE VERMELHA: As construções das memórias do
Massacre da Linha do Parque e do movimento operário de
Rio Grande/RS / Ignacio Fornos Angues. -- 2022.
253 f.
Orientadora: Clarice Gontarski Speranza.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2022.

1. Memória. 2. Movimento Sindical. 3. Comunismo. 4.
Rio Grande do Sul. I. Speranza, Clarice Gontarski,
orient. II. Título.

IGNACIO FORNOS ANGUES

A CIDADE VERMELHA: AS CONSTRUÇÕES DAS MEMÓRIAS DO MASSACRE DA
LINHA DO PARQUE E DO MOVIMENTO OPERÁRIO DE RIO GRANDE/RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em História da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial à obtenção do grau de
mestre.

Aprovado em: Porto Alegre, 7 de outubro de 2022.

Prof. ^a. Dr. ^a Clarice Gontarski Speranza – UFRGS
Orientadora

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro – UFPE
Examinador

Prof. ^a. Dr. ^a. Caroline Silveira Bauer – UFRGS
Examinador

Prof. Dr. Mário Augusto Correia San Segundo – IFRS
Examinador

Dedicado ao meu avô, José Fornos Regatero, imigrante galego.

AGRADECIMENTOS

Em minha monografia finalizada no ano de 2018, fiz uma longa seção de agradecimentos, que nada mais passava de uma tentativa de trazer um pouco criatividade (com uma pitada de autopromoção) em um trabalho escrito em relativa tranquilidade. A escrita dessa dissertação, em contrapartida, definiu-se pelo estresse, momentos de dúvida e dificuldades, porém no final dessa jornada, acredito que o produto de minha pesquisa foi muito mais satisfatório que eu mesmo esperava.

Nesse espírito e contexto de escrita, resolvi aderir a praticidade e a bela simplicidade das listas, que se encontra em nenhuma ordem particular de preferência sob os nomes citados. Com isso, agradeço:

1. Minha orientadora Clarice Speranza, paciente e aberta a minhas loucuras;
2. Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS;
3. Aos professores doutores Diorge Alceno Konrad e Caroline Silveira Bauer por suas colocações e sugestões na minha banca de qualificação;
4. Aos entrevistados para essa pesquisa: Julio Martins, Daniel Prado e Alexandre Lindenmeyer, esse último eu espero que no ano de 2023 esteja na Câmara Federal, contribuindo para o processo de desfascistização da sociedade brasileira;
5. Aos amigos e amigas que contribuíram diretamente e indiretamente com esse trabalho;
6. Aos meus alunos, alunas e alunes da Escola Municipal de Ensino Fundamental João de Barro, em Sapucaia do Sul;
7. A minha família – Ana Maria (mãe), Ignez Maria (vó), Iván Nelson (pai), Maria Alessandra (madrasta), José Luis (tio), Camilo (primo), Aurora (sobrinha), Viviana (cunhada) e Iván Andrés (irmão);
8. Ao meu querido irmão Iván Andrés, mais uma vez, por ter feito as revisões ortográficas desse trabalho;
9. A minha mãe, mais uma vez, pelo auxílio na normatização desse trabalho;
10. A Djenifer, companheira e talentosa artista, que sabe muito bem que não sou exímio nas declarações escritas, então acredito que os agradecimentos a ela serão feitos de forma presencial, de preferência com uma boa garrafa de vinho;
11. À cafeína, substância essencial para a escrita desse trabalho;

Abraço e uma boa leitura,

*Avante, pois, meu povo, e já que pegaste
Estrangula o teu carrasco!
A trombeta dos bravos já soou o alarme.
Nossos estandartes aos milhares avermelham o céu
Só a rota dos traidores é a que conduz à direita.
À esquerda, à esquerda, à esquerda*

Trecho do poema “À esquerda” do poeta russo Vladimir Maiakovski (1893-1930)

RESUMO

A historiografia brasileira desde a década de 1980 tem aberto cada vez mais espaços para uma diversidade de assuntos e novas abordagens teóricas. Sob essa ótica, a temática da memória tem se solidificado entre historiadores e historiadoras por sua possibilidade de diálogos multidisciplinares na pesquisa que abarque uma discussão alargada do significado e percepção da história na sociedade. O presente trabalho tem como objetivo a investigação sobre as estratégias de preservação, construção e modificação da memória coletiva, tendo como objeto de estudo o Massacre da Linha do Parque, evento ocorrido no dia primeiro de maio de 1950 na cidade de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, marcado pelo assassinato de quatro pessoas ligadas ao movimento sindical por forças policiais. O escopo temporal, no entanto, não se limita na década de 1950, e avança para discussões contemporâneas sobre a memória do Massacre da Linha do Parque. Utilizou-se na pesquisa em ampla bibliografia sobre o movimento sindical, política, história local, e discussões teóricas acerca dos conceitos de memória, classe e identidade. Em relação às fontes empíricas, utilizam-se, entre outras, periódicos, história oral e trabalho etnográfico realizado na cidade de Rio Grande.

Palavras-chave: Memória. Movimento Sindical. Comunismo. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

Brazilian historiography since the 1980s has increasingly opened spaces for a diversity of subjects and new theoretical approaches. From this point of view, memory as an academic subject has been solidified among historians due to its possibility of multidisciplinary dialogues in research that encompasses a broad discussion of the meaning and perception of history in societies. The present work aims to investigate the strategies of preservation, construction and modification of collective memory, having as object of study the Linha do Parque's Massacre, an event that took place on May 1, 1950 in the city of Rio Grande, state of Rio Grande do Sul, Brazil, marked by the murder of four people linked to the trade union movement by police and forces. The temporal scope, however, is not limited to the 1950s, and advances to contemporary discussions about the memory of the Linha do Parque's Massacre. It was used in the research in ample bibliography about the union movement, politics, local history, and theoretical discussions about the concepts of memory, class and identity. Regarding empirical sources, periodicals, oral history and ethnographic work carried out in the city of Rio Grande are used, among others.

Keywords: Memory. Labor Movement. Communism. Rio Grande do Sul.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Cortejo às vítimas do Massacre	39
Figura 2: Programação do 1º de maio de 1950	63
Figura 3: Túmulo de Angelina Gonçalves e Euclides Pinto	72
Figura 4: Túmulo de Angelina Gonçalves e Euclides Pinto (jazigo de Euclides Pinto).....	72
Figura 5: Túmulo de Angelina Gonçalves e Euclides Pinto (jazigo de Angelina Gonçalves)	73
Figura 6: O Massacre foi covardemente premeditado	76
Figura 7: Honremos os Heróis de Rio Grande	78
Figura 8: La Liberté guidant le peuple	80
Figura 9: Charge comunista do Senador Domingos Vellasco.....	90
Figura 10: Monumento em Homenagem aos Trabalhadores (ferramentas).....	109
Figura 11: Monumento em Homenagem aos Trabalhadores (placa)	110
Figura 12: Memorial em Homenagem às Vítimas do Massacre da Linha do Parque (entorno)	114
Figura 13: Memorial em Homenagem às Vítimas do Massacre da Linha do Parque (detalhe)	115
Figura 14: Supermercado junto ao terreno onde estava anteriormente a empresa Rheingantz	121
Figura 15: Cervejaria Bopp.....	122
Figura 16: Fábrica Rheingantz	123
Figura 17: Painel da Nova Rheingantz.....	125
Figura 18: Mural da Nova Rheingantz.....	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB: Comunidade Eclesiástica de Base
CNV: Comissão Nacional da Verdade
DOPS: Departamento de Ordem Política e Social
FURG: Universidade Federal do Rio Grande
IPHAE: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
LCS: London Corresponding Society
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
PC do B: Partido Comunista do Brasil (1962)
PC: Partido Comunista do Brasil (1922-1961)
PCB: Partido Comunista Brasileiro (1962)
PDS: Partido Democrático Social
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPS: Partido Popular Socialista
PR: Partido Republicano (1945)
PSB: Partido Socialista Brasileiro (1947)
PSD: Partido Social Democrático (1945)
PSP: Partido Social Progressista
PT: Partido dos Trabalhadores
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro (1945)
SUO: Sociedade União Operária
UDN: União Democrática Nacional
UJS: União da Juventude Socialista

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. <i>Mundos do trabalho na historiografia brasileira</i>	11
1.2. <i>Definição do tema de pesquisa: problema e objetivos</i>	15
1.3. <i>O estudo da memória: definições para a pesquisa</i>	20
1.4. <i>Organização da pesquisa: capítulos, metodologia e fontes</i>	24
2. A classe e o Massacre: A construção de uma identidade da classe trabalhadora rio-grandina e o impacto do Massacre da Linha do Parque	31
2.1. <i>O Primeiro de Maio de 1950</i>	31
2.2. <i>O Movimento Operário Rio-Grandino: da formação da classe aos comunistas</i>	41
2.2.1. <i>Pontos iniciais sobre o conceito de classe</i>	41
2.2.2. <i>A cidade de Rio Grande e o contexto operário ao longo da primeira metade do século XX</i>	43
2.2.3. <i>A Sociedade União Operária</i>	45
2.3. <i>A Sociedade União Operária: sua consolidação como lugar de memória</i> ...	57
3. Transformar o luto em luta: o uso da memória do Massacre como instrumento da luta política	66
3.1. <i>A memória do fato recente: as disputas de narrativa sobre o Massacre nos primeiros momentos do evento</i>	67
3.2. <i>Perspectivas locais e nacionais: a construção do Massacre da Linha do Parque e o mito de Angelina Gonçalves</i>	75
3.3. <i>A reação: o golpe civil-militar e o Massacre da Linha do Parque</i>	87
3.3.1. <i>O golpe civil-militar em Rio Grande</i>	88
4. A Cidade Vermelha e a Noiva do Mar: O Massacre da Linha do Parque e a memória e identidade da cidade de Rio Grande	97
4.1. <i>Uma nova velha polarização: a formação dos blocos políticos rio-grandinos da Nova República</i>	99
4.2. <i>Rachar palavras: empreendedores da memória do Massacre da Linha do Parque e a escolha dos entrevistados</i>	102
4.3. <i>Os lugares de memória e as memórias subterrâneas: conceituando as institucionalizações desses locais</i>	104

4.3.1. <i>Vamos ganhar e não vamos levar”: o Parque do Trabalhador</i>	108
4.3.2. <i>“É uma memória da cidade”: entre Golbery do Couto e Silva e Angelina Gonçalves</i>	110
4.4. <i>A Fábrica Rheingantz e o Massacre da Linha do Parque</i>	119
4.4.1. <i>O Processo de tombamento do Complexo Industrial Rheingantz</i>	121
4.4.2. <i>“Que bom seria se todos os capitalistas pensassem dessa forma”: A Nova Rheingantz</i>	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	135
FONTES	135
PERÍODICOS E SITES	135
LEIS, PORTARIAS E DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS	136
BIBLIOGRAFIA	137
APÊNDICE A – Entrevista com Julio Martins	149
APÊNDICE B – Entrevista Alexandre Lindenmeyer	186
APÊNDICE C – Entrevista Daniel Prado	207
ANEXO A – Mapa do Massacre da Linha do Parque	226
ANEXO B - Poema de Manoel Rechia	228
ANEXO C - Atestado de óbito de Angelina Gonçalves	251
ANEXO D – Prefácio de Beatriz Loner para versão para publicação da dissertação “Protesto operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950, 1952)” de Mário San Segundo	252
ANEXO E - Registro de funcionária da Rheingantz de Angelina Gonçalves	258

1. INTRODUÇÃO

No dia Primeiro de Maio de 2016, liguei a televisão no noticiário *Jornal do Almoço*, da Rede Brasil Sul (RBS, canal afiliado a Rede Globo). Nesse instante, eram transmitidas imagens a respeito das celebrações sobre o Dia do Trabalhador. Entre os pequenos cortes de notícia que passavam, um deles me chamou a atenção. Tratava-se de um grupo de pouco mais de 20 pessoas, com bandeiras vermelhas, em um cemitério, na cidade de Rio Grande, região sul do estado do Rio Grande do Sul. Era o Cemitério Católico, local que já conhecia de minhas visitas à cidade e famoso por seus mausolés de mais de duzentos anos de idade construídos para abrigar os homens mais poderosos da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.

O pequeno grupo não se encontrava na frente dos mausolés e sim na frente de um pequeno túmulo branco, do qual naquele momento não tinha ideia de quem era. A pequena chamada pronunciada pela apresentadora foi apenas: “na cidade de Rio Grande, pela manhã, grupos sindicais e partidos políticos se reuniram na frente da Fábrica Rheingantz e no Cemitério Municipal para homenagear vítimas de um confronto com a polícia ocorrido em 1950”. Naquele momento eu já tinha interesse no estudo a respeito da História Social, principalmente as discussões sobre sindicatos e organizações de trabalhadores. Entretanto, ao me deparar com essas novas informações, me vieram três perguntas: o que foi esse confronto ocorrido em 1950? Quem foram os participantes? E, a pergunta mais importante, por que depois sessenta anos dos acontecimentos haviam homenagens a essas vítimas?

E com isso teve início esse trabalho de pesquisa.

1.1. Mundos do trabalho na historiografia brasileira

A historiografia brasileira e brasilianista, a partir do começo dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, a respeito dos mundos do trabalho trilhou um caminho de constante inovação e surgimento de novas formas de pesquisar o passado e o presente dos trabalhadores e trabalhadoras. Não coincidentemente, tal período se encontra em paralelo com os processos de redemocratização do Brasil que, apesar das contradições

resultantes, trouxeram a possibilidade de novas discussões político-sociais para a sociedade brasileira como um todo.

Obviamente que pesquisadores das ciências humanas não realizam suas pesquisas em um vácuo, são afetados constantemente por movimentações da sociedade. E a emergência de um novo movimento de trabalhadores no final da década de 1970 em várias partes do país (justificadamente denominado Novo Sindicalismo) foi um enorme impacto a esses pesquisadores, sobretudo com as simpatias e animosidades da intelectualidade nacional com o movimento. Esse impacto vai ocorrer primeiramente no campo das Ciências Sociais e Ciência Política a partir da segunda metade da década de 1970¹, e posteriormente com os historiadores.

A respeito dos historiadores, o foco das pesquisas não foi o Novo Sindicalismo. Vamos observar pesquisas sobre o movimento sindical da Primeira República como uma primeira centralidade e uma posterior abertura para outras temporalidades. Entretanto é inegável a influência do Novo Sindicalismo sobre as obras, principalmente por visões expressas nesses primeiros trabalhos, focada na ideia de autonomia do movimento sindical da Primeira República.

A discussão da autonomia sindical frente ao Estado era uma das grandes bandeiras do Novo Sindicalismo em seus primeiros anos, ainda que em relação às lutas sindicais “os militantes não se negaram a usar as leis e a Justiça do Trabalho quando elas se revelaram armas eficazes ou possíveis no enfrentamento com o patronato” (SPERANZA, 2007, p. 211).

Portanto, segundo os historiadores e cientistas sociais do período, o movimento sindical brasileiro estaria resumido sob as seguintes etapas:

- a) A construção de um movimento sindical “autônomo” na Primeira República, principalmente sob a liderança dos anarco-sindicalistas, tendo a Greve Geral de 1917 como grande evento;
- b) A “degeneração” do movimento sindical devido ao seu suposto atrelamento ao Vargasismo e o posterior “peleguismo” a partir da década de 1930, assim como a capitulação do movimento comunista emergente através de sua associação ao trabalhismo a partir de 1960;

1 WEFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

HUMPHREY, John. “As raízes e os desafios do ‘Novo’ sindicalismo na indústria automobilística”. Estudos Cebrap. Rio de Janeiro: Vozes, nº 26, 1980.

TROYANO, Annez. Estado e sindicalismo. São Paulo: Símbolo, 1978. GARCIA, Marco Aurélio. “São Bernardo: A (auto) construção de um movimento operário”. Desvios. São Paulo, ano 1, nº 1, 1982.

- c) A “morte” do movimento sindical durante a Ditadura Civil-Militar, que promoveu a intervenção em sindicatos e a prisão de líderes sindicais, bem como expandiu os instrumentos de controle sobre o movimento que já se encontravam presentes desde a década de 1930;
- d) E um suposto renascimento do movimento sindical no final dos anos 1970, a partir de uma completa renovação de seus quadros sindicais, que mais tarde se mostrou com bem mais pontos de contato que de divergência com o período pré-1964 do que supunham sindicalistas e acadêmicos do período.

Como destacam Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva:

No contexto das greves ocorridas no final dos anos 1970 em São Paulo e na região do ABC e suas consequências políticas, como a emergência do novo sindicalismo e a crítica à crença na possibilidade de um Estado protetor e avalista de direitos do trabalhador, não espanta que os estudiosos se mostrassem curiosos sobre a história operária das primeiras décadas do século XX, pois que ela parecia oferecer a imagem da autonomia originária e perdida dos trabalhadores. Tal imagem de autonomia e diversidade do movimento operário do início do século parecia mais compatível com a desenvoltura do novo sindicalismo, além de ajudar a construir o seu contraponto, isto é, o tempo da experiência populista, de sindicatos ditos impotentes e dependentes do Estado, além de carentes de raízes no chão das fábricas. (CHALHOUB; SILVA, 2009, p. 30)

No decorrer de pesquisas posteriores, essas concepções foram sendo revistas de múltiplas maneiras. Primeiramente se expandiu a visão sobre os movimentos da Primeira República. Observou-se que a antes compreendida autonomia talvez não se observasse de forma tão presente, já que a negociação com o governo se fazia presente nesses primeiros anos do movimento sindical e havia exemplos de relações paternalistas por parte de alguns governos locais. Um dos exemplos mais aparentes das negociações entre sindicalistas e governos se observa na relação do governo de Borges de Medeiros (presidente do estado do Rio Grande do Sul de 1913 até 1928) com os movimentos grevistas de 1917, em que a ação do governo "se deu no sentido de conferir legitimidade às reclamações dos operários e atendê-las em parte" (QUEIRÓS, p. 82, 2007). E a cooptação de algumas lideranças do movimento sindical, como o ingresso de Francisco Xavier da Costa, um dos líderes do movimento grevista de 1906, ao Partido Republicano Rio-Grandense (PETERSEN, 2001).

Havia, também, a própria heterogeneidade desse movimento, e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral. Como destaca Michael Hall, as lideranças políticas, como os líderes anarquistas em cidades como São Paulo, eram “difícilmente representativas da

classe trabalhadora e exerciam uma pequena influência” (HALL, 1975, p. 396, tradução nossa²) e ainda havia uma disputa entre tendências socialistas formadas já no final do século XIX (GOMES, 2005) e das associações de mutualistas (BATALHA, 2004). Revisou-se ainda a influência das populações negras nos primeiros anos do movimento sindical, em contrapartida aos destaques anteriores feitos aos imigrantes no movimento sindical, especialmente italianos (MATTOS, 2009).

Já referente ao movimento sindical da Quarta República, um dos limites temporais dessa pesquisa se inicia a partir dos anos 1990, um questionamento do controle desse movimento operário pelo Estado. Diversos estudos resgatam o poder do Partido Comunista (PC)³ no movimento sindical e sua presença entre os trabalhadores, mas reabilitam também o movimento trabalhista, ao confrontar a visão de um movimento guiado por uma cúpula elitista, na qual a base do movimento não possuía uma voz dentro da tomada de decisões, quando na realidade a base sindical trabalhista tinha uma significativa autonomia frente às decisões nacionais. Os trabalhos de Marcelo Ridenti⁴, Daniel Aarão Reis Filho⁵, Jorge Ferreira⁶, Angela de Castro Gomes⁷, entre outros, são muito influentes para essas transformações.

Outras perspectivas vão se formando nessa historiografia, como um descolamento da ideia de se refletir sobre classe trabalhadora somente atrelada ao sindicato ou partido político, com a proposta de discutir as complexidades do conceito de “classe” para o contexto brasileiro, em que a análise das organizações abre espaço para o estudo das identidades dos trabalhadores brasileiros⁸, sob a influência da obra de Edward Palmer Thompson. Ou o afastamento de uma análise nacional, priorizando por

2 No original: “The anarchist leadership was hardly representative of the working class and exercise very slight influence”.

3 Quando o texto se referir a “Partido Comunista” (ou a sigla PC), trata-se a respeito da agremiação partidária surgida em 1922 no Brasil e que vai durar como o principal partido comunista brasileiro até 1962. A partir daí temos o surgimento (através de uma cisão) de dois partidos, o Partido Comunista Brasileiro (sigla PCB) e o Partido Comunista do Brasil (sigla PC do B) (PANDOLFI, 1995).

4 RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira – raízes sociais das esquerdas armadas, 1964-1974. São Paulo: Editora Unesp, 2012. Publicado como tese originalmente em 1989.

5 REIS FILHO, Daniel Aarão. A Revolução Faltou Ao Encontro: Os Comunistas No Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

6 FERREIRA, Jorge Luiz. Prisioneiros Do Mito: Cultura E Imaginário Político Dos Comunistas No Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: Manuad, 2011. Publicado como tese originalmente em 1989.

7 GOMES, Angela de Castro. A Invenção do Trabalho. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

8 Um trabalho pioneiro nesse sentido foi o livro “Nem Pátria, nem patrão: Vida operária e cultura anarquista no Brasil” de Francisco Foot Hardman publicado em 1983. Ainda que o foco nas organizações e uma ideia acrítica sobre a questão da autonomia dos trabalhadores da Primeira República estivesse muito presente na obra. Pesquisas posteriores, influenciadas por Hardman, como o trabalho de Claudio Batalha, vão incorporar as críticas a respeito da autonomia sindical e capilaridade das lideranças anarquistas entre os trabalhadores.

vezes situações localizadas, seja do movimento sindical ou da própria classe trabalhadora⁹. Ou ainda na direção inversa, na agregação de aspectos do mundo do trabalho brasileiro em uma História Global do Trabalho¹⁰, assim como a investigação de aspectos de gênero, étnico-raciais e culturais da classe trabalhadora brasileira, oferecendo um caleidoscópio de perspectivas na análise do(s) mundo(s) do trabalho brasileiro.

Todos esses caminhos e perspectivas nos levam para uma produção acadêmica brasileira sobre os mundos do trabalho diversificada e aberta na discussão com outras áreas da ciência histórica. E é sobre essa base que o presente trabalho está calcado e se projeta, pois é uma pesquisa que se define como pertencente a essa rede de discussões sobre o trabalho no Brasil e no mundo, portanto se concentra na investigação de um evento histórico correlacionado com a história dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras: o *Massacre da Linha do Parque*. Este foi um evento ocorrido na cidade de Rio Grande, no dia primeiro de maio de 1950, no qual quatro pessoas que participavam de uma marcha em homenagem ao Dia Internacional do Trabalhador foram mortas pela Brigada Militar em uma ação em conjunto com membros do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da Polícia Civil do Estado, naquele período sob o comando municipal do delegado Ewaldo Miranda.

1.2. Definição do tema de pesquisa: problema e objetivos

Minha aproximação com o tema se deu ainda em meu curso de graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No ano de 2019, apresentei o Trabalho de Conclusão de Curso “*Morreram? Quem disse, se vivos estão*”: *A memória do Massacre da Linha do Parque – Rio Grande/RS*. Na monografia, abordei o Massacre sob o ponto de vista da memória, principalmente as marcas ainda presentes desse evento e do movimento operário rio-grandino da 4ª República, que buscava

9 PETERSEN, Silvia Regina. Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo. Cad. AEL, v.14, n.26, 2009, p. 256-344.

¹⁰ Sobre essa temática ver: LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

perceber quem detinha o poder de enquadramento¹¹ da memória do Massacre da Linha do Parque. Através de minha pesquisa concluí que

nunca haverá um enquadramento que se colocará enquanto final. Visto que o enquadramento tanto da história, quanto da memória, estão correlacionados com o presente, uma instituição do tempo que sempre estará em constante modificação do seu contexto. No entanto, se colocarmos em pauta o problema de quem detém o poder de enquadrar tal memória, vejo, num primeiro momento, a necessidade de perguntar para quem o enquadramento é uma ferramenta. Ou seja, para quem o enquadramento da memória coloca-se em comunhão com a própria construção de uma identidade e a manutenção de uma coesão social? A respeito do Massacre da Linha do Parque, observo que o enquadramento da memória da SUO e do PCB, e por consequência de um aspecto da memória da classe operária rio-grandina da Quarta República, pertence aos e às militantes do PC do B da cidade de Rio Grande. (ANGUES, 2019, p. 86)

A continuidade da pesquisa a respeito do tema se deu por duas razões. O primeiro deles foram lacunas já levantadas durante minha pesquisa, devido ao tempo limitado para a realização de uma análise que fosse mais ampla. Isso porque minha conclusão ficou concentrada em minhas percepções a respeito dos enquadramentos de memória do Massacre da Linha do Parque empreendidas pelos militantes do PCdoB da cidade, o que limitou o escopo das possibilidades a respeito das memórias do evento. E, também, essa continuidade pela temática se justifica pela ainda relativamente baixa quantidade de trabalhos acadêmicos a respeito do Massacre da Linha do Parque, um evento que teve uma relevância significativa local e nacional.

Entre os trabalhos acadêmicos que estudam sobre o Massacre da Linha do Parque destaco a presente pesquisa de nível de doutorado “Uma força quase invisível: descortinando o protagonismo das mulheres nas lutas operárias de Rio Grande (RS) e no PCB na década de 1950” que começou a ser realizada pela historiadora Caroline Duarte Matoso no ano de 2020, neste PPG em História da UFRGS. O objeto principal da pesquisa de Matoso é a mobilização das trabalhadoras, um número significativo delas ligadas ao PC, na qual se inclui a mobilização feminina durante os acontecimentos de 1950. Com a conclusão desse trabalho, vamos ter uma das primeiras teses onde o Massacre da Linha do Parque é abordado de maneira significativa, ainda que o Massacre não seja o objeto principal de sua pesquisa.

Percebe-se que esse maior interesse despertado hoje nos pesquisadores teve como principal catalisador a dissertação de mestrado de Mario San Segundo *Protesto*

11 Através de uma discussão a respeito da obra de Michel Pollak, suas ponderações acerca do conceito de "enquadramento" e como a partir desse passado "manipulado" teríamos uma história regida pelo presente, na qual o passado torna-se referência como "coesão de grupos" (POLLAK, 1989, p. 9).

operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950 e 1952) defendido no ano de 2009 no PPG em História da UFRGS, sob a orientação da Prof.^a Dr. ^a Silvia Petersen. San Segundo tem como objetivo em sua escrita apresentar o cenário das lutas operárias do final da década de 1940 e início da década de 1950. Na pesquisa, ele apresenta a construção do anticomunismo como ferramenta de repressão pelo Estado brasileiro, e como essa construção dependeu da ação de diversos agentes de dentro dos três poderes, e também por meio de lideranças do movimento sindical, estes ligados ao trabalhismo.

A dissertação de San Segundo traz um levantamento altamente relevante de matérias de jornal, processos-crime, fotografias e panfletos. Esse aspecto de sua pesquisa foi devidamente reconhecido pela comunidade acadêmica através do uso de sua dissertação, assim como outros trabalhos de sua autoria, pela Comissão Nacional da Verdade¹², quando esta iniciou suas investigações a respeito da responsabilidade estatal na morte da tecelã Angelina Gonçalves, participante da passeata. Cabe destacar, todavia, que, apesar de San Segundo ter um dos trabalhos mais completos sobre o Massacre da Linha do Parque em termos acadêmicos, ele não foca somente no fato em si, estendendo suas análises para outros dois momentos marcantes do movimento sindical da cidade: as greves de março de 1949 e as manifestações operárias contra a carestia do custo de vida em 1952.

E por último destaco a dissertação do historiador Lênin Pereira Landgraf *Massacre da Linha do Parque e a Disputa Pela Memória: O confronto no primeiro de maio de 1950 em Rio Grande*, defendida no ano de 2021 pela Universidade Federal de Pelotas. Landgraf faz um levantamento grande de fontes jornalísticas do período, que se mostrou essencial para essa pesquisa. Trata-se do trabalho mais recente, apontando para reflexões as maneiras que a imprensa local e a imprensa operária transformaram o fato, e apresenta um contexto de uma polarização dos significados que em grande medida influenciou esse presente trabalho, na qual também, assim como Landgraf, vê a disputa e a polarização como motores da memória do Massacre da Linha do Parque.

Com esse panorama da bibliografia e minha anterior experiência com o tema, o objetivo principal desse trabalho não é focar nos eventos de 1950 em específico. Assim como em minha monografia, o estudo da memória e das identidades de classe vistas sob a ótica desse evento serão os condutores da pesquisa aqui apresentada. Como problema

12 BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade: volume III. Brasília, DF: CNV, 2014.

de pesquisa planejo responder: **quais são as estratégias utilizadas por sujeitos que se identificam com o movimento sindical da Quarta República na construção de projetos memorialísticos referentes ao Massacre da Linha do Parque? E qual a relação das ferramentas utilizadas nessas construções com a identidade dos sujeitos frente ao coletivo?**

Para essa pesquisa compreendo **projeto memorialístico** como esforços deliberados durante vários anos por grupos em torno da criação de ritos e mitos a respeito de um evento histórico, onde essas demonstrações vivas da memória se relacionam com a identidade do grupo em si. Considero tal conceito intrinsecamente ligado à ideia de “empreendedores da memória” de Elizabeth Jelin (2002), em que determinados sujeitos-chave seriam os promotores da construção de uma memória coletiva, tendo o uso político e público como implícito nesse empreendimento. Entendo, pois, que determinados sujeitos, com a intencionalidade de ação coletiva, são catalisadores desses projetos, sem que, no entanto, sejam necessariamente vistos como hierarquicamente acima dos demais participantes do grupo¹³.

Também há uma relação com algumas noções sobre a memória apresentadas por Paul Ricoeur (2007), em específico a sua ideia de uma memória que surge enquanto trauma, e na construção de uma narrativa sobre o evento. Torna-se uma “memória obrigada” (RICOEUR, 2007, p. 99), na qual a vontade de um grupo em justiça traz à tona a necessidade da criação de um projeto memorialístico que transforme o luto em uma pauta da luta política.

Dessa forma, essa dissertação objetiva investigar as seguintes questões:

- a) Analisar a construção e as ferramentas dos projetos memorialísticos que estabeleceram as memórias a respeito do Massacre da Linha do Parque;
- b) Apresentar quais identidades permitiram a construção das memórias sobre o evento, através das análises de diferentes projetos memorialísticos que convergem em torno do Massacre da Linha do Parque, e a partir disso contribuir para as discussões do mundo do trabalho, sobretudo sobre como aqueles que se identificam como trabalhadores compreendem sua história.

13 E na questão específica de projetos memorialísticos ligados a partidos ou organizações de ideologia comunista, socialista e afins, é observado que a falta de uma hierarquização entre os sujeitos catalisadores e o restante do grupo é uma das características principais desses projetos. Visto que, como destaca Andrea Cossu (2016) ao analisar as políticas de memória do Partido Comunista Italiano, a memória é uma ferramenta de mobilização e coesão dos membros do partido ou organização.

O uso da palavra “massacre” para a caracterização do evento citado parte de duas perspectivas. A primeira delas é a consagração desse termo nas fontes utilizadas para a realização desse trabalho, principalmente aquelas ligadas ao movimento operário e comunista, e uma das bases desse trabalho é a valorização dessas fontes. A segunda é a respeito de uma decisão pessoal como forma de escancarar a brutalidade e o impacto da repressão das forças policiais e militares sob a classe trabalhadora brasileira.

Cabe também delimitar aqui nessa pesquisa o que se entende enquanto “Quarta República”, pois esse é um dos escopos temporais presentes no trabalho. O conceito de “Quarta República” foi estabelecido pelo historiador Edgard Carone em seu livro “A Quarta República: 1945 a 1964” lançado no ano de 1980, em que em si faz parte de uma coletânea de obras do autor a respeito do Brasil Republicano. Em sua divisão temporal, Carone compreende a “Primeira República” como os acontecimentos políticos, econômicos e sociais dos anos de 1889 (ano de Proclamação da República) até 1930; a Segunda República delimitada dos anos de 1930 até 1937; a Terceira República sendo o período do Estado Novo, de 1937 até 1945, até a deposição de Getúlio Vargas.

Ao longo de toda coletânea, Carone organiza as obras em três partes¹⁴: o Sistema Político, a Política Econômica e as Lutas Sociais. Percebe-se que a primeira parte das obras (o Sistema Político) é o que definitivamente marca a divisão dos períodos, as “Repúblicas”, portanto calcado em uma visão política, em que eventos de ruptura são seguidos por novas constituições federais como nos anos de 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967, que seriam instrumentos de fixação dos eventos inauguradores das “Repúblicas”, que seriam: a Proclamação da República; a Revolução de 1930; a Deposição de Getúlio Vargas; e o Golpe Civil-Militar de 1964. Esses eventos, juntamente com as novas constituições, demonstrariam o surgimento de novos modelos de Estado, que influiriam nos outros aspectos analisados por Carone.

O modelo proposto por Carone tem seus problemas, principalmente por compreender o sistema político como a base para os outros aspectos analisados pela obra, impedindo, portanto, nuances sobre mudanças de políticas econômicas dentro de cada período republicano, ou questões para além do sistema político como catalisadoras de movimentos sociais. Destaca-se que Carone reconhecia essas divisões como

14 A divisão tripartite das obras por vezes é rompida com inclusão de “quartas partes” que trabalham com especificidades do período. Na obra “A Quarta República”, Carone adiciona uma parte referente exclusivamente às Forças Armadas, porém mantendo as três partes tradicionais como cerne principal da obra.

“unicamente didáticas, porque existe[m] interligaç[ões] dialética[s] entre todas estas seções” (CARONE, 1980, p. VII).

O uso desse conceito nesse presente se justifica a partir de dois pontos. O primeiro é a relevância do PC dentro do sistema político constituído a partir da Constituição de 1946, em que membros do partido eleitos para o Congresso Nacional são atuantes nas discussões constitucionais. Mesmo após a ilegalidade do partido, o PC segue sendo uma das grandes forças políticas no território nacional, principalmente por sua influência no debate público¹⁵. Portanto, um conceito que toma por base sistemas políticos, como é a ideia de Carone, auxilia tanto nas delimitações temporais quanto nas delimitações temáticas desse trabalho, pois se observa que a memória do Massacre da Linha do Parque se constrói tendo o sistema político vigente enquanto um dos fatores determinantes das estratégias e narrativas da memória sobre o evento.

O segundo aspecto vai ao encontro em perceber no conceito empregado por Carone uma carga determinista das características gerais da política do período substancialmente menor, quando comparado ao conceito “República Populista” mais comumente utilizado pela bibliografia do período. Acredito que, ao coligar o termo “populista” ao sistema político brasileiro inaugurado com a Constituição de 1946, acabaria trazendo para a análise do período as ambiguidades do conceito de populismo que desviam do foco desse trabalho. Além da problemática de compreender o primeiro período de uma participação mais efetiva da população na política, seja na sua participação eleitoral ou da abrangência dos movimentos sociais, com um conceito que, por vezes, é interpretado enquanto um termo pejorativo.¹⁶

1.3. O estudo da memória: definições para a pesquisa

A memória pode ser um meio no qual grupos sociais constroem suas identidades e legitimam suas ações, principalmente quando a compreendemos como um evento social e coletivo, e não apenas como algo estritamente ligado ao indivíduo. A compreensão da memória por fora do ambiente individual aconteceu inicialmente com as questões

15 Segundo Carone (1980), os partidos políticos do período da 4ª República não podem analisados apenas por seus índices eleitorais, devem ser considerados que as pautas levantadas pelas diferentes forças políticas nacionais se constituíam enquanto posições dentro dos grandes debates nacionais do período. Dessa forma, mesmo com sua inexistência enquanto entidade política legal, o PC tinha influência no debate político e suas posições tinham relevância frente a população.

¹⁶ A respeito dessa discussão ver: (GOMES, 1996) e (NEGRO, 2004).

levantadas pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs em sua obra *Memória Coletiva*, abrindo espaço para concepção da memória como um ato além da rememoração.

Segundo o pensador

(...) nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. 'E porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1990, p. 22)

Ainda que déssemos um passo atrás, e restringíssemos a memória em uma definição simplista em seu aspecto de relembrar certo evento, a multiplicidade de indivíduos vai gerar uma multiplicidade de memórias. Entretanto, o ato de relembrar, mesmo que aberto à multiplicidade, é um ato sempre social, pois se encontra na capacidade de indivíduos em se transportarem para aquilo que o historiador Jan Assmann (1995) classifica como “ilhas de tempo”, ou seja, eventos-chave que não seguem uma cronologia e sim se organizam por seu impacto, transcendendo as relações temporais. E nisso “todas as memórias individuais constituem em si uma comunicação entre outras pessoas” (ASSMANN, 1995, p. 127, tradução nossa¹⁷).

Portanto, tendo como referência Jan Assmann, compreendo que a memória é uma relação dialética, em que o ato de rememoração individual é impactado pela percepção de um evento histórico de um grupo na qual esse indivíduo se identifica, porém, as rememorações individuais são catalisadoras da construção da memória coletiva.

No âmbito desse trabalho, coloco a necessidade de se trabalhar com alguns conceitos do campo de estudo da memória que seriam sensíveis à temática. O mais importante deles é o conceito de lugares de memória, que foi originalmente proposto pelo historiador francês Pierre Nora na coordenação do projeto *Les Lieux de mémoire*. Este projeto se constituiu em uma série de publicações que teve inicialmente como apelo a catalogação de locais, documentos, relatos, relacionados com a história da França. É esse movimento de catalogação que levou Nora a refletir a respeito do termo “lugar de memória”.

Para Nora, os lugares de memórias são concebidos com o objetivo de “substituir” o que o autor define como cultura da “memória real”, sob a ideia de

17 No original: “Every individual memory constitutes itself in communication with others”.

construir sobre ele (o lugar) uma memória, porém seu aporte é na história, uma “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p. 9). Para o autor, os espaços aparecem para nos lembrar da fragilidade da memória no mundo atual, sendo necessário criar arquivos, museus, monumentos e celebrações como recursos que mantêm dinâmica a história e a cultura da sociedade.

Apesar de importante a conceptualização de Nora, sua descrição a respeito dos lugares de memória possui algumas lacunas que não corresponderiam com algumas discussões presentes nesse trabalho. O historiador afirma que é uma construção, e que o lugar de memória é algo sob influência da ação humana, porém não explora de forma incisiva ou direta esse movimento do ponto de vista social, o que dificulta a compreensão das disputas de memória. A sua apresentação da construção da memória do Estado francês (na qual ele toma como base para seus estudos) trabalha sob um ponto de vista cronológico e hierárquico da construção da memória¹⁸. Observa-se muito pouco em sua obra as relações étnicas, classistas e de gênero no processo de substituição da memória “real” pelos lugares de memória. E quando trabalhamos com a temática do mundo do trabalho, a falta de tais perspectivas por Nora deve ser problematizada, já que as relações de dominação resistência são inerentes aos estudos desse campo.

Reconheço a importância de Nora para a historiografia do campo da memória e para a realização desse trabalho. Entretanto, proponho que o “lugar de memória” é um espaço que se constrói social-histórica-culturalmente e se assenta em uma ação política, tanto a sua permanência, como seu esquecimento ou modificação são atos políticos. Para tal, acredito que o conceito deve ser observado de diferentes maneiras, principalmente quando trabalhamos no espaço político e social latino-americano, em que a estabilidade democrática liberal e a continuidade de um estado de direito são de fato as exceções do regime político. Logo, nesse trabalho o conceito de lugares de memória de Nora será agregado por algumas discussões mais recentes a respeito da temática.

Primeiramente, existe a necessidade de se trabalhar com o conceito de território como um contraponto à ideia de lugar. No campo de estudo da geografia, o conceito de território faz parte de uma ampla discussão de muitos anos na área. Esse conceito

18 Em seu texto “La nación-memoria” Nora identifica processos de disputas de memorialísticas, porém concluí que o advento dos lugares de memória vai trazer um esgotamento das oposições clássicas da memória, com a transformação da memória enquanto um bem comum.

começou a ser utilizado já no século XIV “para definir primeiramente a jurisdição ou até mesmo a órbita econômica de unidades governamentais, tais como cidades livres, feudos ou reinos (GOTTMANN, 2012, p. 523). É um conceito que sempre foi atrelado a uma questão política, visto que “os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana” (GOTTMANN, 2012, p. 523) e “é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos” (GOTTMANN, 2012, p. 526). Por suas características de envolver a política, o conceito de território agregado às discussões sobre lugares de memória traz à tona a ideia de disputa e transformação.

Essa junção desses dois conceitos (lugar e território) não é necessariamente uma novidade no campo de estudo da memória. A antropóloga Ludmila da Silva Catela já utiliza em suas obras (CATELA, 2001) o que podemos definir como “território da memória”. Em outra obra, a justificativa da autora para uso desse termo ao invés de “lugar” seria devido a

(...) sensação estática, unitária e substantiva que costuma suscitar a ideia de lugar, a noção de território refere-se às relações ou ao processo de articulação entre os diversos espaços marcados e às práticas de todos aqueles envolvidos no trabalho de produção de memórias sobre a repressão; ressalta os vínculos, a hierarquia e a reprodução de um tecido de espaços que poderia ser representado por um mapa. Ao mesmo tempo, as propriedades metafóricas da noção de território levam-nos a associá-lo a conceitos como conquista, litígios, deslocamentos ao longo do tempo, variedade de critérios de demarcação, de disputas, de legitimidades, direitos, soberanias. (CATELA, 2012, p. 116)

As contribuições de Catela são altamente relevantes, principalmente à luz de eventos que estejam relacionados com o contexto latino-americano, visto que Nora origina suas reflexões por meio uma noção propriamente europeia da construção de uma nação. Ao longo de sua vasta obra, o autor tem como uma base a experiência francesa da constituição de seus espaços memorialísticos ao longo dos séculos XIX e XX, em especial com o papel do Estado francês na criação dos lugares de memória¹⁹. Encontrase, então, em sintonia com os esquemas de construção da nação, principalmente

19 Nesse contexto as discussões apresentadas por Michael Pollak sobre as diferentes categorizações da memória são muito relevantes. Principalmente, pois o pesquisador procurou observar como que diferentes memórias atuam em posições distintas nas sociedades, não vendo a memória coletiva como fechada em si. E entre essas categoriais de memória temos o conceito apresentado de uma “memória subterrânea” (POLLAK, 1989, p. 4) e o rompimento que ela representa à hegemonia da “memória oficial”.

daquelas examinadas por Eric Hobsbawm²⁰, um modelo que se construiu através da experiência europeia, principalmente a francesa e a britânica, e que não se adequa aos alvos do colonialismo e do imperialismo²¹. As nações americanas, asiáticas e africanas, em suas concepções modernas, estão fora desse padrão de construção nacional tipicamente europeia.

As discussões de Catela, que rompem a padronização europeia da construção da memória, são essenciais para um trabalho que vai estar calcado em situações tipicamente latino-americanas. Isso ocorre quando analisamos o Massacre da Linha do Parque, que está cercado por um contexto do desenvolvimento estatal, das tentativas de interferência político-social do imperialismo estadunidense e o surgimento do anticomunismo como política de estado no contexto pós-Segunda Guerra e início da Guerra Fria, ou ainda nas análises das construções memorialísticas a respeito do evento, que estão colocadas num contexto de abertura democrática e ao mesmo tempo o início do fim da era do desenvolvimentismo como ideologia do Estado brasileiro.

Com a devida apresentação da crítica necessária de Catela ao conceito de “lugar de memória”, em relação a esse trabalho, não se optará pelo termo “território de memória” e sim o uso do termo “lugar”, pois se reconhece esse conceito como mais utilizado, o que facilita a transmissão e compreensão das discussões propostas. Além disso, se discute com esse termo o ponto de vista proposto por Aleida Assmann em sua obra “Espaços da Recordação”, em que entende os lugares de memória como uma parcela da memória coletiva, e não, como apresenta Nora, o fim da memória. Para Assmann, a morte da memória “real” anunciada por Nora, abre espaço para uma memória viva “suportada em mídias que é protegida por portadores como monumentos, memoriais, museus e arquivos” (ASSMANN, 2011, p. 19). Ou seja, com essas perspectivas, o uso do conceito de lugares de memória nesse trabalho se qualifica através dessas críticas e múltiplas visões.

1.4. Organização da pesquisa: capítulos, metodologia e fontes

20 Em sua obra, Hobsbawm (1991) apresenta o que é definido por ele como a noção mais “consagrada” a respeito da formação do nacionalismo, que se dividiria em três fases: Resgate (construção) folclórico; Movimento pelo ideário nacional; Participação Popular.

21 Tal perspectiva sobre o surgimento da nação aparece no texto “La Nación-Memoria” em que Nora subscrever ao modelo estado-nação, em concordância com uma noção histórica eurocentrada.

A respeito da organização do presente trabalho, apresento a seguinte lógica de capítulos:

1. A classe e o Massacre: O Massacre da Linha do Parque e a construção de uma identidade da classe trabalhadora rio-grandina
2. Transformar o luto em luta: O uso da memória do Massacre da Linha do Parque como instrumento da luta política na Quarta República
3. A Cidade Vermelha e a Noiva do Mar: O Massacre da Linha do Parque e a memória e identidade de Rio Grande

O capítulo inicial dessa dissertação tem o objetivo de apresentar o acontecimento conhecido como Massacre da Linha do Parque, assim como introduzir algumas discussões que nos permitam posteriormente observar as construções memorialísticas sobre o fato. Numa primeira etapa há uma descrição do evento com o auxílio da bibliografia existente e algumas fontes primárias. Posteriormente será observado o contexto social do Massacre da Linha do Parque, sob a pretensão de compreender como o Massacre faz parte de uma memória cultural, na qual se apresenta tanto a ação dos participantes, como a posterior elevação do fato para além do Primeiro de Maio de 1950.

De forma geral, esse capítulo é guiado pelas seguintes perguntas: por que era tão importante para os participantes da passeata que resultou no Massacre da Linha do Parque enfrentar as forças repressivas do Estado para “simplesmente” reabrir a sede da Sociedade União Operária (SUO)? Qual era a relação de comerciantes, tecelãs, estivadores, ferroviários e tantos outros trabalhadores e trabalhadoras da cidade de Rio Grande com essa entidade? Objetiva-se, então, com esse capítulo apresentar os contextos sócio-políticos da cidade de Rio Grande, não se tratando de apresentação simplesmente factual, e sim estabelecendo as bases de diálogos entre o acontecimento e suas subsequentes construções memorialísticas.

Será necessário nesse capítulo trabalhar com a formação da classe trabalhadora da cidade de Rio Grande, a observando não a partir do ponto de vista propriamente econômico, mas na reivindicação identitária de trabalhadores e trabalhadoras em se denominarem como classe. Baseia-se na análise das discussões a respeito do conceito de classe, exploradas por Thompson, Bourdieu e Savage, em um diálogo entre esses três autores como maneira de decifrar os caminhos da classe trabalhadora rio-grandina. Apresentam-se, com isso, dois contextos do mundo do trabalho na cidade: a formação da Sociedade União Operária no final do século XIX; e a aparente prevalência do

Partido Comunista no movimento sindical na década de 1940, associada a uma escalada de uma política anticomunista pelos outros partidos da cidade.

Também faz parte desse primeiro capítulo algumas discussões referentes à história do movimento comunista no Brasil, principalmente em sua reorganização a partir de 1945. Em que o partido passa por diversas transformações e de um enraizamento em alguns setores da classe trabalhadora brasileira que geram perseguições, alianças e algumas vitórias eleitorais no período. Como base historiográfica foram escolhidos os trabalhos de Dulce Pandolfi (1995) e Daniel Aarão Reis (2007). A primeira se destaca não apenas por seu levantamento e análise crítica a respeito da história do movimento comunista no Brasil, mas também por sua experiência como militante comunista²² e pelo fato de sua obra se encontrar em um contexto de derrota da linha cunhada de “ortodoxa” do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que em 1992 durante seu X Congresso abandonaria o marxismo-leninismo e mudaria seu nome para Partido Popular Socialista (Pandolfi qualifica esse acontecimento como um golpe). Entretanto a obra de Pandolfi concentra boa parte de sua narrativa nas decisões da cúpula partidária do PC, o que causa discrepâncias com alguns apontamentos vistos nesse trabalho. Já a obra de Daniel Aarão Reis faz parte das discussões a respeito do movimento sindical da Quarta República, e da reabilitação acadêmica sobre esse período, como foi citado. Assim como apresenta uma história do movimento comunista que leva em conta a base do partido, ou seja, seus militantes estavam fora da cúpula nacional. Contudo, essa presente pesquisa faz uma crítica bastante incisiva a respeito das análises feitas por Reis, sobretudo em sua tese sobre a radicalização do movimento comunista durante a década de 1950.

A respeito do uso de fontes, esse capítulo vai se concentrar na utilização de notícias de jornais que vão de 1911 até 1950, assim como duas fontes mais especificamente ligadas ao Massacre da Linha do Parque. A primeira delas é o atestado de óbito de Angelina Gonçalves (vítima do Massacre), que será utilizado como contraste de diferentes narrativas a respeito do Massacre. E a segunda é um poema escrito por Manoel Rechia, participante da marcha e militante comunista. A respeito do

22 Uma perspectiva similar pode ser observada também na obra de Jacob Gorender, que foi membro do Comitê Central do PC nas décadas de 1950 e 1960. Em sua escrita e declarações sobressai um ressentimento em relação as posições tomadas pelo partido, sobretudo a respeito da década de 1950, Gorender, em entrevista para Waldir José Rampinelli declarou: “Como o PCB fora posto na ilegalidade, em 1947, ele desenvolveu uma política cada vez mais sectária com declarações bombásticas de chamamento à luta armada, a qual estava inteiramente fora do contexto da época” (GORENDER, 2002, p. 49).

relato de Manoel Rechia, destaque que me foi fornecido, em forma de fotografias, pelos membros do PC do B rio-grandino, e que tais imagens foram colocadas no anexo deste trabalho. Segundo os membros do PC do B, o relato se encontra presente na casa da viúva de Manoel Rechia na sua versão original. É importante ressaltar que, além das fotografias e a garantia dos militantes do Partido, não obtive nenhuma outra fonte que garantisse sua autenticidade. No entanto, realizei uma referência cruzada com aquilo que é escrito no relato e algumas reportagens publicadas no jornal *Voz Operária*, publicação ligada ao PC, e a partir disso notei a presença de trechos bastante similares, inclusive pequenas expressões que são exatamente iguais. Levando esses fatores em conta, podemos aqui tomar como quase certa a autenticidade do poema de Manoel Rechia, mesmo que o seu documento carregue empecilhos que dificultem a análise, como a indefinição a respeito da data de escrita e dubiedade de sua divulgação ao público geral. Também destaque que o relato estará presente como fonte nos outros capítulos da dissertação.

No segundo capítulo abordarei processo de constituição de uma memória do Massacre da Linha do Parque ao calor dos acontecimentos. Através da compreensão do evento como uma ferramenta da luta política dos comunistas durante o período da 4ª República, buscando apresentar e contrapor as visões que se distinguem dos olhares nacional (cúpula partidária) e local (militantes rio-grandinos).

Optou-se por uma análise que priorize o papel da mídia, sobretudo dos periódicos, na formação de uma série de elementos imagéticos da memória. Observou-se processos de disputas de memória, em diálogo com a obra do historiador Alessandro Portelli (1996), em analisar o Massacre de múltiplas formas, incluindo origem da própria denominação de “massacre”. Entre as fontes analisadas para as construções dessas discussões estão o poema *Primeiro de Maio*, da poetisa Lila Ripoll (publicado no ano de 1954), a obra de Dalcídio Jurandir “Linha do Parque” (publicado no ano de 1959), além de diversas matérias, artigos de opinião e reportagens do jornal *Voz Operária*, veículo oficial do PC.

O uso de obras literárias (de Ripoll e Jurandir) mostrou-se necessário, pois são nessas obras que há a elevação dos “mitos” do Massacre, sobretudo a imagem de Angelina Gonçalves, na qual a sua morte assume um papel central em ambas as obras, servindo como elemento que transcende a cronologia. Angelina Gonçalves transforma-se para além de sua inicial posição, monumentalizada sob determinadas características imputadas sobre ela: mãe, jovem, militante revolucionária. Sobre esse processo

memorialístico originário que desenvolvo que a oposição de identidades urbanas e classistas é um catalisador de uma memória do Massacre da Linha do Parque.

No terceiro capítulo o foco será em torno da construção das memórias do Massacre da Linha do Parque sob o ponto de vista das pessoas que participam dessa construção, além de discussões a respeito das disputas dessa memória a partir da década de 1980. Para tal, houve uma investigação *in loco* através de uma perspectiva etnográfica, com o reconhecimento de locais que tivessem relações com a memória operária, e fossem identificados como pertencentes a uma série de políticas de memória.

Buscou-se pelas “marcas” de uma memória operária e os modos pelos quais ela se manifesta. A partir disso, se notou a presença de múltiplos locais institucionalizados como marcas da memória operária e de “marcas ocultas”, que fogem da institucionalização. O objetivo foi uma visão no campo da História, porém que permitisse diferentes influências. Em específico, com uma ideia de se “ler” os ambientes apresentados, inspirado nas mediações já propostas pela antropologia urbana, especialmente na noção etnográfica, em que

(...) o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para captar e descrever a lógica de suas representações e visão de mundo, mas para, numa relação de troca, comparar suas próprias representações e teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente. (MAGNANI, 2003, p. 84-85)

Entretanto, é uma pesquisa ainda sob o olhar do historiador, principalmente por lidar com espaços em que boa parte dos universos dos pesquisados não existe mais de fato. E, nessa “comunicação” com os mortos, se pretende desvendar as imagens do Massacre da Linha do Parque, como os elementos do evento foram construídos através da memória, e ao mesmo tempo serviram como ferramenta de apoio para as práticas memorialísticas. Assim como os elementos atuais em disputa, principalmente com a inauguração do projeto da *Nova Rheingantz*²³.

O trabalho consistiu em três entrevistas, uma realizada no ano de 2020 com o ex-vereador e membro do Partido Comunista do Brasil (PC do B) Julio Martins, que se destaca dentro da militância contemporânea do partido como um dos grandes

23 Nova Rheingantz é um empreendimento imobiliário comercial e residencial localizado no complexo de edificações da antiga Companhia União Fabril, mais conhecida como Fábrica Rheingantz. O grupo empresarial responsável pelo empreendimento é a Innovar Participações e Incorporações Ltda. em uma negociação com o poder público em que foi acordada a construção de um espaço memorial em uma parte do terreno.

idealizadores das homenagens e figura central em algumas das institucionalizações de locais referentes à memória operária na cidade.

A outra entrevista foi realizada no ano de 2021, com o ex-prefeito da cidade de Rio Grande nos anos de 2013 até 2021, Alexandre Lindenmeyer, do Partido dos Trabalhadores (PT). A administração de Lindenmeyer se destaca pela primeira vitória política dos partidos de esquerda na cidade desde 1988, e pela relevância dada durante a sua gestão para políticas no campo da memória, e sua participação anual nas homenagens às vítimas do Massacre, assim como ao observar a influência do Massacre da Linha do Parque em figuras políticas não ligadas mais diretamente à história do movimento comunista rio-grandino.

A última entrevista foi realizada no ano de 2022, com Daniel Porciúncula Prado, atual Pró-Reitor da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). A entrevista teve enquanto objetivo uma maior compreensão a respeito do projeto da *Nova Rheingantz*, devido à participação de setores da universidade em algumas etapas do processo de construção do espaço memorialístico, todavia em construção no momento de escrita desse trabalho.

A realização das entrevistas foi pensada através de algumas bases teórico-metodológicas da História Oral. A maior influência para esta reflexão acerca da constituição do depoimento foi a obra de Antonio Torres Montenegro. O autor realiza uma pesquisa a respeito das vozes do Brasil profundo na primeira metade do século XX, perpassando relatos de luta, fome, medo nas regiões nordeste e centro-oeste de nosso país, construindo uma “história a contrapelo” (MONTENEGRO, 2010, p. 21). Montenegro demonstra em seu uso de relatos memorialísticos uma maneira inovadora na técnica da entrevista e na execução do trabalho de escuta. Montenegro apresenta o termo “rachar palavras”, que para o autor denomina a capacidade dos indivíduos de ressignificar as palavras, “desconstruindo a associação que se quer natural entre o signo e a coisa” (MONTENEGRO, 2010, p. 32).

A preocupação de Montenegro com a metodologia da entrevista também é algo importante para esse trabalho, na maneira em que ele insere o pesquisador, inferindo que a entrevista “não resulta de uma conversa entre parceiros de lutas, mas atende a um pesquisador” (MONTENEGRO, 2010, p. 40). Então cabe o cuidado em perceber as sutilezas da fala e a maneira como o entrevistado cinematografa seu relato memorialístico.

Também foram importantes para a pesquisa outras leituras do campo da História Oral, como as reflexões trazidas por Éder da Silva Silveira, em específico, ao se apropriar do conceito de historiador etnográfico desenvolvido pelo historiador americano Robert Darnton (1999). Silveira apresenta a relação inerente à memória e à História Oral que sempre esteve presente desde as primeiras discussões sobre esse campo de estudo. Para Silveira tal relação ocorre, pois, “a História Oral produz narrativas orais, que são narrativas de memória. Essas, por sua vez, são narrativas de identidade, na medida em que o entrevistado não apenas mostra como ele vê a si mesmo e o mundo, mas também como ele é visto” (SILVEIRA, 2007, p. 41). As reflexões apresentadas por Silveira nos fazem expandir a ideia da entrevista como uma relação de intersubjetividade do historiador com o objeto de pesquisa.

Destaco o aporte teórico e técnico de Verena Alberti (2004), principalmente em sua obra *Ouvir e contar: textos em História Oral*, que expõe de maneira didática os caminhos pelos quais o historiador pode seguir em suas pesquisas com fontes orais. Em sua obra, a autora apresenta um arcabouço de ideias básicas para a pesquisa, como a consciência da não-neutralidade do narrador; respeito aos princípios éticos da pesquisa; a flexibilidade das perguntas; e a constatação que a fonte oral não é uma construção natural do fazer história, e sim deve ser uma construção do historiador ou historiadora fazer dela parte integral de sua pesquisa.

2. A classe e o Massacre: A construção de uma identidade da classe trabalhadora rio-grandina e o impacto do Massacre da Linha do Parque

Como visto na introdução, neste capítulo pretendo constituir uma visão geral do Massacre da Linha do Parque buscando relacioná-lo com a construção de uma identidade de classe pelos trabalhadores rio-grandinos. Utiliza-se para tal objetivo uma bibliografia acadêmica (em especial SAN SEGUNDO, 2009), e também algumas narrativas que representam a construção memorialística do Massacre da Linha do Parque, sobretudo matérias de jornais, reproduções artísticas do Massacre (RIPOLL, 1998), e um poema escrito por Manoel Rechia²⁴, participante da marcha, que se encontra no ANEXO B.

Priorizou-se aqui uma não hierarquização das fontes primárias consultadas; ou o poema de Manoel Rechia foi avaliado sob o mesmo patamar que as matérias de jornal, pois os objetivos principais deste capítulo estão delimitados na análise do Massacre enquanto uma das peças de uma identidade trabalhadora rio-grandina, relacionando, assim, os conceitos de classe, identidade, memória cultural e lugares de memória. Logo, a proposta de observar os conflitos narrativos entre diferentes atores servirá enquanto referência nas discussões posteriores.

2.1. O Primeiro de Maio de 1950

No dia 1º de maio de 1950 foi organizada uma comemoração referente ao Dia Internacional do Trabalhador nas imediações do Parque Rio-grandense²⁵ (ver ANEXO A), na entrada da malha urbana de Rio Grande, próximo ao pórtico da cidade. Estavam presentes no local as principais lideranças do movimento comunista e sindical da cidade, com destaque para o vereador comunista Antonio Rechia (eleito oficialmente pelo Partido Social Progressista devido à ilegalidade do PC), líder sindical dos estivadores, uma das muitas profissões ligadas ao porto, seu irmão, Manoel Rechia, ferroviário, que posteriormente iria narrar em forma de verso sua visão a respeito do

24 A respeito do relato de Manoel Rechia destaco que o original desta obra me foi fornecido em forma de fotografias pelos próprios membros do PCdoB rio-grandino e tais imagens estão disponíveis no ANEXO B. O ano de escrita desse documento não aparece, contudo, a partir de uma das frases iniciais do poema (“Pois sou um velho operário”) podemos deduzir algo escrito na década de 1970 ou 1980.

25 Em ANEXO A há um mapa com as principais localizações citadas nesse capítulo. Foram utilizadas as seguintes referências: (MASCARENHAS, 2006); (ABIB, 2021), (SBABO, 2020), (PEDROSO, 2012).

massacre (ANEXO B), a vereadora suplente Guaraciaba Cardoso e Silva, liderança sindical dos comerciantes, e Angelina Gonçalves, tecelã da Fábrica Rheingantz e listada como uma das organizadoras do evento (SAN SEGUNDO, 2009).

As comemorações não eram anunciadas como um evento do Partido Comunista, algo óbvio por se tratar de um período em que a organização agia na ilegalidade. Inclusive as matérias de jornais sempre tratavam as notícias envolvendo militantes comunistas caracterizando-os como “vermelhos” ou “membros do extinto Partido Comunista”. Os organizadores tratavam como um evento da Sociedade União Operária (SUO), que era uma organização de referência aos movimentos sindicais da cidade. O uso da SUO por parte dos comunistas fornecia certa segurança jurídica na atuação dos militantes na cidade, mesmo que a sociedade também sofresse pressões legais regularmente. No momento do Massacre, praticamente toda a mesa diretiva da SUO era composta por membros do PC, ou pessoas simpatizantes ao partido.

Durante o evento havia representantes de várias associações, entre elas a “Associação dos Portuários, Núcleo da Coligação dos Ferroviários, Associação dos Trabalhadores do DASI (sigla não identificada), Sindicato da Construção Civil, Associação dos Trabalhadores na Indústria de Peixe e Conservas e União das Mulheres Rio-grandinas” (SAN SEGUNDO, 2009, p. 113). A partir desse quadro, as estimativas apontam para a presença de cerca de mil pessoas nas festividades do local (SAN SEGUNDO, 2009, p.123). Conforme os relatos apresentados por San Segundo (2009), os comunistas predominavam; no entanto, alguns membros ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e operários independentes também participaram das comemorações, em menor número.

É de suma importância destacar que, no período, a Sociedade União Operária estava com sua sede fechada desde 1949 por determinação da Justiça do Trabalho sob a justificativa que a entidade teria desviado de suas funções durante os protestos organizados naquele ano pelos portuários (SAN SEGUNDO, 2009). Segundo dados do ano de 1950, o porto e a Cia. Swift “representavam a maior fonte de empregos existentes em Rio Grande” (CORTE OLIVEIRA, 2010, p. 63), o que nos indica um forte impacto dessas greves. Apesar da intervenção estatal de nível federal, as operações da SUO continuaram ocorrendo dentro do movimento sindical na cidade. No entanto, o fechamento da sede teve um impacto direto, pois ela servia como ponto de reunião dos sindicalistas e trabalhadores da cidade, e tinha um valor simbólico, pois o Primeiro de Maio representava o aniversário de fundação da entidade.

Após as festividades, aproximadamente às 16 horas, foi proposto aos participantes do evento que se realizasse uma caminhada até a sede fechada da SUO. San Segundo (2009) sustenta que existia certa intenção por parte das lideranças sindicais em marchar até a sede, mesmo que naquele momento a ideia fosse tomada como algo não planejado. No poema “O Primeiro de Maio”, de Lila Ripoll, escrito em 1954, que traz uma narrativa sobre os acontecimentos, esse aspecto da espontaneidade é algo destacado, dando a entender a noção de um convite e não um plano:

Misturavam-se cantigas,
 Frases, risos, alegria.
 No peito de cada homem,
 Um clarão aparecia.
 Surgiam jogos e prendas,
 Hinos subiam ao ar.
 Em cada grupo uma história
 Alguém queria contar
 (...)
 Era primeiro de maio,
 Dia da festa do mundo.

Foi quando a voz calma e séria,
 No velho parque vibrou,
 E um convite alvissareiro
 O povo unido escutou:

“Amigos, a rua é larga.
 Unidos, vamos partir.
 A nossa ‘União Operária’
 Nós hoje vamos abrir.”
 RIPOLL, 1998, p. 114

Portanto, segundo o poema, seria um convite de uma pessoa não identificada, apenas colocada como “a voz”, que traz esse anúncio da passeata. O uso de um agitador não identificado traz uma ideia de consenso por parte dos participantes do evento. Em seguida no poema, a autora vai dizer que “espontâneas as filas se formaram ergueram-se a cantar” (RIPOLL, 1998, p. 116). Destaca-se que Ripoll não foi uma participante da marcha, porém foi militante do PC, atuando politicamente na cidade de Porto Alegre, concorrendo ao cargo de deputada estadual. Seu poema pode ser lido como uma visão de militantes comunistas, de forma geral não apenas restrito à cidade de Rio Grande, sobre o Massacre da Linha do Parque²⁶.

Em outra fonte, o poema escrito por Manoel Rechia, participante da marcha, militante comunista e futuro vereador, a questão do planejamento dessa passeata parece

²⁶ Os aspectos referentes a construção da memória do Massacre da Linha do Parque e o poema de Lila Ripoll serão abordados no segundo capítulo desse trabalho.

mais evidente. Enquanto Ripoll destaca os momentos anteriores da passeata, o momento da festa, da descontração dos trabalhadores, Manoel Rechia inicia sua poesia já tratando a passeata:

Em defesa da paz
Pão, terra e liberdade
Contra a exploração e a guerra
Contra o bando de covardes

Assim o operariado
Festejava a grande data
E para dar mais brilhantismo
Processou uma passeata

Pelas ruas da cidade
Foi a massa proletária
Saudar o cinquentenário
Da velha União Operária
RECHIA, ANEXO B

Aqui, Manoel já deixa bem clara a proposta e informa que a passeata serviria para “dar mais brilhantismo”. Portanto, seria o ato “político” do Primeiro de Maio, em contrapartida ao momento da festa. Esta referência nos permite pensar que se tratou de uma ação planejada e vista pelos comunistas como o ápice dessa festa, mesmo que Manoel Rechia seja cuidadoso ao dizer que o “plano” seria saudar a SUO, não reabrir a entidade.

A marcha então se inicia pela Rua Rheingantz (atualmente denominada Avenida Presidente Vargas). Nesta via trafegava uma linha de bondes que conectavam a região do Pórtico com os bairros mais centrais. De fato, o nome de Massacre da Linha do Parque, que foi inicialmente atribuído pelos sindicalistas rio-grandinos e espalhado pelos periódicos operários, refere-se ao fato que a marcha seguiu o caminho dos bondes, a Linha do Parque, que era um trajeto comum aos trabalhadores e trabalhadoras da cidade, principalmente aqueles que trabalhavam na Fábrica Rheingantz, um importante polo na produção de tecidos.

O número de participantes varia de forma considerável dependendo da fonte consultada. O *Jornal do Dia* de 3 de maio de 1950 informa a presença de 300 manifestantes, e não discrimina quem seriam eles, destacando que se tratavam de “elementos vermelhos” (JORNAL DO DIA, 3 maio 1950, p. 18), em contrapartida ao jornal *Voz Operária*, ligado ao PC, que traz informação da presença de entre 600 e 800 pessoas, destacando a presença de famílias (VOZ OPERÁRIA, 20 maio 1950, p. 10). É

complicado estabelecer um número preciso devido à falta de material fotográfico no dia do Massacre.

Após cerca de dois quilômetros de caminhada – segundo informações trazidas pelo poema de Manoel Rechia e também por dados coletados por San Segundo (2009) –, nas proximidades da Fábrica Rheingantz, a marcha foi interrompida por um grupo de policiais e soldados ligados ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) sob a liderança do delegado Ewaldo Miranda. O grupo de Miranda se uniu a outro grupo de policiais que se encontrava dentro do Estádio das Oliveiras (localizado na Avenida Buarque Macedo), pertencente ao Sport Club Rio Grande, onde estava sendo realizada uma partida do time local contra o Clube de Regatas Vasco da Gama (SAN SEGUNDO, 2009, p.124; MASCARENHAS, 2006).

A partir desse ponto há algumas evidências que apontam um planejamento da repressão que se seguiu. Os policiais alegaram uma suposta “provocação” (JORNAL DO DIA, 03/05/1950). Segundo o poema de Manoel Rechia, a provocação teria sido uma “murada no focinho” (RECHIA, ANEXO B), ou seja, um soco na cara de um policial. Porém, antes um grupo de policiais e soldados já aguardava a marcha “com suas armas na mão” (RECHIA, ANEXO B). Fica claro, portanto, certa expectativa da chegada dos manifestantes, o que coloca mais em evidência o planejamento anterior da marcha pelos comunistas e a ideia de que era aguardada uma reação.

Com início dos disparos por parte das forças de repressão estatal, temos o registro da morte de três pessoas participantes da marcha: o pedreiro Euclides Pinto, o portuário Honório Alves de Couto e a tecelã Angelina Gonçalves. Também temos a morte de Osvaldino Correa, que, segundo as fontes, estava no estádio e saiu para se juntar à marcha. Os manifestantes reagiram efetuando disparos contra o grupo de policiais, o que acarretou na morte do policial Francisco Reis. Todas as mortes tiveram a sua origem em disparo de armas de fogo. O vereador Antonio Rechia foi atingido pelos policiais e ficou paraplégico devido ao impacto da bala. Houve também um grande número de manifestantes feridos, contudo, teria sido preferível, por partes desses, o tratamento de suas feridas em suas residências (SAN SEGUNDO, 2009). Após o Massacre, o *Jornal do Dia* atestou quanto à presença de membros das Forças Armadas na cidade “a fim de evitarem que qualquer incidente venha perturbar a vida pacífica da cidade” (JORNAL DO DIA, 03/05/1950).

Devido ao impacto do desse acontecimento frente à população rio-grandina – inclusive Manoel Rechia escreve que os acontecimentos “em todos os recintos se ouvia

(sic)” (RECHIA, ANEXO B) –, logo após passado o dia 1º de Maio, o Massacre foi alvo de uma disputa política acerca dos fatos. De maneira geral, percebe-se uma tentativa de parte dos parlamentares locais (vereadores do PTB e PSD) de colocar a culpa do Massacre nos comunistas, visto pelos vereadores como alienados da sociedade, uma força invasora, acusando-os de “aventureiros, patrocinados por Moscou” (SAN SEGUNDO, 2009, p. 120).

Os vereadores trabalhistas argumentam legítima defesa por parte dos policiais, que teriam somente reagido devido às agressões anteriores promovidas pelo grupo de manifestantes. Também há acusação de que os manifestantes iniciaram os disparos, e de que as vítimas foram alvos “acidentais”. Concorre contra esta tese o fato que as pessoas assassinadas eram lideranças em seus círculos operários. Portanto, pode se supor que a eliminação desses elementos poderia ser bem recebida por setores empresariais e conservadores da cidade.

Segundo Manoel Rechia, Antonio Rechia foi o primeiro alvo dos soldados. Ele afirma inclusive a participação direta de Ewaldo Miranda como um dos prováveis atiradores contra o operário:

O portuário Antonio Rechia
 Aquele bravo vereador
 Assegurava o direito
 Do povo trabalhador

Dizendo: Isto é tudo é lícito
 Dentro da Constituição
 Liberdade de consciencia [consciência]
 E livre manifestação
 (...)
 Foi quando Ewaldo Miranda
 Covardemente alvejou
 O vereador Antonio Rechia
 Que logo ao solo prostrou

Assim gravemente ferido
 Com sua fibra intermeraria (sic)
 Gritava esse erói (sic) do povo
 Viva a classe operária!
 RECHIA, ANEXO B

Outro fator que contradiz a versão das mortes acidentais é o próprio caso de Angelina, pois, segundo o seu atestado de óbito (ANEXO C²⁷), ela foi atingida por um

27 Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ AT0_0014_0001, p. 9.

projétil na região do crânio, e o disparo foi realizado de uma distância bastante curta, evidenciando uma provável intencionalidade no disparo.

Essa versão a respeito do teor acidental foi corroborada pela imprensa local. Ambos os jornais de maior circulação da cidade, *Rio Grande* e *O Tempo*, publicaram nos dias subsequentes reportagens sobre o ocorrido focando suas matérias na pequena quantidade de presentes, na violência dos manifestantes e nas mortes do policial Francisco Reis²⁸ e de Osvaldino Correa, entendido pela imprensa apenas como alguém que estava passando pelo local do conflito²⁹. Destaca-se que ambos os jornais ocupavam posições distintas no espectro político da cidade. O jornal *Rio Grande* tinha o objetivo de ser independente em relação a políticos, contudo era “simpático aos empresários” (SAN SEGUNDO, 2009, p. 103) e crítico aos movimentos grevistas. Já a publicação *O Tempo* era de propriedade de Saul Porto, ligado ao PTB. O periódico não era uma publicação oficial do partido, contudo agia “como se fosse” (SAN SEGUNDO, 2009, p. 106).

Em relação ao Massacre da Linha do Parque, a publicação *Rio Grande* destaca-se por sua visão negativa do movimento dos comunistas, construindo um ponto de vista de afastamento dos comunistas com o restante da população rio-grandina, como em matéria publicada no dia 3 de maio de 1950:

A população ordeira e pacata do Rio Grande, cujos votos de civilidade e respeito tanto a enaltece no conceito geral do Estado e do país, foi ontem à tarde, estupidamente sacudida pelas gravíssimas ocorrências verificadas entre a política os participantes de uma festa popular realizada no antigo local do Parque Riograndense, elementos estes pertencentes ao extinto PC. (RIO GRANDE, 3 maio 1950 p. 1)

Há uma nítida tentativa de separação entre aqueles que seriam rio-grandinos e aqueles que seriam “elementos do extinto PC”. Um discurso similarmente adotado pelos vereadores do PSD e PTB.

A imprensa nacional também destacou o Massacre da Linha do Parque, com jornais do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e outros estados repercutindo o acontecimento. Destacam-se dois periódicos da imprensa nacional. A matéria publicada n’A *Noite*, um jornal ligado ao governo federal que funcionava como uma empresa

28 O jornal *Rio Grande* anunciava no dia 3 de maio uma enorme comoção pela cidade pela morte do soldado.

29 O jornal *Rio Grande* reproduz a seguinte frase a respeito de Osvaldino Correa: "Entre os feridos se encontra o sr. Oswaldino Corrêa, ferroviário, que nada tinha com o ocorrido, foi atingido por uma bala quando, descuidado, passava pelo local" (RIO GRANDE, 3 maio 1950, p. ??).

pública (CPDOC, 2021), reforça a imagem de um distanciamento dos comunistas com os outros moradores da cidade: "A população ordeira desta cidade (Rio Grande) foi brutalmente sacudida pelos sangrentos acontecimentos que empanaram o brilho das comemorações de 1º de maio" (A NOITE, 3 maio 1950, p. 9). Outra matéria, publicada no jornal *Diário da Noite*, que fazia parte do conglomerado de periódicos Diários Associados de propriedade do empresário Assis Chateaubriand, utiliza exatamente o mesmo texto inicial (DIÁRIO DA NOITE, 1950) que a matéria do Jornal A Noite, que por sua vez utilizou de algumas expressões do *Rio Grande*, como o uso da palavra "ordeira". Observa-se, a partir disso, uma consonância entre os veículos de imprensa (local e nacional) em definir duas características do evento: a provocação dos comunistas que resultou na tragédia; a alienação desses indivíduos em relação ao restante da cidade.

Aliado aos discursos da imprensa, os políticos do PTB utilizaram-se dos acontecimentos como forma de tentar "expulsar" o comunismo da classe trabalhadora, identificando como uma ideologia "alheia" ao povo brasileiro. Destaca-se o pronunciamento do vereador Hipólito Casemiro Leonini, que, ao criticar a ação dos comunistas, reivindica que seu partido defende um programa "social-cristão" e que "somente com a ordem atingiremos o progresso e a bancada do PTB sempre agiu com esse objetivo e continuará a fazê-lo para o bem da coletividade" (SAN SEGUNDO, p. 118). Nota-se que a intenção dos membros do PTB, atuantes na política municipal, era de mitigar a presença dos comunistas no movimento operário local. Entretanto, destaca-se que as críticas do PTB quanto ao PC não provêm apenas de um teor oportunista de disputa de um eleitorado das fábricas, também está ligado a uma própria construção ideológica de um trabalhismo anticomunista³⁰.

Além da versão policial do Massacre da Linha do Parque, corroborada pela imprensa e outros atores políticos anticomunistas, as organizações sindicais

30 Para compreendermos a ideologia do trabalhismo brasileiro e sua relação com o anticomunismo temos que olhar para o trabalho do político Marcondes Filho no Ministério do Trabalho a partir de 1941. A consolidação do trabalhismo nas massas trabalhadoras brasileiras ocorreu, principalmente através do programa de rádio Falando aos Trabalhadores Brasileiros, segundo ele (Marcondes Filho), "o programa semanal constituía uma experiência destinada a divulgar pelo processo mais rápido e amplo as medidas governamentais em matéria de legislação social" (GOMES, 2005, p. 212). Portanto, o trabalhismo busca um contrato entre o estado burguês e o trabalhador, na qual o estado, representado na figura do Presidente da República, executaria as ações em benefício comum em troca, os trabalhadores deveriam garantir a estabilidade social e não subverter o ordenamento político do estado burguês. Logo, o trabalhismo busca ser uma alternativa e um inimigo da ideologia comunista. Pois a manutenção do estado burguês, que se legitima pelo "contrato efetuado entre o povo e presidente através da doação das leis sociais" (GOMES, 2005, p. 232), é um dos objetivos finais do trabalhismo.

estabeleceram suas próprias visões sobre aquele Primeiro de Maio. Num primeiro momento em um aspecto de denúncia ao que o partido entendia como não apenas uma perseguição aos comunistas e o movimento operário, mas uma política reacionária em todas as esferas do governo e Estado brasileiro, sob a influência do “Trumanismo”³¹ (RECHIA, ANEXO B). Portanto, os comunistas vão iniciar essa campanha de denúncia em seus pontos de propaganda partidária (principalmente jornais) em nível nacional; nas tribunas das assembleias municipais e organizações operárias em nível local.

Num primeiro momento, temos a repercussão local sobre o ocorrido. A vereadora comunista Guaraciaba Silva tenta ler no dia 11 de maio na Câmara de Vereadores uma carta da esposa de Euclides Pinto, porém é reprimida pelos demais vereadores (SAN SEGUNDO, 2009). A mesma vereadora também pronuncia sobre uma “incalculável multidão” de quase “cinco mil pessoas” (SAN SEGUNDO, 2009, p. 152) para o cortejo às vítimas do massacre, o mesmo número é divulgado pelo jornal *Voz Operária*. Em contrapartida, o jornal *O Tempo*, declara que o cortejo teve um “pouquíssimo comparecimento”. Enquanto que para o Primeiro de Maio não contamos com material fotográfico, do cortejo de homenagem às vítimas temos acesso a imagens fornecidas pelos membros rio-grandinos do Partido Comunista do Brasil. Ainda que a fotografia não seja o suficiente para fornecermos um número preciso de participantes da marcha, pode se notar uma participação no mínimo relevante de pessoas no cortejo às vítimas do Massacre da Linha do Parque.

Figura 1: Cortejo às vítimas do Massacre

³¹Trumanismo é uma expressão utilizada por membros do PC a partir do final da década de 1940 e é uma referência ao presidente estadunidense Harry S. Truman, que presidiu o país de 1945 até 1953. O governo de Truman aplicou uma série de medidas no campo da política externa que ficaram conhecidas como Doutrina Truman, que se caracterizavam em um conjunto de ações de combate direto a presença comunista em países visto como “frágeis” e “influenciáveis” a políticas comunistas. (HOBBSAWM, 1995, p.226).



Fonte: SEGUNDO, 2009 p. 153. Imagem disponível no Arquivo do Diretório Municipal do Partido Comunista do Brasil/Rio Grande-RS, cedida por Diego Luiz Vivian.

Segundo Manoel Rechia em seu poema, havia uma forte ameaça que policiais fossem alvejar contra a marcha se ocorresse outra “provocação”:

Em cada esquina se via
Um caminhão da brigada
Com as metralhas apontando
Pra multidão que passava
RECHIA, ANEXO B

Essa presença significativa da população rio-grandina no cortejo pode nos dar elementos que corroborem com o enraizamento do PC na cidade operária. Entretanto, temos que ser cautelosos ao creditar essa participação do cortejo apenas à adesão ao PC. Será que podemos ter certeza que boa parte dessas pessoas que aparecem ali no cortejo teriam ligações com PC ou a SUO?

Assim, podemos considerar que o Massacre da Linha do Parque, ocorrido no dia primeiro de maio de 1950 na cidade de Rio Grande, foi um acontecimento com relevante repercussão significativa nacional e, sobretudo, local. Neste sentido é que

propomos aqui este recorte, como uma base para iniciarmos a investigação dessa dissertação.

Então, a partir daqui, discutiremos alguns aspectos do sindicalismo e comunismo rio-grandino, de forma a elucidar alguns pontos do Massacre.

2.2. O Movimento Operário Rio-Grandino: da formação da classe aos comunistas

Ao descrevermos o Massacre da Linha do Parque, tem-se que ele nos suscita a analisar a classe trabalhadora na cidade de Rio Grande, visto que é perceptível a identificação dos participantes da marcha a partir da perspectiva de classe. Portanto, o que será observado a seguir vai ser uma tentativa de compreensão do movimento operário rio-grandino não sob o ponto de vista das condições econômicas, mas dos caminhos que levam esses homens e mulheres a se reivindicarem como membros de uma classe.

Escolheu-se não ter como foco uma apresentação cronológica do movimento operário rio-grandino, optando-se por focar em três aspectos da construção da identidade de classe na cidade. Tal organização visa a interpretação da formação da classe trabalhadora rio-grandina sob o aspecto de sua identidade de classe, na apresentação e discussão de seus ritos e mitos formativos.

2.2.1. Pontos iniciais sobre o conceito de classe

O historiador britânico E. P. Thompson analisa em suas obras a respeito da formação de classe através dos antagonismos entre grupos que se formam através de interesses em comum. Para Ao examinar o contexto das lutas camponesas no final do século XVIII na Inglaterra, Thompson observa o papel dos movimentos de populações de baixas condições econômicas no período transicional entre o meio rural e o meio urbano, onde há a consolidação do “trabalho livre, móvel e assalariado” (THOMPSON, 1998, p. 40). Os movimentos contestatórios promovidos por essas populações, classificadas como “multidão”, não são nem uma obra espontânea de trabalhadores e trabalhadoras, nem uma organização revolucionária, são movimentos conscientes da

situação econômica que diferencia empregados e empregadores em seu contexto local, porém não seria, para Thompson, uma classe social.

Ao longo desse período, uma série de organizações no meio rural e urbano inglês surgem, entretanto, Thompson evita qualificá-los como associações “classistas” ou sindicatos, pois observa em tais organizações a falta de um reconhecimento enquanto classe, ainda que já fossem materialmente membros da classe trabalhadora. Então, para o historiador, a primeira organização que vai ter um sentido significativo de classe vai ser a *London Corresponding Society* (LCS) fundada em torno do ano de 1792. Thompson atesta em especial para uma regra colocada entre os dogmas principais da organização: “Que o número de nossos Membros é ilimitado” (THOMPSON, 1980, p. 16, tradução nossa³²). Essa frase revela algo muito particular da LCS: ainda que fosse uma organização de ação e alcance limitado ao local, sua intenção é mais abrangente, extrapola estes limites, converge para sentimentos e sensações comuns a todos os trabalhadores, não pretendendo ter, inclusive, barreiras nacionais.

Thompson apresenta que os objetivos da LCS se concentraram mais em uma reforma política que buscasse a inclusão de trabalhadores, do que nos anseios materiais destes em seus postos de trabalho, como por exemplo aumentos salariais. Isso abre um questionamento se é a LCS uma organização da classe trabalhadora, ou uma organização de caráter radical, influenciada pelo jacobinismo da Revolução Francesa e outras tendências do liberalismo do final do século XVIII. Tal preocupação, sob o caráter classista da organização se compreende, portanto, em seus objetivos concretos perante a sociedade inglesa no período, que seriam, supostamente, alheios aos anseios dos trabalhadores. Entretanto, ao corresponder um caráter universal e propagandísticos de seus ideais, a LCS se separa das antigas manifestações do século XVIII, “quando a multidão não se organizou em busca de seus próprios fins, mas foi chamada à ação espasmódica por uma facção (...) para fortalecer sua liderança e assustar as autoridades” (THOMPSON, 1980, p. 24, tradução nossa³³).

É nessa perspectiva, de uma organização que se enxerga como pertencente a um grupo para além das fronteiras de seu bairro, vila ou aldeia, que o conceito de classe será discutido nesse trabalho. Pois o processo do local para o universal é mais representativo para a formação da classe enquanto uma identidade e um ator na

32That the number of our Members be unlimited.

33when the mob did not organize itself in pursuance of its own ends but was called into spasmodic action by a faction (...) to strengthen its hand and frighten the authorities.

memória social, que as condições materiais que fomentam os antagonismos de classe em determinadas situações sociais.

Esse trabalho dialoga também com as noções sobre o conceito de classe apresentadas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu em sua obra “O Poder Simbólico”. Para Bourdieu, há duas ideias de classe, ou dois limitadores distintos de classe. A primeira são “conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes” (BOURDIEU, 1989, p. 136). Para Bourdieu, essa é uma visão idealizada de classe, portanto não observável de forma concreta na realidade. O segundo limitador são os espaços de relações, os grupos e organizações fundadas por indivíduos congregados em sentidos comuns, e que modelam suas identidades através dessas organizações. Para Bourdieu, essa é a classe ativa dentro da sociedade, a classe real, pois é quando os indivíduos se identificam enquanto membros da classe, legitimando a existência desse fenômeno social.

Para os fins desse trabalho, a classe se torna evidente e é uma categoria de análise para as questões de memória quando ela se torna uma ferramenta discursiva e identitária em um grupo de indivíduos. Só há, no ponto de vista da memória, classe trabalhadora quando os trabalhadores assim determinam seu nascimento. Quando se centra a discussão a respeito da memória entre os partidos políticos, sindicatos e organizações, emerge a necessidade do estudo da classe sobre o ponto de vista da representação e identidade, muito mais que a materialização do fenômeno socioeconômico da classe na sociedade capitalista.

O que se evidencia, ao apresentar uma correlação entre Thompson e Bourdieu, e tomá-los como base inicial para as discussões, é que a classe quando se torna um instrumento político sempre virá acompanhada com uma reivindicação sobre o termo. Então, para os estudos da memória, a classe trabalhadora se constitui naqueles indivíduos que desse termo tiram sua identidade e constroem sua memória coletiva e cultural, correlacionada com seus ritos e mitos. Não há estudo sobre memória no campo da História sem considerar as origens da reivindicação, identificação e celebração de aspectos do passado por grupos.

2.2.2. A cidade de Rio Grande e o contexto operário ao longo da primeira metade do século XX

A cidade de Rio Grande localiza-se na região austral do estado do Rio Grande do Sul, e foi a primeira formação urbanística nessa região do Brasil, logo, também foi a primeira capital da Capitania do Rio Grande de São Pedro. Segundo Pedro Vasconcelos e Rogério Piva (2007), desde o início da produção econômica na região sul do Rio Grande do Sul, a cidade de Rio Grande se manteve como o principal centro escoadouro da região, devido a sua posição geográfica privilegiada. Por isso, o setor portuário e, até a década de 1980, ferroviário foram os principais investimentos econômicos na cidade. Essa movimentação portuária em Rio Grande foi consolidada já no início do século XX com a construção do Porto de Rio Grande a partir de 1910 e com empreendimentos ao longo do século XX, diversificando entre investimentos de cunho público e privado.

Foi no final do século XIX e início do século XX que vamos ter o início da industrialização da cidade, assim como no estado do Rio Grande do Sul como um todo. Esses centros de produção manufatureira no Rio Grande do Sul concentraram-se inicialmente em regiões urbanizadas em períodos anteriores à industrialização. Portanto, segundo Sandra Pesavento (1983), o processo de industrialização rio-grandense ocorrido no final do século XIX não se deu de forma anômala em relação ao processo de industrialização brasileiro, com a preferência de alimentação do mercado interno como já era visto no setor agropecuário. Em termos de produção industrial e manufatureira, Rio Grande sempre foi coadjuvante no comparativo com Porto Alegre, Novo Hamburgo e Pelotas, esta última uma cidade localizada na mesma região.

Nesse contexto rio-grandino, a presença de uma malha industrial e índice populacional menor em relação a Pelotas traz uma menor quantidade de investimentos de capital para a cidade. Isso nos leva supor que a cidade de Rio Grande apresentava uma constituição social menos diversa, corroborada pela falta de um projeto de imigração institucionalizada como em outras cidades do Estado. Os projetos migratórios rio-grandinos ocorreram como políticas particulares de industriários da cidade, como nos casos de contratação de mão-de-obra imigrante ocorrido nas fábricas Poock (LONER, 1996) e Rheingantz (FERREIRA, 2013).

Ao longo da primeira metade do século XX, Rio Grande terá uma significativa população operária. No início do século, estimativas colocam entre oito a dez mil pessoas empregadas no setor fabril, em um momento em que a população do município seria próxima de vinte e cinco mil habitantes, contudo esse número de trabalhadores fabris “estavam incluídos donos de oficina e artesãos autônomos” (PETERSEN, 2000,

p. 27). Na década de 1940, o município contava com uma população de sessenta mil habitantes no início da década, para setenta e sete mil no final da década (FRIDERICHS, 2013). Nessa década veremos uma reorganização do movimento operário, que saía de um período de tentativa de tutela durante o Estado Novo (SAN SEGUNDO, 2009). Já na década de 1950, vai haver um período de rápido crescimento industrial e aumento da renda per capita entre os rio-grandinos, "sendo caracterizada como a 'década de ouro'" (FRIDERICHS, 2013, p. 54-55).

Tal crescimento se mostraria curto, e durante a década de 1960 a cidade passa por um período de recessão econômica, o que faz parte de uma tendência geral no estado do Rio Grande do Sul de uma inversão econômica dos polos produtivos, em que a região norte do Estado vai experienciar cerca de quarenta anos de crescimento econômico, e as cidades do polo sul uma estagnação econômica (AREND; CÁRIO, 2010).

2.2.3. A Sociedade União Operária

Com esse ponto de partida, quando pensamos em classe trabalhadora no município de Rio Grande como uma representação dos trabalhadores e uma construção de sua identidade, temos que preferencialmente apresentar a formação da Sociedade União Operária. E será a partir dessa organização a referência para a análise da classe, pois esse recorte nos permite observar a identidade de classe de forma mais nítida.

Evidentemente que a Sociedade União Operária não reunia a totalidade de trabalhadores e trabalhadoras do município. E nem o próprio movimento comunista, que, apesar de ter uma expressão significativa e por vezes parecer majoritário no movimento sindical da cidade, nunca exerceu um controle hegemônico, como afirma San Segundo, ao escrever que "a composição ideológica do movimento operário em Rio Grande era bastante heterogênea (...)" (2009, p. 114). Entretanto, o entendimento sobre o conceito de classe aqui expresso está mais concentrado no aspecto da reivindicação desse termo como elemento formativo de um grupo, do que na quantidade numérica de membros.

Em termos bibliográficos, a SUO possui uma bibliografia acadêmica mais extensa em relação ao Massacre da Linha do Parque. Tal situação ocorre por dois aspectos. O primeiro deles é o espaço cronológico ocupado pela Sociedade, iniciando no

final do século XIX e encerrando suas atividades (de forma forçada pela Ditadura Civil-Militar) em 1964. O segundo é a gama de atividades desenvolvidas pela SUO, que além de uma referência do movimento sindical, foi uma referência cultural e educacional na cidade. Logo, há uma variedade de pesquisas sobre a SUO que não necessariamente estão relacionadas com o campo da História³⁴.

A Sociedade União Operária foi uma organização de caráter sindical fundada oficialmente em primeiro de maio de 1894. No entanto, a SUO não é a primeira organização voltada aos trabalhadores do período em Rio Grande. Vamos ter a formação da Sociedade Beneficente Protetoras das Classes Laboriosas de Rio Grande de 1890 (PETERSEN, 2001). É uma organização de caráter mutualista, ou seja, não era entendida primordialmente como um instrumento político, mesmo que, assim como outras associações mutualistas, atuasse na política³⁵. Entretanto, é necessário destacar que a Sociedade Beneficente é uma das primeiras organizações de trabalhadores da cidade a não ter delimitação étnica, profissional ou restrita a uma fábrica da cidade, que nos mostra uma inclinação classista da organização.

Já em 1892 surge na cidade a União do Trabalho, que se afasta do patronato da cidade e busca um caráter classista mais definido, entretanto com uma capilaridade limitada entre os trabalhadores da cidade. E estava correlacionada com as primeiras organizações que surgem em outros centros urbanos do estado, portanto “sob influência da social-democracia alemã” (PETERSEN, 2001, p. 65).

Todas essas organizações desse período, incluindo a própria SUO, fazem parte de um contexto nacional da abolição da escravidão em 1888 e da Proclamação da República de 1889. Como é destacado por Angela Castro Gomes (2005), esse período não se trata de um processo revolucionário. Boa parte dos atores políticos do período imperial se mantém na política nacional agora sob a manta de republicanos. Todavia, segundo a autora, esse período do final do século XIX, no qual houve uma congregação entre o ápice do movimento abolicionista e o movimento republicano, representou um

34 MACEDO; PRADO; DOS SANTOS, 2013.

35 Apesar dessa visão ser hoje superada por pesquisas a respeito das sociedades mutualistas, já que se observa uma movimentação política intensa nessas organizações em diversas cidades do país (BATALHA, 2010). Esse papel não era evidentemente colocado ou expressado, e o aumento da presença da discussão política em sociedades mutualistas (que muitas vezes tinham ligações com o patronato) resultava em intensas discussões e divergências dentro dessas associações (GOMES, 2005). A respeito da Sociedade Beneficente, destaca-se o papel da mesma no auxílio jurídico aos seus membros (PETERSEN, 2001). O ingresso da Sociedade Beneficente no campo judicial nos indica uma forte inclinação para a discussão política dentro dessa organização, mesmo se tratando de um órgão que não se identificava enquanto tal, mas que claramente estava envolvido no cenário político local.

período de maior movimentação política no Brasil desde as revoltas do Período Regencial. Um passo para uma participação mais popular na política, em destaque para a cidade do Rio Janeiro, capital federal, que tem um “clima verdadeiramente disruptivo que marca a virada do século XIX” (GOMES, 2005, p. 36).

Nesse contexto, a abolição da escravidão também representou um processo bastante único na visão a respeito do trabalho. Durante o período da escravidão, principalmente no crescimento da população escravizada de origem autóctone nas primeiras décadas do século XIX, a cultura do trabalho no país tinha um tom majoritariamente negativo. O trabalho manual era observado como uma tarefa degradante, pois era algo exercido por aqueles que não eram entendidos como pessoas, muito menos como cidadãos donos de direitos civis. O projeto abolicionista brasileiro nas elites surge muito mais motivado pela preocupação com a situação da população branca, que com o reconhecimento do negro como cidadão. Como é colocado por Angela de Castro Gomes:

Na sociedade imperial o sistema escravista tornara o trabalho manual totalmente desmerecido. Sua desqualificação era de tal ordem que o próprio processo de trabalho surgia como algo extremamente simples e bruto: como coisa capaz de ser executada por “peças” ou animais. (...) Além disso não havia a menor vinculação entre o trabalho e a obtenção de meios para uma vida melhor. (GOMES, 2005, p. 45)

Aliado a essa visão de uma parcela da elite brasileira sobre a necessidade da construção de uma nova concepção de trabalho, os próprios novos trabalhadores, agora inseridos em trabalhos supostamente assalariados, iniciam suas construções de identidades do ser trabalhador. Em discordância ao projeto abolicionista das elites, uma grande parte das associações de trabalhadores vai ter como destaque a participação da população negra brasileira, em que “nas organizações e lutas sindicais, em sentido mais estrito, poderia estar então a chave para a superação das marcas mais fortes da escravidão” (BADARÓ, 2009, p. 214). À parte das teorias racistas por parte da elite brasileira, a respeito da impossibilidade da população negra de organizar-se, havia a tradição entre as populações negras brasileiras da mobilização trabalhista de característica grevista. Como destaca Antonio Negro e Flavio Gomes (2013): “Antes da greve, a parede de escravos conseguia pressionar por melhores condições enquanto suspendia, temporariamente os serviços” (p.58).

Desse primeiro período da movimentação operária no Brasil é necessário dar destaque para o papel dessas associações, como a SUO, que acumularam a experiência de luta do movimento abolicionista, na construção de uma identidade trabalhadora brasileira. O historiador Marcelo Badaró Mattos (2009) aponta, através de uma análise dos artigos de jornais das associações de trabalhadores, como a linguagem foi um forte fator na identificação dos trabalhadores brasileiros. O próprio uso da palavra “classe”, inicialmente escrita no plural destacando que cada profissão representaria uma “classe”, é um dos aspectos da formação da identidade dos trabalhadores brasileiros. Se reconhecer enquanto uma classe é um processo que ocorrerá ao longo da Primeira República, tendo sempre uma perspectiva da sobreposição da questão local, mesmo que boa parte das vezes a intenção de algumas lideranças (principalmente as de cunho ideológico socialista) fosse a construção de identidades de corte universal.

Cláudio Batalha (2000), ao fazer uma análise a respeito das primeiras organizações de trabalhadores brasileiros, classifica-as em três grupos: as associações pluriprofissionais; sociedades por ofício; e as sociedades mutualistas. A SUO seria classificada como a primeira, o que, segundo Batalha (2000), representaria um grupo de organizações que “surgiram, sobretudo, em cidades ou bairros com pouca ou nenhuma organização por ofício; geralmente representavam a primeira forma de estrutura sindical possível, tendendo a desaparecer com o desenvolvimento de organizações específicas por ofício” (p. 16) e que possuíam um limite de atuação, em sua grande maioria não vão permanecer ativas por mais de cinco anos. Essa descrição de Batalha, que é corroborada por outros autores a respeito do movimento sindical da Primeira República, não serve, porém, para descrevermos a SUO na sua totalidade.

Na construção dos movimentos de trabalhadores no Brasil vamos observar uma mudança nas instituições que representam os trabalhadores de maneira constante. Do socialismo do final do século XIX, do anarquismo do início do século XX e nas disputas entre trabalhistas e comunistas no meio sindical, há um constante nascimento de novas organizações, sindicatos e partidos políticos. E muito raramente essas novas organizações reivindicavam organizações passadas em suas atuações políticas.

Um caso ilustrativo dessas ocorrências vai ser o Centro do Partido Operário (CPO), que é uma das primeiras organizações classistas do país, fundada na cidade do Rio de Janeiro. O CPO vai ter um crescimento bastante elevado e “acabaria por ser a organização operária mais ativa até o ano de 1893” (CASTRO GOMES, 2005, p. 52), inclusive elegendo um deputado federal, o tenente José Vinhaes, que se declarava como

socialista. Apesar desse aparente sucesso, o CPO vai ter uma curta existência, e após a saída de José Vinhaes do movimento operário, a organização se desintegra em pouco tempo. Observa-se posteriormente a fundação da Associação dos Operários do Brasil (AOB), com alguns representantes do CPO, que em pouco tempo mudaria de nome em 1902 para Centro das Classes Operárias, a organização vai durar até o ano de 1904 (CASTRO GOMES, 2005). Todas essas organizações vão ser influentes em seus períodos de atuação, contudo, com a posterior entrada do anarquismo no movimento sindical, não há uma tentativa de resgate dessas organizações, e sim a criação de novos nomes, com novas simbologias.

Enquanto isso, na cidade de Rio Grande, se observa uma diferença que não é notada em outras cidades. A SUO não vai apenas ser uma organização da classe operária durante as últimas décadas do século XIX, ela será a personificação simbólica do movimento operário até 1964. Além disso, não era uma organização que teve uma relação com uma liderança específica do movimento sindical, como é observável no caso de Tenente José Vinhaes e o CPO.

No contexto de formação da identidade operária brasileira se nota a delimitação de territórios culturais e sociais entre um setor da população (burguesia), que vai comandar esses novos setores econômicos do Brasil republicano, e um setor (majoritário), que vai trabalhar nesses setores. Ao longo do tempo vão aparecendo características unificadoras através dos relacionamentos em âmbito local que constroem as identidades. Não são, contudo, identidades estáticas que seguem um padrão de início e fim, pois “ao estudar a construção das identidades coletivas, que elas são sempre construções fluídas, mesmo que, muitas vezes, o grupo identitário tenda, discursivamente, à unificação” (BILHÃO, 2010, p. 229). Então, Rio Grande irá passar pelas mesmas “etapas” do movimento de trabalhadores, mas essas mudanças vão ocorrer dentro da SUO, que vai se tornar um palco de disputas constantes entre as ideologias do movimento operário, e uma abrangência profissional, indo desde funcionários das indústrias locais, até mesmo pequenos comerciantes. Tais questões podem ser observadas na obra do historiador Benito Schmidt, que foi um dos primeiros trabalhos a destacar as excepcionalidades da SUO e sua potência entre os trabalhadores rio-grandinos. Como caracteriza Schmidt (1999): “a União deveria ser a ‘diretora’, a ‘casa chefe’, a ‘principal autoridade’, a quem caberia indicar os rumos a serem seguidos pelos trabalhadores da cidade” (p. 167).

Nos primeiros anos de atuação como entidade, a SUO era oficialmente uma organização de cunho socialista (SCHMIDT, 1999). Todavia isso se estimava mais como pretensão de uma parcela de seus líderes que de fato uma filiação ideológica do operariado local com o socialismo. Nesses primeiros momentos de atuação, ideologicamente a organização era comandada por Antônio Guedes Coutinho, imigrante português que a partir de seus contatos com diferentes grupos operários e uma leitura de pensadores comunistas, socialistas e social democratas, desenvolve sua própria visão de socialismo e atuação sindical. Coutinho, segundo Schmidt (1996), criou uma proposta política numa linha de pensamento de cunho reformista, devido a uma aparente repulsa à noção de uma revolução violenta.

Coutinho não pode ser visto como uma unanimidade dentro da SUO ou até mesmo uma figura que manteve uma relevância política posterior dentro da organização. Pode-se afirmar que a “linha de pensamento Coutinho” vigorou com certa legitimidade até a primeira década do século XX. Em 1909 suas propostas “foram todas rejeitadas, pois, por ecléticas, terminaram não tendo o apoio de nenhum grupo consolidado, e ele demitiu-se do cargo de presidente” (LONER, 2001, p. 183).

A demissão de Coutinho, mas com a SUO permanecendo ativa, mostra uma diferença entre as outras organizações do início do século XX – que ficaram mais caracterizadas por suas lideranças centrais que de fato as organizações. A saída de lideranças ao longo dos anos parece não alterar a importância da organização perante a população rio-grandina. Segundo Sbabo (2014), o “primeiro estatuto (1903), (...), reflete a liberdade que era atribuída a eles no que tange às suas escolhas ideológicas, mas não seria consentida aos mesmos a possibilidade de efetuarem propagandas (...) desta categoria no interior da entidade” (p. 194). Tal princípio parece ser uma característica importante para entendermos essa aparente unanimidade da SUO sobre os trabalhadores na cidade de Rio Grande. Como veremos, a SUO teve diretorias com claras preferências partidárias, inclusive com períodos em que este domínio partidário era absolutamente claro. No entanto, a entidade sempre se manteve com a intencionalidade de ser um órgão superior ao partido político.

A excepcionalidade da SUO se dará em sua longevidade, que não se expressa necessariamente pelo tempo de existência da organização, mas vai também de encontro a compreender a centralidade da SUO na construção identitária de classe na cidade de Rio Grande. E essa posição da SUO vai ser consolidada pela função ampla exercida pela entidade no campo político e assistencialista.

Quando pensamos em uma caracterização do movimento operário brasileiro do início do século XIX, se classifica a criação de organizações de trabalhadores claramente identificadas com um núcleo de lideranças bem estabelecido, cujo papel vai se dar principalmente na atuação política e movimento trabalhista. Também outras associações de característica mais assistencialista e recreativa, com a criação de espaços de convivência para trabalhadores, e alguns serviços, que não vão ter diretrizes políticas bem definidas, muitas delas ligadas setores da Igreja Católica, como os Círculos Operários.

Claro que essas delimitações não se refletem de maneira total na realidade do movimento operário brasileiro, pois as organizações “políticas” também vão ter espaços de convivência e alguns serviços para seus membros, e as organizações “assistencialistas” vão ter atuações políticas. Entretanto, havia intencionalidades distintas em suas fundações. Essas discussões vão acontecer no movimento rio-grandino, porém dentro da SUO, como destaca Schmidt:

Em função destas diferenças internas, os conflitos na entidade eram frequentes e envolviam principalmente dois grupos: os adeptos do socialismo e aqueles que não queriam a “política” na organização. Por exemplo: em setembro de 1898, o Sr. Mário Douglas, na coluna “Notas ligeiras” da Tribuna do Povo, censurou a União Operária por esta haver cedido seus salões para a realização das assembleias do recém-criado Partido Socialista local. (SCHMIDT, 1999, p. 154)

Apesar desses conflitos, não houveram rompimentos dentro da entidade. A própria demissão de Coutinho, relatada anteriormente, não representou uma derrota definitiva do setor “político” da SUO, pelo contrário, já na década de 1920 a SUO vai ter um papel de destaque nos movimentos grevistas do período (SBABO, 2014) e na década de 1930 observa-se o ingresso de membros do PC na entidade (SBABO, 2016). A SUO, portanto vai atuar decisivamente nesses dois campos, tendo um papel de total centralidade em quase todo seu período de existência³⁶.

O caso mais proeminente da ampla função exercida pela entidade é a educação, que vai ter início nos primeiros anos da SUO com o estabelecimento de uma escola de operários (VARGAS; DOS SANTOS; VARGAS, 2016, p. 300). Assim como outras

36 Janaina Schaun Sbabo destaca que durante o período da Primeira Guerra Mundial a SUO vai experienciar uma queda de sua presença no movimento operário rio-grandino. Nesse período vemos ter "a formação de novas organizações, como é o caso da União Geral dos Trabalhadores (UGT) (...) a partir da sua fundação, a UGT passou a representar o operariado no município até o ano de 1921" (SBABO, 2014, p. 199).

atividades, como peças de teatro e bailes, fazendo da SUO, um espaço de convivência dos trabalhadores de Rio Grande.

A respeito do papel dessas atividades, observa-se no jornal *A Alvorada*³⁷ destacando em suas edições não apenas a política sindical, mas os acontecimentos da cultura interna dessas organizações. Separa o seguinte trecho das notas do jornal a respeito de um baile operário na SUO, onde o repórter, através de uma coluna especial para eventos sociais denominada “Pesquei”, faz um resumo dos acontecimentos:

Pesquei no baile da União Operária, o firme engrossamento do joven (sic) Antonio Silveira com a joven (sic) Esmenia.
Cuidado, Silveira, com a noiva!...
Pesquei no mesmo baile a ternura do C. Toquinho a com joven (sic) N.G.
Pesquei o Juca, empregado no Crespo, de forte conquista com a Philomena, da rua Osorio.
Pesquei o Guerra (barbeiro) dizer que paga para que o critique. (A ALVORADA, 13 ago. 1911, p.3)

São de grande relevância essas informações trazidas pelo jornal, porque nos apresentam um pouco o que era esse espaço da SUO, e complementa a ideia de a organização ter essas características recreativas muito fortes. Um espaço de convivência, onde inclusive esses indivíduos construam relações que ultrapassavam o espaço da SUO. Além disso, a própria cultura do boato e da fofoca presente em um jornal operário (ao lado de artigos e notícias a respeito de greves, negociações sindicais e eleições) nos revelam um ambiente muito mais amplo do que simplesmente a atuação político-sindical.

Observa-se os processos de formação de uma identidade de classe própria rio-grandina e de consolidação da SUO na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, que não advinham de um processo natural, mas de um movimento parcialmente guiado por alguns grupos, mesmo que os resultados não fossem aquilo esperado pelas lideranças desses grupos. É um processo em que as lideranças vão por vezes tentar “orientar” os trabalhadores para algumas condições que resultariam em uma identidade de classe moldada através das organizações.

Badaró Mattos (2009), ao descrever as formações da identidade de classe no Brasil, destaca como o ingresso da mulher no mercado de trabalho era visto como uma

37 Periódico da comunidade negra da cidade de Pelotas, que, reportava, além de suas discussões a respeito da população negra, as movimentações operárias da região sul do estado (as cidades de Rio Grande e Pelotas).

“afrota” para essas lideranças sindicais da Primeira República, tanto num ponto de vista econômico (menores salários), porém também a presença das mulheres dificultava o surgimento de uma identidade de trabalhadores masculinos³⁸.

No trecho anteriormente apresentado do jornal *A Alvorada*, além dos apontamentos da presença da SUO fora de eventos vistos como “políticos” na vida dos trabalhadores, Ângela Pereira Oliveira (2017) argumenta sobre o papel disciplinador dos bailes nas publicações operárias: “Nessa coluna (Pesquei), é possível deparar com o relato de uma série de comportamentos assumidos em público por homens e mulheres da comunidade. Além de vigiar para que os(as) negros(as) tivessem um comportamento exemplar” (OLIVEIRA, 2017, p. 55-56). Até mesmo se retornarmos para os esforços da SUO em relação ao ensino, essa imagem de uma orientação para aquilo do que esses trabalhadores e trabalhadoras deveriam ser fica bastante explícito, a Sociedade destina os seguintes papéis ao homem e à mulher operária:

Não havia co-educação entre sexos; há diferenciações, também quanto ao tipo de aprendizado disponibilizado entre os gêneros. Um sinal claro disso é que as estudantes recebiam instrução para prendas domésticas, como, por exemplo, aulas de bordado todas as tardes, enquanto os estudantes masculinos recebiam preleções de matérias científicas e formais, ficando claro uma distinção entre gêneros reforçada nas aulas dirigidas ao sexo masculino durante a tarde (VARGAS; DOS SANTOS; VARGAS, 2016, p. 288)

Essas divisões enquanto ao papel de gênero dentro da SUO são características que se mantêm ao longo dos anos. Caroline Matoso (2019) apresenta um cenário do movimento operário de 1920 até 1968, em que as vozes femininas ficam consideravelmente silenciadas na entidade, destaca Matoso:

Nos 48 anos analisados nessa pesquisa, encontramos documentos dispersos que falam sobre a presença das sindicalistas na entidade. As atas das assembleias registraram falas apenas masculinas. A exploração de jornais operários e de documentações produzidas pela SUO referentes ao ensino educacional e o Grêmio Lyrico dramático, ao retratarem em maior quantidade a presença de mulheres, nos apontam para uma possível divisão sexual de funções dentro do mundo sindical. (MATOSO, 2019, p. 111)

38 Ava Baron (2006) destaca como a formação de organizações de trabalhadores ao longo da história do trabalho esteve muito relacionada a um “olhar masculino” do trabalho. As organizações se fundam enquanto “irmandades”, ou seja, pontos de encontro que além de terem um papel na luta por melhores condições de trabalho, serviam o propósito da criação de espaços de convivência social para a população masculina.

Outro aspecto presente na orientação da SUO para a construção de uma identidade entre os trabalhadores é através de uma organização do tempo pelas entidades. Batalha (2000) aponta que a disciplinarização do tempo (em que datas específicas são colocadas pelas organizações como datas comemorativas aos trabalhadores) serviram como um contraponto às associações dançantes e carnavalescas que surgiam no período e as datas comemorativas estimuladas pelos governos. Esse “calendário de celebrações e solenidades, que se tornou elemento essencial da cultura militante” (BATALHA, 2000, p. 65). O Primeiro de Maio representava o ápice dessas celebrações, e uma data simbólica de muita importância para os sindicatos.

A SUO, como foi anteriormente dito, é fundada num Primeiro de Maio, e os rio-grandinos, inseridos nesse universo dos trabalhadores e trabalhadoras da SUO, tinham essa data como ainda mais relevante, pois era o aniversário da organização. A elevação do Primeiro de Maio pelas lideranças do movimento fica bastante evidente até mesmo em 1950 nas recordações de Manoel Rechia a respeito do Massacre da Linha do Parque:

Na cidade do Rio Grande
Lá no Parque Beira
-Mar
O povo comemorava
A data internacional
(...)
Assim o operariado
Festejava a grande data
E para dar mais brilhantismo
Processou uma passeata

Pelas ruas da cidade
Foi a massa proletária
Saudar o cinquentenário
Da velha União Operária
(...)
A reação capitalista
Há mais de um século passado
No presente repetiu
A mesma sena [cena] de Chicago (RECHIA, ANEXO B)

Rechia apresenta uma identidade dos participantes da marcha, como seguidores de uma tradição do Primeiro de Maio e nos explicita o valor da data para os membros da SUO. Carrega, portanto, tradição, e traz referências que extrapolam o cenário brasileiro, recordando a Revolta de Haymarket, evento grevista ocorrido na cidade de Chicago nos Estados Unidos em 1886 com início no dia primeiro de maio. Rechia incorpora o

movimento rio-grandino não apenas como um evento de referência local, mas uma peça-chave do *ethos* que é ser trabalhador. O trabalhador, membro da classe operária, seria aquele que fosse membro da SUO e participante das festividades do Primeiro de Maio, na qual a Sociedade seria o epicentro das festividades e o motivo de celebração.

A organização do tempo, com a criação de inúmeras celebrações, constitui uma memória cultural no ambiente da SUO. A memória cultural se distingue de uma memória individual, pois ela precede de padrões de interação social e práticas repetidas por gerações, na qual preserva certos conhecimentos que geram uma sensação de peculiaridade em um grupo de indivíduos. Para o historiador Jan Assmann, a memória cultural não segue necessariamente um padrão cronológico ou narrativo, ao invés disso seguiria um padrão de “ilhas de tempo”, portanto são acontecimentos específicos transportados para a realidade do presente. Então, Assmann considera que

(...) a memória cultural tem seu ponto fixo; seu horizonte não muda com o passar do tempo. Esses pontos fixos são acontecimentos fatídicos do passado, cuja memória é mantida através da formação cultural (textos, ritos, monumentos) e da comunicação institucional (recitação, prática, observância). Chamamos isso de “figuras da memória”. (ASSMANN, 1995, P. 129, tradução nossa³⁹)

Ou seja, o Primeiro de Maio atua como esse transporte de significados: Revolta de Haymarket; Fundação da Sociedade União Operária; Massacre da Linha do Parque. As “ilhas de tempo” vão servindo de referência ao grupo. As primeiras direções da SUO conseguiram ser pivôs da formação cultural de classe, e cada geração posterior, mesmo que apresentando transformações ideológicas, se agregam nesses eventos. Portanto, até mesmo um convicto comunista que era Manoel Rechia traz como referência a Revolta de Haymarket, um evento mais associado ao movimento de trabalhadores anarquistas do final do século XIX, que do movimento comunista.

O último fator de distinção da SUO vai ser sua relação com o movimento sindical. Ainda que ao longo dos anos vamos observar uma correlação entre a direção da SUO e as principais lideranças sindicais da cidade, sempre houve uma intenção para que existisse uma separação entre a organização e os sindicatos. Inclusive no início das atividades era uma regra bastante explícita o papel da SUO com os sindicatos. A SUO deveria prover assistência ao movimento sindical, principalmente em questões como

39 NO original: “(...) cultural memory has its fixed point; its horizon does not change with the passing of time. These fixed points are fateful events of the past, whose memory is maintained through cultural formation (texts, rites, monuments) and institutional communication (recitation, practice, observance). We call these “figures of memory”.

espaços de reunião para os trabalhadores, mas "estas associações deveriam manter independentes" (SBABO, 2014, p. 195). Observa-se que a SUO, através de sua direção composta por influentes sindicalistas locais, tinha uma atuação de orientação política sobre os sindicatos, especialmente com a concordância entre quem seria presidente dos sindicatos e quem estaria na mesa diretora da Sociedade. Loner (2000) vai apontar um aumento da influência da direção da SUO sobre os sindicatos a partir da década de 1920, o que coincide com um período de declínio do anarquismo no meio sindical e aumento da repressão por parte do Estado.

Entretanto, a visão que defendo da SUO não é a de uma central sindical da cidade de Rio Grande, e sim de uma organização com ligação aos sindicatos e que pode servir como guia destes, mas não em uma situação propriamente hierárquica como em uma central sindical.

Esses fatores que dão, em comparativo com outras organizações, uma particularidade de SUO e uma legitimidade enorme entre os trabalhadores (e as trabalhadoras) da cidade de Rio Grande. Inclusive havia lideranças sindicais que admiravam a capacidade de legitimação da SUO na cidade de Rio Grande perante os trabalhadores. Em um artigo de jornal intitulado "A questão das 8 horas", assinado pelo líder sindical Rodolpho Xavier, residente da cidade de Pelotas, há uma série de elogios à SUO, principalmente colocando-a em perspectiva com as associações de outros municípios do Estado:

Se chamássemos, a guiza (sic) de Porto Alegre, Rio Grande e Bagé, somente a classe de pedreiros e carpinteiros a mais numerosa do operariado pelotense então o fracasso seria estupendo, tocaria as raias do ridículo (sic) e nem mesmo a imprensa de tal movimento teria se preocupado⁴⁰!

Dos constructores (sic), a principiar pelo sr. Caetano Cazaretto, que conta com grande número de pedreiros e carpinteiros, vimos, em consecutivas reuniões, quando muito uma meia duzia (sic), e, do restante d'eles (sic) um que outro para amostra... (...) (...) somos acoimados por ineptos...

Damos de barato a essa conducta (sic), porque sabemos conscienciosamente que a nobre classe operária do Rio Grande sobre o lamentar tanto como nós e tão profundamente o nosso fracasso, julga, que somos um elemento forte, orientado e bem organizado (sic) como elles (sic).

A União Operária do Rio Grande sobre ser o assente em outras bases como não de nenhuma das duas associações operárias d'aqui (sic), e, alem (sic) da verdadeira união que é o seu principal timoneiro, procura em todas modalidades e emergências que se lhes antolha, o bem estar, o progresso e a instrução (sic) de seus associados e bem assim tudo quanto concerne a esses mesmos principios (sic) em proveito da collectividade (sic) proletária aonde dignamente mantem o seu eixo giratorio (sic)

40 O contexto dessa reclamação de Rodolpho Xavier é a respeito do movimento operário da cidade de Pelotas refere-se a falta de organização que levou a baixa mobilização de trabalhadores para o movimento em prol das oito horas diárias de trabalho.

Outrotanto não sucede em Pelotas... (XAVIER, 1911, p.1)

Nesse artigo, Rodolpho Xavier é bem assertivo a respeito de sua admiração pela SUO, principalmente no nível de organização e penetração entre as mais variadas profissões da cidade de Rio Grande. É importante também destacar a data em que esse artigo é publicado: apenas dois anos de diferença em relação à renúncia do cargo de direção de Antonio Guedes Coutinho, membro fundador da organização. Em outras organizações do período, um evento similar significaria uma provável divisão do movimento de trabalhadores, entretanto em Rio Grande isso não aconteceu. A organização se manteve sólida, ou até mesmo houve um processo de expansão no período.

Tais evidências confirmam mais ainda o caráter único da SUO e o seu papel principal na formação da classe operária rio-grandina. Quando pensamos na classe, como categoria na qual indivíduos se identificam, a SUO é base para compreendermos o movimento operário da cidade de Rio Grande. Em suma, compreendendo classe enquanto uma identidade, ser membro da SUO durante seus mais de 70 anos de existência era ser assertivamente membro da classe trabalhadora.

2.3. A Sociedade União Operária: sua consolidação como lugar de memória

Para explicar o domínio dos comunistas da SUO e como isso foi possível, faz-se necessário uma contextualização do início da Quarta República no cenário nacional e local. O cenário político brasileiro que se desenha com o fim do Estado Novo não se resume a um prelúdio às alternativas autoritárias e antidemocráticas que pautaram a política nacional a partir da segunda metade da década de 1960. O período de 1945 até 1964 foi, para boa parte da população, a primeira experiência democrática nacional com significativa participação popular dos pleitos, seja como eleitor ou candidato.

Com isso, em 1945, nas primeiras eleições presidenciais livres do país, é eleito, com 48% dos votos válidos, Eurico Gaspar Dutra, filiado ao Partido Social Democrata (PSD), com o apoio do PTB. O PC participa dessas eleições apoiando o ex-prefeito de Petrópolis/RJ, Iedo Fiuza, conseguindo 10% dos votos, e formando a quarta maior bancada do Congresso Federal, com 14 deputados e um senador eleitos. Esses

resultados demonstram a força eleitoral dos comunistas nos primeiros anos da Quarta República.

O governo de Dutra é marcado “pela repressão ao movimento operário, pela perseguição aos comunistas e pelo autoritarismo, o que segue de forma inequívoca a ação de proteção continental contra o comunismo baseada na Doutrina Truman” (SAN SEGUNDO, 2009, p. 34). É durante o seu governo, através de uma ação no Superior Tribunal Federal solicitada pelo deputado federal trabalhista Barreto Pinto, a colocação do PC na ilegalidade no ano de 1947 e cassação dos mandatos dos comunistas eleitos em todas as esferas (FALCÃO, 2012).

Essa perseguição ao PC resulta no fim da tese da União Nacional⁴¹ e a caracterização do governo de Dutra como uma “ditadura” pelos comunistas, conceito que havia sido amplamente abandonado a partir de 1943 (PANDOLFI, 1995). Assim, “os comunistas reagiram com a radicalização revolucionária” (REIS, 2007, p. 80). No entanto, a experiência democrática do partido de 1945 em nível nacional deixou marcas profundas na organização partidária em nível local, e obrigou aos membros do PC a buscarem diferentes estratégias para burlar a clandestinidade colocada.

Um desses exemplos é justamente na cidade de Rio Grande, pois mesmo após a mudança partidária com a publicação do Manifesto de Janeiro em 1948, consolidada posteriormente com a publicação do Programa da Frente Democrática de Libertação Nacional em setembro de 1950, os membros do PC de Rio Grande não deixam de participar das eleições municipais com uso de partidos “de aluguel” (SAN SEGUNDO, 2009).

A partir dessas experiências de legalidade, o rompimento da União Nacional não foi um pensamento hegemônico internamente no partido, indicando que militantes rio-grandenses foram críticos, entre eles o militante Eloy Martins, que contestou a maneira como a direção central do PC “aceitou” sua saída do jogo democrático, um fator que alienou, segundo ele, a classe trabalhadora a respeito do projeto comunista. Eloy Martins (1989) cita em seu livro de memórias o Massacre da Linha do Parque como um dos exemplos de que a aceitação da expulsão da participação eleitoral foi prejudicial à militância comunista. Trata-se justamente do caso do PC de Rio Grande, sobre o qual

41 A tese da “União Nacional” consistiu numa tese partidária da cúpula do PC colocada em prática a partir de 1943 após sua aprovação na Conferência da Mantiqueira. Com fim do Estado Novo, e a diminuição da perseguição dos comunistas por parte do Estado Novo, portanto “a política de União Nacional com Vargas [num primeiro momento] transportou para o Brasil a coexistência pacífica e o realce do papel das burguesias locais no processo de luta contra o inimigo principal [fascismo]” (FALCÃO, 2012, p. 33).

Martins argumenta que uma vontade dos militantes rio-grandinos em seguir a linha da direção central acarretou sobre si a repressão violenta por eles sentida.

Apesar disso, questiono a suposta fidelidade à Direção Nacional por parte da célula rio-grandina do PC e a radicalidade supostamente desnecessária da “retórica revolucionária catastrófica” (REIS, 2007, p. 82). Primeiramente, a respeito da radicalidade, devemos analisar que há um contexto crescente do anticomunismo como arma política de partidos como União Democrática Nacional (UDN), PSD e, inclusive, o PTB, que disputava o campo político da esquerda com o PC. É destacado o papel dos trabalhistas na construção do anticomunismo, que toma patamares de incentivo à violência contra militantes comunistas, como aparece nessa declaração a respeito de um protesto da carestia do prefeito trabalhista de Cachoeira do Sul, Virgílio Zinn, destacada pelo *Diário da Noite* no dia 18 de agosto de 1952:

Bárbara proposta de um prefeito gaúcho:
Fuzilamento de 200 pessoas por cidade
PORTO ALEGRE, 17 (Meridional) - O prefeito trabalhista de Cachoeira do Sul, sr. Virgílio Zinn ouvido sobre a situação da alta do custo de vida afirmou:
- O govêrno (sic) pode resolver o problema, mas, impõe-se uma ditadura, cujo o primeiro ato seja o fuzilamento de 100 a 200 pessoas em cada cidade. Só pela força é que se poderá constituir uma ordem mais justa, estabelecendo o equilíbrio entre os que têm de mais (sic) e os que têm de menos. (DIÁRIO DA NOITE, 18 ago. 1952, p.29)

No trecho, a “sugestão” do prefeito seria os fuzilamentos como alternativa ao aumento do custo da carestia. É uma ameaça aos protestos que ocorriam, acusados de serem organizados por comunistas. O anticomunismo trabalhista surgiu porque esses grupos políticos “buscavam o controle operário, para [que] estes não realizassem atividades que fugissem aos seus interesses, mesmo que nada tivessem a ver com atividades comunistas” (SAN SEGUNDO, 2009, p.23). Era um suporte ao anticomunismo da UDN e PSD, onde o limite para se “barrar o comunismo” não existia, a repressão ao ponto de matar estava no rol de medidas dos três partidos.

Boa parte da historiografia brasileira a respeito desse período classifica a atuação dos comunistas como “ingenuidade revolucionária”. Daniel Aarão Reis caracteriza o movimento posterior à radicalização do partido como “viagem de volta à sociedade brasileira” (REIS, 2007, p. 83), Beatriz Loner, no prefácio da versão para publicação da dissertação de Mário San Segundo, caracteriza a política do PC nesse período como “equivocada e radical (...) que resultou na desorganização do movimento

pela repressão e em conflitos duríssimos (...) além de não ter levado em conta o envolvimento dos trabalhadores com a política trabalhista” (ANEXO D). Fernando Teixeira da Silva e Marco Aurélio Santana expressam que “a linha política geral do partido ia mal” (SILVA; SANTANA, 2007, p. 118) e ainda a respeito das discussões partidárias durante o IV Congresso (realizado no ano de 1964) em que “o sectarismo ainda pairava nas hostes partidárias” (p. 120). Frederico José Falcão (2012) entende que a linha revolucionária teria um “vício de origem” (p. 129).

Percebe-se, então, uma tendência em observar o período de 1948 até 1954 como uma atuação vista como equivocada, principalmente pelo aspecto de uma radicalidade que afastaria a classe trabalhadora do partido. Temos um julgamento da radicalidade dos comunistas. Contudo, observa-se que não houve por parte do PC um rompimento com a democracia liberal. Pelo contrário, é destacado por quase todos os autores uma defesa desta, já que os comunistas “queriam mudanças, mas não a desestabilização do país (REIS, 2007, p. 76). A radicalidade e o rompimento às lógicas da democracia liberal surgem das outras organizações políticas e são incorporadas pelo Estado brasileiro. Mesmo que a retórica da radicalidade, como veremos nos capítulos posteriores, seja um dos elementos da construção da memória do Massacre, essa radicalidade não fica necessariamente clara como escolha do PC. Em minha concepção, foi em alguns aspectos uma imposição de um momento político em que o anticomunismo atingiu patamares de perseguição política similares ao que observamos para o período do Estado Novo.

A respeito da fidelidade dos comunistas rio-grandinos, é importante resgatarmos dois elementos da atuação comunista na cidade. O primeiro deles é a participação em eleições, com resultados expressivos, o que não faz parte da linha partidária nacional para o período. O segundo é a atuação comunista dentro da SUO, que, por ser uma associação que tinha conexões com setores institucionais, deveria ser rejeitada pelos comunistas. Os comunistas rio-grandinos ingressaram na SUO, conquistaram lugares na mesa diretora da Sociedade, portanto não atuavam sob total controle da direção nacional. Não é a aliança ao programa “radical” do PC no final dos anos 1940 que leva ao Massacre da Linha do Parque. As atuações dos comunistas no Primeiro de Maio de 1950 estão muito mais relacionadas com a sua ligação com a SUO que suas afinidades com o PC.

Para compreendermos o que considero como um fascínio e admiração pela SUO por parte dos comunistas rio-grandinos deve-se recorrer às ideias apresentadas por Mike

Savage a respeito da formação de classe. Para Savage, a classe é uma construção originada através das relações entre grupos de indivíduos, assim como antes destacado por Thompson. Entretanto, em contraste com a obra de Thompson, Savage, ao utilizar a metáfora da rede, destaca que seriam as diferenciações entre os indivíduos que se complementariam formando a classe.

Para Savage, as conexões em rede de indivíduos explicariam a dinamicidade das classes, o que, segundo o autor, seria algo não perceptível em uma análise da formação da classe através de etapas, em que o nível mais baixo seria a atuação econômica (pelas condições materiais) e o mais alto seria a atuação política (pelas mudanças estruturais). Há uma avaliação por parte de Savage de colocar o indivíduo acima da estrutura em sua análise, não a ignorando, porém, colocando a possibilidade do indivíduo, quando atuando em coletividade, em não construir suas redes sob a base da estrutura social dominante.

Os analistas de rede argumentam contra a visão de que uma localização estrutural do indivíduo em qualquer momento no tempo tenha qualquer significado social intrínseco. Antes, são as redes em que as pessoas estão inseridas que explicam como coletividades se formam, como elas se desenham, como indivíduos estão aptos a estabelecer contatos e mobilizar recursos. (SAVAGE, 2001, p. 18)

A classe trabalhadora, portanto, se forma e reforma numa multiplicidade de ocasiões. E sob essa perspectiva, Savage observa o local (o espaço de atuação da rede) como talvez o grande fator de combustão para a formação e mudanças da classe, em que “os lugares não são apenas cenários passivos para o processo social, mas ativamente envolvidos na construção de identidades” (SAVAGE, 2001, p. 20). O próprio exemplo trazido por Savage, a respeito de cidades inglesas no período pós-Segunda Guerra em que o Partido Comunista Britânico tinha um apoio acima da média nacional através da criação de identidades comunistas locais, é bastante similar ao que acontece na cidade de Rio Grande, em que, segundo os dados do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, o PC teria em torno de 10% a 15% dos votos dos cidadãos rio-grandinos na década de 1950⁴², bastante superior a outras cidades do Rio Grande do Sul. É

42 Segundo os dados da eleição municipal de 1959, sob a legenda do Partido da República devido a ilegalidade do partido, os comunistas elegeram 3 vereadores num total de 13, que representava 23% dos vereadores da cidade, e a terceira maior bancada. Nessa eleição, os comunistas conquistaram 3902 votos num universo total de 26497 votos totais e 24024 votos válidos (excluindo nulos e brancos), o que representaria 14,73% e 16,24% dos votos para candidatos comunistas respectivamente. O candidato comunista, o jornalista Carlos Aveline, foi o segundo mais votado entre os vereadores com 1568 votos (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL)

possível pensar que as lideranças comunistas rio-grandinas tenham construído uma rede que envolvia diferentes membros da sociedade, na qual se formou (ou reformou) uma classe trabalhadora na cidade muito ligada ao Partido Comunista.

Nas análises de Savage, fica subtendido que o autor apresenta majoritariamente esses lugares de formação da rede sob o ponto de vista de locais, portanto analisando as especificidades demográficas da classe, entre outros fatores. Obviamente que as características locais são um fator determinante, entretanto, destaco que não estão restritas somente à realidade do presente momento da construção das redes, as características têm um caminho e se constroem através do tempo. E essas construções vão render uma série de narrativas a respeito desses locais determinantes da formação da classe, narrativas que servirão como base da classe. Portanto, esses lugares são também lugares de memória.

Em contraste com a visão de lugares de memória de Nora (1993), a historiadora Aleida Assmann não considera o processo da formação dos lugares como um processo de “morte” da memória “real”, e sim “como uma intensificação do problema da memória” (2018, p. 19). Este problema seria intensificado por aquilo que a autora vai classificar como “mídias” ou “meios” da memória, as quais incluem os lugares de memória de Nora. Essa conceituação de Assmann é mais adequada com as possibilidades de construções memorialísticas entre os trabalhadores rio-grandinos, pois destaca tanto a amplitude das estratégias, como a constante necessidade de contraponto e legitimação.

Como foi destacado, houve na cidade de Rio Grande a construção de uma “rede comunista” por variados indivíduos e grupos, o que permitiu ao PC tomar um papel destacado sobre a identidade e (re)formação da classe na cidade. Contudo, o trabalho do partido não começou do zero. Ele teria se iniciado a partir de um lugar de memória que legitima os comunistas enquanto (re)catalisadores da identidade de classe em Rio Grande no período pós 1945: A Sociedade União Operária.

A partir da SUO, o PC se projetou como o fim definitivo da trajetória da classe trabalhadora em Rio Grande. Permitiu ao partido englobar sua retórica com a da Sociedade, não haveriam mais distinções entre quem era comunista ou quem era membro da SUO. Na cidade de Rio Grande, as duas identidades estavam relacionadas e indissociáveis. O comunismo não surge dentro da classe trabalhadora como um invasor, como por muitas vezes argumentavam as lideranças trabalhistas, e sim como um ativo continuador da história da SUO. O PC rio-grandino consolida a SUO quanto inerente à

identidade de classe na cidade, e com isso substitui a memória real pelo lugar de memória, solidificando o espaço dos comunistas na história, identidade e memória da classe trabalhadora rio-grandina.

Todo esse movimento dos comunistas rio-grandinos estava em um quase total desacordo com a linha partidária nacional do PC. As organizações tradicionais, com laços institucionais, eram rechaçadas pelo partido, sob o argumento da necessidade de formação de organizações próprias (PANDOLFI, 1995). Ainda que a volta a essas organizações tenha ocorrido entre os comunistas em 1952 (FALCÃO, 2012), percebe-se que em Rio Grande tal laço dos comunistas com as agremiações tradicionais nunca se rompeu. Ao participar da SUO, os comunistas rio-grandinos assumem alguns dos papéis tradicionais do mutualismo da entidade. A própria festividade realizada pela SUO no Primeiro de maio de 1950, que antecede a passeata, nos demonstra uma absorção dos comunistas das práticas de convívio social realizados pela SUO desde sua fundação.

Na programação do evento, além do churrasco, consta que foram ofertadas aos trabalhadores e suas famílias uma série de atividades recreativas como: “Corrida do Saco”, “Quebra do pote com os olhos vendados”, “Corrida do ovo na colher” e “Frigideira enfumaçada”. Há, inclusive, a distribuição de prêmios para os vencedores de tais brincadeiras, além da realização de um baile com os presentes, conforme pode ser observado no panfleto distribuído aos trabalhadores para a promoção do evento de 1950:

Figura 2: Programação do 1º de maio de 1950

Aos Trabalhadores de Rio Grande

Os abaixo assinados, representando todos os setores, da classe operaria Riograndina, tem o prazer de convidar a todos os trabalhadores da cidade e do campo e ao povo em geral, para a comemoração de 1.º de Maio, dia internacional do TRABALHADOR. Nesse dia, visando a Unidade da classe operaria, indispensavel para a solução dos seus problemas, será realizado um churrasco de confraternização, onde, com o espirito voltado para a luta pelas reivindicações, num ambiente fraternal, serão discutidos os meios de nós, operarios, conseguirmos uma vida melhor, sem opressão e fome, convidamos tambem a todas as organizações populares, clubes esportivos e recreativos, a se fazer representar e participar das comemorações.

O 1.º de Maio este ano, se comemora num momento em que crescem as ameaças de guerra e aumenta a dominação estrangeira sobre nosso paiz. Portanto, devemos nos reunir, confraternisar e organizar, comemorando o 1.º de Maio com espirito de luta pelas nossas reivindicações, pela paz e a Independencia Nacional.

PROGRAMA:

Início as 9 horas
Corrida de sacco as 10 horas
Quebra do pote com olhos vedados as 10,30 hs.
Corrida do ovo na colher as 11 hs.
Frigideira enfumassada, as 11,30 hs.
Todas as brincadeiras terão premios
Churrasco as 12 hs.
Hora caipira as 14,30 hs.
Boile ao ar livre as 15,30 hs.

A COMISSÃO:

AMABILIO MENEZES, presidente da Associação dos Trabalhadores na Indústria de Peixe e Conservas.
ANTONIO RODRIGUES, presidente da Associação dos Portuarios.
GUILHERMINA CAXEIRO, presidente da União das Mulheres Riograndinas.
MANOEL RECHIA, presidente do Nucleo da Coligação dos Ferroviarios.
FELIPE TARTA, presidente da Sociedade Unida Operaria.
JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS, presidente da Sindicato de Construção Civil.
VALDENAR PARABÓIA, presidente da Associação dos Trabalhadores do DASI

<i>Wilson dos Santos</i>	<i>Alexandra Menezes</i>	<i>Delva Rosa Pereira</i>
<i>Oswaldo Borges de Azeite</i>	<i>Luizcláudio Vargas</i>	<i>João Manoel Alves</i>
<i>Arquêdio Romão</i>	<i>Guaraciôta C. e Silva</i>	<i>João Pinto</i>
<i>Orlando Pereira</i>	<i>Isaurel Ferreira</i>	<i>João Gonçalves</i>
<i>Antonio Rechia</i>	<i>Geruêdo Medeiros</i>	<i>Olavo Magres</i>
<i>Eudides Pinto</i>	<i>Alceu Ribeiro</i>	<i>Luizcláudio Gonçalves</i>
<i>Luizcláudio Rodrigues</i>	<i>João Carlos Cavada</i>	<i>Clodomiro Farias</i>
<i>Zelma Pinto</i>	<i>Harcisson Fernandes</i>	<i>Miguel Probst</i>
		<i>Arquêdio S. Martins</i>

A comissão organizadora dos festejos funciona diariamente das 20 as 21 horas, a Avenida Silva Paes n. 64.

Todas as Comerações de 1.º de Maio, no antigo Parque, as 9 horas

Fonte: SEGUNDO, 2009, p. 218 (Centro Documentação Histórica da Universidade Federal do Rio Grande).

A presença desses elementos em um evento organizado por membros do Partido Comunista nos evidencia uma inserção desses militantes comunistas nas práticas da SUO. Possivelmente a manutenção dessas práticas permitiu ao PC rio-grandino deter uma noção de continuidade em relação à história da SUO, a ideologia do Partido se entendia enquanto uma “evolução” de uma história operária, e não um rompimento com as linhas de atuação passadas da SUO. Portanto, não se tratam de militantes comunistas alienados do restante da população, como aparecem nos argumentos anticomunistas, ou militantes fieis de uma linha partidária nacional, mas sim uma militância comunista que

incorpora elementos e práticas históricas do movimento sindical rio-grandino, (re)construindo assim a classe, sob esse lugar de memória que é a Sociedade União Operária.

Como foi possível observar ao longo desse capítulo há uma construção de uma identidade de classe na cidade de Rio Grande, na qual os acontecimentos do Primeiro de Maio de 1950 e a SUO fazem parte disso. Então, por que a ação tomada durante o Primeiro de Maio foi uma tentativa de reabrir a sede da SUO? Como forma de responder essa pergunta se descartam as motivações aparentes no movimento pela reabertura da sede da SUO, aquelas relacionadas às questões logísticas do movimento operário na cidade. De fato, pois a SUO existia também como uma base identitária de trabalhadores e trabalhadoras da cidade de Rio Grande, extrapolando as paredes de sua sede.

A marcha que resultou no Massacre, e foi iniciada pelas pessoas presentes na celebração do Dia do Trabalhador da SUO, tampouco deve ser apenas relacionada com uma diretriz nacional de um partido político. As mulheres, homens e crianças caminharam naquele Primeiro de Maio por si próprios, em seu próprio ritmo, sob suas condições definidas, não em nome do PC. Quando se recorda do evento, Manoel Rechia não traz um evento comunista em relação ao Massacre, traz o Haymarket, o Primeiro de Maio originário. Obviamente que o partido era uma parte integrante da vida de vários participantes da marcha e, como veremos posteriormente, é ator principal na construção da memória do Massacre da Linha do Parque em seus primeiros momentos, mas o PC não era a principal motivação da marcha. A marcha, portanto, relaciona-se com os ritos e mitos da classe trabalhadora rio-grandina, por aquilo que compreendiam como o símbolo máximo da expressão de ser trabalhador: a Sociedade União Operária. Logo, como poderiam deixar de prestigiar a SUO em seu aniversário de fundação?

3. Transformar o luto em luta: o uso da memória do Massacre como instrumento da luta política

Os eventos do Primeiro de Maio de 1950 se encontram ligados à construção da identidade de classe construída pelos trabalhadores rio-grandinos ao longo da primeira metade do século XIX. O Massacre da Linha do Parque está, portanto, relacionado com a visão sobre o que era ser um “trabalhador” em Rio Grande e as ligações destas pessoas com a Sociedade União Operária. A conclusão proposta no capítulo anterior compreendia a SUO enquanto a representação simbólica máxima da classe trabalhadora e o Massacre como decorrência da importância dessa organização à classe trabalhadora rio-grandina e ao movimento sindical.

O impacto do Massacre, como dito anteriormente, foi imediato, paralisou a cidade de Rio Grande, e os acontecimentos são transmitidos para diferentes regiões do Brasil através da imprensa, seja por meios tradicionais ou pela imprensa operária ligado ao PC. Segundo o historiador LÊNIN Landgraf (2021), as disputas de narrativa ocorreram imediatamente após o Massacre, seja através dos depoimentos policiais, das falas na Câmara de Vereadores e, sobretudo, na imprensa local.

Entretanto não apenas disputas de narrativas são observadas aqui, mas já perspectivas de monumentalização e práticas ritualísticas que indicam futuras construções sobre as memórias do Massacre da Linha do Parque, assim como ações conscientes em prol da transmissão de certos símbolos, narrativas e espaços de recordação acerca do evento. As simbologias criadas através da construção de memórias coletivas ou individuais, segundo a historiadora Luisa Passerini (2011), criam uma temporalidade descolada da cronologia, e um passado que se define mais enquanto sentimentos que uma sequência de fatos históricos. Todos os meios de disputa e construção anteriormente citados tomam parte da formação memorialística recente do Massacre da Linha do Parque sob uma variedade de atores e perspectivas, que se utilizaram de diferentes eventos e ferramentas na construção de uma ideia de Massacre da Linha do Parque.

Trabalha-se nesse capítulo com visões dicotômicas do Massacre, num primeiro momento na disputa de narrativa entre uma narrativa policial, que aparece através da imprensa local e dialoga com um amplo bloco político anticomunista rio-grandino, com a narrativa do movimento operário, principalmente de setores ligados ao movimento

comunista, apesar de autores, como Mario San Segundo (2010) e, mais recentemente, Landgraf (2021) mostrarem a amplitude desse bloco para além do PC rio-grandino. Posteriormente, o objetivo é focar nas diferentes visões do Massacre da Linha do Parque (e o contexto da luta trabalhista e política do período em questão) em uma linha nacional do PC e suas divergências e entrelaços com uma linha local dos comunistas da cidade de Rio Grande, ou seja, as diferentes construções imagéticas dos comunistas nacionais, através de seus discursos provindos do *Voz Operária*, jornal do PC.

Busca-se uma análise desde os acontecimentos de 1950 até o golpe civil-militar de 1964. Tal recorte temporal engloba uma série de eventos que leva à grandes transformações do movimento comunista brasileiro, sob o impacto da queda do stalinismo e as tensões sofridas e promovidas pelo PC durante o regime político da 4ª República. A perspectiva é que esse marco temporal nos permita perceber as transformações do Massacre da Linha do Parque e do movimento operário rio-grandino da primeira metade da década de 1950 nas disputas políticas da cidade, tornando o Massacre uma memória imagética de múltiplos significados que se mantêm como fonte de permanente disputa, assim como evento-chave de uma identidade política e classista.

3.1. A memória do fato recente: as disputas de narrativa sobre o Massacre nos primeiros momentos do evento

A construção de uma memória coletiva não segue um padrão cronológico uniforme de uma análise igualitária, pelo contrário, há um desequilíbrio da presença de diferentes eventos em contrapartida com outros. Devido a que a “memória cultural (...) sempre depende de uma prática especializada” (ASSMANN, 1995, p. 31, tradução nossa⁴³), esses eventos de alto impacto se tornam possibilidades para que determinados grupos exerçam seus processos ritualísticos de preservação de sua coesão e expansão de suas práticas. O Massacre da Linha do Parque, ao longo da história do movimento comunista rio-grandino, é, sem sombra de dúvidas, o evento principal da construção memorial-identitária sobre o que é ser comunista na cidade de Rio Grande, e um dos eventos centrais da construção narrativa do PC sobre seu objetivo político durante a

43 No original: “Cultural memory (...) always depends on a specialized practice, a kind of “cultivation”.

década de 1950, principalmente durante a vigência do Manifesto de Agosto⁴⁴, que balizava as construções de narrativa sobre o evento através da imprensa operária, assim como as transformações ideológicas do movimento comunista ao longo da 4ª República implicam diferentes maneiras de enquadramento por parte dos comunistas a respeito do Massacre da Linha do Parque.

Desde os primeiros momentos posteriores ao conflito, o caso teve ampla circulação entre a população da cidade, segundo o relato de Manoel Rechia e das constantes presenças dos eventos do Primeiro de Maio na imprensa local em um período de mais duas semanas. A magnitude da passeata, na qual serviu enquanto uma premissa para as ações repressivas das forças policiais, não foi, para o contexto da cidade de Rio Grande durante a 4ª República, necessariamente grande. No período, a cidade de Rio Grande se caracterizava pelas grandes manifestações sindicais que atingiam parte significativa do comércio e locais de trabalho na cidade. Limitando-nos no contexto do final da década de 1940 e primeira metade da década de 1950 e em eventos com o protagonismo do movimento comunista, se destacam outros dois movimentos operários de significativa adesão popular e participação ativa do PC: a onda de greves ocorridas em março de 1949 em diversas fábricas da cidade; a greve geral municipal ocorrida no mês de agosto de 1952, motivado pelo aumento do custo de vida, e que ocasionou uma série de prisões, incluindo de vereadores e também resultou em vítimas fatais dos processos repressivos de forças policiais (SAN SEGUNDO, 2010).

O evento convocado pelos comunistas em celebração ao Primeiro de Maio em 1950 não era a única festividade daquele dia com apelo popular, com destaque para a partida de futebol entre o Sport Club Riograndense (equipe local) e o Clube de Regatas Vasco da Gama (do estado do Rio de Janeiro), uma partida realizada no Estádio das Oliveiras. Nesse período, o clube carioca era um dos destaques do cenário do futebol nacional, tendo disputado e vencido o torneio Campeonato Sul-Americano de Campeões de 1948 e contava em seu elenco figuras como o goleiro Moacir Barbosa Nascimento e o atacante Ademir de Menezes, destaques da IV Copa do Mundo de Futebol, disputada no mesmo ano de 1950 (NOGUEIRA, 2016).

Não foram encontrados registros do público presente na partida realizada durante o Primeiro de Maio, entretanto uma matéria do Jornal *O Dia* do dia 3 de maio

44 O Manifesto de Agosto de 1948, se refere ao momento da virada política do PC, demarcando o fim da tese da União Nacional e o início de uma linha política de caráter mais radical, na qual subscrevia em uma ideia rompimento com o sistema político vigente (PADOLFI, 1995).

de 1950 revela que o jogo teve uma “grande arrecadação” (p. 7), o que implicaria uma presença significativa da classe trabalhadora rio-grandina na partida, muito provavelmente um número mais elevado que no evento promovido pelos comunistas. De acordo com San Segundo (2010), algumas das pessoas presentes no estádio se agregaram à passeata promovida pelos comunistas quando essa passou na frente do Estádio das Oliveiras. Portanto, a convocação realizada pela SUO não englobava a totalidade da classe trabalhadora e, provavelmente, não incluía inclusive a totalidade de setores ligados à luta sindical, o que nos revela um cenário de uma grande diversidade da classe trabalhadora.

Mesmo que as festividades e a passeata da Sociedade União Operária não fossem as únicas atividades com presença de setores da classe trabalhadora rio-grandina, foram esses os eventos mais significativos e que tiveram um impacto imediato na cidade do ponto de vista da memória e das disputas políticas a partir de seu impacto não apenas material, mas simbólico. O primeiro fator que sugeriria esse impacto se dá pela reação das forças policiais e militares logo após o ocorrido, tanto nas políticas de segurança aplicadas, quanto nos cuidados na criação de uma narrativa policial dos eventos, que buscava ser transmitida de uma forma intensa, com claros objetivos de se tornar uma visão predominante.

Segundo informações da imprensa na época (A NOITE, 1950), a cidade foi praticamente sitiada por forças policiais, inclusive com efetivos oriundos da cidade de Pelotas, um município limítrofe. Houve dificuldades inclusive por parte da mídia gaúcha em fazer algum tipo de relato sobre o ocorrido devido à forte presença policial e militar, que veio acompanhada do cerceamento de informações.

Mesmo com a censura aos veículos de imprensa em um momento inicial, o papel da imprensa local foi crucial na tentativa de construir imagens a respeito do Massacre sob o ponto de vista das forças policiais. Nos jornais *O Tempo* e *Rio Grande* – que, de acordo com San Segundo (2010) e Landgraf (2021), se diferenciavam ideologicamente –, ao longo das duas semanas subsequentes são fornecidos amplos espaços às forças policiais para que “explicassem” o que teria ocorrido na passeata.

Na edição do dia 4 de maio de 1950, o jornal *O Tempo* realiza uma entrevista com o Tenente Gonçalino, que participou dos processos de repressão, a respeito do estopim dos eventos; segundo Gonçalino:

Me coloquei ao lado do Dr. Ewaldo Miranda, que se dirigindo ao Vereador Rechia, pediu em termos cortês que não prosseguisse no seu intento, Com a surpresa (sic) geral, o verme vermelho Avelino, iniciou o tiroteio (...).
 Infelizmente (sic) estávamos sem munição, pois assim reagiríamos a altura. Perto de 200 tiros foram disparados contra nós. (TEMPO, 4 maio 1950, p. 3)

A narrativa policial, corroborada pela imprensa, parece negar qualquer tipo de disparo de arma de fogo realizado pelas forças policiais, ao mesmo tempo que garante que, devido à periculosidade dos manifestantes, se faria necessário “reagir a altura”, portanto, ao mesmo tempo que nega qualquer tipo de violência policial, justifica a sua necessidade. A declaração de Gonçalves ao jornal tem elementos contraditórios, e se detém a eximir-se da responsabilidade sobre as mortes, e por culpabilizar os manifestantes. A contradição faz parte dos processos de construção de narrativas memorialísticas, é um recurso utilizado de enquadramento de certos aspectos sobre um determinado evento, pois a construção de uma memória coletiva ou individual se determina na “incessante dialética que existe entre a recordação e o esquecimento” (CATROGA, 2015, p. 17).

Em contraponto à narrativa de Gonçalves, e sua autoconstrução, e de seus companheiros policiais e militares como agentes corteses e sóbrios mantenedores da paz, a imagem de Gonçalves construída por Manoel Rechia é bastante diferente. Segundo Rechia (ANEXO B), Gonçalves “sorrindo atirava” e descreve as forças policiais como “a pulicia (sic) de bandidos” (ANEXO B).

Nesse cenário, um primeiro evento a ser identificado como já uma disputa da narrativa, e conseqüentemente da memória a respeito do Massacre, é o funeral em homenagem às vítimas. Como já descrito no capítulo anterior, o funeral foi realizado no dia 2 de maio. Nessa mesma data houve também o sepultamento do soldado Francisco Reis, aparentemente morto pelos manifestantes. San Segundo apresenta que os principais jornais locais (*O Tempo e Rio Grande*) destacam que o cortejo ao funeral do soldado “foi acompanhado por ‘incalculável multidão’, com a presença de autoridade civis e militares” (SEGUNDO, 2010, p. 152), ao mesmo tempo que os veículos da imprensa ignoraram ou desqualificaram o cortejo realizado aos operários e operárias vítimas do Massacre.

Segundo o relato de Manoel Rechia, em contraste, o cortejo às vítimas teria sido um grande evento, e uma resposta ao Massacre:

No outro dia seguinte

Era grande o movimento
Do operariado em peso
Para o acompanhamento

As quatro horas da tarde
Foi que saiu os caixões [sic]
Nos braços foram levados
Pela grande multidão

Apesar das ameaças
Do grande puliciamento [sic]
Pois nada disso impediu
O grande acompanhamento

Em cada esquina se via
Um caminhão da brigada
Com as metralhas apontando
Pra multidão que passava
RECHIA, 19??

Portanto, na construção narrativa acerca deste primeiro evento já pode ser identificado uma disputa sob duas posições: uma que observa os comunistas rio-grandinos como uma força política alheia e estrangeira aos aspectos tradicionais, com setores da mídia declarando que os comunistas ameaçavam a “vida pacífica da cidade marinha” (*O Dia*, 1950, p. 3); outra aponta para a forte reação da população rio-grandina contra o Massacre da Linha do Parque. Passados apenas um dia, o Massacre já era um evento relevante de uma disputa sobre a identidade dos rio-grandinos e da classe trabalhadora.

Sob a visão dos comunistas rio-grandinos, o sepultamento das vítimas tem uma grande quantidade de elementos simbólicos ao redor desse evento, e é o primeiro o processo de construção de uma memória do Massacre da Linha do Parque sob o ponto de vista do movimento operário. Principalmente, pois se trata de uma primeira movimentação, por parte dos militantes comunistas da cidade, em prol da transmissão de uma narrativa sobre os eventos do Primeiro de Maio de 1950 para além do escopo temporal da vida desses militantes comunistas rio-grandinos da 4ª República, uma compreensão do Massacre em sua singularidade na história da cidade de Rio Grande.

Segundo Joël Candau (2016), a transmissão da memória se constitui no elemento central a ser analisado nos processos de memorialização de determinados acontecimentos, pois são essas ferramentas de transmissibilidade – como o relato, a monumentalização, a comemoração – que de fato dão a característica memorialística daquele evento, como questiona o antropólogo: sem a transmissão “a que poderia servir a memória?” (CANDAU, 2016, p. 106).

Após os eventos do cortejo das vítimas no dia 2 de maio de 1950, Angelina Gonçalves e Euclides Pinto foram enterrados juntos, no jazigo de número 310 do Quadro A no Cemitério Católico de Rio Grande. Não foram encontradas informações a respeito da localização dos jazigos das outras vítimas fatais do Massacre. O jazigo continua presente no cemitério até os dias atuais, e encontra-se em um estado de preservação de muito destaque em relação aos outros túmulos presentes no mesmo quadro.

Figura 3: Túmulo de Angelina Gonçalves e Euclides Pinto



Fonte: Produzida pelo autor, 2022.

Figura 4: Túmulo de Angelina Gonçalves e Euclides Pinto (jazigo de Euclides Pinto)



Fonte: Produzida pelo autor, 2022.

Figura 5: Túmulo de Angelina Gonçalves e Euclides Pinto (jazigo de Angelina Gonçalves)



Fonte: Produzida pelo autor, 2022.

É bastante incomum o fato de duas pessoas que não eram da mesma família estarem enterrados juntos, o que nos leva a algumas questões referentes à situação desse sepultamento. Segundo documentação obtida no setor de arquivos e registros do Cemitério Católico de Rio Grande, o jazigo 310 foi perpetuado nos nomes de Lourival Albuquerque, Guaraciaba Cardoso e Silva, Antonio Rodrigues, Ciro da Conceição e

Antonio Parejo. Da longa listagem de nomes de responsáveis pelo jazigo, se destacam os nomes de Antonio Rodrigues e Guaraciaba Silva, havendo uma ampla documentação da participação dessas pessoas dentro do movimento comunista rio-grandino durante a 4ª República.

Guaraciaba Silva, já citada anteriormente, foi eleita vereadora em 1947 juntamente com outros representantes do PC, e era uma das principais lideranças do movimento de mulheres rio-grandinas. Antonio Rodrigues também era membro do PC, e foi eleito vereador nas eleições de 1963 (*RIO GRANDE*, 13 nov. 1963, p.1).

A partir dessas informações, se pode supor que os outros nomes presentes no documento sejam também de militantes comunistas e sindicais, muito provavelmente ligados a SUO. Percebe-se então que o sepultamento de Angelina Gonçalves e Euclides Pinto, assim como a administração de seus jazigos, não foi conferido às suas respectivas famílias, o que seria o esperado, e sim, a partir da análise da documentação presente no Cemitério Católico, o jazigo foi administrado pelos militantes comunistas da cidade.

Esse movimento por parte do partido de garantia do espaço de sepultamento, assim como o enterro de seus camaradas militantes num mesmo jazigo, nos traz reflexões da importância do evento e de certa perspectiva consciente por parte dos militantes rio-grandinos da necessidade do Massacre ser lembrado já no momento imediatamente posterior ao fato. Obviamente que o movimento pode ser interpretado como uma ação de solidariedade às vítimas do Massacre, afinal, não se pode esquecer que são pessoas da classe trabalhadora, com recursos financeiros limitados, porém toda movimentação, desde o cortejo às vítimas no dia 2 de maio, membros do PC se responsabilizando pelo jazigo e o enterro de Euclides e Angelina juntos, se trata já de uma memorialização do Massacre da Linha do Parque.

Segundo Catroga (2015), a memorialização tem uma função de “vencer a degradação provocada pelo tempo” (p. 19), e a manutenção de determinados eventos como sempre presentes e tensionados, no objetivo construir uma imagem do passado que corresponda a determinados objetivos de determinados grupos. Em relação ao sepultamento das vítimas, se nota que todo o esforço de realização e manutenção do túmulo de Angelina e Euclides é uma maneira de simbolicamente manter “vivos” as vítimas do Massacre, e, ao colocá-los juntos no mesmo local, enquadrar os aspectos de suas vidas enquanto militantes comunistas.

O sepultamento de Angelina Gonçalves e Euclides Pinto, e o posterior “túmulo dos comunistas” inaugurado pelos militantes do PC pode ser observado num aspecto de

uma disputa de narrativa e memória em relação à narrativa policial e da imprensa, que, segundo Landgraf, faziam uma cobertura do evento de maneira “extremamente tendenciosa, ouvindo e entrevistando apenas um lado envolvido no confronto” (2021, p. 118). Portanto, são movimentações memorialísticas, que têm desdobramentos para uma perspectiva de construir uma imagem do Massacre para o “futuro” e criar certas simbologias, o uso do luto na disputa de narrativa ampla dos eventos.

Para o historiador Alessandro Portelli (1996), “o luto, como memória, não é um núcleo compacto e impenetrável para o pensamento e a linguagem, mas um processo moldado no tempo histórico” (p. 6). Portanto, podemos compreender o túmulo de Angelina e Euclides como uma ferramenta construtiva, que “molda” uma memória do Massacre da Linha do Parque e define suas personagens.

As dualidades das construções evidenciam que lidamos com uma multiplicidade de histórias, “todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas” (PORTELLI, 1996, p. 4) e em forte (e violenta) disputa. Segundo Landgraf (2021) ao longo das subsequentes semanas, os periódicos locais receberam inúmeras cartas de leitores que diziam não ser comunistas. O historiador interpreta tais cartas como uma atitude deliberada por parte dos jornais em alienar as vítimas do Massacre do restante da população rio-grandina, e também uma medida protetiva por parte dos autores dessas cartas na busca de se ausentarem de um conflito que poderia ser fatal.

Entre os militantes comunistas e operários, as ferramentas dessa disputa se encontram no processo de definição dos mártires da luta classista em Rio Grande e sacralização destes através do sepultamento, inaugurando um espaço memorialístico através do túmulo de Angelina Gonçalves e Euclides Pinto. No campo da narrativa policial e da imprensa, que atende interesses de um bloco anticomunista amplo que, segundo Landgraf (2021) e San Segundo (2010), engloba o setor empresarial, os partidos do campo político da direita (PSD e UDN) e o movimento trabalhista ao redor do PTB, se observa a tentativa de colocar sobre os comunistas certas responsabilidades e culpa pelas mortes, além de caracterizá-los como “alheios” ao restante da população rio-grandina”.

3.2. Perspectivas locais e nacionais: a construção do Massacre da Linha do Parque e o mito de Angelina Gonçalves

Ao decorrer dos próximos 14 anos se observa a construção da imagem do Massacre da Linha do Parque sob variadas perspectivas, que se entrelaçam com os contextos políticos do movimento comunista nacional. No âmbito local, as tensões sociopolíticas da cidade de Rio Grande se mantêm, além disso o movimento comunista se solidifica enquanto bloco político na cidade. Em âmbito nacional, em relação ao Massacre da Linha do Parque, o Partido Comunista publica, através de seu jornal *Voz Operária*, em sua edição referente ao mês de maio de 1950, uma série de reportagens a respeito dos acontecimentos do Primeiro de Maio em Rio Grande. Há um empenho por parte da equipe jornalística do periódico na busca de informações *in loco*, inclusive com ida de jornalistas até a cidade de Rio Grande. Inicialmente se pode observar um foco em um papel de denúncia do ocorrido no Primeiro de Maio, principalmente buscando um contraponto à narrativa policial. Vai ser nessas várias matérias publicadas pelo *Voz Operária*, em que se consolida alguns enfoques que vão demarcar certas simbologias a respeito das memórias do Massacre, incluindo até mesmo a sua denominação enquanto um “massacre”.

No dia 20 de maio de 1950, é publicada uma matéria assinada por José Gonçalves Thomaz, militante comunista e editor do jornal *Tribuna Gaúcha*, publicação da célula riograndense do Partido Comunista (MARTINS, 2012). É nessa matéria, que não se trata da primeira publicação do jornal sobre o ocorrido, que temos um dos primeiros registros da palavra “massacre” sendo utilizada para descrever os eventos do Primeiro de Maio de 1950. Nessa reportagem também é colocado a afirmação que a violência cometida pelas forças policiais teria sido uma atitude premeditada, já previamente planejada, que também fez parte do relato de Manoel Rechia:

Figura 6: O Massacre foi covardemente premeditado

U MASSACRE FOI COVARDEMENTE PREMEDITADO

1 — A DITADURA DE DUTRA E JOBIM PLANEJOU FRIAMENTE O ASSASSINIO DOS LÍDERES OPERÁRIOS DE RIO GRANDE.

2 — MAS A CLASSE OPERÁRIA REAGIU, A ALTURA, ENFRENTANDO OS PELOTOES NAZISTAS DA POLÍCIA — PEDRAS CONTRA BAIAS.

3 — EUCLIDES PINTO E ANGELINA GONÇALVES FORAM FRIAMENTE ASSASSINADOS PELAS AUTORIDADES POLICIAIS.

4 — NOVOS DETALHES DO HEROISMO DO PROLETARIADO RIOGRANDINO DURANTE A MONSTRUOSA CHACINA DE 1.º DE MAIO

(Reportagem de J. GONÇALVES THOMAZ)

ouvindo a palavra de combate dos diversos oradores. Entronçados os discursos, os trabalhadores ganharam a rua, em grande passeata que deveria terminar com a reabertura da União Operária. Nela tomavam parte de 800 a 800 operários, carregando faixas e cartazes e desfilarando a bandeira nacional. Possuindo de indescrivível entusiasmo, a massa percorreu quase 2 quilômetros, despertando a solidão.

indos pelo delegado de Polícia e o tenente Gonçalves, integrantes do 1.º batalhão de polícia, contra o presidente Antônio Baccelli, que estava à frente da massa. A resposta aos salavões dos prepostos da ditadura foi um "Viva o Brasil" partindo de toda a multidão. Nem bem tinham cessado as vozes dos trabalhadores iniciaram-se os primeiros disparos, visando, principalmente, os líderes mais queridos do proletariado.

O herói Euclides Pinto foi friamente assassinado pelo delegado de polícia quando, já terminado o choque dos

ANGELINA GONÇALVES, símbolo do heroísmo da mulher operária.

O PROLETARIADO da cidade, de Rio Grande, de tão ricas tradições de luta, soube dar, nesse 1.º de Maio, mais um exemplo de patriotismo — a casa

Henórie Alves do Couto — líder portuário, assassinado pela Cestapo de Dutra e Jobim.

frente a tecelã Angelina Gonçalves, que avançaram resolutamente para os policiais, arrancando-lhes das mãos o pavilhão da pátria. Pondo-se à frente da massa, a tecelã Angelina

Fonte: VOZ OPERÁRIA, 20 maio 1950, p. 10

Além dessa reportagem, o *Voz Operária* vai dedicar ao tema cerca de seis outras reportagens, entre maio e junho de 1950. Essa extensa cobertura a respeito do Massacre da Linha do Parque culminou em uma resolução do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil sobre o Trabalho Juvenil, feita em agosto de 1950, mas apenas lançada na edição do dia 11 de novembro do jornal, que cita Angelina Gonçalves como uma das mártires da luta comunista no país⁴⁵. O documento em questão tinha um direcionamento para a militância mais jovem do partido, apesar de Angelina ter 37 anos no momento de sua morte (segundo sua certidão de óbito), e não haver indicações que estivesse ligada ao movimento da juventude comunista da cidade⁴⁶.

Importante destacar que ao colocar Angelina como pertencente à juventude do partido, mesmo não existindo fontes que comprovam sua militância na política juvenil ou estudantil, já se estabelece enquanto um elemento na criação de um “mito Angelina Gonçalves”, sob o ponto de vista de uma mulher, jovem, mãe solteira, e que reforça tanto um aspecto de combativa, militante comunista, e também a “inocência” de sua imagem, um valor de uma utopia juvenil.

45 Destaca-se que o período do governo de Eurico Gaspar Dutra foi marcado por uma intensa perseguição aos militantes comunistas em todo o território nacional. Segundo San Segundo (2010), o governo Dutra, apesar de eleito em uma aliança com o PTB, definiu-se como afastado das políticas de conciliação de classe do período varguista, e foi ativamente repressivo às reivindicações trabalhistas de sindicatos e organizações de classe.

46 Agrega-se ainda a questão com o movimento comunista e bloco político da esquerda rio-grandina historicamente foi marcado pela forte presença e dominância sindical de suas lideranças. Apesar de uma presença artística que ocorria na SUO (MACEDO, 2015), o movimento político de esquerda em Rio Grande desde os seus primórdios, segundo Beatriz Loner (2001) e Silvia Petersen (2001), foi demarcadamente classista, com uma presença intelectual e estudantil consideravelmente menor que em outras cidades do estado do Rio Grande do Sul como Porto Alegre e Pelotas.

A ideia de “mito” aqui não busca definir a construção imagética de Angelina Gonçalves pelos comunistas como factualmente errada, até porque o elemento principal – que é o seu assassinato pelas forças policiais – de fato aconteceu. O uso do conceito de “mito” se justifica na análise proposta, pois o argumento central visa conceber a narrativa de Angelina como fator de explicação e justificativa de determinados projetos no ideário político-partidário, como colocado por Portelli. O autor entende um “mito não uma narrativa unívoca, mas uma matriz de significados, uma trama de oposições” (1996, p. 19), portanto os mitos se tratam sempre de uma amplificação de eventos isolados.

A construção desse “mito” da imagem de Angelina Gonçalves pode ser observada através de diversas ferramentas de linguagem e um considerável destaque de seu nome nas publicações do partido em comparação com as outras vítimas do Massacre da Linha do Parque. Há uma construção da imagem da morte de Angelina, de forma heroica e inocente, como já aparece na edição de 6 de maio de 1950, na matéria “Honremos os Heróis de Rio Grande”, assinada por Pedro Pomar⁴⁷, onde aparece a seguinte ilustração:

Figura 7: Honremos os Heróis de Rio Grande

47 Pedro Ventura Filipe de Araújo Pomar foi um militante comunista do PC e do PCdoB, tendo iniciado sua militância na década de 1930. Foi eleito deputado federal por São Paulo em 1947, e teve o seu mandato cassado com a ilegalidade do PC. Em ambas agremiações teve posições de destaque, sendo membro da Direção Nacional do PC até 1948, e uma das lideranças comunistas, junto com João Amazonas, que vai participar da cisão do movimento comunista brasileira e a consequente criação do PCdoB. Participou dos movimentos de resistência armada, em especial a Guerrilha do Araguaia, durante a Ditadura Civil-Militar, e no de 1973 foi assassinado pelas forças de repressão num episódio que ficou conhecido como a “Chacina da Lapa” (CPDOC).



Fonte: VOZ OPERÁRIA, 6 maio 1950, p. 1

A ilustração faz uma clara referência à obra *“La Liberté guidant le peuple”* de Eugène Delacroix, pintada em referência à Revolução de 1830 na França, muitas vezes utilizada como representação de inúmeros movimentos revolucionários ao longo da história. Na obra de Delacroix, a personagem “Liberdade” é personificada como uma mulher jovem, que guia a população revoltada. Liberdade está armada com uma baioneta e a bandeira tricolor francesa parece flutuar entre a população revoltada, ao mesmo tempo que ela faz parte do movimento, também se destaca deste – um elemento

também presente na ilustração do *Voz Operária*, vide a centralidade da figura de Angelina em um plano superior aos demais manifestantes.

Figura 8: La Liberté guidant le peuple



Fonte: DELACROIX, Eugene. La Liberté guidant le peuple. 1830. Pintura, óleo sobre a tela, 260x325cm. Disponível em: <https://collections.louvre.fr/en/ark:/53355/cl010065872>. Acesso em: 30 ago. 2022.

A referência à obra de Delacroix na construção de uma imagem mística de Angelina reforçaria uma concepção de Angelina como uma figura universal, na sua transcendência além de Rio Grande, e o seu ingresso em uma consciência memorial da classe trabalhadora em um panorama amplificado. Segundo Kimberly Carroll, em sua análise da obra de Delacroix, a personagem “Liberdade é única em sua representação e especificidade, como uma figura que se parece mais com a mulher lutadora e trabalhadora do que uma deusa da antiguidade” (2017, p. 45, tradução nossa⁴⁸), portanto, apesar do evidente destaque de sua figura, conferido através de uma luminosidade mais intensa no desenho da personagem em relação às outras personagens

48 No original: “Liberty is unique in her depiction and specificity, as a figure who is more like the fighting, workingwoman than a goddess of antiquity”.

presentes na obra e a singularidade da presença da bandeira, Liberdade não se encontra deslocada.

A baixa qualidade da impressão jornalística impede uma análise mais detalhada da ilustração de Angelina Gonçalves, entretanto se percebe que não houve uma preocupação em representar fielmente Angelina, e sim se optou por uma figura feminina genérica, que se destaca na ilustração pela bandeira e sua posição na ilustração, similarmente a posição de Liberdade na obra de Delacroix. Angelina seria, então, uma heroína da classe trabalhadora, destacada, porém não deslocada daquele ambiente.

A mistificação de Angelina Gonçalves é reforçada poucos anos depois, em 1954, com a publicação do artigo “E o Programa do Partido de Prestes É o Programa da Juventude”, em que mais uma vez Angelina é destacada como uma das mártires da juventude comunista nacional. Escreve o jornal: “Getúlio e seu governo, ontem como hoje, tingem suas mãos no sangue dos moços. Foram seus sicários que abateram Demócrito de Souza Filho e Silva Teles. Os crimes do Estado Novo prosseguiram: tombaram Zélia Magalhães e *Angelina Gonçalves*.” (VOZ OPERÁRIA, 13 maio 1954, p. 11, grifo nosso). Nota-se o discurso factualmente errado presente no documento, pois os eventos do Massacre da Linha do Parque ocorreram durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, e não no segundo governo de Getúlio Vargas.

O transporte temporal da morte de Angelina do governo Dutra para o governo Vargas, que era o presidente no momento de publicação do documento, reforça a monumentalização de Angelina, e sua transformação enquanto símbolo da luta comunista nacional. Para o PC, Angelina Gonçalves e sua morte podem ser transportadas para qualquer contexto da luta política, pois, ao se tornar um elemento da memória coletiva do comunismo brasileiro, a sua temporalidade não mais segue um padrão cronológico factual, mas sim obedece a múltipla representação de sua morte. A morte de Angelina pode ser o símbolo de uma cidade combativa, como representado em seu túmulo, mas também pode ser um símbolo nacional da luta da juventude comunista.

A imagem de Angelina ainda se consolida em duas obras artísticas lançadas ainda na década de 1950, aparentemente sob a orientação da direção nacional do partido nas orientações e nos recursos financeiros. A primeira vai ser o poema “Primeiro de Maio”, já citado anteriormente, de autoria da poetisa e militante comunista Lila Ripoll⁴⁹.

49 Lila Ripoll, nascida em 1916 na cidade de Quaraí no estado do Rio Grande do Sul, fez parte do grupo intelectuais da década de 1930 na cidade de Porto Alegre e teve atuação na Frente Intelectual do Partido Comunista (BALBUENO, 2005).

Um dos trechos desse poema, originalmente publicado na Revista Horizonte em 1954, tem o nome de “Angelina” e tem como tema a figura de Angelina Gonçalves.

Na narrativa de Ripoll, Angelina tem uma centralidade na passeata, é a colocada com a condutora dos passos da multidão:

“Bandeira na frente, companheiros”,
e Angelina surgia, erguida e fina,
tocada pela luz da tarde mansa,
como um vivo estandarte a caminhar (RIPOLL, 1998, p. 117)

O momento de sua morte ganha elementos épicos no poema. Segundo a narrativa construída no poema a bandeira do Brasil que Angelina carregava no ato é roubada pela polícia, e, nesse momento, Angelina avança sob os policiais para a recuperá-la, obtendo êxito, porém sendo morta durante a operação de resgate da bandeira nacional. A morte de Angelina é narrada da seguinte maneira: “A flor de seu corpo na rua tombou” (RIPOLL, 1998, p. 122). Podemos interpretar esta construção como um reforço da imagem de uma jovem adulta, a partir de uma metáfora da “flor”, uma figura de linguagem associada a uma ideia de fragilidade e beleza.

A segunda representação sobre o fato vai ser o romance “Linha do Parque”, escrito por Dalcídio Jurandir, também militante do PC. Jurandir tinha como principal função dentro do partido a sua atuação jornalística no jornal *Voz Operária*, durante o contexto do Massacre da Linha do Parque, foi Jurandir o responsável por fazer a cobertura dos fatos e viaja em nome do jornal para a cidade de Rio Grande. A obra de Jurandir, publicada em 1959, percorre não apenas os eventos de 1950, mas sim toda a história do movimento sindical da cidade de Rio Grande, iniciando a narrativa na fundação da Sociedade União Operária no final do século XIX. No romance, Jurandir tem uma preocupação em fazer um registro bastante genealógico das personagens e usa como fio condutor de sua narrativa sobre o movimento operário da cidade de Rio Grande as relações geracionais, através de uma história que tem como núcleo central uma série de famílias operárias.

Na obra, Angelina Gonçalves é representada pela personagem Maria, caracterizada como uma “tecelã ruiva, com umas sardas no rosto avermelhada”, uma “deusa da greve” (JURANDIR, 1959, p. 479-480). A morte de Maria é assim narrada pelo autor:

Na correria e confusão, os ais, “cadê as armas? As armas?”, as mulheres no chão, Maria gritava: “Paz! Paz! com a bandeira em punho, os brigadianos a empurrar os trabalhadores de costas para o muro do campo do futebol e do cemitério. Maria: Paz! gritava. E entre seus gritos um “Jerônimo! e este dos olhos dela sumia-se recuando no corpo-corpo, bala cruzando. Envolta na bandeira que empunhava, Maria caiu de costas, o sangue alto. (...) E nesse tempo tão breve e com a noite tão repente caindo, Ângela deixou-a no chão coberta pela bandeira (...). (JURANDIR, 1959, p. 528-529)

Mais uma vez podemos observar a imagem da bandeira aparecendo, mas é importante destacar as últimas palavras da personagem: paz. O que vem ainda a reforçar uma característica de uma inocência e um sonho utópico da personagem.

Segundo Carlos Roberto Peres (2006), Dalcídio Jurandir morou na cidade de Rio Grande durante o desenvolvimento da obra, e a escrita do romance teve como base uma série de entrevistas que o escritor fez com moradores da cidade e membros do Partido Comunista local. O romance, assim como o poema, mesmo que tenha todas as intencionalidades e originalidades do artista, é também uma peça propagandística do Partido, e uma consolidação de uma imagem do Massacre a partir do ponto de vista dos objetivos da direção nacional do PC, que naquele momento implementava sua política da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN), de rejeição à participação eleitoral e um programa revolucionário que aposta na ação direta, políticas posteriormente consolidadas no ano de 1954 durante o IV Congresso do partido (REIS, 2007).

A respeito da narrativa em construção, ambas as obras e as publicações do *Voz Operária* reforçam o aspecto da espontaneidade da passeata e o quanto esse movimento por parte dos militantes comunistas tinha uma intencionalidade e estratégia pacifista, e a centralidade de Angelina Gonçalves é uma maneira encontrada de reforçar esses aspectos. Pode-se compreender que a construção de uma personagem Angelina Gonçalves tem um papel de não apenas romantizar os acontecimentos de 1950, mas também de suavizar a imagem dos comunistas. A combatividade e o espírito revolucionário que são colocados no mito de Angelina Gonçalves construído pelo PC é de um movimento que enfrenta uma força repressiva de uma magnitude muito superior à capacidade ou até mesmo da vontade de reação dos participantes da passeata. O mito cria uma Angelina jovem, inocente, que acredita em um processo revolucionário que tem enquanto centralidade a ideia da “paz”.

Observa-se que as formas de representação do Massacre como ação direta revolucionária estavam em formação e em disputa. A imagem de Angelina, que possui

um maior destaque na narrativa, como representante de um movimento que pede “paz”, uma imagem que aparece tanto na obra de Jurandir, como Ripoll, se trata justamente dessa tentativa de equilibrar a “revolução” com denúncia da violência perpetrada pelo Estado. A “paz” de Angelina é uma paz revolucionária e tem uma relação com as campanhas contra a Guerra da Coreia e contra o desenvolvimento de armas nucleares. Ao longo do ano de 1950, o PC, através de uma participação muito intensa de suas militantes mulheres, vai formar pelo país uma série de *Comitês pela Paz*, onde essas militantes buscaram um trabalho de base que unisse o discurso anti-imperialista do movimento comunista com situações do cotidiano das mulheres brasileiras. Segundo Jayme Ribeiro (2008), os comitês vão ter, num primeiro momento, uma adesão de setores da classe trabalhadora brasileira, especialmente mulheres, mas, com o início oficial da Guerra da Coreia, em junho de 1950, o projeto vai ser considerado pelas lideranças do PC como um “fracasso”.

Essa construção de uma estratégia pacifista e uma revolução através da paz vai entrar em confronto com as próprias perspectivas de uma parcela dos comunistas rio-grandinos. No relato de Manoel Rechia a respeito do Massacre, o momento em que os operários conseguem atingir fatalmente o soldado Reis é celebrado pelo militante comunista, além de outros momentos de resistência à repressão policial:

Um dos manifestante (sic)
Lutador destemido
Atirou em Gonsalino
Prostando (sic) ao solo ferido

A confusão continuava
O panico (sic) e a correria
Enquanto o sangue operário
Pelo chão também corria

Avançou o soldado Reis
Com sua arma homicida (sic)
Mas recebendo uma bala
Tombou ao solo sem vida

Avança outro soldado
Com sua arma em ação
Um balaço sobre a testa
Lhe fez perder a visão

Sem armas, Pinto enfrentava
As balas da reação
Agonizando caiu
Ferido no coração
RECHIA, 19??

Enquanto as narrativas de cunho nacional vão ignorar esse processo de resistência mais intenso, fica evidente no relato de Manoel Rechia que, para uma parcela dos comunistas rio-grandinos, a reação sob bases mais enérgicas e o uso da violência – compreendida enquanto justa – contra a repressão eram vistos com orgulho. Esse sentimento por parte dos militantes comunistas rio-grandinos do orgulho da reação pode ser um dos motivos que leva, no ano de 1952, a uma interpretação da possibilidade de ações revolucionárias na cidade de Rio Grande.

Segundo o relato de Eloy Martins (1989), a direção estadual do PC no Rio Grande do Sul, através das informações dos comunistas rio-grandinos, acreditava na possibilidade da instauração na cidade do “primeiro governo democrático de libertação nacional” (MARTINS, 1989, p. 100) seguindo as estratégias definidas pela FDLN. Essas informações nos permitem observar que houve uma opção de construir a imagem dos comunistas rio-grandinos, que parte da direção nacional do PC, que apostava nas características pacíficas do movimento de 1950.

Há evidências que levam a creditar aos militantes rio-grandinos uma visão diferenciada dos enquadramentos a respeito do evento. A falta de publicações próprias do PC da cidade de Rio Grande nos impede de analisar de maneira mais aprofundada essas diferenças, todavia o relato de Manoel Rechia (ANEXO B) e caracterização do movimento comunista rio-grandino como mais radicalizado por Eloy Martins (1989) – apesar da problemática do uso de duas fontes que não foram escritas durante aquele período e se tratarem de relatos pessoais – dão algumas sugestões das diferentes visões sobre o Massacre da Linha do Parque dos comunistas rio-grandinos.

Posterior ao ano de 1957, as publicações nacionais do PC dão pouco ou nenhum destaque ao Massacre da Linha do Parque. A última grande menção no jornal *Voz Operária* vai ser justamente no ano de 1957, em uma matéria de quase meia página intitulada “A Vida Heroica de um Militante Revolucionário”, uma pequena biografia de Antonio Rechia, destacando sua atuação política dentro do PC. O Massacre da Linha do Parque é brevemente citado, devido ao fato que Antonio Rechia é uma das vítimas não fatais do evento e em consequência de um disparo de arma de fogo ficou paraplégico.

No ano de 1962, o jornal *Novos Rumos* (publicação semanal do PC surgida em 1959) publica uma matéria da edição semanal de 23 a 29 de março intitulada “Honremos o legado dos Mártires que Tombaram Pela Liberdade”, onde são citados os nomes de Angelina Gonçalves, Euclides Pinto e Oswadino Correa. A matéria faz parte de um encarte comemorativo dos 40 anos do partido, o que de certa maneira reforça que

o Massacre da Linha do Parque, mesmo que aparecendo menos, estava incorporado na “história oficial” do partido. A narrativa apresentada na matéria é já habitual, não faz um relato único, preferindo fazer pequenas biografias de cada dos militantes mortos no Massacre. Não há menção à reação dos comunistas. A inclusão num encarte comemorativo do aniversário do partido, no entanto, nos permite fazer algumas reflexões sobre uma consolidação do evento em uma narrativa partidária, onde o Massacre da Linha do Parque é um evento relevante, e muito bem enquadrado na memória dos comunistas. O texto corretamente aponta que a repressão ocorreu no governo de Eurico Gaspar Dutra, em contraste às narrativas da década de 1950 que “transportavam” temporalmente o evento.

As poucas menções ao Massacre no período pós 1957 podem ser interpretadas sob o seguinte aspecto: como o evento do Massacre da Linha do Parque está correlacionado ao período de um discurso revolucionário por parte do PC, a menção desse evento no contexto da década de 1960, em que o partido busca uma aproximação mais ampla com outros setores da esquerda brasileira, ou até mesmo com setores burgueses entendidos como oposição ao sentimento golpista que crescia nas elites empresariais e setores da cúpula militar, poderia ser vista como avessa à estratégia tomada pelo PC a partir da década de 1960.

Segundo Frederico Falcão (2012), é um movimento interno do partido que significa a vitória do pragmatismo político, e uma constatação por parte da direção nacional da “necessidade da participação da burguesia nacional na frente única, mesmo com suas contradições” (p. 315). São essas discussões que permeiam o V Congresso do PC de setembro de 1960. Decretava-se o fim definitivo da linha revolucionária originária da ilegalidade do PC, e reafirmada enquanto programa partidário com o Manifesto de Agosto.

Os eventos do Primeiro de Maio de 1950 têm uma relação muito forte não apenas de uma denúncia de uma perseguição anticomunista por parte de setores da direita brasileira, representados pela UDN e o PSD, mas o entendimento que o próprio PTB seria um dos atores da repressão ao movimento comunista (SAN SEGUNDO, 2010). Tal relação dos trabalhistas com o anticomunismo é bastante evidenciada pelo papel exercido tanto pelos políticos do partido, como através de sua imprensa. O jornal *O Tempo*, por várias vezes mencionado enquanto uma das fontes de construção da narrativa policial a respeito do Massacre, tinha ligações explícitas com o PTB rio-

grandino, o seu dono, Saul Porto era membro do partido e o jornal atuava como órgão de imprensa oficial do trabalhismo (LANDGRAF, 2021).

3.3. A reação: o golpe civil-militar e o Massacre da Linha do Parque

Na madrugada de 1º de abril de 1964, sob o apoio de amplos setores do empresariado nacional, da classe política e de grupos conservadores organizados da sociedade civil, as Forças Armadas Brasileiras comandam um golpe de estado para destituir do cargo de presidente o político trabalhista João Goulart. As reações públicas ao golpe cívico-militar foram limitadas, houve tentativas por parte de setores sindicais a ensaios grevistas; grupos mais radicalizados do trabalhismo ligados ao político Leonel Moura Brizola planejavam reações armadas e detinham parcelas de apoio dentro das Forças Armadas e Policiais de algumas unidades da federação. As contrarreações militares a qualquer tipo de subversão ao movimento de derrubada ao governo de Goulart foram rápidas, e impediram que houvesse qualquer tipo de descontrole das ações tomadas pelo alto-comando militar nos primeiros dias de consolidação do movimento golpista. O evento marca o fim da 4ª República, o início do período de ditadura civil-militar no Brasil, marcado pelo cerceamento das liberdades democráticas experienciadas durante o período de 1946 até o ano de 1964. No decorrer da primeira metade do século XX, golpes ou intervenções políticas militares na política brasileira foram eventos comuns, assim como inserções de setores militares na política nacional, como nos casos de Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Hermes da Fonseca e Eurico Gaspar Dutra, todos esses presidentes do Brasil, porém com uma forte presença, e característica majoritária de seus gabinetes, civil. Entretanto, 1964 é um padrão diferenciado: as “Forças Armadas não apenas deixaram de retornar aos quartéis como permaneceram no governo por 21 anos” (ZAVERRUCHA, 2010, p. 43). Para além dos efeitos práticos da presença militar em cargos do executivo, a tomada de poder militar representaria simbolicamente a vitória do ideário militarista.

Nesta seção do capítulo, o objetivo então é compreender como os impactos do golpe civil-militar de 1964 afetaram uma construção memorialística do Massacre da Linha do Parque, assim como as simbologias dos processos golpistas ocorridos na cidade de Rio Grande estão em relação com as disputas de uma identidade de cidade. O golpe seria, sob alguns aspectos específicos do contexto político da cidade de Rio

Grande, um movimento de reação de uma construção identitária classista, na qual o Massacre da Linha do Parque, os movimentos grevistas radicalizados do final da década de 1949 e primeira metade da década de 1950, formam um dos núcleos dessa disputa simbólica.

3.3.1. O golpe civil-militar em Rio Grande

Durante o processo de consolidação do golpe civil-militar, as forças golpistas do campo civil e militar agiram cirurgicamente, a fim de evitar qualquer tipo de reação. Os casos mais conhecidos na historiografia nacional são o cerco militar ao Palácio do Campo das Princesas, sede do governo de Pernambuco, como forma de pressionar o então governador Miguel Arraes a renunciar (FURTADO, 2012), e a transferência da sede do governo do Rio Grande do Sul por parte do governador Ildo Meneghetti (favorável ao golpe) como medida para evitar reações por parte de setores militares e policiais favoráveis a João Goulart ou ainda a movimentos de resistência por parte de Leonel Brizola (KONRAD; LAMEIRA, 2011). Uma dessas ações feitas pelo governo ditatorial nas primeiras semanas do golpe civil-militar, ocorreram justamente na cidade de Rio Grande, onde o impacto da derrubada de João Goulart foi enorme para a população rio-grandina.

Primeiro, cabe destacar o contexto político da cidade nos primeiros anos da década de 1960, que se caracteriza, principalmente, pelas transformações políticas no campo sindical da cidade. Se, durante a década de 1950, a rivalidade entre os militantes comunistas e trabalhistas era bastante evidente, a mudança da linha política comunista no plano nacional, e o surgimento de uma linha política interna dentro do trabalhismo de característica mais radicalizada, aproxima os dois setores políticos. A primeira metade da década de 1960 trouxe os diálogos dos comunistas com a Frente Parlamentar Nacionalista, grupo político sob uma “difusa linha do nacionalismo, e suas ideias principais versavam sobre a defesa do monopólio do petróleo, nacionalização de empresas estratégicas para o Brasil, controle da saída do capital estrangeiro” (RIBEIRO, 2018, p. 153). Para Daniel Aarão Reis (2007), o período de 1959 até o Golpe constitui numa adesão do PCB ao campo nacionalista, funcionando como “uma espécie de *ala esquerda* do trabalhismo” (p. 100), portanto, é a vitória de uma linha política partidária defensora de uma política de unidade.

Um dos eventos que evidenciam essa aproximação da militância comunista é a defesa por parte dos comunistas ao Movimento da Legalidade em 1961, liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, em prol da posse de João Goulart enquanto presidente. Em seu livro de memórias, o militante comunista Eloy Martins destaca a unidade sindical entre setores trabalhistas e comunistas em torno da questão da legalidade:

No Rio Grande do Sul, particularmente em Porto Alegre, houve uma enorme mobilização das massas, na base da criação de centenas de comitês populares pela legalidade. (...) Os comitês populares de resistência tinham seus livros de alistamento militar voluntário, havia um espírito de resistir ao golpe por todas as formas. Foi criado o Comando Sindical Gaúcho Unificado, com o objetivo de organizar comitês de resistência democrática nos locais de trabalho. (MARTINS, 1989, p. 127)

Entretanto, não apenas na movimentação de 1961 que se evidencia a mudança da linha política por parte dos comunistas. Avançando para o ano de 1962, durante as eleições estaduais, os comunistas rio-grandenses – abrigados na legenda do Partido Republicano (PR) – concorrem em uma coligação para as eleições legislativas estaduais em conjunto com o Partido Socialista Brasileiro (PSB), sob o nome de Aliança Republicana Socialista (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1962). Destaca-se, entre os nomes, Carlos Lima Aveline⁵⁰ (com 1.182 votos) e Athaydes Rodrigues (621 votos), ambos eleitos para o cargo de vereador na cidade de Rio Grande em 1959, que eram membros ou simpatizantes do Partido Comunista⁵¹.

Essa aliança nos evidencia uma mudança política bastante expressiva na estratégia comunista, visto que alguns anos antes dessa aliança, o jornal do Partido Comunista trazia duras críticas ao PSB, chegando inclusive no ano de 1953, na edição de número 227 do jornal *Voz Operária*, a publicar uma charge na qual mostrava o então senador do PSB pelo estado de Goiás, Domingos Vellasco, líder da bancada socialista no Senado Federal, segurando uma bandeira dos Estados Unidos da América em

50 Advogado de formação, Carlos Lima Aveline era uma das principais lideranças dos comunistas rio-grandinos, segundo os trabalhos de San Segundo (2010) e Landgraf (2021), militava no PC rio-grandino desde o final da década de 1940. Figura de destaque eleitoral na cidade, sendo eleito vereador diversas vezes, e candidato a prefeitura de Rio Grande em 1963.

51 Athaydes Rodrigues não era um membro filiado do PC, entretanto dentro do contexto da cidade, era compreendido como um “elo de ligação” entre o campo mais radicalizado do trabalhismo e os comunistas rio-grandinos, em seu livro de memórias “Agora Eu... A Revolução de 1964 em Rio Grande”, Rodrigues afirma que “não me ofendem os epítetos de socialista, comunista ou anarquista. O pensamento não é, por si, humilhante. Tanto se pode ser partidário da chamada liberdade de empreendimento, como da socialização de todos os meios de produção.” (RODRIGUES, 1980, P. 140). Athaydes Rodrigues mesmo não sendo membro do PC, teve durante as décadas de 1950 e 1960 alianças políticas com os comunistas rio-grandinos, inclusive em detrimento de alianças com setores moderados do trabalhismo.

referência ao suposto apoio ao um projeto de abertura econômica qualificado pelos comunistas como “entreguista”:

Figura 9: Charge comunista do Senador Domingos Velasco



Referência: *VOZ OPERÁRIA*, 19 set. 1953, p.7

Sob esse contexto nacional, regional e municipal de amplitude das alianças comunistas, vão ocorrer as eleições municipais de 1963 na cidade de Rio Grande. Naquele período, a cidade era administrada pelo prefeito Ubatuba de Faria, do PSD, que tinha vencido as eleições de 1959 com uma margem de aproximadamente dois mil votos em relação ao candidato trabalhista Oswaldo Miller Barlem (TRIBUNAL REGIONAL

ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1959). Nas eleições de 1963, os trabalhistas escolheram Farydo Salomão, um “candidato de consenso do PTB rio-grandino” (ALVES, 1990, p. 29), e a candidatura comunista estava representada por Carlos Lima Aveline.

Aveline, e o restante dos comunistas rio-grandinos, continuaram a concorrer pelo PR, devido a ilegalidade do PCB. No contexto da cidade de Rio Grande, segundo o relato de Athaydes Rodrigues (1980), o PR era composto através de uma coligação entre militantes comunistas e nacionalistas atrelados em sua oposição aos trabalhistas a partir da esquerda. A listagem de nomes que concorreram ao cargo de vereador em 1963 pela legenda (RIO GRANDE, 13 nov. 1963, p. 1) nos permite observar os comunistas como força política dominante dentro do PR.

Apesar do clima político de maior unidade entre comunistas e trabalhistas que se observava nacionalmente, não houve uma coligação entre as duas tendências políticas nas eleições municipais, o que nos revela certa manutenção de tensões anteriores. Destaca-se, mais uma vez, que nos eventos do Massacre da Linha do Parque e na Greve Geral de 1952, a posição dos trabalhistas foi de compor o bloco anticomunista formado por PSD e UDN.

Além das duas candidaturas do campo político da esquerda, concorriam outros três candidatos: Augusto Costa Lopes; Ruy Bacelar; e Antonio Neto. Os resultados finais das eleições mostram que apesar da divisão entre os candidatos da esquerda, havia um evidente domínio desse campo político no eleitorado rio-grandino no ano de 1963. Farydo Salomão é eleito conquistando 9.949 votos (37,8% dos votos válidos), e Carlos Aveline fica na segunda colocação conquistando 6.060 votos (23% dos votos válidos). As forças políticas de esquerda representavam, portanto, um eleitorado de cerca de 60% do total de eleitores (RIO GRANDE, 13 nov. 1963, p. 1). Destaque para a votação obtida por Aveline, uma expressiva margem de votos para um candidato que era conhecido por sua militância política comunista na cidade, sendo que sua filiação ao PCB era algo de amplo conhecimento da população.

O jornal *Rio Grande*, que apresentava uma posição bastante clara de oposição aos movimentos de esquerda da cidade de Rio Grande, publica um editorial no dia 5 de novembro de 1963, seis dias antes das eleições, na qual expressa que Farydo Salomão e Aveline “representam, em tese, a mesma base e objetivam os mesmos fins” (RIO GRANDE, 5 nov. 1963, p. 2). Percebe-se que havia uma tendência dos movimentos

anti-esquerda da cidade em agrupar setores trabalhistas, comunistas e nacionalistas como aliados, mesmo que nas eleições tivessem sido adversários políticos.

O prosseguimento do mandato de Salomão foi bastante curto, pois a nova administração assumiu o mandato em janeiro de 1964, três meses antes do golpe civil-militar. A estrutura da nova administração se propunha em ser formada por um secretariado que “não levava em conta a política, e sim a capacidade dos elementos” (ALVES, 1990, p.30). Segundo o levantamento de fontes do período por Francisco Neves Alves (1990), o grande foco nos primeiros meses de gestão foi numa reforma administrativa, o pagamento das dívidas públicas deixadas pela gestão anterior, e por um início de um plano de construção de casas populares para atender a demanda habitacional da cidade.

O momento do golpe civil-militar em Rio Grande trouxe, num primeiro momento, uma situação de divisão entre os setores das Forças Armadas locais. Inicialmente o prefeito Farydo Salomão buscava equilibrar entre um discurso de resistência ao golpe – que se observava da base sindical – com tentativas de manutenção da ordem política local através da negociação parlamentar. Dentro da Câmara de Vereadores, os representantes contrários ao Golpe eram, em tese, a maioria, e, juridicamente, imaginavam que poderiam controlar a transição do regime no executivo municipal, na busca da manutenção da administração sob o comando dos trabalhistas, ou impedir um processo repressivo forte, como as cassações de vereadores trabalhistas.

Dentro das estratégias de resistência, os amplos setores do sindicalismo rio-grandino participaram da convocação de greve geral promovida da Confederação Geral dos Trabalhadores, com destaque para o movimento entre os ferroviários (CEDREZ, 2016), que inclusive impediram a circulação do jornal Rio Grande. A movimentação da resistência ao Golpe na cidade serviu como uma justificativa dos setores da elite municipal, agrupados na Igreja Católica, Clube do Comércio de Rio Grande e na Associação Democrática Parlamentar – grupo de vereadores eleitos em 1963 através de alianças de setores da UDN e outros partidos – de reivindicar, através da imprensa local, ações mais repressivas sob a população rio-grandina organizada na resistência, indivíduos previamente alinhados com os movimentos de esquerda, ou simplesmente simpáticos ao movimento sindical da cidade de Rio Grande.

Após o cancelamento dos processos de resistência em nível nacional, estimulados pela falta de apoio de João Goulart a tais tentativas de resistência (TOLEDO, 1983), os processos de perseguição por parte da nova ordem vigente iniciam

na cidade de Rio Grande no dia 3 de abril, intensificados no dia 7 do mesmo mês. A partir dessa data se iniciam os processos de prisão aos “conhecidos vermelhos” da cidade. É o início da “operação de limpeza” e a “operação gaiola”, tais ações militares buscavam “limpar a cidade daquilo que os novos donos do poder consideravam como subversivo e, ao mesmo tempo, colocá-los numa gaiola, ou seja, prendê-los para que ficassem longe do novo modelo de sociedade imposto” (CEDREZ, 2016, p. 131).

Os processos de perseguição são intensificados pela brutalidade e o sentimento de “acerto de contas” de setores das Forças Armadas locais já conhecidos por suas ações de conflito com o movimento sindical. O delegado Edwaldo Miranda, que articulou a repressão durante o Massacre da Linha do Parque, em particular, realizou uma “demonstração de força” ao capturar o então vereador Athaydes Rodrigues. Conforme Rodrigues:

No tempo de Hitler, faziam uma demonstração de força nas cidades ocupadas e, agora, a mesma demonstração de deveria ser efetuada em Rio Grande. A tarde ia morrendo lentamente e eles cumpriam a missão “gloriosa”. A caravana marchava. Um jipe (...) era escoltado por um caminhão cargueiro, lotado por soldados bem armados [...]

A caravana volta. A noite estava chegando. Passamos, novamente, pela frente de minha residência. Os vizinhos ainda não estavam dispersos. Grupos conversavam na frente da minha casa [...]

Estava terminada a guerrinha particular, com a vitória dos macartistas (golpistas) e derrota do solitário “subversivo” (Athaydes Rodrigues).

Do interior do veículo, abano, ostensivamente, aos vizinhos. E quando vejo minha filha, Nala (15 anos), intranquila, mostro-me sorridente para que ela compreenda que nada de mau vai acontecer-me. Entretanto, ouço, nitidamente, sua voz emocionada:

-Olha lá o pai! (RODRIGUES, 1980, p. 17-18)

Em seu livro de memória *Agora eu...: A revolução de 1964 em Rio Grande*, escrito, na sua grande maioria, dentro das prisões por quais passou durante a vigência da Operação Gaiola, Rodrigues relata por diversas vezes a similaridade das ações perpetradas pelos agentes golpistas com as repressões da década de 1950, em especial da Greve Geral de 1952. O Massacre da Linha do Parque é citado por Rodrigues como uma “chacina policial” (p. 37), mas faz mais referências à Greve Geral de 1952 por ter sido um movimento no qual ele teve um envolvimento direto, tendo sido preso por causa de sua participação no movimento grevista (SEGUNDO, 2010). O golpe de 1964 representaria para Rodrigues uma vitória dos “macartistas”; tal palavra na narrativa de Rodrigues tem um sentido amplo, pois, segundo o próprio, seriam indivíduos que “aparecem em todas as fases da história” (RODRIGUES, 1980, p. 11).

O ápice da perseguição ocorre no dia 25 de abril, quando o prefeito Salomão é cassado do cargo. Segundo Alves (1990), assim como outros presos políticos, Salomão foi "levado para o navio *Canopus*, onde foi torturado e humilhado" (p. 32). Com a cassação do prefeito, através da proclamação da lei de nº 5.44, de 4 de junho de 1968, Rio Grande torna-se uma área de segurança nacional, e só vai poder eleger diretamente seu prefeito nas eleições municipais de 1985.

Percebe-se o grande impacto do golpe civil-militar no cotidiano da cidade, e o clima de terror instaurado pelos agentes golpistas, civis e militares, como forma de combater uma tradicional, mas também crescente, mobilização local que se solidificava não apenas com a eleição de Salomão, mas também na expressiva votação de Aveline. Também se identifica que havia nessas mobilizações golpistas um sentido vingativo, de uma vitória em uma batalha que se travava desde o início da 4ª República, entre um bloco político operário, com forte identidade classista – na qual Rodrigues identifica enquanto “democrata” ou “nacionalista” – e adepto a algumas ações diretas *versus* um bloco anticomunista, ou “macartista” segundo a descrição de Rodrigues.

O relato de Rodrigues, escrito no calor dos atos, tem uma forte tendência demonstrar essa disputa da identidade da cidade entre esses dois blocos, mais um episódio de uma longa guerra, onde eventos como Massacre da Linha do Parque se concentram como disputas materiais e narrativas. Os “macartistas” rio-grandinos em 1964 parecem não apenas estarem dispostos a assumir o poder municipal, mas de controlar uma identidade de cidade em disputa forjada durante a 4ª República. As operações golpistas que consolidam a ditadura civil-militar em Rio Grande se concentraram na prisão de sindicalistas de um amplo espectro político, de comunistas e até de trabalhistas dissidentes do Movimento Trabalhista Renovador. Rodrigues (1980) resume da seguinte forma os presos que o acompanham na cela: “estão presos, em sua maioria, pobres operários; simples trabalhadores que tomavam parte em movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora. Todos são acusados de comunistas” (p. 45).

Esse capítulo teve enquanto foco perceber as construções memorialísticas em disputa do Massacre da Linha do Parque ao longo da 4ª República. Objetivou-se aqui por uma análise que apresentasse as ferramentas que foram utilizadas nessas disputas. O uso da imprensa, tanto a imprensa tradicional (local e nacional) como imprensa operária ligada ao Partido Comunista, foi um dos meios de disputa, e foi por onde se constatou –

sobretudo no jornal *Voz Operária* – a permanência do Massacre da Linha do Parque como um evento relevante em uma construção de narrativa e identidade comunista. A transposição dos eventos de 1950 para diferentes períodos históricos, ou sob distintas perspectivas políticas, reforça o seu caráter memorialístico, pois define o Massacre enquanto uma “Ilha de Tempo”, um evento edificado que não segue uma cronologia, e sim uma narrativa.

O papel dos comunistas rio-grandinos, e simpatizantes do movimento comunista local, é ainda um fator que está em revelação. Alguns caminhos podem ser apontados a partir de uma análise indireta, da representação dos militantes comunistas pela imprensa, e alguns relatos pessoais que permitem que algumas conclusões sejam feitas. Por exemplo, o papel exercido pelos militantes em relação ao velório e o subsequente enterro de Angelina Gonçalves e Euclides Pinto acredito que tenha sido uma ação consciente de preservação de suas imagens como militantes sindicais. Assim como o relato de Athaydes Rodrigues revela uma disputa política de longa data, em que o Massacre – e outros eventos no período – faria parte de uma batalha não apenas pelo poder material em si, representado pela administração municipal, e sim por uma identidade municipal.

O período da Quarta República se encerra com um golpe civil-militar, o ainda recente processo de uma relativa democratização da sociedade brasileira, todavia cerceada por massacres, chacinas policiais e organizações políticas sendo colocadas na ilegalidade. Termina de forma dramática, sob aplausos de amplos setores políticos, incluindo ex-aliados do presidente deposto. Rodrigues (1980) comenta em seu relato que “os mesmos edis que fixaram o retrato de Brizola na parede do Plenário [da Câmara Municipal de Rio Grande], agora o retiram sem contemplação” (p. 210). Isso revela o amplo escopo político da aliança golpista. Assim instaurado o regime ditatorial, suas primeiras vítimas na cidade de Rio Grande seriam pessoas ligadas ao movimento sindical e às lutas classistas.

Durante a ditadura civil-militar, não foi possível durante o período dessa pesquisa identificar fontes que tratassem diretamente das memórias do Massacre da Linha do Parque no período. Os processos de censura e cerceamento das liberdades democráticas são fatores determinantes para a falta de material disponível para a realização de uma pesquisa a respeito desse período. Os processos mais aparentes, e cada vez institucionalizados, vão aparecer a partir do início da década de 1980, que é o foco de análise do próximo capítulo.

4. A Cidade Vermelha e a Noiva do Mar: O Massacre da Linha do Parque e a memória e identidade da cidade de Rio Grande

O final da década de 1970 e início da década de 1980 foi um período de reorganização dos movimentos sociais brasileiros, principalmente no movimento estudantil, com a reorganização da União Nacional dos Estudantes, e no movimento sindical com as novas correntes políticas, entre elas o chamado *Novo Sindicalismo*. A volta do sistema multipartidário, com o surgimento de novos partidos, como o Partido dos Trabalhadores (PT), composto por trabalhadores organizados, as Comunidades Eclesiásticas de Base e intelectuais dissidentes do trabalhismo e comunismo brasileiro. Portanto, amplos setores dos movimentos sociais que impulsionaram a “transição democrática” (SANTANA, 1998). A década de 1980 foi ainda marcada pelo retorno à legalidade do PCB e o registro partidário do PCdoB. Assim, os comunistas participam, após quase quarenta anos, de seus primeiros processos eleitorais de forma legal.

Na cidade de Rio Grande, tais movimentações da política nacional também ocorreram. De acordo com Sainz e Barreto (2020), nos últimos anos da ditadura civil-militar, houve intensos debates a respeito das ações do governo federal. O regime autoritário parecia ter chegado em um limite e nem os representantes da situação, agrupados no Partido Democrático Social (PDS), faziam um papel propriamente governista, ao também criticar esporadicamente ações do governo federal.

Na Nova República, que se constrói a partir de diferentes projetos de continuidade e ruptura, vemos surgir robustos movimentos de reivindicação memorialística do Massacre da Linha do Parque. Acredito que esses movimentos possuem uma relação direta com as novas possibilidades que uma abertura política conquistada forneceu aos movimentos sociais e à esquerda política brasileira como um todo. Se no final dos anos de 1970 e início de 1980, tais movimentos iriam inicialmente ocorrer às margens de uma ordem política em decadência, ao final do longo processo transitório do regime ditatorial para o regime democrático, se observa os atores desses novos movimentos memorialísticos a respeito do Massacre da Linha do Parque buscando uma institucionalização da memória do acontecimento à medida que adquirem espaços dentro dos poderes Executivo e Legislativo municipal.

Busca-se, então, analisar tentativas de continuidade em relação aos movimentos da Quarta República e também novas formas de apropriação do evento, além de

disputas que ocorrem tanto entre aqueles que tem o Massacre da Linha do Parque como um evento marcante (por vezes determinante) de sua identidade política, quanto na luta para que as memórias dos acontecimentos do 1º de Maio de 1950 não sejam marginalizadas na história da cidade de Rio Grande. Objetivo aqui demonstrar os processos de institucionalização, ritualização e fixação das memórias do movimento operário rio-grandino da 4ª República, sempre com a forte simbologia e consequências do Massacre quanto maior influência dessas memórias.

O estudo do processo de institucionalização remete a um estudo de locais, um trabalho etimológico, percorrendo, principalmente, os lugares de memória situados na Avenidas Presidente Vargas até o início da Avenida Rheingantz. É o espaço mais simbólico da memória viva dos acontecimentos do Primeiro de Maio de 1950, onde a memória é materializada, divulgada e também selecionada pelos mais variados atores. Compreendo que a memória somente se encontra presente na medida que indivíduos, organizados em coletivos ou não, extraem fragmentos do passado e os transplantam da maneira vista como adequada e/ou possível para seu momento presente ou de acordo com Catroga, na “coexistência, tensional e nem sempre pacífica” (2016, p.11) da memória individual com outras memórias.

Empreendo aqui uma discussão a respeito das tensões que afloram nas memórias do Massacre da Linha do Parque. Para isso, desenvolvo o tema sob o ponto de vista de uma análise que conjugue uma interpretação do conceito de lugar de memória, construído inicialmente por Pierre Nora (1993), na confluência de autores como Michael Pollak (1989) e Fernando Catroga (2015). Portanto, não levo em conta simplesmente a busca de espaços de transformações institucionalizadas e já estabelecidas politicamente e culturalmente como espaços de memória e “preservação histórica”, como monumentos, mausoléus, nomenclaturas de logradouros, entre outros.

Para além das referências bibliográficas presentes no texto, muitas das fontes de construção deste capítulo vieram a partir das entrevistas realizadas durante a pesquisa. Foram realizadas entrevistas com Júlio Martins, ex-vereador pelo PCdoB da cidade de Rio Grande por cinco legislaturas consecutivas (1993-2012); Alexandre Lindenmeyer, ex-prefeito pelo PT da cidade de Rio Grande (2013-2020); e Daniel Porciúncula Prado, professor titular da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e, na época da pesquisa, pró-Reitor da Pró-reitora de Extensão e Cultura (PROEXC).

O uso de entrevistas como método de pesquisa em relação às memórias do Massacre da Linha do Parque foi bastante útil, pois permitiu que certas lacunas das

fontes documentais fossem atendidas. Entretanto, o uso da história oral não foi visto enquanto uma forma de substituição da fonte escrita, pois tal perspectiva não corresponde a uma justificativa satisfatória a respeito do uso do relato oral. Os entrevistados, mesmo que compreendidos na qualidade de “empreendedores da memória”, (indivíduos com uma alta relevância perante os coletivos que constroem as memórias do Massacre da Linha do Parque) não foram observados como *griots*⁵² da memória operária rio-grandina da 4ª República. O uso da história oral cumpriu o papel de ver o Massacre como um evento, todavia presente no cotidiano da cidade de Rio Grande, logo, um evento “quente” (CATROGA, 2015, p. 16).

É importante o destaque que nenhum dos entrevistados esteve diretamente envolvido nos acontecimentos de 1950 e sequer haviam nascido naquele período. Portanto as entrevistas não objetivaram ser relatos de testemunhas oculares do Massacre, observando-se, pois, os sujeitos atuando em prol de uma política de memória. Segundo Bauer (2017), política de memória “pode ser definida como uma ação deliberada de governos ou outros atores políticos para trabalhar com a memória coletiva, ou seja, para preservar, transmitir e significar memórias de determinados eventos considerados importantes” (2017, p. 133).

Para iniciar as discussões a respeito da institucionalização do Massacre da Linha do Parque, cabe contextualizar a política rio-grandina na Nova República, identificando os blocos políticos que vão ser observados à medida em que a memória do acontecimento e do movimento operário rio-grandino da Quarta República vai sendo objeto de projetos de institucionalização de sua memória, o que se relaciona com as configurações políticas locais a partir do final da década de 1980.

4.1. Uma nova velha polarização: a formação dos blocos políticos rio-grandinos da Nova República

52 Dentro da tradição mandinga (uma das culturas do noroeste do continente africano), o Griot é um membro da sociedade em que “sua atuação se reveste de especial importância nos ternos de uma 'memória profunda', responsável pelo entendimento sensível do Tempo Histórico em seu entrelaçamento inelutável com o Espaço” (WALDMAN, 1998, p. 228). Portanto, os “relatos” de um *griot* não podem compreendidos como uma fala pessoal, pois se assimilam mais a registros históricos, transmitidos através da oralidade. A perspectiva dessa pesquisa não foi compreender as entrevistas como “baús de informação”, e sim no uso da oralidade na percepção da memória do Massacre da Linha do Parque na atualidade.

O fim da ditadura civil-militar, mesmo que sob uma perspectiva vigiada, foi um processo que trouxe algumas possibilidades no campo da política de memória, pois atores que surgiram na arena política por sua oposição à ditadura começaram a conquistar cargos eletivos tanto no Poder Legislativo como no Executivo. Em Rio Grande, o evento que delimita essa mudança foram as eleições municipais de 1988, com a vitória do candidato Paulo Fernando dos Santos Vidal (na época filiado ao PT), da coligação Frente Popular, composta pelo PT, PCdoB e PCB. Para além da vitória no cargo executivo, a Frente Popular elegeu dois vereadores: Clovis Madureira Ramos (PT) e Vladimir Guimarães (PCdoB), que era filho de Walter Guimarães, militante comunista do PC, nas décadas de 1950 e 1960.

Ainda dentro da coligação, concorreu pelo PCB, Antonio Rodrigues, o mais votado do partido e que conseguiu ser sexto suplente. Antonio tinha sido eleito vereador nas eleições municipais de 1963, foi participante da passeata do Primeiro de Maio de 1950 e era uma das pessoas responsáveis pela administração do túmulo de Angelina Gonçalves e Euclides Pinto. Identificamos, portanto, nesse bloco político, uma legitimidade dada pela sua trajetória histórica.

A primeira administração da Frente Popular da cidade será posteriormente derrotada nas eleições municipais de 1992. No entanto, a consolidação desse bloco político na política rio-grandina ocorre ao longo da década de 1990, principalmente, o PT e PCdoB⁵³. Mesmo que agora afastados do Poder Executivo, esses partidos serão uma presença constante no Poder Legislativo da cidade.

A Frente Popular vai se firmar como o principal bloco de oposição ao domínio, a partir de 1996, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) na cidade. Trata-se de um PMDB bastante distinto da organização política atuante na cidade na década de 1980, que possuía um forte setor progressista (SAINZ; BARRETO, 2020). As administrações pemedebistas e seu núcleo de apoio legislativo congregavam vários nomes remanescentes das administrações municipais do período da ditadura civil-

53 Destaca-se que o final da década de 1980 e início da década de 1990 foram períodos conturbados para o PCB em todo território nacional, assim como todas as agremiações comunistas ao redor do globo. A derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1991 abre espaço para uma série de discussões sobre o futuro dos partidos comunistas. O PCB entra um período de crise institucional, que resultaria na criação do Partido Popular Socialista no ano de 1992 durante o X Congresso Extraordinário, e em 1993 um grupo autointitulado “Movimento Nacional de Defesa do PCB” rompe com o X Congresso, promovendo a refundação do PCB, como uma personalidade jurídica distinta (DIAS 2002). Esse período de crise interna afeta o PCB rio-grandino, nota-se através dos registros de filiados do TSE, algumas permanências de quadros do PCB no PPS, e em outros casos algumas filiações no PCdoB, assim como as alianças do PPS na cidade se distinguem das alianças do antigo PCB. Portanto para esse trabalho, a partir de 1992, considera-se PT e o PCdoB como forças partidárias principais da Frente Popular.

militar, por exemplo, o político Edes Cunha⁵⁴, que ganha cargos no poder executivo, entre eles o de Secretário Geral de Governo na administração de Janir Branco, do PMDB, e de Chefe do Gabinete do Prefeito durante a administração de Fábio Branco⁵⁵ (PMDB) (CARVALHO, 2013).

No ano de 2012, o candidato TAL, do PMDB, foi derrotado pela Frente Popular, liderada por Alexandre Lindenmeyer. Segundo o relato de Lindenmeyer (2021, APÊNDICE B) e as notícias da imprensa no período (CUNHA, 2012), havia um grande clima de favoritismo que cercava o então prefeito Fábio Branco. Entretanto, o resultado foi uma vitória de Alexandre Lindenmeyer com 59.543 votos contra 49.919 votos de Branco (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2012). As eleições de 2012 representam a segunda chegada ao Poder Executivo da Frente Popular, ainda que nessa eleição o PCdoB tenha lançado um candidato próprio (Julio Martins), desligado da candidatura petista pela primeira e, até o presente momento, única vez. O PCdoB, no entanto, se tornou parte do Executivo municipal, compondo a base governista na Câmara de Vereadores.

Percebe-se que o cenário político rio-grandino da época era bastante polarizado entre dois blocos políticos: Frente Popular e o PMDB (ligado à família Branco). E são esses dois blocos políticos que vão disputar não apenas o poder administrativo, mas assim como os Democratas e os “Macartistas” (como denominamos no capítulo 2, durante o período 1945-1964), uma identidade do que é ser rio-grandino, visto que ambos buscaram enquadrar aspectos da história rio-grandina através do uso do poder institucional, na criação de políticas de memória.

A seguir, analisamos como nesses diferentes contextos ocorrem movimentos de institucionalização e monumentalização da memória do Massacre da Linha do Parque pelo bloco político da Frente Popular (PT-PC do B e movimentos sociais). Assim, percebo que a disputa do poder municipal vai além do material. Meu objetivo é entender o impacto desses contextos políticos nas disputas simbólicas da cidade de Rio Grande a partir das entrevistas já mencionadas. Entendo que o bloco político a que pertence os entrevistados, incluso Daniel Prado, tem o Massacre da Linha do Parque como uma de suas referências e motivação de suas disputas no campo simbólico.

⁵⁴ Edes Cunha, segundo Leandro Costa (2013), exerceu diversos cargos da administração pública municipal durante os anos da ditadura civil-militar. Filiado a ARENA, foi eleito vereador, onde teve uma atuação de defesa ao regime autoritário, defendendo no ano de 1983 em um discurso à Câmara de Vereadores a permanência da cidade de Rio Grande como área de segurança nacional (SAINZ, 2018)

⁵⁵ Destaca-se que o PMDB rio-grandino tem uma característica bastante personalista, por meio de um domínio político da sigla pela Família Branco.

4.2. Rachar palavras: empreendedores da memória do Massacre da Linha do Parque e a escolha dos entrevistados

O campo da história oral é um dos métodos de pesquisa com mais armadilhas ao pesquisador. Ainda que toda e qualquer fonte sempre sofra processos de seleção, a fonte na história oral trata-se de objeto de estudo imaterial que é produzido junto ao historiador, registrado através da transcrição da entrevista. De acordo com Alberti, a autoria de tal documento seria do historiador “uma vez que é o pesquisador-entrevistador quem procura o entrevistado e está diante dele durante a entrevista, sabendo, com certeza, de quem se trata” (2004, p. 22).

Os entrevistados selecionados nesta pesquisa têm, enquanto característica em comum, uma participação ativa na construção das memórias coletivas do Massacre da Linha do Parque, incluindo um papel de liderança nesses processos. Dar a essas pessoas uma parcela da autoria desses relatos tem por objetivo um reconhecimento de uma função ativa. A compreensão de que suas falas não apenas se resumem à entrevista de um indivíduo ao historiador e sim tratam-se de uma janela de possibilidades para a compreensão a dinâmica de grupos.

Tomei por base minha perspectiva de entendimento das entrevistas como “janelas para compreensão da dinâmica de grupos” através da obra de Montenegro (2010), principalmente em seu conceito do “rachar palavras”, que se refere sobre como há uma desnaturalização do uso das palavras pelo entrevistado. É a percepção por parte do entrevistador que alguns termos utilizados funcionam enquanto barreiras de separação entre entrevistado e entrevistador. A sensibilidade dos assuntos ou o grau de responsabilidade dos indivíduos faz com que eles percebam o “poder das palavras” e que se trata de “um perigoso campo minado” (MONTENEGRO, 2010, p. 43)

Essas escolhas dos entrevistados, então, correspondem a uma perspectiva apresentada por Jelin (2012) a respeito do conceito de “empreendedores da memória”, em que as memórias de coletivos, mesmo quando possuem uma intenção horizontal entre os pares, vão surgir pelo meio de certos indivíduos que catalisam as ações memorialísticas. Portanto, a escolha dos entrevistados desta investigação justifica-se através da percepção destes pelo coletivo enquanto indivíduos representativos da promoção das memórias do Massacre da Linha do Parque. Eles estariam “envolvidos

pessoalmente em seu projeto, mas também compromete outros, gerando participação e uma tarefa organizada de natureza coletiva” (JELIN, 2012, p. 79, tradução nossa⁵⁶).

Para Julio Martins⁵⁷, esse lugar social pode ser percebido quando ele declara que: “se perguntar pra algumas pessoas, de 70 para cá nada aconteceu em Rio Grande de movimento popular que eu não tenha de certa forma participado” (MARTINS, 2020, APÊNDICE A). Um importante aspecto da trajetória deste depoente é seu papel nas homenagens anuais ocorridas no Primeiro de Maio às vítimas do Massacre da Linha do Parque em Rio Grande. Nelas, Julio Martins é frequentemente a figura central e quem realiza a primeira fala.

As homenagens anuais foram uma proposta que surgiu por iniciativa de um núcleo inicial de militantes do PCdoB, a partir da década de 1980. Contudo, Martins ressalva que não se trata de um evento do partido e vê o Massacre da Linha do Parque como uma “memória da cidade”, em que a “preservação disso tudo tem que ser de interesse de todos os trabalhadores, independente dos partidos” (MARTINS, 2020, APÊNDICE A).

Já no relato de Alexandre Lindenmeyer⁵⁸ e Daniel Prado⁵⁹ parece haver um sentido de responsabilidade institucional. Lindenmeyer, pelo seu cargo de prefeito de Rio Grande (2013-2021), e Prado, por sua atuação na FURG. Lindenmeyer (2021) debita seu papel em uma política que atendesse as demandas de memória dos trabalhadores por ter sido um “prefeito de uma cidade predominantemente operária” (LINDENMEYER, 2021, APÊNDICE B).

Já Prado (2022) define como “endógena” sua formação e identifica Rio Grande como seu “sujeito de pesquisa” (APÊNDICE C). Historiador de formação e professor do Departamento de História da FURG, Prado iniciou sua trajetória política através dos movimentos sociais dentro da Igreja Católica, principalmente na Comunidade Eclesiástica de Base (CEB) da Paróquia São José Operário de Rio Grande. É no

56 involucra personalmente en su proyecto, pero también compromete a otros/ as, generando participación y una tarea organizada de carácter colectivo

57 Julio Martins é advogado de formação, militante do PCdoB desde o início da década de 1980 e exerceu o cargo de vereador na cidade de Rio Grande entre os anos de 1993 e 2012. A entrevista foi realizada através do *Google Meet* no dia 23 de julho de 2020.

58 Alexandre Lindenmeyer é advogado de formação, militante do PT desde o início da década 1990, exerceu os cargos de vereador na cidade de Rio Grande (2009-2011), deputado estadual na Assembleia Legislativa Rio Grande do Sul (2011-2012) e prefeito da cidade de Rio Grande (2013-2020). A entrevista foi realizada através do *Google Meet* no dia 31 de maio de 2021.

59 Daniel Porciúncula Prado é historiador de formação e doutor em Educação Ambiental pela FURG, atualmente exerce o cargo de pró-Reitor de Extensão e Cultura na mesma universidade. A entrevista foi realizada no dia 10 de março de 2022 no Campus Carreiros da FURG.

movimento de base da igreja católica que Prado toma conhecimento dos acontecimentos do Massacre da Linha do Parque. Isso coincide com o relato de Lindenmeyer, que também localiza seu conhecimento a respeito dos eventos do Massacre da Linha Parque no contato com as CEBs na década de 1980:

[...] na minha adolescência entrei na Pastoral da Juventude, na PJ. E ao mesmo tempo, tudo ao mesmo tempo, entrei no movimento estudantil, já entrei formalmente nas forças de esquerda de Rio Grande, me filiei no partido que estava ali e aí, claro, os ambientes que tu vais te constituindo como ativista, essa narrativa já vem [...]. E é nesse momento que eu que eu tenho certeza, que eu te afirmo que eu tive contato com a história da Linha do Parque. (PRADO, 2022, APÊNDICE C)

[...] quando era guri eu participava da Pastoral da Juventude da Igreja Católica, ali eu tive um contato com a igreja de Puebla[...] ali a gente começou a tomar o conhecimento da história não contada, história fragmentada, por quê? Porque é uma história de operários, de trabalhadores, essa história não interessa, dentro da oficialidade de muitos não interessa. [...] Então, eu acredito que já no período da faculdade, um pouquinho depois eu já tinha ciência desse cenário. (LINDENMEYER, 2021, APÊNDICE B)

A década de 1980, portanto, se constitui um momento-chave na construção da memória do Massacre da Linha do Parque para estes sujeitos, pois é um período que engloba a transição da ditadura civil-militar para a Nova República. Os entrevistados enfocam que com o período houve uma abertura de possibilidades na busca de referências no passado na construção de uma identidade de classe renovada. E, neste momento, o Massacre da Linha do Parque adquire um destaque na formação política desses indivíduos e de seus coletivos políticos.

Essas experiências e visões dos entrevistados escolhidos e compreendidos aqui enquanto “empreendedores da memória” nos permitem refletir de maneira mais aprofundada quando vamos analisar suas atuações em prol de políticas memorialísticas que enfoquem direta ou indiretamente os acontecimentos do Primeiro de Maio de 1950. Os três entrevistados, à medida que adquirem espaços institucionais de poder, carregam essas memórias e experiências em suas propostas de memorialização do Massacre da Linha do Parque.

4.3. Os lugares de memória e as memórias subterrâneas: conceituando as institucionalizações desses locais

A pesquisa de Nora que deu origem ao conceito de “lugar de memória” se inicia no final da década de 1970 e início dos anos 1980 e insere-se em um contexto

historiográfico maior denominado de “Nova História”. Um movimento de historiadores franceses da década de 1970 que resgatam vários aspectos da primeira geração da Escola dos *Annales* da primeira metade do século XX. Na autodefinição de Jacques Le Goff e Pierre Nora (historiadores identificados como pertencentes a esse movimento), a Nova História não é “uma equipe ou [...] uma escola” e “não há [...] qualquer ortodoxia” (LE GOFF; NORA, 1995, p. 11).

É um movimento que se esforça em delimitar um campo de análise que possa pertencer quase que, exclusivamente, aos historiadores. Sob esse princípio é a tentativa de uma solução para o seguinte problema: a ciência histórica, ao delimitar-se como “um estudo do passado” corre o risco de tornar-se uma ciência supérflua, visto que o elemento do passado é um conceito adaptável e, muitas vezes necessário, para outras ciências humanas. Então, substitui-se a centralidade do passado e do fato histórico pela preferência do estudo de conceitos que somente poderiam ser desenvolvidos através da História como base.

Sob esses apoios que Pierre Nora vai construir seus entendimentos a respeito da memória e também, por meio disso, podemos perceber essa pretensão universal no conceito de lugar de memória. Mesmo que suas análises materiais desenvolvidas na obra *les Lieux de Mémoire* (a qual foi organizada por Nora) estejam voltadas para a França, suas preocupações estão mais no estabelecimento de um entendimento sobre a memória que possa ser observado como pertencente em múltiplos contextos para além da situação francesa.

Em *la nación-memoria*, Nora vai descrever o processo da memória coletiva de povos em concomitância com a formação do estado capitalista burguês ao longo dos séculos XVIII e XIX. Nora apresenta o que seriam as quatro etapas da construção da memória nacional: a **memória-régia**, estabelecida pelos laços familiares de lideranças-chave para o surgimento de um pertencimento nacional; a **memória-estado**, com o estabelecimento de uma iconografia e a “heroização” do indivíduo ou instituição que representa o centro do poder; a **memória-nação**, que é a construção de uma série de ritos que visam estabelecer uma identidade comum nacional; e por último a **memória-cidadã** que é “repercussão ativa da nação-memória, suas raízes sociais e militantes” (NORA, 1992, p. 97, tradução nossa⁶⁰), o momento em que a memória torna-se indissociável de uma relação ideológica, logo com pretensões universais. Obviamente,

60 *repercusión activa de la memoria-nación, su arraigo social y militante.*

essa segmentação da memória nacional está orientada para as construções da história francesa. Contudo, o limiar do trabalho de Nora entende que a **memória-cidadã** está além dos limites nacionais.

É a partir disso que Nora constrói seu conceito principal. O lugar de memória não se trata apenas da celebração ou comemoração de eventos históricos ou simplesmente a colocação de monumentos. É a substituição de uma memória “real”, aquela que seria observada e entendida através de atores ainda presentes do passado por uma narrativa histórica selecionada, celebrada e instrumentalizada por meio de disputas memorialísticas anteriores. Nora compreende que os lugares de memória são uma etapa posterior, marcada pelo “esgotamento das oposições clássicas” (NORA, 1992, p. 98), de uma **memória-patrimônio**, encabeçada pelos lugares de memória, compreendidos como uma memória “registradora, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela” (NORA, 1993, p. 15). Os lugares, segundo Nora, se estabelecem a partir de uma negação da narrativa do passado que surge “naturalmente” na sociedade e uma busca dos “vestígios”. Portanto, fragmentos materializados do passado, com um maior controle daquilo que é memorizado.

Para tanto, o autor identifica três aspectos dos lugares de memória em sua visualização contemporânea: o material; o simbólico; e o funcional. O primeiro aspecto refere-se sobre como que se dará a seleção desse lugar e como haverá a elevação deste enquanto um ponto de memória. O segundo é a respeito da mensagem desses lugares, principalmente sobre as variadas interpretações, interpeladas por uma “explicação oficial” que emergiria como a correta. Por fim, o aspecto funcional está relacionado às ferramentas de consolidação desses lugares na mentalidade coletiva da sociedade, à sua absorção enquanto uma faceta da identidade geral. Sob esses aspectos que Nora pondera que o lugar de memória pode ser observado como um lugar de derrota da lembrança, pois é a consagração da história sob a memória, em que a criação do lugar se demanda pelo fato que a rememoração “natural” não existe mais.

No ponto de vista deste trabalho, a conceituação de Pierre Nora é de extrema importância, pois auxilia na percepção dos espaços, das obras e das homenagens onde a memória do Massacre da Linha do Parque está remetida. Entretanto, o foco da pesquisa de Nora são as perspectivas desses lugares de memória sob a égide do Estado-nação, enquanto nessa pesquisa, a grande preocupação são os espaços onde a memória aparece, em um primeiro momento, à revelia da memória do Estado, fazendo parte, aparentemente, de uma “contracorrente” ao discurso nacional da memória. Boa parte

desses espaços não foram construídos pelos poderes centrais do Estado e surgiram em vários casos como elementos de contestação, devido aos processos de silenciamento dos atores presentes nos fatos históricos analisados.

É de suma necessidade, portanto, que esses lugares de memória do Massacre sejam observados como pertencentes a uma “memória subterrânea”, ou seja, uma memória que se estabelece concomitantemente com a memória oficial, baseada nos fragmentos de história **não selecionados** na construção dos lugares de memória. Essas questões referentes à memória subterrânea foram introduzidas por Michael Pollak (1989), em uma tentativa de se propor uma análise da memória que privilegiasse os “marginalizados” da história. Para Pollak, o ato por parte dos poderes estatais em selecionar fragmentos da história como objetos da construção de lugares é um ponto de geração de conflito. Se as “oposições clássicas”, de acordo com Nora, se esgotariam através da criação desses lugares, para Pollak, a criação de lugares de memória abre espaço para o surgimento de lembranças dissidentes à memória oficial.

Como ferramenta para o estudo de memórias subterrâneas por parte de historiadores e historiadoras, Pollak sugere o recurso da história oral, pois ele ressalta “a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se [opondo] à ‘memória oficial’” (POLLAK, 1989, p. 4). Ou seja, elas inicialmente surgem enquanto um aspecto quase que natural da rememoração e lembrança individual e coletiva e, posteriormente, se organizam em uma oposição à memória oficial. Essa organização da memória subterrânea tem como objetivo uma preservação e também uma manutenção da “coesão dos grupos” (POLLAK, 1989, p. 9).

Como podemos então definir as memórias do Massacre da Linha do Parque em uma análise que se alicerce sobre o conceito de lugar de memória? Coloco como proposta a observação de uma sequência da memória do Massacre da Linha do Parque, tomando por base uma confluência entre os dois autores, no estabelecimento da ideia de **lugares de memória subterrânea**. Uma junção dos dois conceitos apresentados, formando uma análise que apresente essa busca de fragmentos da história, na construção de uma memória do Massacre, que não mais pode ser entendida como “real”, pois já está estabelecida não mais sob os aspectos da lembrança individual e coletiva, e sim sob a égide de monumentos, narrativas, obras de arte e celebrações, portanto, tendo como base Nora, uma memória que se tornou história. Porém, uma memória em que seu espaço dentro da sociedade rio-grandina (e brasileira) é, todavia, essencialmente subterrâneo e se estabelece na oposição de uma memória oficial.

Através de uma análise que observe a sequência cronológica da(s) memória(s) do Massacre da Linha do Parque, abre-se a possibilidade de se perceber os caminhos traçados pelos diversos atores atuantes nesse processo e, principalmente, os diferentes objetivos, ferramentas e práticas ao longo de meio século de processos de rememoração. Não sob o ponto de vista de uma construção “evolutiva”, mas tendo como direcionamento a percepção dos atores na construção das memórias do Massacre enquanto construtores ativos de uma memória da qual extraem suas identidades políticas, classistas e sociais.

4.3.1. “Vamos ganhar e não vamos levar”: o Parque do Trabalhador

Mesmo num cenário adverso já descrito da primeira administração da Frente Popular e uma base de vereadores limitada no Poder Legislativo, houve já na legislatura 1989-1992 algumas tentativas de memorialização do Massacre da Linha do Parque. Segundo Daniel Prado (APÊNDICE C), é nesse período que ocorre a inauguração do atual Parque do Trabalhador, que busca demarcar os espaços de convivência e atuação política das organizações de trabalhadores rio-grandinas. Havia um certo entendimento por parte dos depoentes⁶¹ que a localização do Parque do Trabalhador seria no antigo Parque Rio-Grandense, de onde teria saído a marcha do Dia Primeiro de Maio de 1950 – ainda que as fontes citadas no primeiro capítulo desse trabalho que serviram de base para a construção do Mapa (ANEXO A) tragam divergências sobre ser a mesma localização.

A respeito do Parque do Trabalhador, Prado recorda a importância de Vladimir Guimarães no processo de inauguração do Parque e o significado desse espaço para os movimentos sociais da cidade ao longo das décadas de 1980 e 1990:

E depois a volta desse Primeiro de Maio com atividades políticas e de confraternização de piquenique ao longo do início dos anos 90, aonde já era o Parque do Trabalhador. [...] . O mandato de dois vereadores que se elegeram, que foi o Clóvis Ramos pelo PT e o Vladimir Guimarães pelo PCdoB. [...] Esta legislatura durou de 1989 até o final de 1992 e foi nesse período (o ano não sei te

61 Das três entrevistas realizadas para essa pesquisa, Daniel Prado (2022, APÊNDICE C) deixou subentendido que o Parque do Trabalhador seria na localização do antigo Parque Rio-Grandense, Alexandre Lindenmeyer (2021, APÊNDICE B) foi categórico em afirmar que o Parque do Trabalhador e o Parque Rio-Grandense tratam-se do mesmo parque, e Julio Martins (2020, APÊNDICE A) não fez menção ao Parque do Trabalhador durante a entrevista.

precisar) dessa legislatura que foi inaugurado o Parque do Trabalhador, com esse nome. (PRADO, 2022, APÊNDICE C)

O relato de Prado a respeito da inauguração do Parque do Trabalhador revela parte do impacto e da importância desse espaço para a Frente Popular. Há, inclusive, um aspecto de uma tentativa de fazer “justiça”: se antes o parque tinha a denominação de “Rio-Grandense”, ao transformá-lo em “do Trabalhador”, se reivindica sob esse espaço os acontecimentos e também um pertencimento da classe trabalhadora rio-grandina.

O interesse da Frente Popular na troca do nome do espaço e na sua consolidação enquanto um lugar de memória não apenas do Massacre da Linha do Parque, mas dos trabalhadores rio-grandinos, traz à tona a importância dada pela coalizão política aos movimentos passados. Tal fator reforça um aspecto de perspectivas de encontros geracionais entre a esquerda política da Quarta República com as renovações surgidas a partir da década de 1980. A renomeação do parque rompe com uma imagem muito marcada de antagonismos entre representantes dos dois polos políticos, que não vinha apenas sobre bases ideológicas, mas também sobre princípios de identidade. De acordo com Julio Martins (2020), essa aproximação foi “uma coisa natural” (APÊNDICE A), considerado pelo próprio uma “tradição” de um convívio mais próximo.

Dentro do Parque há um monumento em homenagem aos trabalhadores que, a partir da placa que o identifica, teria sido colocado no dia 1º de Maio de 1999.

Figura 10: Monumento em Homenagem aos Trabalhadores (ferramentas)



Fonte: Produzida pelo autor (2022).

Figura 11: Monumento em Homenagem aos Trabalhadores (placa)



Fonte: Produzida pelo autor (2022).

Destaca-se do monumento a presença da foice e do martelo, que, apesar de não estarem cruzados, são símbolos associados a partidos e organizações de cunho comunista. Além disso, o estilo artístico das ferramentas de trabalho representadas na obra, para além da foice e o martelo, possuem uma inspiração na arte soviética do período revolucionário. Com a simplificação do formato dos objetos, buscando uma linguagem direta com o indivíduo, que reconheceria naquelas ferramentas a sua identidade enquanto trabalhador e trabalhadora (SVILIČIĆ; MALDINI, 2013).

O Parque do Trabalhador inaugura as primeiras ações de nível institucional em prol da memória do Massacre da Linha do Parque. Há também com a vitória da Frente Popular para o executivo e as vitórias no legislativo, a consolidação do bloco político da esquerda rio-grandina. Ao longo das décadas de 1990 e 2000, há um fortalecimento desse grupo político, principalmente por parte do PT, que viria novamente a vencer as eleições municipais, no ano de 2012.

4.3.2. “É uma memória da cidade”: entre Golbery do Couto e Silva e Angelina Gonçalves

Na legislatura subsequente à primeira administração da Frente Popular (1993-1996) há uma iniciativa por parte dos vereadores desse bloco político a respeito da nomenclatura de ruas com nome de militantes comunistas já falecidos. Todos os vereadores eleitos pelo PC durante a Quarta República foram homenageados, assim como todas as vítimas do Massacre da Linha do Parque. Segundo Julio Martins, as nomenclaturas seguiam uma lógica de ir “fazendo aos poucos” (MARTINS, 2020, APÊNDICE A).

O ex-vereador não recorda que, em um primeiro momento, essa política de nomenclatura enquanto prática de monumentalização causasse conflitos dentro do Poder Legislativo rio-grandino. Martins inclusive cita uma “unidade democrática” entre ele e o vereador Dante Lazzarini (PMDB), na qual o adversário político teria aceito as homenagens aos comunistas em troca de apoio às suas homenagens:

Era uma pessoa [Dante Lazzarini] que a gente conversava, mas era anticomunista. Aí esse pessoal começava a encher a paciência dele. E aí o que ele fez? Nós pegamos o Jardim Humaitá. O Jardim Humaitá não tinha nome nas ruas. Nós começamos a botar os nomes das ruas todas de comunistas, que era um bairro popular. O Dante pegou e começou a botar nome de padre. Então nós propúnhamos uma homenagem à Angelina, por exemplo, ele ia lá e propunha uma homenagem a um padre. Então, conclusão: nós aprovávamos a dele e ele aprovava a nossa. (MARTINS, 2020, APÊNDICE A)

Esse clima de cordialidade relatado por Martins, no entanto, aparentemente não se manteve sempre. As tensões a respeito das disputas de memória na cidade de Rio Grande se intensificaram a partir do início dos anos 2000. Isto pode ter emergido em decorrência da política da família Branco de atrair antigos representantes do poder municipal do período da ditadura civil-militar⁶². Durante a legislatura 2009-2012, houve uma tentativa por parte do poder executivo municipal (na época sob o comando de Fábio de Oliveira Branco) em conjunto com o então presidente da Câmara municipal, Renato Albuquerque, de homenagear o general Golbery do Couto e Silva⁶³, natural da

62 Um desses exemplos vai ser com a eleição em 2000 de Renato Lempek pelo PMDB ao cargo de vereador. Lempek iniciou sua carreira política no movimento estudantil, tendo sido presidente da União Rio-Grandina de Estudantes. Com uma atuação dentro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Lempek seria pela primeira vez eleito vereador pela cidade de Rio Grande no ano de 1972, com explícito apoio do então interventor federal Cid Scarone. (COSTA, 2013).

63 Golberi do Couto e Silva era natural da cidade de Rio Grande e foi um dos militares do alto escalão das Forças Armadas que participou ativamente no golpe civil-militar de 1964 que derrubou o presidente João Goulart. Ao longo dos vinte e um anos de ditadura, Golberi permaneceu em influente nas decisões do governo federal e exerceu papel crucial no desenvolvimento dos órgãos de repressão (RAMOS).

cidade de Rio Grande e ministro-chefe do Gabinete Civil durante os governos dos presidentes-ditadores Ernesto Geisel e João Figueiredo.

A homenagem ao Golbery seria realizada através da colocação de um busto na Praça Tamandaré, localizada no centro da cidade de Rio Grande. O busto foi uma doação realizada no ano de 2009 (RIO GRANDE, 2009) por Ronald Guimarães Levinsohn⁶⁴, empresário natural da cidade, com ligações com ditadura civil-militar, como ficou demonstrado em sua participação do Caso Delfin (ASSIS, 2021). A colocação da pedra fundamental do busto foi realizada no dia 21 de agosto de 2011 (PREFEITURA DE RIO GRANDE, 2011) e durante o mês de setembro houve uma série de mobilizações por parte do movimento estudantil da cidade (ÁVILA, 2011).

Em seu relato, Julio Martins (2020, APÊNDICE A) afirmou que as oposições à homenagem visavam combater o que ele compreendia ser um contrassenso, alheio ao processo vigente de consolidação da democracia no Brasil. O processo de homenagem então foi cancelado devido à uma mobilização contrária e ocorreu um ato promovido pelo movimento estudantil de derrubada da pedra inaugural: “Botaram a pedra inaugural lá [na Praça Tamandaré] e o pessoal ligado ao movimento estudantil, boa parte ligado ao UJS e outras forças políticas, foram lá e pegaram essa pedra inaugural e jogaram dentro do lago” (MARTINS, 2020, APÊNDICE A). Não conseguimos encontrar nos registros jornalísticos consultados do período esse evento narrado por Julio Martins.

A homenagem a Golbery exerce um papel estratégico na institucionalização por meio de políticas de memória de uma determinada identidade da cidade de Rio Grande, um contraponto de uma memória rio-grandina que reivindica seu passado de luta operária, do Massacre da Linha do Parque, buscando contrabalancear este com uma cidade de Rio Grande da pujança econômica e do desenvolvimento industrial, criando uma disputa de memória. Conforme Leandro Costa (2013), durante seus anos de atuação em Brasília, Golbery compreendia a cidade como um dos palcos de consolidação da ditadura civil-militar. A imagem local de Golbery foi associada a um “benfeitor”, aquele responsável por encaminhar as demandas locais para a Capital Federal.

A reivindicação da imagem de Golbery é um processo que vai além do Poder Legislativo, sendo este apenas um dos terrenos em que se manifesta essa tensão

⁶⁴ Ronald Guimarães Levinsohn foi um empresário natural da cidade de Rio Grande, herdeiro do conglomerado de empresas da indústria alimentícia da JBS-Swift Foods Company. Além de seu envolvimento direto com a ditadura civil-militar, foi também dono da Editora UniverCidade, responsável pelo lançamento de obras do escritor e militante de extrema direita Olavo de Carvalho (CALIL, 2021).

memorial. No ano de 1998, a Associação Comercial dos Varejistas de Rio Grande cria o *Troféu Golbery do Couto e Silva*. A Associação, através de editorial publicado em seu periódico *A Lucta*, expressa que o troféu tem o objetivo de “resgatar uma **injustiça histórica** cometida contra esse rio-grandino ilustre, que tanto realizou por sua terra natal, homenageando anualmente uma personalidade que, como ele, tenha prestado relevantes serviços à comunidade” (A LUCTA, dez. 2008, p. 1, grifo nosso). Golbery do Couto e Silva seria o símbolo de um desenvolvimento municipal “ordeiro”, em uma determinada memória coletiva sobre sua figura de "exaltar o passado militarizado, de aparente prosperidade econômica e segurança pública" (COSTA, 2013, p. 70).

De maneira concomitante, a legislatura de 2009-2012 também engloba uma série de homenagens realizadas às vítimas do Massacre da Linha do Parque, em memória dos 60 anos do fato. É nesse período que há um esforço por parte do PCdoB no resgate da memória do evento, que culminaria em uma sessão solene no dia 30 de abril de 2010 e a inauguração de um memorial em homenagem às vítimas do Massacre na manhã do dia 1º de Maio, também com a colocação de flores nos túmulos de Angelina Gonçalves e de Euclides Pinto. Estavam presentes na sessão solene os familiares dos quatro homenageados, com destaque para Shirlei, filha de Angelina Gonçalves, que esteve na passeata de 1950.

Julio Martins narra a colocação da placa em homenagem às vítimas do Massacre como uma manobra política para contornar a resistência do então prefeito Fábio Branco (PMDB):

Então, na época eu era vereador, eu fiz, eu conversei com o Renato Albuquerque, que era o líder do governo, de direita, conversei com ele: "Oh Renato eu vou fazer um requerimento aqui, vou dizer que inclusive nós vamos pagar o troço, pro prefeito autorizar. vou pedir autorização do prefeito, um requerimento da Câmara pra coisa" e aí ele olhou pra mim e disse: "Mas tu sabe que o prefeito não vai autorizar né?" "Eu sei, mas vem cá, mas se nós fazer o requerimento, a Câmara aprovar, o prefeito silenciando e se nós for lá e fizer o marco vocês vão retirar?" Aí ele disse: "Não, nós não vamos retirar. Nem o prefeito, não vai retirar." "Então nós vamos fazer, né Renato. Nós vamos fazer o requerimento aqui na Câmara. A Câmara aprova o requerimento, vai pro prefeito". O prefeito silencia, não falou nem que sim, nem que não, nós fomos lá e colocamos aquele marco, que era o que foi possível fazer naquela época. (MARTINS, 2020, APÊNDICE A)

A placa, localizada em um canteiro na Av. Presidente Vargas, assinalaria o local aproximado em que a passeata do 1º de Maio de 1950 teria sido parada pelo contingente policial e militar. Trata-se, assim como o Parque do Trabalhador, na definição de um marco da história do Massacre da Linha do Parque. A determinação de um ponto

geográfico como o possível local da morte dos manifestantes solidifica uma antes confusa geografia do evento. Assim, em 1990 se definia o início e em 2010 se definia o fim.

A placa também é uma monumentalização das homenagens anuais às vítimas do Massacre da Linha Parque, que ocorrem anualmente no dia 1º de Maio desde o início da década de 1980. Segundo o relato de Julio Martins, as homenagens anuais sempre ocorreram naquele local, com a colocação de faixas e a realização de discursos. O evento costuma ser promovido pelo PCdoB, mas há a intenção de ampliar os participantes do evento, segundo o depoente. Na compreensão expressa por Martins, o Massacre da Linha do Parque não é uma exclusividade do partido, pois “a memória é da cidade” (MARTINS, 2020, APÊNDICE A).

A expressão utilizada por Martins de uma memória que não é de “posse” do partido e sim algo que transcende as linhas partidárias, ao classificá-lo como uma memória “da cidade”, revela uma tentativa de solidificar esses eventos enquanto parte de uma identidade local. A institucionalização da memória não está se objetivando a preservação do grupo – seja esse o PCdoB ou a Frente Popular – e sim uma disputa pela identidade da cidade de Rio Grande em sua totalidade.

Figura 12: Memorial em Homenagem às Vítimas do Massacre da Linha do Parque (entorno)



Fonte: Produzida pelo autor, 2021.

Figura 13: Memorial em Homenagem às Vítimas do Massacre da Linha do Parque (detalhe)



Fonte: Produzida pelo autor, 2021.

Nesse mesmo período haverá uma reforma dos túmulos de Angelina Gonçalves e de Euclides Pinto, ocorrendo também uma troca da titularidade dos túmulos dos comunistas na qual, segundo consta no requerimento de número 13.672 obtido no setor de arquivos do Cemitério Católico de Rio Grande, datado do dia 9 de abril de 2010, a titularidade seria da instituição *Comissão de Solidariedade das Vítimas das Lutas Populares*. No documento, consta a assinatura de Julio Martins, enquanto representante da instituição e também a assinatura de Antonio Rodrigues (antigo membro do PCB), sendo este o único perpetuante original vivo no momento do requerimento.

Nos relatos de Martins (2020) e Lindenmeyer (2021), o processo de redescoberta da localização dos túmulos teria ocorrido entre os anos de 2009 e 2010. Segundo Lindenmeyer (2021), a descoberta teria sido em uma das homenagens anuais às vítimas do Massacre da Linha do Parque, ocorridas desde a década de 1980 no 1º de Maio:

um destes eventos que eu fui eu acabei, eu era vereador na época, ainda era vereador e acabei por acaso descobrindo uma sobrinha da Angelina Gonçalves. Acabamos indo com ela e o Júlio Martins me acompanhou, porque eles nunca souberam que o túmulo da Angelina estava dentro do cemitério da cidade. Ela me levou lá para me mostrar onde era o túmulo da tia e ali o PCdoB fez uma placa de homenagem lá no próprio túmulo também dentro do cemitério. (LINDENMEYER, 2021, APÊNDICE B)

Esses movimentos políticos apresentados nos períodos legislativos demonstram as possibilidades de atuação através da conquista de poder institucional que os membros do bloco político da Frente Popular adquirem. Essas disputas institucionais no que deve ser memorializado por parte do Estado nos revelam a importância desse terreno político para a memória, visto que o espaço institucional é observado pelos atores das diferentes identidades rio-grandinas como o principal meio de consolidação das memórias coletivas⁶⁵.

A segunda administração da Frente Popular adquire espaço no período em que as políticas de memória em todo território nacional entram em discussão em decorrência da instituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em maio de 2012. Origina-se por meio de intensos debates a respeito “da abertura dos arquivos da repressão, anulação da Lei de Anistia” (BAUER, 2017, p. 33) e outras questões referentes aos abusos

⁶⁵ Em minha monografia (ANGUES, 2018), me aprofundi a respeito desses aspectos sob a ótica do PCdoB e sua política de rememoração, entretanto ao focar em uma história mais localista, preferi pela análise da Frente Popular da cidade de Rio Grande como um todo.

autoritários do Estado Brasileiro a partir da primeira década dos anos 2000. No relatório final da CNV, entregue em dezembro de 2014, é incluído o nome de Angelina Gonçalves no volume III, referente aos mortos e desaparecidos políticos. A conclusão do relatório a respeito do caso expressa que “Angelina Gonçalves morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado”, portanto se recomenda “a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos” (BRASIL, 2014, p. 32). Angelina Gonçalves é a única das vítimas do Massacre citada no relatório e um dos poucos casos investigados pela CNV a respeito de eventos ocorridos na Quarta República, o outro sendo a investigação a respeito do Massacre de Ipatinga, ocorrido em 7 de outubro de 1963 (BRASIL, 2014). Não há uma justificativa por parte do relatório pela singularização do caso de Angelina Gonçalves, e é tratamento diferenciado em relação a outros casos de massacre ou chacina, como o próprio Massacre de Ipatinga, em que houve uma tentativa trazer a totalidade das vítimas identificadas.

No ano de 2015, a partir de um movimento capitaneado pela vereadora Denise Marques, do PT, foi aprovada a Lei Municipal 7.905, que visava a criação da Comissão da Verdade específica para o município de Rio Grande. De acordo com a jurista Alícia Halina Fontana (2016), a aprovação da lei foi caracterizada por um “amplo apoio popular” (p.44), com uma participação de membros da sociedade civil, assim como representantes do movimento sindical e estudantil. Até o presente momento de escrita desse, não foram encontradas evidências da existência da Comissão nem a publicação de um relatório final.

As políticas de memória por parte da segunda administração da Frente Popular estiveram muito ligadas à continuação da nomeação de logradouros, construções e aquisições da administração pública. A ex-vereadora comunista Guaraciaba é homenageada em um dos ônibus do Departamento Autárquico de Transporte Coletivo (DATC), empresa pública municipal de transportes intermunicipal. Também houve a nomeação de uma Unidade de Pronto Atendimento em homenagem a César Augusto Chiaffitelli, militante comunista do PCB, embora o ex-prefeito Alexandre Lindenmeyer destaque em seu depoimento que a homenagem foi em decorrência de “sua história enquanto médico” (2021, APÊNDICE B).

Observa-se, portanto, que neste momento não houve grandes aportes de uma política de memória por parte da prefeitura de Rio Grande que fosse em direção à

monumentalização do Massacre da Linha do Parque quando comparado ao anterior esforço na criação do Parque do Trabalhador.

A grande questão referente às disputas de memória e identidade ocorridas durante a administração da Frente Popular (2013-2020) talvez tenha sido a participação do prefeito Alexandre Lindenmeyer nas homenagens anuais às vítimas do Massacre da Linha do Parque. Em entrevista, Lindenmeyer definiu sua participação nos eventos como carregando um forte simbolismo de sua visão sobre a cidade de Rio Grande, a qual ele classifica como “predominantemente operária, uma cidade de vários segmentos de trabalhadores, seja na indústria, no porto, na pesca, no comércio” (2021, APÊNDICE B). A nosso ver, a decisão da participação de Lindenmeyer nos eventos e sua própria definição de Rio Grande como uma “cidade operária” reforçam as disputas sobre diferentes identidades dentro da cidade.

Percebe-se que uma das ferramentas da memorialização desses espaços é via institucional. A visão de uma legitimação da memória através da sua institucionalização retoma a discussão inicial desse capítulo da busca de um diálogo entre Pierre Nora (1992) (1994) e Michael Pollak (1989). Diferentemente do proposto por Nora, enquanto progressivamente avançamos para uma substituição da “memória real” pelos lugares de memória e passamos a compreender as celebrações do passado pelo meio da materialização deste, não se acabam as oposições, porque justamente, como dito por Pollak (1989), os lugares de memória de uma memória “oficial” (do estado) são lugares de silenciamento que escondem “memórias subterrâneas”. Mas como analisar um processo em que os mantenedores da memória subterrânea têm a possibilidade de monumentalizar essas memórias através do processo de institucionalização das mesmas?

As tentativas da consolidação da imagem de Golbery pelo poder público e as progressivas políticas públicas da Frente Popular na homenagem de indivíduos ligados ao Massacre da Linha do Parque apontam uma intensa disputa de memória sobre o passado rio-grandino em uma constante oposição entre a cidade ordeira e desenvolvimento econômico, representada por uma idealização de Golbery e a cidade da luta social, que tem o Massacre da Linha do Parque como evento-chave de sua construção identitária como tal. No centro dessas disputas, notam-se constantes tentativas de ocupação de espaços.

Não há apenas uma disputa de uma narrativa histórica da cidade de Rio Grande, é uma disputa memorial-territorial entre a “Cidade Vermelha”⁶⁶, de Angelina Gonçalves e da “Noiva do Mar”⁶⁷, de Golbery do Couto e Silva.

4.4.A Fábrica Rheingantz e o Massacre da Linha do Parque

Um dos locais na cidade de Rio Grande onde mais afloram as dualidades entre as diferentes identidades urbanas é a antiga Fábrica Rheingantz, um espaço que desperta distintos sentimentos nos rio-grandinos e que se localiza na divisa de duas das mais importantes avenidas principais da cidade, sendo que ambas carregam nomes impactantes: Avenida Presidente Vargas (homenagem ao ex-presidente Getúlio Vargas) e Avenida Rheingantz (uma homenagem à família que por mais tempo exerceu o controle acionário da empresa e teve seu nome intrinsecamente ligado a fábrica). Nessa pesquisa, se objetivou apresentar esse espaço como a mais viva expressão da disputa territorial-memorial em Rio Grande. Cabe-se recordar que foi na Fábrica Rheingantz que Angelina Gonçalves passou a maior parte de sua carreira profissional e sua foto mais reconhecível (a de seu túmulo, que está na Placa em Homenagem às Vítimas do Massacre da Linha do Parque) é justamente aquela de seu registro de empregados da Fábrica Rheingantz (ANEXO E).

A antiga Companhia União Fabril, ou Fábrica Rheingantz, como é mais conhecida entre os moradores da cidade de Rio Grande, é um dos locais mais marcantes da história recente da cidade. Inaugurada em 1873, a fábrica era uma das principais fontes de emprego, principalmente para as mulheres trabalhadoras (MATTOSO, 2019). A presença da fábrica enquadra-se no processo de urbanização de Rio Grande a partir do final do século XIX. A hierarquia “familiar” construída pela família Rheingantz na relação funcionário-patrão é um dos aspectos mais presentes nas imagens do povo rio-grandino com a Fábrica Rheingantz, principalmente na imagem de Carlos Guilherme Rheingantz, acionista majoritário na qual a representação como “um homem culto, justo, oscilando entre uma figura paternal e um patrão punitivo, é recorrente nas memórias vinculadas a lugares de trabalho” (FERREIRA, 2013, p. 70). As ações

66 Segundo o historiador Robert Porto Castro (2019) a expressão “Cidade Vermelha” era uma designação das Forças de Repressão atuantes durante a ditadura civil-militar a respeito de Rio Grande e estava associado a forte presença do movimento sindical na cidade.

67 “Noiva do Mar” é uma das designações mais utilizadas para se referir a cidade de Rio Grande (PEREIRA, 2015).

tomadas pela família Rheingantz de consolidação dessa imagem vão ser na criação de sociedades mutualistas, e na construção das “casas da fábrica”, pequenas habitações erguidas pelos donos que, ao mesmo tempo, eram utilizadas como convite ao trabalhador “escolher” a Rheingantz como posto de trabalho, mas também uma forma de enraizar o trabalhador na fábrica, justificando o ambiente fortemente hierarquizado da Fábrica como “justo”.

Com processo de declínio da Fábrica Rheingantz a partir da década de 1970, e a subsequente venda do local pela família Rheingantz, reforça-se uma imagem de uma Rheingantz “pujante”, dos “bons tempos” da cidade de Rio Grande. Contudo, de forma paralela, a Fábrica Rheingantz foi um dos locais centrais das lutas operárias no período da Quarta República na cidade de Rio Grande e, de muitas maneiras, vai se caracterizar como um ambiente hostil à organização sindical. A presença do trabalho feminino fazia com que a repressão não apenas atingisse questões econômicas, mas inclusive comportamentais dos trabalhadores(as), repressões essas que alimentaram processos de resistência, como é apresentado por Caroline Matoso:

As multas por não ter o comportamento desejado pelos industriais Rheingantz apontam que as (os) operárias (os) resistiram a nova psicologia do trabalho. Estes buscaram confrontar o tempo das máquinas com o seu tempo biológico e comportamental, diante da indisciplina. Os atos de desobediência, brincadeiras, risadas, conversas, falta de atenção ao serviço, brigas, entre outros, atestam que a mão de obra é constituída por pessoas que produzem relações humanas, possuem sentimentos e desejos. As tentativas de padronização do comportamento do operariado e as indisciplinas constatadas nos cadernos de multas do setor administrativo demonstram um conflito simbólico entre as distintas classes. (2019, p. 54)

Existe, no entanto, mesmo em indivíduos que se identificam mais com a “Cidade Vermelha” do que com a “Noiva do Mar”, um encanto pela magnitude da Rheingantz, com uma extensão das conquistas da cidade. Durante a entrevista com Alexandre Lindenmeyer, o mesmo declarou em tom orgulhoso que a Rheingantz “se tornou referência mundial, inclusive com tapeçaria que está espalhada pelo mundo [...], tem tapeçaria Rheingantz no Palácio de Buckingham na Inglaterra” (2021, APÊNDICE B). Tal imagem converge com as pesquisas a respeito da memória de trabalhadores da Rheingantz da historiadora Maria Leticia Ferreira (2013) em que identifica que mesmo em um ambiente descrito nos relatos como fortemente hierárquico, a visão de uma Rheingantz ativa e produtiva ainda era compreendida por esses trabalhadores como um momento de orgulho.

As disputas, portanto, a respeito do passado da fábrica não parecem estar centradas se de fato a Rheingantz atingiu tal magnitude econômica, social e cultural descrita nos relatos e sim, sobre a quem cabe a responsabilidade por tais fatos: à família Rheingantz, sob a liderança de seu patriarca; ou aos trabalhadores que ali passaram, na qual Angelina Gonçalves simbolicamente representa.

4.4.1. O Processo de tombamento do Complexo Industrial Rheingantz

Após a desativação da fábrica nos anos 90, o local foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) e leiloado para empresários do setor imobiliário em 2012⁶⁸. Esse processo ainda está em desenvolvimento, mas o prédio foi aberto ao público, parcialmente, no primeiro semestre do ano de 2021, com a inauguração, no antigo pátio, de um supermercado e os processos de restauração da antiga fábrica. O projeto tem o nome de *Nova Rheingantz*, um empreendimento que busca combinar os potenciais econômicos e culturais do espaço. Trata-se de um investimento privado, com algumas concessões ao público, como a promessa da construção de um museu. Segundo Daniel Prado (2022, APÊNDICE C), não houve uma formalização de uma parceria entre a empresa administradora do espaço e os órgãos públicos – no caso a Prefeitura Municipal de Rio Grande e a FURG, mas apenas a assinatura de uma minuta de uma relação institucional entre esses entes. Os órgãos públicos teriam um papel coadjuvante de consulta, fiscalização e auxílio na construção dos espaços memorialísticos do projeto e não como promotores das perspectivas patrimoniais.

Figura 14: Supermercado junto ao terreno onde estava anteriormente a empresa Rheingantz

68 Segundo os documentos obtidos pelo IPHAE (RIO GRANDE DO SUL, 2012) o início do processo de tombamento do Complexo Industrial Rheingantz teria sido motivado pela proposta de construção de um *shopping center* no terreno no ano de 1993.



Fonte: Produzida pelo autor (2022).

Ao observar o processo de tombamento da Fábrica Rheingantz, é possível comparar o mesmo com outros tombamentos de patrimônios industriais, destacando-se por exemplo a patrimonialização da Cervejaria Bopp, localizada no município de Porto Alegre, na qual o antigo complexo industrial foi modificado para a instalação de um *shopping center*⁶⁹. O processo de valorização social e subsequente tombamento da Cervejaria Bopp, segundo a arquiteta Jossana Coelho e a museóloga Francisca Michelin, ocorreu muito pelo valor arquitetônico e não por seu valor social, pois “o prédio ficou marcado pela sua construção grandiosa em concreto armado para época, além da vasta decoração das fachadas” (2021, p.120). O projeto do shopping, de acordo com as autoras, ignorou a memória dos trabalhadores no novo uso do ambiente.

Ao contrastar o estilo de ambos os prédios, nota-se que a Fábrica Rheingantz, apesar de significativo valor histórico-arquitetônico, é uma construção de um nível mais utilitarista, com sutis decorações.

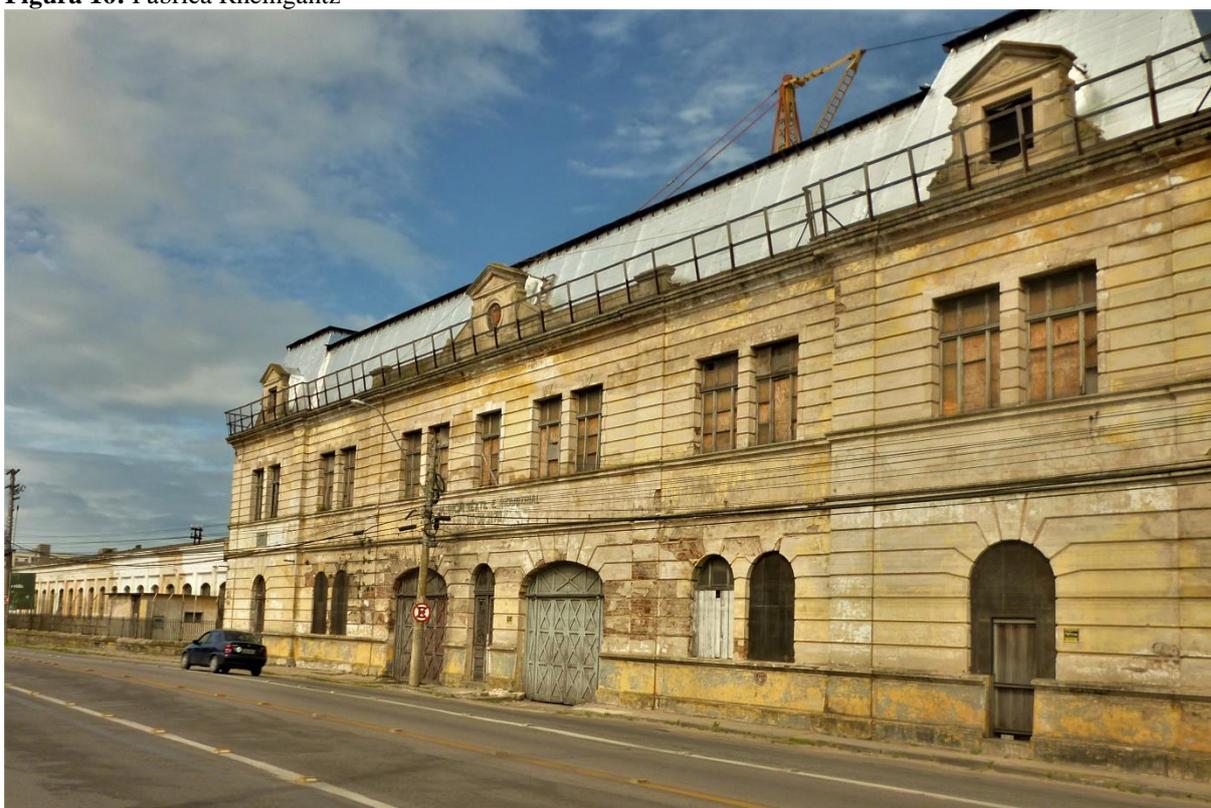
Figura 15: Cervejaria Bopp

⁶⁹ Shopping Total, localizado na Avenida Cristóvão Colombo, 545.



Fonte: Produzida pelo autor (2022).

Figura 16: Fábrica Rheingantz



Fonte: Produzida pelo autor (2022).

No primeiro relatório realizado pelo IPHAE sobre o prédio da fábrica, denominado Projeto Vila Rheingantz, sob a orientação do arquiteto Renato Tadeu

Mathias, a principal motivação do tombamento se deve e uma ideia de que "a riqueza maior [da Fábrica Rheingantz] está na forma de abordagem do espaço urbano [...] onde se cristalizam as formas de relações sociais e hierarquia dos diversos grupos que compõe o universo dos primórdios [da] [...] industrialização"(1995, p.18). Portanto, há uma valorização de um determinado passado do espaço e não somente seu aspecto arquitetônico.

Em uma pesquisa realizada no ano de 2011, 84% dos moradores de Rio Grande consideravam a Fábrica Rheingantz como patrimônio cultural da cidade e do estado do Rio Grande do Sul e, na mesma pesquisa, 87% "dos entrevistados responderam positivamente, demonstrando um forte laço com o objeto pesquisado" (SILVA; SILVA; LARROSA, 2013). Pode-se supor, logo, que não há campo político ou social na cidade de Rio Grande que reivindique a derrubada do espaço. Pelo contrário, há um desejo de revitalização desse espaço, pois a sua decadência é um espelho da decadência da própria cidade de Rio Grande. Então, qual seria a relação desse prédio com o Massacre da Linha do Parque?

4.4.2. “Que bom seria se todos os capitalistas pensassem dessa forma”: A Nova Rheingantz

Durante a realização da presente pesquisa, os espaços internos da Nova Rheingantz se encontravam, ainda, fechados ao público. Mas nos espaços abertos ao público já se apresentavam algumas perspectivas da forma como a memória e a história da Fábrica Rheingantz serão apresentadas. Além disso, a entrevista com Daniel Prado deu perspectivas a respeito das tensões em disputa naquele espaço memorial, assim como das estratégias da empresa em sua apresentação.

O primeiro espaço físico da Nova Rheingantz é um enorme painel, denominado “Marcas da História”, com uma sequência cronológica de eventos referentes à fábrica (ver figura 10). O painel inicia-se no ano de 1873 com a inauguração da fábrica e termina no ano de 1970 com a venda da fábrica ao grupo empresarial de Pelotas (Inca Têxtil). Nota-se uma construção da história da Rheingantz que ignora quase que por completo os trabalhadores e trabalhadoras, buscando uma sequência de eventos com o foco na própria família Rheingantz, visto que sobre o período em que a empresa não estava sob o comando da família não há quase informações.

Nos textos sequenciais, a única menção aos trabalhadores encontra-se no texto referente ao ano de 1895, no qual está escrito: [a fábrica Rheingantz] “Passa a contar com 912 funcionários, 858 fixos (469 brasileiros e 389 estrangeiros, havendo entre eles 494 homens, 224 mulheres e 140 crianças) e 54 costureiras que trabalham em casa”. Não há qualquer contextualização, crítica e/ou justificativa em relação à presença do trabalho infantil nas primeiras décadas de funcionamento, da divisão entre brasileiros e estrangeiros ou da significativa participação feminina na força de trabalho.

Figura 17: Painel da Nova Rheingantz



Fonte: Produzida pelo autor (2022).

Pode-se pensar o Painel da Nova Rheingantz como a definição da “história” do espaço, uma linha do tempo que basicamente perpassa os anos de atividade da fábrica sob uma perspectiva empresarial. Nesse espaço, não há a presença dos trabalhadores e trabalhadoras da Rheingantz. Contudo, a empresa buscou estratégias para cobrir essas questões que estão presentes nos meios digitais, já que foi criado um espaço em seu *site* (INNOVAR PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA), aberto ao público para contar suas histórias. Trata-se de um processo de recolhimento de relatos, com o foco em antigos trabalhadores da fábrica. Todavia, como não houve uma finalização do

projeto no momento em que esta dissertação estava sendo concluída, não foi possível analisar quais relatos foram selecionados e como serão divulgados ou utilizados.

O outro espaço da *Nova Rheingantz* visitado, um mural pintado de frente para o painel, apresenta vários elementos referentes ao passado e, inclusive, com referentes mais ligados aos trabalhadores. Destaca-se a inclusão do bonde, dos operários ingressando na fábrica e a ficha cadastral de uma trabalhadora. Essa ficha cadastral é uma réplica bastante fiel dos documentos da época e pertence a uma pessoa aparentemente fictícia, de idade de 14 anos, ocupando o cargo de Auxiliar de Escrita. No mural, os elementos como a fábrica, a trabalhadora, o bonde e os trabalhadores não são coloridos, mas os produtos da empresa (tecidos) e o maquinário são destacados com cores. Esse contraste de cores pode ser interpretado como forma de destacar. Ou seja, os trabalhadores ao serem colocados em preto e branco acabam sendo marginalizados na obra, enquanto o maquinário (colorido) se destaca.

No lado esquerdo do mural há um texto, que serve para introduzir a proposta do empreendimento em relação a *Nova Rheingantz*, que seria “uma nova forma de ocupar o espaço do seu redor, apropriando-se dele pra viver e trabalhar” com “uma identidade no século XXI com as marcas das suas origens multiculturais”, na perspectiva de “o que um dia foi, em breve, será muito maior”.

Figura 18: Mural da Nova Rheingantz



Fonte: Produzida pelo autor (2022).

Ambos os espaços apresentados nos trazem em evidência os discursos a respeito da história da Rheingantz destacados pelo empreendimento *Nova Rheingantz*, que parecem ir na direção do reforço a duas narrativas:

- 1) a da empresa familiar – vide o foco quase total no período da administração da família Rheingantz – o que reforça as noções de uma “hierarquia justa” nas relações funcionário-patrão;
- 2) a da ideia dos “bons tempos” – e na promessa da chegada de “tempos” ainda melhores – na ideia que a *Nova Rheingantz* associada a um futuro promissor.

Nas disputas de narrativa histórica, em relação aos locais até o momento abertos ao público, os padrões “venceram” os funcionários. A *Nova Rheingantz* dificilmente abrirá espaços ao contraditório de uma história de um espaço que foi hostil aos trabalhadores e trabalhadoras, que buscou cercear seus direitos de contestação e agiu em conjunto com o poder público nas ações de repressão aos movimentos de contestação da ordem do trabalho.

A respeito de um futuro espaço memorialístico, durante a entrevista, Daniel Prado disse que o corpo técnico da FURG teria sugerido que esse espaço tivesse um “um corte de classe da memória do operariado” (2022, APÊNDICE C). A expressiva quantidade de materiais ligados ao trabalho e, principalmente, aos trabalhadores e trabalhadoras, seria, segundo Prado, a justificativa para a consolidação de um futuro espaço memorialístico apenas nessa temática, tendo como objetos centrais as fichas dos funcionários da Rheingantz. As fichas dos empregados, desde o processo de tombamento, foram um dos poucos objetos documentais que não foram cedidos a FURG, o que fez que esse material se tornasse bastante procurado, seja no ponto de vista da pesquisa acadêmica, como na memória trabalhista em Rio Grande. A ficha de Angelina Gonçalves tornou-se um material simbólico bastante conhecido, tanto que sua profissão de tecelã, provinda através desse documento, faz parte da construção imagética sobre Angelina.

Na entrevista, Prado afirmou que a empresa rejeitou essa proposta, porque seu objetivo seria a construção de um museu que fosse mais diversificado. Assim, propunha-se que a lembrança sobre os operários da Rheingantz fosse relegada a um espaço do museu e não a sua totalidade. Esse aspecto da monumentalização da Rheingantz que coloca os trabalhadores(as) como “objetos de fundo” ao monumental complexo industrial vem com uma perspectiva de que uma diversificação desse espaço abriria um espaço mais comercializável a *Nova Rheingantz*. Prado, que durante a

entrevista se identificou enquanto militante de causas sociais da cidade, lamentou diversas vezes essa perspectiva comercial. Entretanto, em determinado momento ressaltou que, diferentemente de outros espaços⁷⁰ que marcaram os mundos do trabalho, a Fábrica Rheingantz iria passar por um processo de restauro e não de demolição:

quando a gente vê uma empresa se interessando num espaço ali e que nesse interesse comercial que eles têm ali está vinculado a questão do restauro, da preservação do patrimônio, parabéns! É isso que a gente quer. Que bom se todos os capitalistas pensassem dessa forma, não fossem somente destrutivas (PRADO, 2022, APÊNDICE C)

A continuidade do espaço, ainda que enquadrando uma memória da “velha” Rheingantz, torna-se aqui de extrema importância, pois abre a possibilidade na ocupação de territórios na disputa memorialística. A localização da Rheingantz, na frente da Placa em homenagem às vítimas do Massacre da Linha do Parque, provoca uma necessária tensão, pois é na disputa entre qual é a identidade predominante de Rio Grande (a “Cidade Vermelha” ou a “Noiva do Mar”) que as construções memorialísticas se construíram ao longo de toda Nova República.

Ao longo desse capítulo se observou as construções memorialísticas e as disputas de memória na cidade de Rio Grande desde a década de 1980 até os momentos atuais. Argumento que tais construções se centram sob duas perspectivas. A primeira delas seria uma tensão constante sobre uma identidade da cidade de Rio Grande, que seria catalisadora de políticas de memória, processos de monumentalização e institucionalização de espaços de memória. É uma disputa, em larga medida, dual: Democratas *versus* Macartistas; Frente Popular *versus* Família Branco; Cidade Vermelha *versus* Noiva do Mar. Um outro aspecto é que a construção memorialística entre esses dois polos ocorre na ocupação de espaço e construção de territórios. Não se trata de lugares de memória em uma visão mais tradicional do conceito. A “subterraneidade” destes – principalmente daqueles ligados a memória operária – provém da continuidade das disputas, mesmo após a institucionalização.

E onde nessas disputas o Massacre da Linha do Parque se encaixa? O Massacre é o evento-chave. Se em uma perspectiva histórica, ele não é um evento isolado durante

⁷⁰ Um dos exemplos na atualidade desse processo de destruição de antigos espaços ligados ao trabalho operário pode ser observado na gentrificação do Quarto Distrito na cidade de Porto Alegre/RS (OLIVEIRA, 2016).

o período da Quarta República em Rio Grande, ele se protagoniza no aspecto memorialístico como o evento central da construção de uma determinada identidade na cidade. Não há outro evento que suas personagens e locais mais aparecem, todavia, “quentes” e em constante processo de monumentalização. O Massacre da Linha do Parque ocorreu no dia 1º Maio de 1950 e praticamente todos os atores diretamente envolvidos estão mortos. Mas na constante luta entre a “Cidade Vermelha” e a “Noiva do Mar”, o acontecimento rompe sua redoma cronológica e acontece todos os dias na memória de rio-grandinos e em múltiplos espaços da cidade de Rio Grande.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa me dediquei à investigação a respeito da memória do Massacre da Linha do Parque, não me concentrando em uma averiguação dos “fatos” do Primeiro de Maio de 1950, e sim no impacto simbólico desse evento sob um recorte temporal da década de 1950 até os dias atuais. Para além das discussões acerca da memória que envolveram esse trabalho, percebi que o Massacre evoca uma explosão de identidades coletivas, que promovem diferentes disputas memorialísticas e de uma determinada narrativa sobre o passado.

No primeiro capítulo, quando houve o foco na investigação da classe trabalhadora rio-grandina através de sua identidade classista, em um diálogo entre os teóricos Edward Thompson (1980), Pierre Bourdieu (1989) e Mike Savage (2011), notei a importância política, organizacional e simbólica da Sociedade União Operária. A classe trabalhadora rio-grandina ao mesmo tempo que estava inserida nas principais discussões a respeito do movimento operário e sindical brasileiro ao longo das décadas, desenvolveu-se *sui generis* devido ao impacto que a SUO tinha nos corações e mentes dos trabalhadores rio-grandinos. Entre as diferentes correntes ideológicas que perpassaram o sindicalismo brasileiro, a SUO permanecia uma referência de organização e palco das disputas políticas. É a SUO que está na centralidade dos eventos do Massacre da Linha do Parque, é a partir dessa organização que provém as inspirações daqueles ligados à luta trabalhista em Rio Grande. É nesse caldo de identidades classistas construídas em Rio Grande, desde o final do século XIX, que ingressa a ideologia comunista na cidade, que busca a congregação dessas identidades com as inspirações partidária do PC.

No segundo capítulo, é o momento que inicio as discussões sobre temática da memória na construção simbólica do Massacre da Linha do Parque. A investigação recente de Landgraf (2021) se mostrou essencial para conhecer a disputa de narrativas a respeito do evento, principalmente por sua pesquisa a respeito dos periódicos locais. O velório e o enterro das vítimas, estudado nesse capítulo, mostraram-se eventos inaugurais da disputa territorial e narrativa do Massacre. É quando observo a polarização entre duas identidades da cidade de Rio Grande: um bloco sócio-político caracterizado por uma forte tendência anticomunista, que nutre medo por rompimentos da ordem social da cidade, buscando alienar as oposições ao *status quo*, classificando-as

como não pertencentes a Rio Grande. A outra identidade seria uma identidade classista, que observa a cidade sendo um território dos trabalhadores.

Nesse segundo capítulo, também foi analisada a nacionalização do Massacre da Linha do Parque e as estratégias do PC em construir narrativamente o evento. Foi notório que desde os primeiros momentos após o ocorrido, o evento já era transportado para diferentes temporalidades, torna-se uma “ilha do tempo” – conceito de Assmann (1995) – desligado de sua situação cronológica inicial. Destaque-se que a nacionalização do fato vem junto com construção do mito ao redor de Angelina Gonçalves. Sua morte adquire uma narrativa épica a partir de sua imagem como mãe, jovem e militante comunista. O uso da imagem de Angelina Gonçalves foi identificado enquanto uma ferramenta argumentativa que visava justificar e promover determinadas linhas partidárias, no caso as campanhas contra a Guerra na Coreia. Nessa linha, as duas obras literárias que tratam sobre o Massacre, o poema *Primeiro Maio* de Lila Ripoll e o romance *Linha do Parque* de Dalcídio Jurandir, tiveram propostas parecidas a respeito de Angelina Gonçalves, e reforçaram determinadas imagens a respeito da militante comunista.

O terceiro capítulo é a emergência das discussões mais contemporâneas a respeito da memória do Massacre da Linha do Parque, a partir da Nova República, um período em que surgem novas tendências políticas dentro da esquerda brasileira, através das possibilidades geradas pelo fim da ditadura civil-militar. A partir do final da década de 1980, esses novos atores políticos começam a conquistar cargos dentro dos poderes legislativos e executivos, um fenômeno que ocorre nacionalmente e também na cidade de Rio Grande, com a formação de um Bloco Político identificado em diversas disputas municipais sobre o nome de Frente Popular, composta majoritariamente (e em praticamente todas as disputas municipais) pelo PT e o PCdoB. Esse bloco político atua na memorialização do Massacre em conjunto com setores da sociedade civil, sendo, portanto, uma ação que vai além das organizações partidárias e do poder institucional adquirido por estas.

Nesse contexto, objetivei compreender a construção de lugares de memória do Massacre da Linha do Parque, conceito este originalmente proposto por Nora (1993) que vislumbra compreender a constituição da memória sob o ponto de vista da formação do estado-nacional. Portanto, o lugar de memória seria uma celebração hegemônica de determinados fragmentos do passado. Tal caracterização entra em conflito com as propostas desse capítulo, visto que o lugar de memória seria compreendido por Nora

(1992) como um ponto final das disputas de memória, entretanto, em minha arguição apresentei uma cidade (Rio Grande) polarizada em duas visões sobre do passado da cidade, em que os movimentos em prol de memorialização de uma história sindical e trabalhista (em que Massacre da Linha do Parque tem uma centralidade) vem acompanhado de monumentalizações. Tais movimentos também partem em uma simbiose entre organizações civis e poderes institucionais, que se contrapõe a esse passado de lutas trabalhistas. Então, busquei agregar o conceito de lugar de memória, com o conceito de memória subterrânea de Pollak (1989), ligado ao surgimento de memórias às margens da memória hegemônica institucional. A ideia de um **lugar de memória subterrânea** busca compreender como ocorre a institucionalização de memórias que se concebem na subterraneidade, que tem na sua origem uma narrativa e/ou uma imagem ligada ao contraponto de uma memorialização de aspectos do passado que excluí elementos de contestação a ordem estatal. Esses lugares surgem na medida em que os atores políticos identificados com o passado de lutas trabalhistas conquistam espaços de poder e cumprem o papel de empreendedores da memória – conceito de Jelin (2002) – ou seja, indivíduos que impulsionam movimentos memorialísticos.

Foi empregado, enquanto método de pesquisa, a história oral, na possibilidade de ser uma ferramenta que pudesse servir como forma de destacar esses indivíduos encarregados no processo de institucionalização da memória do Massacre da Linha do Parque. Percebi através das entrevistas que há uma intensa disputa sobre a memória da cidade de Rio Grande. Denominei essa divisão da seguinte maneira: a Cidade Vermelha, uma identidade que observa um caráter classista na ideia de se compreender rio-grandino (Angelina Gonçalves é a figura principal nesta narrativa); a Noiva-do-Mar, outra identidade rio-grandina, baseada por sua vez no progresso econômico de caráter “ordeiro” da cidade, centrada principalmente em uma imagem de benfeitor atribuída ao empresariado (sobretudo fabril) e a Golbery do Couto e Silva.

Com base nas questões levantadas nos três capítulos da dissertação, guiadas pelo problema de pesquisa proposto, concluo que as ferramentas e as estratégias utilizadas por sujeitos em prol da construção de uma memória do Massacre da Linha do Parque surgem em uma multiplicidade de formas, mas se especificam por sua característica de ocupação de territórios. Os lugares de memória fixados por esses sujeitos objetivam a formação de uma memória coletiva que não apenas seja recordada, e sim ligada diretamente ao espaço urbano, com a delimitação de fronteiras, caminhos e monumentos que visem estabelecer a memória do Massacre (e do movimento sindical

rio-grandino) como parte integrante e inaliável de Rio Grande, buscando se tornar uma memória **da cidade**. Observei, que tal característica da memória trabalhista se constroem dessa forma desde o princípio do fato histórico estudado, vide que o funeral às vítimas do Massacre e a subsequente colocação e manutenção, pelos próprios militantes comunistas, do túmulo de Angelina Gonçalves e Euclides Pinto foram identificados como as primeiras tentativas de memorialização do Massacre da Linha do Parque. Ações que estão relacionadas justamente em perceber no território da cidade um dos ambientes principais de disputa.

No bojo dessas estratégias de ocupação, a institucionalização, principalmente a partir da Nova República, surge como uma nova ferramenta de rememoração, em que a criação de lugares provém do ingresso de sujeitos identificados com a luta trabalhista em espaços de poder. Os processos de lutas memoriais dentro da institucionalidade, contudo, não vieram agregados a uma modificação do discurso, que persiste em sua característica de contrapor uma identidade rio-grandina que busca alienar pessoas ligadas às lutas sociais. Esses contrapontos estimulam ambas posições de forma dialética, instigando novas formas de apropriação do espaço urbano.

As ferramentas de construção das memórias do Massacre da Linha do Parque se misturam com a própria identificação desses sujeitos no *cosmos* sócio-político da cidade de Rio Grande, pois essas ferramentas integram uma série de práticas ritualizadas que também se estabelecem, elas próprias, quanto pontos de recordação. Quando os sujeitos entrevistados relembram os esforços pela institucionalização da memória transformam esses relatos como partes integrantes da memória do Massacre em si, pois, esses esforços se tornam demarcadores da ação rememorativa e lembranças constantes da capacidade de deslocar o evento para além de sua cronologia. Percebo que no caso do Massacre da Linha do Parque, o exercício de rememorar não ocorre de maneira uniforme, e sim em tempos e locais determinados.

Observo, então, que há caminhos possíveis de avanços em pesquisas sobre a temática sob três aspectos. O primeiro deles é o suposto vácuo de processos de rememoração do Massacre da Linha do Parque durante o período da ditadura civil-militar. Há a necessidade de uma pesquisa documental mais aprofundada sobre o período, pois, no momento, não foi possível determinar as estratégias de manutenção e silenciamento da memória do Massacre nesse escopo temporal. O segundo é um estudo mais aprofundado sobre os contrapontos à memória do Massacre da Linha do Parque, brevemente explorado no terceiro capítulo deste trabalho. Por fim, destaco que o objeto

de estudo dessa pesquisa é algo em constante transformação, em que novas apropriações do evento, novas estratégias de memorialização e novos atores na construção da(s) memória(s) do Massacre da Linha do Parque vão e estão surgindo. Portanto é necessário um olhar atento de pesquisadores e pesquisadoras em entender o estudo da memória quanto um campo de estudo de objetos maleáveis, intrinsecamente unido nas percepções sobre o passado de indivíduos e grupos sociais.

REFERÊNCIAS

FONTES

PERÍODICOS E SITES

* Consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

** Consultado no acervo da Bibliotheca Riograndense, localizada na cidade de Rio Grande-RS.

A ALVORADA. Pescando. Pelotas, n. 15, ano 5, p. 3, 13 ago. 1911. *

A LUCTA. Troféu “Ministro Golbery do Couto e Silva” homenageia Walter Torre Jr. Rio Grande, n. 45, p. 1, dez. 2008. Disponível em: <https://pdfslide.net/documents/a-lucta-45-especial-120-anos-e-mail.html>. Acesso em: 28 ago. 2022.

A NOITE. Os Comunistas provocaram sangrento conflito. Rio de Janeiro, n. 13476, ano 38, p. 18, 3 maio 1950. *

DIÁRIO DA NOITE. Mortos e feridos durante o tiroteio. São Paulo, n. 7788, ano 34, p. 14, 3 maio 1950. *

DIÁRIO DA NOITE. Bárbara proposta de um prefeito gaúcho: fuzilamento de 200 pessoas por cidade. Rio de Janeiro, n. 8475, ano 36, p. 29, 18 ago. 1952. *

INNOVAR PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. Nova Rheingantz, 2022. Site do espaço Nova Rheingantz. Disponível em: <https://novarheingantz.com.br/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

JORNAL O DIA. O veterano Rio Grande ameaçou a invencibilidade do Vasco. Porto Alegre, n. 983, ano 4, p. 7, 3 maio 1950. *

JORNAL DO DIA. Quatro pessoas mortas num conflito entre policiais e comunistas na cidade de Rio Grande. Porto Alegre, n.984, ano 4, p. 18, 3 maio 1950. *

NOVOS RUMOS. Honremos o legado dos mártires que tombaram pela liberdade. Rio de Janeiro, n. 162, ano 3, p. 14, 23 a 29 mar. 1962. *

O TEMPO. Entrevista com Tenente Gonçalino. Rio Grande, n. 659, ano 43, p. 44, 4 maio 1950. **

PIONEIRO. PT ganha também em Rio Grande. Caxias do Sul, n. 4074, ano 41, p.17 20 nov. 1988*

PREFEITURA DE RIO GRANDE. Lançada a pedra fundamental do monumento do Gal. Golbery do Couto e Silva., 22 ago. 2011. Disponível em: <https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/http-www-riogrande-rs-gov-br-p10423/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

RIO GRANDE (periódico). 1º de Maio sangrento. Rio Grande, n. 102 ano 37, p. 1, 3 maio 1950. **

RIO GRANDE (periódico). Êste substituirá a êste. Rio Grande, n. 253, ano 50, p. 1, 13 nov. 1963. **

RIO GRANDE (periódico). A lição dos fatos. Rio grande, n.246, ano 50, p. 2, 5 nov., 1963. **

VOZ OPERÁRIA. Honremos os Heróis de Rio Grande. Rio de Janeiro, n. 51, ano 2, p. 1, 13 maio 1950.*

VOZ OPERÁRIA. O crime em Rio Grande. Rio de Janeiro. n. 52, ano 2, p. 3, 20 maio 1950. *

VOZ OPERÁRIA. O massacre foi covardemente premeditado. Rio de Janeiro, n. 52, ano 2, p. 10, 20 maio 1950. *

VOZ OPERÁRIA. Nomes que jamais se apagarão da memória de nosso povo. Rio de Janeiro, n. 164, ano 4, p. 5, 12 jul. 1952. *

VOZ OPÉRÁRIA. O programa do partido de Prestes é o programa da juventude, Rio de Janeiro, n. 252, ano 6, p. 11, 13 mar 1954. *

VOZ OPERÁRIA. Corrigir nossas falhas e debilidade no trabalho do Partido entre as mulheres. Rio de Janeiro, n. 369, ano 8, p. 5, 9 jun. 1956. *

VOZ OPERÁRIA. A vida heroica de um militante revolucionário. Rio de Janeiro, n. 423 ano 9, p. 1, 4 maio 1957. *

LEIS, PORTARIAS E DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade: volume III.** Brasília, DF: CNV, 2014. Disponível em:<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/f>. Acesso em: 28 ago. 2022.

RIO GRANDE. **Lei nº 6.832, de 31 de dezembro de 2009.** Dispõe sobre o Plano Diretor de arborização urbana do município do Rio Grande. Rio Grande, Câmara Municipal, 2009. Lei Ordinária 6832 2009 de Rio Grande RS (leismunicipais.com.br). Acesso em: 27 ago. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Portaria SEDAC nº 38, de 16 de julho de 2012. Tombamento Complexo Rheingantz. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul:** Secretaria da Cultura, Porto Alegre, ano 70, n. 136, p. 63, 16 jul. 2012. Disponível em: [DOE \(procergs.com.br\)](http://procergs.com.br). Acesso em: 27 ago. 2022.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Resultados Eleições Municipais 1959.** 1959. Disponível em:

https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais1959-rio-grande/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais1959-rio-grande/at_download/file . Acesso em: 17 fev. 2021.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Resultados verificado no pleito de 7 de outubro de 1962 na circunscrição eleitoral do Rio Grande do Sul**. 1962. Disponível em: https://www.tre-rs.jus.br/arquivos/tre-rs-1962gerais-rs-resultados/rybena_pdf?file=https://www.tre-rs.jus.br/arquivos/tre-rs-1962gerais-rs-resultados/at_download/file. Acesso em: 31 jan. 2022.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. Eleições: **Resultados das Eleições 2012**. 2012. Disponível em: <https://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes/2012>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BIBLIOGRAFIA

ABIB, Leonardo Trápaga. Futebol em Rio Grande - RS. *In*: MAZO, Janice Zarpellon; REPPOLD, Alberto Reinaldo (org.). **Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CREF2/RS, 2005. p. 26-27. Disponível em: http://www.crefrs.org.br/atlas/cd/texto/futebol_rgrande.pdf. Acesso em: 17 fev. 2021.

ABRAMS, Lynn. **Oral History Theory**. Nova Iorque: Routledge, 2010.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALVES, Francisco das Neves. Governo do Prefeito Farydo Salomão. **BIBLOS**, Rio Grande, v. 3, p. 19-48, 2007. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/68>. Acesso em: 27 ago. 2022.

ANGUES, Ignacio Fornos. **“Morreram? Quem disse, se vivos estão”**: a memória do Massacre da Linha do Parque – Rio Grande/RS”. 2018. 130 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/189505>. Acesso em: 27 ago. 2022.

AREND, Marcelo; CARIO, Silvio Antonio Ferraz. Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul: uma análise secular evolucionária. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 381-420, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642723>. Acesso em: 27 ago. 2022.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

ASSIS, José Carlos de. Como Elio Gaspari e Paulo Francis tentaram abafar o caso Delfin, escândalo de corrupção da ditadura. **Diário do Centro do Mundo**, São Paulo, 28 fev. 2021. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/como-elio-gaspari-e-paulo-francis-tentaram-abafar-o-caso-delfin-escandalo-de-corrupcao-da-ditadura/> . Acesso em: 25 ago. 2022.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

ASSMANN, Jan. Collective Memory and Cultural Identity. **New German Critique**, **Duke University Press**, [S.l.], n. 65, p. 125-133, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/488538>. Acesso em: 27 ago. 2022.

ÁVILA, Ana. Riograndinos se mobilizam contra homenagem a Golbery do Couto e Silva. **Sul 21**, 9 set. 2011. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-noticias-2/2011/09/riograndinos-se-mobilizam-contra-homenagem-a-golbery/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BALBUENO, Luciana Haesbaert. **A trajetória intelectual de Lila Ripoll**. Porto Alegre, 2005.188f. Tese (Doutorado em Letras - Literatura) - Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005

BARON, Ava. Masculinity, the Embodied Male Worker, and the Historian's Gaze. **International Labor and Working-Class History**, v. 1, n. 69, p. 143-160, 2006. DOI:10.1017/S0147547906000081.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Cultura associativa no Rio de Janeiro na Primeira República. In: BATALHA, Claudio Henrique de Moraes; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. (Org.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. Florianópolis, **Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 4, p. 12-22, 2010. DOI: 10.5007/1984-9222.2010v2n4p12. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2010v2n4p12>. Acesso em: 27 ago. 2022.

BAUER, Caroline. **Como Será o Passado: História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade**. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

BILHÃO, Isabel. A construção da identidade operária brasileira: Aspectos de uma trajetória historiográfica. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 218-234, 2011. DOI: 10.5007/1984-9222.2010v2n4p218. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2010v2n4p218>. Acesso em: 27 ago. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

CALIL, Gilberto. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. **Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 2, p. 64-82, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/argumentum.v13i2.34166>. Acesso em: 27 ago. 2022.

CANDAUI, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CARONE, Edgard. **A Quarta República: 1945-1964**. São Paulo: Difel, 1980.

CARROLL Kimberly. Liberty Leading the Women: Delacroix's Liberty as Transitional Image. **Art Journal**. n. 1, p. 38-53, 2017. Disponível em: https://digitalcommons.providence.edu/art_journal/vol2017/iss1/4. Acesso em: 27 ago. 2022.

CARVALHO, Celso Luis Sá. **Coalizões no município de Rio Grande/RS e os governos de PMDB/Família Branco (1996-2012): estratégia, formação e administração**. 2013. 162f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2013. Disponível em: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (ufpel.edu.br). Acesso em: 27 ago. 2022.

CASTRO NETTO, David Antônio de. Ditadura militar, propaganda e otimismo no Brasil dos anos 1970. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.8, nº16, p.72-96, jan-jul, 2019. Disponível em: Ditadura militar, propaganda e otimismo no Brasil dos anos 1970 | Revista Trilhas da História (ufms.br). Acesso em: 27 ago. 2022.

CASTRO, Robert Porto. Marinheiros, Portuários e a “Cidade Vermelha”: mobilização e repressão no contexto do golpe civil-militar de 1964. **Revista de História da UEG**, v.8, n.1, p. e811918, 1 jul. 2019. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/9013>. Acesso em: 27 ago. 2022.

CATELA, Ludimila da Silva. Todos temos um retrato: indivíduo, fotografia e memória no contexto do desaparecimento de pessoas. **Topoi**, Rio de Janeiro v. 13, n. 24, p. 111-123, jan.-jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X013024008>. Acesso em: 27 ago. 2022.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). A Noite [verbete temático]. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/noite-a>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Pedro Ventura Filipe de Araújo Pomar [verbete bibliográfico]. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-ventura-filipe-de-araujo-pomar>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CHALHOUB, Sidney; DA SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cad. AEL**, [S.l.], v.14, p.12-47, n.26, 2009. Disponível em: \376\377\0003\000-\000S\000i\000d\000n\000e\000y\000-\000c\000d\0002\0006 (ufba.br). Acesso em: 20 ago. 2022.

COELHO, Jossana Peil; MICHELON, Francisca Ferreira. A cidade esquecida: Patrimônio industrial e o ocultamento da memória do trabalho. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 8, n. 21, p. 111-129, jan./jul. de 2019. DOI: <https://doi.org/10.4013/rlah.v8i21.996>. Disponível em: A cidade esquecida: patrimônio industrial e o ocultamento da memória do trabalho | Revista Latino-Americana de História- UNISINOS. Acesso em: 27 ago. 2022.

CORTE OLIVEIRA, Augusto Neftali. O sistema partidário do Rio Grande do Sul de 1835 a 2014. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 8, 2016, Porto Alegre, **Anais eletrônicos [...]**. Porto Alegre: FEE; PUCRS, 2016. p. 1-25. Disponível em: Partidos no Rio Grande do Sul (tche.br). Acesso em: 27 ago. 2022.

COSSU, Andrea. Commemoration and processes of appropriation: The Italian Communist Party and the Italian Resistance (1943–48). **Memory Studies**, v. 4, n. 4, p. 386-400, set. 2016. DOI:10.1177/1750698011408183.

COSTA, Leandro Braz da. **Festivais de música em área de segurança nacional: a periferia da música popular brasileira na cidade do Rio Grande (1970-1976)**. 243f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/117550>. Acesso em: 27 ago. 2022.

CUNHA, Luiz Cláudio. A mais bela derrota da eleição gaúcha. **Congresso em Foco**, 19 out. 2012. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/direitos-humanos/a-mais-bela-derrota-da-eleicao-gaucha/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

DIAS, Rodrigo. **A esquerda brasileira no contexto do fim da guerra fria**. 2002. 127f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/3460>. Acesso em: 27 ago. 2022.

DREIFFUS, René Armand. **1964: a conquista do estado**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981
FALCÃO, Frederico José. **Os homens do passo certo: o PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)**. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

FERREIRA, Maria Letícia. Os fios da memória: Fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 69-98, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/horizontes/340>. Acesso em: 27 ago. 2022.

FONTANA, Alicia Halina. **Um olhar sobre a justiça de transição: a experiência da comissão municipal da verdade no município de Rio Grande**. 2016. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio

Grande, Rio Grande, 2016. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/7582>. Acesso em: 27 ago. 2022.

FRENCH, John D. **O ABC dos Operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo: 1900-1950**. São Paulo: Hucitec, 1995.

FRIDERICHES, Lidiane Elizabete. **Saindo dos Trilhos: Os ferroviários durante a Ditadura Civil-Militar**. 2013. 188f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, 2013. Disponível em: <dissertacao-lidiane-friderichs.pdf> (ufpel.edu.br). Acesso em: 27 ago. 2022.

FURTADO, Celso. O Golpe de 1964 e o Nordeste. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 11, p.212-215, jul.-dez. 2012. Disponível em: O GOLPE DE 1964 E O NORDESTE | Furtado | Cadernos do Desenvolvimento. Acesso em: 27 ago. 2022.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 31-58. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-2.pdf. Acesso em: 9 ago. 2022.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GORENDER, Jacob. O PCB e sua atuação nos anos 1950: Waldir José Rampinelli entrevista Jacob Gorender. [Entrevista concedida a] Waldir José Rampinelli. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 303-309, jul. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/MTnYNwYWyXPhpScpYwJwK6M/?format=pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012. Disponível em: A-evolução-do-conceito-de-territorio.pdf (fundacaoabh.org.br). Acesso em: 27 ago. 2022.

GOUVÊIA, Gualberto Luiz Nunes. **Esperança e decepção: sindicalismo, Partido dos Trabalhadores, e Igreja Católica no ABC Paulista**. 2006. 438f. Tese (Doutorado em Religião) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: Gualberto Luiz N Gouveia.doc (metodista.br) Acesso em: 27 ago. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

HALL, Michael. Immigration and the early Sao Paulo working class. **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**. n. 12, p. 393-407, 1975.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo (desde 1780)**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 2002.

JURANDIR, Dalcidio. **Linha do parque: romance**. Rio de Janeiro: Vitória, 1959.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel. Campanha da Legalidade, Luta de Classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 67-98, jul. 2011. DOI: 10.22456/1983-201X.23249. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/23249>. Acesso em: 27 ago. 2022.

LANDGRAF, Lênin Pereira. **Massacre da Linha do Parque e a disputa pela memória: o confronto no primeiro de maio de 1950 em Rio Grande**. 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/8084>. Acesso em: 27 ago. 2022.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: **Novos Problemas**. Rio Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: UFPel, 2001.

LONER, Beatriz Ana. Operários e participação no início da República: o caso de Pelotas e Rio Grande. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 22, n. 2, p. 71-89, dez. 1996. Disponível em <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5914>. Acesso em: 27 ago. 2022.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O Poder Moderador na Constituição de 1824 e no anteprojeto Borges de Medeiros de 1933: Um estudo de direito comparado. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, ano. 47, n. 188, p. 93-111, out./dez. 2010. Disponível em: 000901836.pdf (senado.leg.br). Acesso em: 27 ago. 2022.

MACEDO, Sabrina Meirelles. **O teatro operário em Rio Grande como experiência de educação não-formal: relações de gênero na república velha na obra “Amor e ouro”**. 2015, 148 f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2015. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/6290>. Acesso em: 27 ago. 2022.

MACEDO, Sabrina Meirelles; PRADO, Daniel Porciuncula; DOS SANTOS, Rita de Cássia Grecco. Teatro operário como ferramenta educativa. **Momento - Diálogos em Educação**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 303–316, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/5872>. Acesso em: 27 ago. 2022. jul./dez. 2016.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. **Tempo Social**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 81-95, 2003. DOI: 10.1590/S0103-

20702003000100005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12395>. Acesso em: 27 ago. 2022.

MARTINS, Eloy. **Um depoimento político**: memórias de um metalúrgico. Porto Alegre: Gráfica Palotti, 1989.

MARTINS, Marisângela Terezinha Antunes. **À esquerda de seu tempo**: escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre - 1927-1957). 2012. 340f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/61721>. Acesso em: 27 ago. 2022.

MASCARENHAS, Gilmar Mascarenhas. Cluster esportivo-recreativo de Pelotas e Rio Grande-RS, 1880 – 1920. *In*: DACOSTA, Lamartine (org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEEF, 2006. p. 215-216. Disponível em: <http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/13.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

MATOSO, Caroline Duarte. **As Marias que tecem os amanhã**s: fiando a existência e tramando a resistência na fábrica Rheingantz (Rio Grande, 1920-1968). 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/6924>. Acesso em: 27 ago. 2022.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2009.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. **Cad. AEL**, v.11, n.20/21, 2004, p. 11-38. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2532/1942>. Acesso em: 9 ago. 2022.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. As greves antes da "grève": as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 65, n. 2, p. 56-59, jun. 2013. DOI: 10.21800/S0009-67252013000200023. Disponível em: [As greves antes da "grève": as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX \(bvs.br\)](https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2532/1942). Acesso em: 27 ago. 2022.

NOGUEIRA, Claudio. **Vamos cantar de coração**: os 100 anos do futebol do Vasco da Gama. Rio de Janeiro: Pébola Casa Editorial, 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: [Vista do ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES \(pucsp.br\)](http://www.pucsp.br). Acesso em: 27 ago. 2022.

NORA, Pierre. **Pierre Nora en Les lieux de mémoire**. Montevideo: Ediciones Trilce, 1992.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. **A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935**. 2017. 144f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História - PPGH, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/6924>. Acesso em: 27 ago. 2022.

OLIVEIRA, Clarice M. de. Cidades Artificiais: um estudo exploratório do projeto urbano Porto Alegre 4D. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 77-99, jun. 2016. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/74>. Acesso em: 27 ago. 2022.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e Companheiros: memória e história do PC**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Roberto Marinho, 1995.

PASSERNI, Luisa. **Memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PEDROSO, Ticiano Duarte. **Cidade Nova: Narrativas do cotidiano no subúrbio operário de Rio Grande – 1950**. 2012. 161f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais- PPGCS, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5096>. Acesso em: 27 ago. 2022.

PEREIRA, Rogério Amaral. Tributo a Iemanjá: festa(s) religiosa(s) na praia do Cassino - Rio Grande/RS-Brasil. **Revista Geografar**, Curitiba, v.9, n.2, p.84-103, fev./2015. Disponível em: [Experiências com as identidades goianas no ensino fundamental de Geografia \(core.ac.uk\)](http://www.core.ac.uk). Acesso em: 27 ago. 2022.

PERES, Carlos Roberto Cardoso. **Linha do Parque, de Dalcídio Jurandir: romance histórico, social e proletário (a gênese do movimento operário no Extremo Sul do Brasil)**. 2006. 161f. Dissertação (Mestrado em História da Literatura) - Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande 2006. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/2577>. Acesso em: 27 ago. 2022.

PETERSEN, Silvia Regina. **"Que a união operária seja nossa pátria": História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: [Memoria_esquecimento_silencio.pdf \(uel.br\)](http://www.uel.br). Acesso em: 27 ago. 2022.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944). In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

QUEIRÓS, César Augusto B. Hoje tolerância, amanhã intransigência: um estudo comparativo entre as posturas do governo do estado do Rio Grande do Sul nas greves

gerais de 1917 e 1919. **História Social**, [S.l.], n.13, p.79-99, 2007. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/211>. Acesso em: 27 ago. 2022.

QUEIROZ, Pedro Henrique Gomes de. A Democracia pelo P/MDB: Estudo Crítico da Trajetória P/Emedebista na Transição Democrática (1974-1989). **Pluri**, São Paulo, n. 2, p. 221-234, jul./dez. DOI: 10.26843/rpv122019p222-2342019. Disponível em: A Democracia pelo P/MDB: Estudo Crítico da Trajetória P/Emedebista na Transição Democrática (1974-1989) | REVISTA PLURI (cruzeirosulvirtual.com.br). Acesso em: 27 ago. 2022.

REIS, Daniel Aarão. Entre a Reforma e Revolução: a Trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. *In*: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (org.). **História do Marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. (Série histórica do Marxismo no Brasil, v. 5).

RIBEIRO, Guilherme Leite. Memórias sobre a Frente Parlamentar Nacionalista nas fontes orais do CPDOC-FGV (1977-1981). JORNADA DE ESTUDOS HISTÓRICOS PROFESSOR MANOEL SALGADO PPGHIS/UFRJ, 13., 2018, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, v. 3, 2018, p. 150-164. Disponível em: [JornadaEstudosHistoricos_GuilhermeRibeiro.pdf](#) (ufrj.br). Acesso em: 27 ago. 2022.

RIBEIRO, Jayme. Os "combatentes da paz": a participação dos comunistas brasileiros na Campanha pela proibição das armas atômicas (1950). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 261-283, 2008. DOI: 10.1590/S0103-21862008000200008. Disponível em: SciELO - Brasil - Os "combatentes da paz": a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950) Os "combatentes da paz": a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). Acesso em: 27 ago. 2022.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RIPOLL, Lila. **Lila Ripoll: obra completa**. Porto Alegre: Movimento, 1998.

RODRIGUES, Athaydes. **Agora eu...: a Revolução de 1964 em Rio Grande**. Palotti: Porto Alegre, 1980.

SAINZ, N. G. A redemocratização em contexto local: uma análise da atuação das oposições ao regime civil-militar em Rio Grande (RS). **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 4, p. 1-15, 2018. DOI: 10.23899/relacult.v4i0.676. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/676>. Acesso em: 27 ago. 2022.

SAINZ, Nilton Garcia; BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. A atuação do legislativo em Rio Grande/RS durante os últimos anos da Ditadura Civil-Militar (1983-1985). *In*: ENGELKE, Crisitiano; SAINZ Nilton Garcia. **Sombras no extremo sul: luzes sobre o passado ditatorial**. Rio Grande: FURG, 2020. p. 111-135.

SAN SEGUNDO, Mário Augusto Correia. **Protesto operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950 e 1952)**. Porto Alegre, 2009. 223f.

Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História - PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/18346>. Acesso em: 27 ago. 2022.

SANTANA, Marco Aurélio. O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate. *Revista de Sociologia e Política*, [S.l.], n. 10-11, p. 19-35, dez. 1998. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39274/24094>. Acesso em: 27 ago. 2022.

SANTHIAGO, Ricardo e MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Anos 90 : Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 27, p. 01-18, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.102266>. Acesso em: 27 ago. 2022.

SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 6-33, 2022. DOI: 10.5007/1984-9222.2011v3n5p6. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2011v3n5p6>. Acesso em: 27 ago. 2022.

SBABO, Janaína Schaun. **A imprensa como porta-voz da classe operária: o caso do jornal A Evolução de Rio Grande/RS (1934 - 1937)**. 2016. 122f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História - PPGH, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas 2016. Disponível em: [Dissertação-Janaina-Schaun-Sbabo.pdf \(ufpel.edu.br\)](#). acesso em: 27 ago. 2022.

SBABO, Janaina Schaun. Sociedade União Operária e a sua contribuição à formação identitária do operariado rio-grandino: um olhar a partir do jornal A Evolução. **Oficina do Historiador**, p. 190-204, 17 out. 2014. Disponível em: [SOCIEDADE UNIÃO OPERÁRIA E A SUA CONTRIBUIÇÃO À FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DO OPERARIADO RIO-GRANDINO: UM OLHAR A PARTIR DO JORNAL A EVOLUÇÃO. | Oficina do Historiador \(pucrs.br\)](#). Acesso em: 27 ago. 2022.

SCHIAVON, Carmem G. Burgert; SBABO, Janaína Schaun. Cultura Escrita: considerações acerca do jornal A Evolução da cidade do Rio Grande durante a década de 1930. **Historiæ**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 187-204, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/10997>. Acesso em: 27 ago. 2022.

SCHMIDT, Benito Bisso. A diretora dos espíritos da classe: a “Sociedade União Operária” de Rio Grande (1893-1911). **Cadernos AEL**, [S. l.], v. 6, n. 10/11, 2010. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2481>. Acesso em: 27 ago. 2022.

SCHMIDT, Benito Bisso. Ser socialista em Rio Grande na virada do século XIX: Ciência/religião e reforma/revolução no pensamento de Antônio Guedes Coutinho. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 22, n. 2, p. 53-70, 31 dez. 1996. Disponível em: [Ser socialista em Rio Grande na virada do século XIX: Ciência/religião e reforma/revolução no pensamento de Antônio Guedes Coutinho | Estudos Ibero-Americanos \(pucrs.br\)](#). Acesso em: 27 ago. 2022.

SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe operária” (PC) na redemocratização. *In*: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As Esquerdas no Brasil: Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2007. p. 101-140.

RAMOS, Plínio de Abreu. Golberi do Couto e Silva [verbete bibliográfico]. *In*: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)**. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-golberi-do-couto-e>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SILVA, Rogério Piva; SILVA, Márcia Alonso Piva da; LARROSA, Tamires Lima. A questão dos tombamentos: uma análise de caso da fábrica Rheingantz na cidade do Rio Grande - RS. Cidade do México, **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 180, p. 1-15, 2013. Disponível em: EconPapers: A questão dos tombamentos: uma análise de caso da fábrica Rheingantz Na Cidade do Rio Grande – RS (repec.org). Acesso em: 27 ago. 2022.

SILVEIRA, Éder da Silva. História e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul, v.6, n.12, p.35-44, jul./dez.2007.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **A greve da oficina de chumbo: O movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984)**. Porto Alegre, 2007. 244f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História - PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/10403>. Acesso em: 27 ago. 2022.

STOTZ, Eduardo. O passado do futuro: Salário mínimo, política salarial e lutas operárias no Brasil. **Intervozes: trabalho, saúde, cultura**. Petrópolis, v. 3, n. 1, p. 06-30, maio 2018. Disponível em: [Artigo_01_01_03passadodofuturo.pdf](http://artigo_01_01_03passadodofuturo.pdf) (fmpfase.edu.br). Acesso em: 27 ago. 2022.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **The Making of the English Working Class**. Londres: Penguin, 1980.

TOLEDO, Carlos Navarro. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983.

VARGAS, Francisco Furtado Gomes Riet; DOS SANTOS, Rita De Cássia Grecco; VARGAS, Gabriela Caceres Riet. Sociedade União Operária e a Educação em Rio Grande/RS **Momento - Diálogos em Educação**, Rio Grande, v. 25, n. 2, p. 285–302, 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/5871>. Acesso em: 27 ago. 2022.

XAVIER, Rodolpho. A questão das 8 horas. **A Alvorada**. Pelotas, n. 7, ano 5, p. 3, 18 jun. 1911.

WALDMAN, Maurício. Africanidade, espaço e tradição: a topologia do imaginário espacial tradicional africano na fala "griot" dobre Sundjata Keita do Mali. *África, [S. l.]*, n. 20-21, p. 219-268, 1998. DOI: 10.11606/issn.2526-303X.v0i20-21p219-268. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/75248>. Acesso em: 27 ago. 2022.

APÊNDICE A – Entrevista com Julio Martins

Entrevistador: Ignacio Fornos Angues – Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

Entrevistado: Julio Cezar Jorge Martins- exercia o cargo de secretário de organização na célula rio-grandina do PCdoB; exerceu os cargos de vereador na cidade de Rio Grande-RS, todos pelo PCdoB, além de outros cargos no setor público;

Meio: Meios digitais, usando o aplicativo Google Meet – 23/07/2020 às 14h30min;

REFERÊNCIA

MARTINS, Júlio. Entrevista com Júlio Martins. [Entrevista concedida a] Ignacio Fornos Angues. Rio Grande, Porto Alegre, 23 jul 2020. 1 vídeo. 1h38min45s. Arquivo pessoal. (Entrevista realizada por videoconferência).

TRANSCRIÇÃO

00:16 **IGNACIO ANGUES** - Essas perguntas vão ser usadas para minha tese de mestrado, dissertação de mestrado, desculpa, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que é a respeito do Massacre da Linha do Parque, é uma expansão daquilo que eu escrevi do meu TCC, dessa vez, agora trabalhando com o... O TCC, pela questão do tempo né?, eu acabei focando muito no PCdoB, que é um ponto muito importante, mas agora vou tentar expandir pra outros assuntos, outros temas e também propriamente também pensar não só talvez o PCdoB de Rio Grande, mas também mais o PCdoB nacionalmente. Eu marquei uma entrevista com o Raul Carrion, por exemplo...

00:57 **JÚLIO MARTINS** - Ah! Ótimo!

01:00 **IGNACIO ANGUES** - É... Ele tem alguns trabalhos nesta área também, ele já publicou, achei bem legal e... só que o Carrion é historiador... ele então quase pediu uma dissertação, um projeto de mestrado, já... [RISOS] mas tá, estou já organizando com Raul Carrion também. Estou vendo também com outro pessoal ali de outros partidos também, é uma expansão que eu estou fazendo, basicamente daquele trabalho. Então é isso. Então, primeiro só quero te perguntar se tu autoriza que seja usado para uma pesquisa?

01:30 **JÚLIO MARTINS** - Sim, sim pode utilizar. Tranquilamente.

01:32 **IGNACIO ANGUES** - Tá, beleza, beleza. Daí, outra ideia é: Qual é teu cargo atualmente? Me lembro que tu era Secretário de Formação.

01:39 **JÚLIO MARTINS** - Atualmente eu não sou nada na Administração Pública. Atualmente sou advogado.

01:48 **IGNACIO ANGUES** - Ah! Só na advocacia. E dentro do Partido [PCdoB], também sem cargo?

01:50 **JÚLIO MARTINS** - Dentro do Partido sou Secretário de Organização aqui em Rio Grande.

01:52 **IGNACIO ANGUES** - Só pra ter... Secretário de Organização. Aliás eu desejo uma boa sorte na campanha, aliás...

02:02 **JÚLIO MARTINS** - [RISOS] Vamos ver. Vamos ver.

02:03 **IGNACIO ANGUES** - Não, mas eu achei interessante também tem um pessoal jovem ali, a Joice ali, que ela também...

02:07 **JÚLIO MARTINS** - Sim, sim...

02:11 **IGNACIO ANGUES** - Tomara que ela consiga ganhar....

02:12 **JÚLIO MARTINS** - O Partido aqui de Rio Grande nos últimos anos, nos últimos tempos tem conseguido uma grande renovação.

02:18 **IGNACIO ANGUES** - Isso é bom.

02:23 **JÚLIO MARTINS** - Pra que tu tenhas uma noção, assim, os mais velhos é o Júlio Pazinato, eu, tem outras pessoas, mas tem muita juventude. Isso é muito bom.

02:28 **IGNACIO ANGUES** - Sim, sim. Tá, então Secretario de Organização, atualmente advogado. Coisa que já ajuda o Partido, sempre é bom ter um advogado.

02:41 **JÚLIO MARTINS** - [RISOS] Mas agora tem uma turma aqui de advogados.

02:53 **IGNACIO ANGUES** - Mas advogado é sempre algo necessário nesse momento. Bom, então, eu não pensei bem em perguntas em si. Eu peguei 8 pontos que serão usados basicamente, mas aí para a gente iniciar a conversa mais ou menos nesses pontos. A primeira ideia que eu queria abordar já nessa ideia de expansão (deixa eu só anotar o tempo, 2 e 55, vou anotando assim os tempos), era o seguinte: quando eu fiz a pesquisa eu trabalhei muito sobre a ideia do PCdoB em Rio Grande sobre o Massacre da Linha do Parque, só que eu vejo assim, principalmente observando algumas publicações, que o Massacre também tem um relevância no PCdoB nacionalmente, né. Como tu vê e como se constroi esse sentido do Massacre no PCdoB nacionalmente, fora do PCdoB de Rio Grande, pensando no Rio Grande do Sul, mas também nacionalmente? Tu vê que tem ali, ele entrar assim, digamos nas histórias do Partido em nível nacional, chega a ter essa relevância, o Massacre da Linha do Parque?

03:47 **JÚLIO MARTINS** - Na verdade assim, eu acho interessante ver também do aspecto localizado no tempo, tá? Isso ocorre em 1950, onde o meio de comunicação mais rápido que tinha era a rádio. Jornal, por exemplo, era dois, três dias depois, então este Massacre chegou à Porto Alegre dois dias depois. Rio, São Paulo, mais dois, três dias. Já chegou porque alguns fotógrafos aqui de Rio Grande... chegou as fotografias do enterro no outro dia, né? Na verdade, as fotos do enterro, quando houve uma grande mobilização, movimentação popular pra esse enterro. Isso acabou repercutindo no Brasil inteiro. Tem uma música que é do Jararaca e Ratinho que falam disso, que falam desses confrontos aqui de Rio Grande.

04:47 **IGNACIO ANGUES** - Uma música?

04:50 **JÚLIO MARTINS** - Jararaca e Ratinho. Uma música, uma paródia que ele fez muito antiga. Eu acho que um tempo atrás eu consegui pegar isso na Internet, falando que em Rio Grande as pessoas caíam, a polícia atirava pra cima e as pessoas caíam, numa paródia. Porque não foi só isso que teve aqui em Rio Grande, antes já lá em 47/48

tinha aqueles confrontos com a polícia, cinquenta, depois, se eu não me engano, em 52, 53 onde foi morto um estudante na frente da delegacia. Então, Rio Grande, por exemplo, Rio Grande, Rio Grande do Sul, assim, Rio Grande, Uruguaiana, Porto Alegre por muito tempo foram os centros da luta política. Santa Maria, por exemplo, já pela questão dos rodoviários. Onde tinha concentração de rodoviários, onde tinha fronteiras no Rio Grande do Sul, era por onde chegavam as ideias. Por exemplo, as ideias do socialismo, como se organizavam, eram nas regiões de fronteira e nas regiões de portos e era onde chegavam as pessoas também. Se a gente for ver aqui no Rio Grande do Sul, por exemplo, no próprio Brasil, a coisa começa com os anarquistas espanhóis, com os italianos chegando. Por exemplo, Rio Grande aqui tinha muito espanhol, muito italiano, em função da questão das oficinas mecânicas do porto e das oficinas da ferrovia. Às vezes, fica até difícil para as pessoas entenderem isso, porque hoje a gente vive num mundo onde a gente importa as coisas, a gente compra as coisas. Por exemplo, eu quero comprar um carro, às vezes eu compro um carro lá da China que é vendido aqui no Brasil. Naquela época não. Naquela época as pessoas faziam, por exemplo, o Brasil importava uma locomotiva americana, por exemplo, depois que ela chegava aqui, se estragava alguma coisa, uma peça, tinha que ser feita por um fresador, um torneiro. Então, essas pessoas eram consideradas trabalhadores especializados. Esses trabalhadores, ali na década de trinta, quarenta, cinquenta, na sua maioria eram estrangeiros, eram pessoas, os primeiros pelo menos, tinham vindo ou da Espanha, ou da Itália e que acabavam formando famílias e comunidades aqui em Rio Grande. A parte operária da cidade, isso é interessante; a parte operária da cidade é italianos, espanhóis; a parte comercial de Rio Grande, são ingleses, são as importações e exportações e é parte da formação da burguesia da cidade. Mesmo outros, franceses, mas aí então, faz com que quando ocorrem grande problemas, por exemplo, carestia, a luta contra a carestia, isso está envolvido nessa questão, ocorre mais na cidade. Hoje essas lutas, elas ocorrem nacionalmente, antes elas eram localizadas. Então, aqui, a União Operária, que existia tudo isso, a União Operária era a que congregava todas essas lutas, não era só o pessoal dos partidos políticos, haviam também os anarquistas, tinham na época outras forças, Partido Socialista, mas os comunistas eram os mais organizados e os mais fortes e que recebiam maior enfrentamento.

08:26 **IGNACIO ANGUES** - Eram 12% dos votos...

08:30 **JÚLIO MARTINS** - E acabavam ocorrendo essas coisas.

08:43 **IGNACIO ANGUES** - As análises que eu faço, o PCB tinha em torno de 12% dos votos da cidade, que é um número altíssimo pra época.

08:35 **JÚLIO MARTINS** - Sim, sim.

08:40 **IGNACIO ANGUES** - É um número similar ao que tinha na cidade de Santos, que a maior parte dos historiadores, quando estudam sobre o Partido comunista na década de 50, a cidade de Santos é um grande foco, porque é onde o Partido Comunista tem uma grande força política, não só de vereador e tal. Mas é interessante como Rio Grande não é tão falado.

08:56 **JÚLIO MARTINS** - Que é um porto né? [RISOS]

08:59 **IGNACIO ANGUES** - Que é um porto também. Mas é interessante como Rio Grande não é falado, mas se tu pegar o número friamente é 12%, igual a Santos que é 12% de votos comunistas. Mas eu estou pensando assim mais..., não pensando na década de 50 , mas por exemplo, hoje em dia se tu falar com um camarada do PCdoB, ele vai conhecer o Massacre, é uma coisa que é presente nas histórias do Partido ou fica mais localizado aqui?

09:23 **JÚLIO MARTINS** - Não, é que aí é o seguinte: aí , por exemplo, a gente vai vendo outras questões. Quando o PCB nasceu em Porto Alegre o Partido tinha muitos artistas, muitos poetas, escritores. Então, assim, por exemplo, a Lila Ripoll escreveu aquele poema sobre a Linha do Parque. A Lila Ripoll é uma poetisa conhecida, famosa, digamos até uma época que escrevia livros. Frequentava a questão cultural da cidade. Isso repercutiu, por exemplo, a nível nacional o próprio Partido acabou dando uma grande importância a isso, tanto que deslocou pra Rio Grande um escritor, que era o Delcídio, que escreveu a Linha do Parque, que é um romance histórico, né, romanceado, a história do Partido em Rio Grande. Isso foi feito pelo Partido, depois do Massacre esse da Linha do Parque. Então isso acabou tendo uma repercussão no Brasil inteiro. A questão da Angelina Gonçalves que é falado tanto aqui no Rio Grande do Sul quanto em São Paulo com o pessoal do Partido, no geral todo mundo identifica a Angelina

Gonçalves que foi morta no dia primeiro de maio no Rio Grande do Sul ou em Rio Grande, o pessoal tem essa noção, o Partido também cultivou essa noção dessa questão histórica das pessoas, até pra manter, demonstrar essa chama, manter essa chama.

10:55 **IGNACIO ANGUES** - Então, é uma política digamos deliberada do Partido, dessa questão da memória do Massacre, é uma coisa [...]

11:03 **JÚLIO MARTINS** - Sim, não só do Massacre, mas se tu pegar assim oh, a gente para lembrar o Partido costuma..., essas lutas todas, esses lutadores sociais o Partido costuma manter a memória deles, tenta manter, porque são demonstrações de rebelião ou tentativa de mudança, mostrando a dificuldade que é os avanços que consegue, né? Então isso o Partido, no geral, a gente começa a ver que tem muitos livros sobre lutas populares no Brasil inteiro do Partido.

11:38 **IGNACIO ANGUES** - Mas tu vê que tem uma diferença, por exemplo, da forma que vocês de Rio Grande retratam do que, por exemplo, às vezes é retratado fora de Rio Grande? Existe alguma diferença? Tu vê às vezes "ah, aqui em Rio Grande a gente tem uma outra visão além do nacional" ou estão bem aliados?

11:55 **JÚLIO MARTINS** - Sim, sim, por exemplo, se tu pegares a memória nacional é a Angelina Gonçalves, é a grande figura, a pessoa que foi morta com a bandeira ali na Linha do Parque. Se tu pegares os rio-grandinos, o pessoal da época tudo é o Antônio Rechia.

12:15 **IGNACIO ANGUES** - Que era o líder?

12:17 **JÚLIO MARTINS** - Que era a grande liderança, que foi baleado e não foi morto, ficou paraplégico. Então, assim, são visões diferenciadas. A Angelina Gonçalves, embora fosse aqui em Rio Grande ela tenha sido morta, tudo, ela era uma militante do Partido. Ela trabalhava na Fábrica Rheingantz...

12:35 **IGNACIO ANGUES** - A líder das mulheres era a Guaraciaba, a Guaraciaba, né?

12:42 **JÚLIO MARTINS** - Sim, a liderança das mulheres era a Guaraciaba. A Guaraciaba inclusive que tinha sido eleita vereadora em 1947.

12:48 **IGNACIO ANGUES** - Ah! Ela foi a primeira vereadora?

12:51 **JÚLIO MARTINS** - Foi a primeira vereadora.

12:54 **IGNACIO ANGUES** - Isso eu tava em dúvida...

12:58 **JÚLIO MARTINS** - Foi a primeira, inclusive na Câmara de Vereadores aqui tem uma parede lá com as mulheres que foram vereadoras, tá lá a Guaraciaba, em 47.

13:05 **IGNACIO ANGUES** - A foto dela ela tá de terno, é bem interessante isso.

13:12 **JÚLIO MARTINS** - É, tá de terno. Hoje a gente diz assim, tá vestida de garçom, que é aquela roupa assim de terninho que parece de garçom de antigamente.

13:21 **IGNACIO ANGUES** - Tá tendo uma volta do Massacre da Linha do Parque, na UFRGS além do meu mestrado tá tendo um doutorado que uma colega minha tá fazendo só que ela vai focar na União das Mulheres, daí eu falei: "Dá uma olhada na Guaraciaba, porque se tem muito da Angelina, mas quem era líder das mulheres de lá era a Guaraciaba.

13:38 **JÚLIO MARTINS** - Sim. A Guaraciaba é bem interessante. A Guaraciaba ela tinha uma lojinha, como vou te dizer, que vendia cigarros, vendia pequenas coisas, tá. Ela vendia no Centro. O marido dela era capitão do exército e tinha Revolução de 32, acho que foi, com os paulistas, aí eu não me lembro. De 35, quando houve aquela revolta comunista de 35, ele participou, aí foi excluído do exército. É uma história interessantíssima. Era Ronaldo o nome dele. E aí depois ele teve um filho, que o filho dele era do Banco do Brasil, morreu até a pouco tempo né. A família...é que assim oh tem algumas coisas interessantes nessas famílias. A família dele vinculava muito a imagem dele, mais dele que da Guaraciaba, inclusive. Mas a Guaraciaba era uma grande liderança.

14:48 **IGNACIO ANGUES** - Ela tem até nome de rua, se eu não me engano.

14:52 **JÚLIO MARTINS** - Tem, tem nome de rua.

14:54 **IGNACIO ANGUES** - É até uma coisa interessante. Eu sempre noto. Vocês sempre falaram "todo mundo tem nome de rua". Acho interessante esta política.

15:01 **JÚLIO MARTINS** - Não isso acabou fazendo, por exemplo no período que eu fui vereador a gente verificou quem não tinha. Até pra não se perder a história. Porque na minha opinião, quando tu bota o nome de uma rua da pessoa, alguém vai perguntar quem era.

15:17 **IGNACIO ANGUES** - Sim.

15:20 **JÚLIO MARTINS** - Ao perguntar quem era, alguém vai responder, vai ter que responder [RISOS]. É uma história, é uma forma de manter a história.

15:26 **IGNACIO ANGUES** - Não, não sim... tanto que é uma das perguntas que estou fazendo ao Raul Carrion, porque quando ele foi vereador em Porto Alegre, ele colocou a rua Angelina Gonçalves, a rua Marighela. Todos esses lutadores sociais estão lá e foram boa parte foram leis do Raul Carrion enquanto ele foi vereador nos anos 90. Bom, mas aí nesta questão das diferenças e tal , quando eu olho às vezes uma... eu estava vendo discursos de políticos do PCdoB sobre o Massacre da Linha do Parque, né, aí uma das vezes que me chamou a atenção foi uma vez um discurso da ... esqueci o nome: uma que foi deputada do Partido aqui no Rio Grande do Sul?

16:12 **JÚLIO MARTINS** - Deputada?

16:14 **IGNACIO ANGUES** – Deputada, é, Estadual.

16:17 **JÚLIO MARTINS** -A deputada estadual foi a Manuela.

16:20 **IGNACIO ANGUES** - Não, a anterior.

16:22 **JÚLIO MARTINS** - A Jussara Cony.

16:24 **IGNACIO ANGUES** - Jussara Cony, exato. É interessante, a Jussara Cony ela tá dando um discurso, acho que foi uma vez lá na Câmara, lá em 2000, assim, faz muito tempo, e daí ela começa a falar sobre Rio Grande e daí ela faz uma misturada da história, ela fala: "a nossa guerreira Angelina Gonçalves da Campanha do petróleo é nosso, em 54".

16:44 **JÚLIO MARTINS** - Sim, sim, não tem nada a ver.

16:48 **IGNACIO ANGUES** - Não... e daí eu comecei a olhar e, por exemplo, existe um livro Dicionário da História das Mulheres do Brasil coloca a Angelina morta em Porto Alegre em 55 na Campanha do petróleo é nosso. Aí eu queria perguntar, por que tu acha que tem essas diferentes versões que surgiram do Massacre? Por que tu acha que, principalmente em relação à Angelina, nessa questão dela enrolada na bandeira, dela se transmutar em diferentes épocas? Eu me lembro que um dos primeiros trabalhos do Massacre, foi do pessoal.... esqueci agora o nome do pesquisador, ele chegava a escutar relatos que "ah não! esse Massacre aconteceu em 68, quando foram fechar a União Operária".

17:36 **JÚLIO MARTINS** - Eu acho assim, figuras como a Angelina, é o que eu tava te falando, aqui em Rio Grande, se tu pegar aquele poema escrito pelo Rechia, pelo Antônio, que eu te dei a cópia, aquilo eu tive acesso a coisa de seis, sete anos. A família tinha aquilo escondido, guardado e nem foi a família que me deu, foi um conhecido da família quando ele morreu, deram para este conhecido e ele me deu. Aquilo ali é uma narrativa de quem esteve presente nos fatos. Se tu pegar o poema da Lila Ripoll e comparar com aquele dali tem coisas bem próximas, mas também tem muitas diferenças. É que na questão da Angelina se criou um mito, a pessoa se transformou num mito e aí esse mito não corresponde muitas vezes a realidade e as vezes pessoas conhecem apenas o nome dela , a história dela e acabam colocando diferentes posições no tempo e em fatos históricos que ocorreram.

18:44 **IGNACIO ANGUES** - É uma imagem, um símbolo...

18:47 **JÚLIO MARTINS** - É próprio.

18:50 **IGNACIO ANGUES** - Ela virou um símbolo de luta, basicamente.

18:54 **JÚLIO MARTINS** - É um símbolo, é um símbolo.

18:57 **IGNACIO ANGUES** - Tanto que eu vi que lançaram... eu agora nessa pesquisa tento acompanhar a política rio-grandina atual, porque é muito ... porque tem sempre alguém fazendo uma postagem, alguma coisa. Por exemplo, outro dia lançaram um Coletivo Popular Angelina Gonçalves. Aí eu fiquei vontade de perguntar: por que botaram esse nome? Onde vocês viram ...

19:16 **JÚLIO MARTINS** - O Centro Acadêmico de história aqui de Rio Grande é Angelina Gonçalves. Então tem várias coisas... É que assim oh, não tem nenhum livro escrito sobre a Angelina Gonçalves .O Primeiro de Maio, por exemplo, que o Delcídio veio pra cá para escrever sobre o fato do Primeiro de Maio, o camarada era um romancista.

19:35 **IGNACIO ANGUES** - Ele já mistifica ela.

19:37 **JÚLIO MARTINS** - Ele mistifica, o apelido dela era Polaca, ele acaba ajudando a mistificação e criando um personagem de um romance. A cima da realidade, mas que também tem toda a questão histórica por trás. Eu gosto muito de romance histórico, porque eu acho que as vezes o romance histórico fala mais que a história, principalmente pra população. A história é muito acadêmica, é muito seca às vezes. A história a gente sabe a gente sabe é imprecisa. a história não tem... são fatos que ocorreram e a visão do tempo vai mudando estes fatos, conforme passo o tempo muda o conhecimento das pessoas, muda a realidade. Uma coisa é eu escrever sobre algo que aconteceu ontem, outra coisa é tu depois de 20 anos, 30 anos, 50 anos escrever sobre isso, tu tens a visão mais afastada e tens conhecimentos que eu não tinha do que aconteceu ontem em relação as pessoas envolvidas num fato. Mas também não conhece o fato exato. [RISOS] A história é uma coisa dinâmica.

21:20 **IGNACIO ANGUES** - Bem dinâmica. Alias sobre o Delcídio é interessante, porque depois na ditadura ele se exila na União Soviética e o livro é lançado na União Soviética primeiro. E ele se torna um best-seller um livro de cabeceira das pessoas, é uma loucura isso. É um livro citado se torna assim como se fosse um Jorge Amado, que todo mundo tem o livro em casa. É um livro comum, muito comum, mas um best-seller lá nos anos 60, final.

21:48 **JÚLIO MARTINS** - A onde tu diz?

21:50 **IGNACIO ANGUES** - Na União Soviética.

21:51 **JÚLIO MARTINS** - Na União Soviética? Esse livro da Linha do Parque?

21:54 **IGNACIO ANGUES** - É um best-seller.

21:57 **JÚLIO MARTINS** - É? Eu não sabia disso.

21:59 **IGNACIO ANGUES** - É, é como Ele se exila ali na época da ditadura para a União Soviética, lança o livro lá e o livro se torna como se fosse hoje em dia... aliás acho que ele mesmo faz a tradução pro russo. Um livro normal, se tu for na casa de alguém na rua tu é capaz de achar o livro. Um livro assim comum.

22:15 **JÚLIO MARTINS** - Interessante.

22:19 **IGNACIO ANGUES** - É bem interessante, porque aqui ele se tornou um livro mais obscuro, difícil de achar uma cópia, né? E na União Soviética é uma best-seller. Na Rússia, hoje em dia, tu acha muitas cópias.

22:36 **JÚLIO MARTINS** - Outra coisa assim, em relação ao livro. Aqui em Rio Grande houve uma reação contrária ao livro. Por que? Porque o livro trata de um romance. Então trata de histórias de amor, trata de relações pessoais ali tb no livro que são liberalismos do autor em relação aos fatos e aí é o seguinte, tem namoro de A com B, de C com D relações dessas pessoas e algumas pessoas se acabam identificando com o livro na época, eu me lembro da minha avó falando disso, do meu avô, falando, eu me

lembro de perguntar sobre esse livro há muitos anos atrás, eu era... a Biblioteca Pública aqui de Rio Grande tem muitos livros e eu gostava de ler nas biblioteca pública e um dia um amigo meu que trabalhava ali, que eu fiz amizade na biblioteca, que cuidava falou que existia esse livro, mas que o livro não podia ser emprestado que só tinha um ou dois. aí ele me contou mais ou menos a história do livro, aí eu perguntei a meus avós e aí mais ou menos conversamos, mas como era um romance contava as histórias de amor das pessoas que não corresponde a realidade e as pessoas se sentiam ofendidas. Imagina na década... a Angelina era mãe solteira, era solteira e tinha a filha, era muito jovem quando teve a filha e aí imagina isso num livro pra todo mundo ficar sabendo, uma coisa que a família mantinha quase que escondido. Você imagina isso aí publicado lá na década de 50, pra todo mundo ler, pra todo mundo saber.

24:34 **IGNACIO ANGUES** - Eu vou te dar uma tarefa. Eu sei que tu gosta de procurar coisas do Massacre. Eu nas minhas pesquisas do Voz Operária, lá dentro do jornal, eu descobri que em 51 eles lançaram um livro de poesias chamado "Poemas desiguais", onde convidaram pessoas para escrever sobre protestos e revoltas do Partido Comunista. Foi lançado em 51 e foi em homenagem ao Massacre da Linha do Parque, só que eu nunca achei nenhuma cópia desse livro. Ele foi lançado pela editora do Partido na época, mas não achei nenhuma cópia. Mas eu sei que ele existe.

25:15 **JÚLIO MARTINS** - Poemas Desiguais?

25:16 **IGNACIO ANGUES** - É. Poemas desiguais.

25:18 **JÚLIO MARTINS** - É, eu dou uma procurada, deve ser da editora Vozes na época.

25:24 **IGNACIO ANGUES** - É deve ser. Foi lançado lá em 51, uma coletânea de poemas do Partido Comunista.

25:30 **JÚLIO MARTINS** - Vou te dar um caminho. O Raul Carrion.

25:36 **IGNACIO ANGUES** - Ah, sim! Quando eu perguntar eu já vou dar uma olhada com ele.

25:39 **JÚLIO MARTINS** - Pergunta isso pra ele, porque o Raul Carrion tem muita coisa disso. Aí o...

25:55 **IGNACIO ANGUES** - Tá, agora eu vou... vamos voltar... agora vou para uma pergunta mais recente, entrando talvez mais no teu pessoal aí. Aí tu vê o que tu vai achando. Eu sei que tu começou o movimento político muitas vezes no sindicalismo, nos anos 80, né? No movimento dos ferroviários, se não me engano, né?

26:16 **JÚLIO MARTINS** - Na verdade eu comecei na década de 60 no movimento estudantil.

26:22 **IGNACIO ANGUES** - Sim, mas aí quando ganhou mais expressão é no movimento sindical?

26:24 **JÚLIO MARTINS** - Não. Assim, oh, a minha vida... quando eu na década de 60, eu nasci em 59, tá, então assim oh, uma coisa que é importante falar, quem é filho daquele pessoal ali da década de 50, que era do Partido, na verdade não houve só o episódio do Massacre da Linha do Parque, houve mais dois ou três, os filhos muito poucos se ligaram ao Partido, mas os netos. Por quê? Porque os pais, na época assim, os filhos muito pouco se ligaram e os pais tinham muitas lembranças com relação a essas perseguições e depois veio o golpe de 64, aquela coisa toda. Mas já os netos acabaram tendo mais acesso à informação e participação. No meu caso, por exemplo, meus pais quando eu nasci moravam com meus avós, depois quando eles foram para a casa deles eu fiquei na casa dos meus avós. Acabei ficando na casa de um de outro, do pai, do avô, mas acabei ficando mais tempo na casa dos meus avós e tu acaba tendo acesso muito jovem. Eu com oito, nove, dez anos eu via chegar na casa dos meus avós pessoas estranhas, que eu nunca tinha visto, não eram da família. E aí o meu avô, minha vó, sempre diziam assim: "São amigos nossos e tu não pode falar pra ninguém que estão aqui em casa". Tu imagina um guri de sete, oito nove anos escutando isso "Oh, tu não pode dizer pra ninguém que o fulano tá aqui. Se te perguntar -porque os vizinhos viam chegar- tu dizes que é um amigo lá de fora do vô." O meu avô era ferroviário, mas ele ficou doente na década de 40 do pulmão e acabou ... -no início ali daquela década de 40 não tinha previdência a ferrovia só depois que veio a ter e ele trabalhou muito tempo

levando muitas coisas pra campanha de caminhão, caminhonete e vendendo então ele conhecia muita gente da campanha - bom então ele nos dizia isso: "olha vocês não podem pá, pá, pá" e eu ??? nunca me lembro de nenhum vizinho ter me perguntado também quem é que tava lá em casa. Mas aí a gente se acostumou com isso. Aí conheci muita gente, muitas pessoas que passavam por lá, eu gurizão, aquele troço todo. Depois aí com 12, 13 anos eu me envolvi com o movimento estudantil, já lá na sexta, sétima série acabei no grêmio estudantil.

29:25 **IGNACIO ANGUES** - Só uma pergunta, chegou a conhecer pessoalmente o Manoel Rechia, porque eu sei que ele militou mais tempo depois ou não?

29:30 **JÚLIO MARTINS** - O Manuel Rechia eu conheci pessoalmente. É que tem assim, o Manuel era ferroviário. O Antônio Rechia também, que era paraplégico eu me lembro, depois lá no fim da década de 60 de ir com minha vó na casa dele, porque minha vó também era lavadeira, aquele troço assim, lavava roupa, mas também levava jornal do Partido, [ininteligível] do Partido, ela fazia isso, muito disso. E eu me lembro de ir na casa dele. Ele também gostava muito de jogar canastra, ficava preso em casa, ele tinha alguns amigos que jogavam canastra com ele, aquela coisa toda. Me lembro dos dois, tanto do Manuel como do Antônio, mas eu era muito pequeno, eu era guri.

30:31 **IGNACIO ANGUES** - Mas por curiosidade, porque eu vou fazer esta pergunta pro Carrion, porque eu sei que ele é um pouco mais velho, que ele começou a militar nos anos 60 e talvez ele tivesse mais, saber se eles estavam atuantes.

30:43 **JÚLIO MARTINS** - Eu não tenho certeza, mas eu acho que o Antônio Rechia morreu pelo início fim da década de 60, início da década de 60.

30:55 **IGNACIO ANGUES** - Eu sei que ele foi preso. Na ditadura militar.

30:56 **JÚLIO MARTINS** - Ele foi preso várias vezes.

31:01 **IGNACIO ANGUES** - Não, não, mas ele foi preso e torturado, inclusive.

31:02 **JÚLIO MARTINS** - Sim.

31:04 **IGNACIO ANGUES** - Enquanto paraplégico. Eu sei, porque ele foi preso no mesmo dia em que o Salomão, que o prefeito.

31:10 **JÚLIO MARTINS** - Isso. Isso ali do golpe de 64, uns dias depois.

31:14 **IGNACIO ANGUES** - Prenderam o prefeito, todo mundo do Partido Comunista e um monte do PTB também.

31:19 **JÚLIO MARTINS** - A história aqui de Rio Grande é muito interessante. Posso até te falar alguma coisa sobre isso. Tem um livro que um rapaz escreveu a pouco.... só que tu tem visto do ponto de vista nosso da esquerda ... Tem um livro sobre o Antônio Bastos... a família Bastos, que era presidente, dono da Ipiranga aqui, que era o cara que financiava, patrocinava o PSD, foi o presidente do PSD por muitos anos. Aqui na cidade de Rio Grande, por muitos anos, os Bastos e os Tellechea é que eram os donos da cidade.

31:59 **IGNACIO ANGUES** - Os Brancos originais...

32:00 **JÚLIO MARTINS** - Ah, é, eram os donos... A partir dali da década de 30 e poucos, 40 quando criaram a refinaria, essa coisa toda e esses caras que financiavam a empresa. Parte desses massacres faziam parte... eram em função disso, até de movimentações, de greves nas empresas de alguns deles. Mas assim, terminando, lá na década de 72, 73, por aí eu comecei no movimento estudantil. Eu fui presidente da URES [União Rio-grandina de Estudantes Secundaristas], o presidente do grêmio estudantil do Colégio Técnico Industrial. Ali a gente começou o enfrentamento da questão da escola pública aqui em Rio Grande, por exemplo, a escola de portabilidade Getúlio Vargas, pobre não podia frequentar por que tinha que pagar mensalidade numa escola pública, aí a gente não, né? Se a escola é pública, foi uma das primeiras coisas que a gente fez, se a escola é pública não pode pagar mensalidade, aí a gente foi pra cima, aquele troço tudo. Tinha um deputado aqui de rio Grande do MDB, esqueci o nome dele agora, um deputado estadual do MDB, esqueci, ele morreu faz uns 10 anos [o nome do deputado é Walter Troina]. A gente conversou com ele e aí ele realmente a escola é pública não pode pagar. Aí teve matéria no jornal, fizemos protesto com

diretor, diretor ameaçando, aquele troço todo e a escola acabou sendo proibida de cobrar, isso aí já lá em 76, 77. Então, aquilo que eu sempre digo assim, se perguntar pra algumas pessoas, de 70 pra cá nada aconteceu em Rio Grande de movimento popular que eu não tenha de certa forma participado, de andar na rua. Aí tem várias coisas que ocorreram. Quando eu comecei ali no movimento operário, ali na década de 80, eu já tinha toda uma bagagem política e já era inclusive do Partido. Eu entrei pra ferrovia em dezembro de 83 e eu entrei no Partido em 81. Eu era milico quando entrei no Partido, era cabo do exército, era soldado do exército.

34:35 **IGNACIO ANGUES** - Tinha muita gente do exército que acabou entrando ali? Teve um pessoal do exército?

34:39 **JÚLIO MARTINS** - Não, não. Naquela época assim, década de 80, o PCdoB se organizou aqui em Rio Grande, voltou a se organizar em 77, por aí, 76, 77...

34:56 **IGNACIO ANGUES** - Teve gente, em 62, já teve o racha em 62, em Rio Grande? Porque a informação que eu tenho, é que, por exemplo, em 63 o Rechia se manteve com o Prestes no PCB.

35:10 **JÚLIO MARTINS** - É que assim, vou te contar o que eu escutava. Por exemplo, desse pessoal antigo do PCB, muitas vezes iam lá na casa do meu avô, conversar com essas pessoas que iam lá. O seu Ávila, os dois Ávila, um deles era dirigente do Partido, esqueci como era o nome do seu Ávila, e o irmão dele tinha sido baleado na Linha do Parque, tinha sido baleado no movimento da Linha do Parque no primeiro de maio. Tinha o Gheri que era pedreiro, que era uma liderança dos pedreiros, do pessoal da construção civil, que era um dos dirigentes. O seu Antônio, que eram dirigentes do PCB aqui em Rio Grande. E o vô lia muito a Voz Operária, porque a avó distribuía ali e eu lia também, era guri, gostava de ler jornal e lia estas coisas. E aí, qual era a discussão aqui em Rio Grande? A discussão aqui em Rio Grande que era a linha Russa e a linha Chinesa. Essa divisão não aparecia aqui como PCdoB e PCB. Era o pessoal ligado ao Prestes, que defendia a linha Russa e o pessoal ligado ao João Amazonas, que na visão deles defendia a linha Chinesa. Na verdade, era essa divisão. Claro, a linha chinesa era a questão da luta popular, aquela coisa toda, da guerrilha, isso já pós... estou falando de assuntos que eu escutei pós golpe militar de 64, isso lá quase na década de 70. Então era

essa a discussão. O PCdoB aqui em Rio Grande começa a se organizar em 76 como partido, com o pessoal ligado a Universidade, ao pessoal da engenharia, que era o Vladimir Guimarães, que era um dos que organizou. O Vladimir Guimarães era filho do Valter Guimarães, que era antigo dirigente do PCB, inclusive foi preso, foi torturado, na verdade ele foi solto pra morrer, tava doente, com câncer. Soltaram ele em 75, por aí 76 e três ou quatro dias depois ele morreu, o Valter. Era uma grande liderança na cidade, o Valter Guimarães. E aí o Vladimir junto com outros na Universidade, eu lembro dos apelidos deles, o nome eu não lembro, que era o Quebrado, o Cascalho, outras lideranças. Que eu era do movimento estudantil já nessa época. Eu era da URES, então perto na rua perto da Universidade, tinha uma casa que era a casa deles, que chamava melancia, que era uma casa verde por fora e era vermelha por dentro E a minha avó era cozinheira lá deles. Minha vó trabalhou um tempo lá com eles de cozinheira. Aí já nessa época, o jornal do PCdoB era o Tribuna da Luta Operária, já em setenta e poucos, quase 80. Tem todo um histórico anterior, quando eu entrei no Partido em 81 eu era do exército, quando eu sai do Partido eu entrei direto pra campanha das Diretas e da campanha das Diretas na questão dos ferroviários, já como ferroviário, isso em 83, final de 83, 84. E aí fui liderança ferroviária também, participando e depois lá em 92 eleito vereador. Aí tem todo um processo histórico.

39:22 **IGNACIO ANGUES** - Mas aí justamente eu quero entrar nessa discussão ali do Sindicato, porque uma das coisas que eu pesquiso é como o PCdoB, e o PCB também em algumas partes, por ser um Partido que tem essa tradição muito anterior do que digamos foi as Diretas Já, o movimento operário dos anos 80, tem uma tradição vem da década de 20, até anteriormente, tanto o PCB como o PCdoB, como é pra vocês essa relação que surgiu com o pessoal aí do Novo Sindicalismo? Porque muitas vezes esses discursos do pessoal do Novo Sindicalismo, quando a gente se lembra do discurso do Lula, aqui no Rio Grande do Sul mais o Olívio Dutra, muito era muito colocando pra baixo esse passado. Bom, esses caras eram “pelegos”, “nós somos o novo, nós somos o autêntico”, esse assunto. Quando tu entrou no movimento sindical, tu tentou pautar "não, não era assim, nós temos uma história e tal"?

40:40 **JÚLIO MARTINS** - Na verdade assim, por exemplo, vou te falar dos ferroviários, por exemplo, foi onde eu militei mais e no movimento sindical aqui em Rio Grande que eu conheço e conheci bastante por participar. O que acontece? Como lá

na década de 40, década de 50, os comunistas em sua maioria dominavam os sindicatos, Sindicato da Estiva, Sindicato dos Conferentes, Sindicato dos Arrumadores, Sindicato dos Ferroviários e por aí vai, Sindicato da Alimentação. Depois do golpe militar praticamente houve uma intervenção no movimento sindical e houve uma perseguição muito grande às lideranças que tinham daquela época. Então, tu pega assim, por exemplo, vou falar do Sindicato da Alimentação. O Sindicato da Alimentação tinha uma tradição de luta, 64 com o golpe militar vai lá pro Sindicato um interventor ligado à Maçonaria, porque aí a Maçonaria passa a dominar quase todos os sindicatos. Porque antes disso daí a briga que tinha no movimento sindical era entre os comunistas e a igreja. Então, tu pega assim, o movimento sindical era o pessoal ligado ao Partido Comunista e o pessoal ligado ao Círculo Operário, que o pessoal do Círculo Operário era ligado à igreja. Então se tu pegar aqui em Rio Grande, por exemplo, o Círculo Operário que tinha inclusive escolas em locais onde eram centros de trabalhadores. Centro de movimento de onde o Partido Comunista se organizava. Para tu ter uma ideia assim, a Cidade Nova, que era onde tava o pessoal que trabalhava na ferrovia [...] que era a periferia da cidade na década de 40 e 50, o Círculo Operário tem dois grandes Centros ali em uma área bem pequena. São duas igrejas enormes, são duas igrejas, uma é uma igreja grande com uma escola, que se manteve, e outra que formou uma escola com cinema, as duas com cinema, para atrair os trabalhadores. Tem dois Círculos Operários na Cidade Nova, oriundos lá da década de 30, 40, 50. Depois de 64 não. Depois de 64 esse pessoal, alguns ligados ao setor [...] há uma intervenção nos sindicatos. como eu te falei, o Sindicato da Alimentação. Esse interventor no Sindicato da Alimentação ficou até o final da década de 80, praticamente. Sindicato dos Comerciários a mesma coisa. Onde eles não conseguiram ter influência mais direta, não conseguiram tomar conta, eles acabaram tendo influência, como o Sindicato dos Portuários que ainda mantinha algum pessoal antigo. Sindicato da Estiva, que como o Sindicato da Estiva é um sindicato com características próprias, ao mesmo tempo que ele é sindicalista dos trabalhadores ele o empregador dos trabalhadores, então ele distribui trabalho. Então, ali também os comunistas ainda conseguiam manter alguma influência. O Sindicato dos Ferroviários: o sindicato dos Ferroviários era mais estadual, acabaram com os núcleos que tinha, como por exemplo, na cidade de Rio Grande, só foi se organizar de novo lá no final da década de 60. Então assim, houve um desmanche do movimento sindical. Os ferroviários, por exemplo. Os ferroviários, quando acabou o golpe, no fim de oitenta e poucos ali, o sindicato dos Ferroviários só voltou quando eu

entrei nos ferroviários em 83 tinha sindicato, era o Alcides, o bacharel Alcides como a gente chamava, que era ligado ao PDT, depois veio se ligar ao PDT, mas era aquele velho sindicalismo lá de 64 que houve a intervenção, que tiraram os comunistas e esse pessoal veio se reciclando. O Alcides se reciclou até.... um camarada interessante de se lidar com ele. Boa parte da destruição do Sindicato dos Ferroviários foi em função da retirada do Alcides do Sindicato, porque aí entrou um pessoal ligado a questão do PSTU que é aquela [...] geral, porque aí foi a questão da divisão do Sindicato. Houve uma divisão muito grande, por exemplo, como os caras tinham uma visão idealista de sindicato, eles achavam que sindicato não tinha que ter presidente, sindicato era quase como uma federação e aí cada um toma conta de um pedaço do sindicato. E aí o tesoureiro brigava com o presidente, o presidente... e aí o Sindicato se desmobilizou bem na época de 90 e poucos quando tava tendo a privatização da ferrovia e não conseguiram enfrentar a privatização da ferrovia. E talvez não teria sido [Collor], não teria sido muito diferente, mas talvez teria sido um pouco mais forte o enfrentamento se tivesse mantido a estrutura que tinha anterior, com novas pessoas, com novas [...], mas mantido a estrutura. Mas é isso mais ou menos.

46:37 **IGNACIO ANGUES** - Mas tua via, por exemplo, uma certa raiva quando... porque por muitas vezes essas lideranças que surgiram do Novo Sindicalismo, que foi chamado de Novo Sindicalismo, no seio de onde depois teve origem o PT, principalmente o Lula e no caso do Rio Grande do Sul o Olívio Dutra, que era a grande liderança. Mas de falar por exemplo de que "no passado eles só se preocupavam com a ajuda do Estado e agora nós estamos criando um sindicato autêntico", isso causava uma tensão entre vocês?

47:12 **JÚLIO MARTINS** - Na verdade assim, por exemplo, o Tarso, eu conheço o Tarso desde o PRC lá de Santa Maria, o Tarso e o pessoal do PRC. A gente disputou com eles no movimento estudantil, depois disputou no movimento sindical. Eles tinham uma visão, na minha opinião, uma visão equivocada. Eles achavam que a gente tava nas portas da revolução: "agora a gente muda tudo e vamos fazer a revolução aqui". E não é. Tratava-se ainda ali, que não há uma ruptura com o fim do regime militar, na verdade o fim do regime militar foi mais um apaziguamento, um acordo ali entre as elites que possibilitou algum avanço da luta dos trabalhadores, da classe operária, mas não foi uma ruptura. E eles defendiam... tanto que se for ver assim, por exemplo, quando teve a

Constituinte, o PT, primeiro que o PT não participou do Colégio Eleitoral, no fim da ruptura, depois na Constituinte não assinou a Constituição, porque achava que a Constituição era burguesa. Então, depois, ao longo do tempo, levaram quase [...] para se dar conta que aquela Constituição, mesmo nos parâmetros burgueses, ela tinha avanços fenomenais, tinha e tem avanços muito grandes pra os trabalhadores, pra sociedade.

48:40 **IGNACIO ANGUES** - É a nossa Constituição mais avançada da história.

48:41 **JÚLIO MARTINS** - É a mais avançada que já se teve. Foi construída dentro do que, do fim do regime militar e dentro de um parâmetro de um acordo ali entre as elites, principalmente, e não era uma loucura, mas era um momento que possibilitava um avanço. Eles não conseguiram [...]

49:00 **IGNACIO ANGUES** - Com uma votação extraordinária do PMDB. O PMDB, em 86, faz uma votação extraordinária. Dentro daqueles avanços ali, foi o maior avanço realmente, em vários sentidos.

49:10 **JÚLIO MARTINS** - Sim. Então, e no movimento sindical eles tinham a mesma visão. Eles achavam agora que criaram novas estruturas de organização sindical, tentaram novas coisas que na verdade acabou enfraquecendo boa parte dos sindicatos. A disputa interna dentro dos sindicatos, dentro das entidades, passou a ser muito forte e de certa forma seria bom que depois da disputa houvesse uma unidade. Na verdade, é que depois da disputa continuava a disputa. Aí o tesoureiro nosso dava os cheques pro presidente que não era da mesma corrente que ele, aí o presidente não assinava os cheques do tesoureiro que era da outra corrente e aí, o seguinte, criava uma briga dentro do sindicato, que em vez de enfrentar o patrão, em vez de enfrentar as instituições do Estado, acabou sendo, em boa parte, como um enfrentamento entre as correntes do movimento de esquerda e os movimentos populares. E, às vezes, a gente enfrenta até hoje boa parte disso e [...] não consegue, tem dificuldade, de formar uma unidade para enfrentar as coisas que ocorre.

50:27 **IGNACIO ANGUES** - Continuando nesse assunto dos anos... do final dos anos 70, início dos anos 80, que teve toda aquela movimentação popular, que é o grande momento de movimentação popular, claro, um governo altamente impopular, que era o

Figueiredo. Inclusive, eu fico muito irritado quando... Todos os ditadores são desprezíveis enquanto ditadores, todos os ditadores brasileiros são desprezíveis, mas eu tenho uma raiva quando um velho me defende o Figueiredo, porque na época ninguém gostava do Figueiredo. Figueiredo era um cara que era odiado inclusive pela direita, porque era um momento de desemprego, de tal. O Médici que era um crápula, pelo menos era um período de desemprego baixo, de pouco desemprego, então tu até entende uma pessoa despolitizada que consegue defender assim: "ah, eu tinha emprego e tal", mas uma pessoa defender o Figueiredo é ridículo. Mas, enfim... Nesse período aí, tu deu um recorte, de 78 até as Diretas Já, mais ou menos, foi bem o período que vocês iniciam essas homenagens, né? Que vocês iniciam essas homenagens ao primeiro de maio. Existe ali uma influência do próprio período, dessas movimentações que levaram vocês as homenagens?

51:41 **JÚLIO MARTINS** - Na verdade assim, por exemplo, o que ocorre: todo um período onde o Partido é clandestino. o Partido só foi legalizado lá em 85. No período que nós ainda estávamos numa semi-ditadura, depois de 80, a gente não pode esquecer que a anistia só ocorre em 79, até ali ocorre também em função da eleição de 74 o MDB ter ganho. Na verdade, o MDB era uma grande frente nacional, em 74. Depois a gente lembra aquela grande revolução da Nicarágua, se eu não me engano em 76, 77 que teve uma repercussão no Brasil. Nós aqui em Rio Grande a gente fez passeatas em auxílio aos estudantes da Nicarágua. Em várias cidades brasileiras ocorreram passeatas em auxílio aos estudantes da Nicarágua que estudavam aqui [...]

52:50 **IGNACIO ANGUES** - Em relação a Angola, aconteceu alguma coisa parecida? Em relação a revolução angolana teve um movimento parecido?

52:57 **JÚLIO MARTINS** - Não, não teve. Aqui em Rio Grande, pelo menos, não teve.

53:02 **IGNACIO ANGUES** - É que talvez tivesse uma linha mais Russa, porque ali tinha uma influência muito forte da União Soviética na questão angolana.

53:10 **JÚLIO MARTINS** - Na revolução angolana, mas na Nicarágua não.

53:16 **IGNACIO ANGUES** - Na Nicarágua não. Na Nicarágua um movimento mais próprio da América Latina.

53:15 **JÚLIO MARTINS** - Da América Latina. Isso teve repercussão na imprensa e acabou tendo repercussão nas ações populares, por exemplo. Aqui o presidente da Câmara, na época, era o capitão Ataídes Rodrigues, que era do PSB, tinha sido preso, com uma tradição de centro-esquerda, conhecia nós, sabia quem era comunista quem não era, na época do movimento estudantil. Houve um movimento popular aqui na cidade em relação a isso. Depois a questão da anistia em 79, então isso vai..., por exemplo, ali na década de 80, início da década de 80, 81, quando a gente começa aqui, falando mais especificamente do PCdoB, começa vir pra Rio Grande o jornal Tribuna da Luta Operária. Esse jornal é vendido em banca, porque é legal, então o pessoal que era ligado ao Partido que tava se reorganizando no Partido, se organiza em função desse jornal, na volta desse jornal. Tinha o grupo de venda do jornal, tinha o grupo de distribuição do jornal, então esse pessoal já era boa parte, quase todos que participavam disso, já eram do Partido, ali no início de 80 e aí começa esse resgate histórico. Por exemplo, questão da Angelina, primeiro de maio, era importante fazer esse resgate histórico, pra cidade, pra demonstrar, porque isso aí ficou esquecido de 64 até meados de 80, era uma história esquecida. História esquecida da cidade, ninguém falava nisso. Todo mundo tinha medo de falar nisso, falar sobre esse pessoal que morreu em 51, 52, o Raul se eu não me engano o nome do estudante, ou Edu não tenho certeza porque nós estávamos também preparando uma homenagem pra fazer a esse outro movimento, a esse outro estudante, tinha pesquisado alguma coisa e aí acabou também na geladeira por enquanto. A gente quer resgatar esse movimento também, ali é importante pra cidade. E assim começa haver um resgate histórico também, não só nós do Partido Comunista, mas pra o movimento de esquerda de maneira geral é importante fazer este resgate. Claro que, por exemplo, do início, esse pessoal ligado ao PT, que é a nova política, a nova esquerda, há um enfrentamento, uma vez que eles dizem "representa a classe operária, representa o povo?" Ora, se o Partido Comunista do Brasil fazia a mesma coisa com aquilo como eles faziam a mesma coisa há um entrelaçamento de ideias, coisas. Aqui em Rio Grande, como a gente já tinha também essa tradição de mais tempo trabalhar junto, o enfrentamento até hoje é muito menor que em outras cidades. Aqui na cidade de Rio Grande. A gente via, às vezes, em outros municípios, uma disputa muito

grande entre o pessoal do PCdoB, pessoal do PT, pessoal de outras forças políticas das correntes do PT. aqui em Rio Grande isso é menor. Até hoje é menor.

56:56 **IGNACIO ANGUES** - A gente pode ver justamente aqui em Porto Alegre, porque demorou um pouco pro PCdoB entrar na Frente Popular aqui. Aqui teve um processo de... "ah não, vamos estudar". Daí na metade dos anos noventa que ingressaram na Frente Popular, foi um processo mais demorado.

57:11 **JÚLIO MARTINS** - Sim, sim. Aqui foi uma coisa natural. Quando começa esses movimentos da questão lá da Nicarágua, da questão da anistia, a gente já vinha num processo. Quando começa a criar o PT, ali na década de oitenta, início de oitenta, esse pessoal que começa a criar o PT, boa parte dele já participava com nós nestes outros movimentos. Embora, ideologicamente a gente tivesse disputas, mas pessoalmente as nossas relações pessoais já eram [...], é uma cidade que não é tão grande assim, não tem tanta gente. Então, esses nossos relacionamentos já vinham anteriores, então a gente manteve muita coisa disso, que acabam os relacionamentos pessoais influenciando também. Até na questão, por exemplo, se eu conheço uma pessoa eu sei mais ou menos como ela vai agir, se ela me conhece sabe também como eu ajo. Então é mais fácil. Tanto é que desembocou ali em 88 na campanha do Vidal [Paulo Fernando dos Santos Vidal], na Frente Popular, nós viemos tudo junto.

58:30 **IGNACIO ANGUES** - Infelizmente, depois o Vidal traiu, traiu a Frente.

58:33 **JÚLIO MARTINS** -É, mas isso na verdade vou te contar uma coisa: isso não foi novidade pra ninguém, porque a gente já conhecia a figura do Vidal. era um promotor que tinha tomado algumas atitudes, até por problemas internos dele lá. Se filiou no PT, foi convidado a se filiar no PT só pra se candidato. Então, a gente já conhecia a coisa, assim. Quando começou a campanha eleitoral, porque assim, tanto o PT quanto nós do PCdoB, que era quem participava do movimento aqui, quem fazia as coisas aqui, tinha um pessoal do PCB também, por exemplo, seu Antônio Rodrigues participava, o próprio PT seguia muito nosso sistema de organização das coisas. Quando a gente foi organizar a campanha, "vamos organizar aqui um comitê para organizar a Frente Popular. Legal! Para enfrentar a eleição, pra derrubar aqui a direita, derrubar o prefeito aqui da época", esqueci o nome dele "e vamos ganhar a eleição. Tá bem." Aí

começamos a discutir quem ia ser candidato, quem não ia ser, nós não tinha candidato. Daqui a pouco o PT aparece lá com um candidato que é o Paulo Vidal, mas nós já tínhamos um núcleo debatendo essa questão eleitoral, programa, como que ia ser, como não ia ser. E ai nós do PCdoB indicamos o Casartelli pra vice. O PCB indicou o seu Antônio Rodrigues. O Casartelli era do Sindicato dos Conferentes de Rio Grande, o Ademir Casartelli. Houve um acordo, nós concordamos que o candidato à prefeito fosse o Vidal, a Frente concordou que o candidato à vice fosse o Casartelli. E ai é o seguinte, "vamos reunir os candidatos à prefeito e a vice e esse Comitê organizador aqui da campanha". Legal, reunimos. Na primeira reunião que teve, nós sentamos e veio o Vidal, o candidato a prefeito, com mais uns três ou quatro caras que nunca tínhamos visto na vida e chegou pra nós e disse: "olha, tá aqui, isso aqui é a campanha e tal e essa é a minha equipe que vai coordenar a campanha." Nós olhamos pra ele e dissemos: "não! tu vai ser candidato da Frente Popular, quem coordena a campanha da Frente Popular somos nós" [RISOS]. Foi o primeiro rolo que tivemos. Tá, ai nós achamos: "perdemos o candidato". Mas como isso daí já tinha sido..., naquela época os prazos era, se não me engano, seis meses antes tinha que inscrever candidato, como ele já tinha publicamente dito que já era candidato pelo PT, já tinha arrumado todas confusões por ser candidato de PT e ser do Ministério Público, ficou muito ruim pra ele voltar atrás, ficava muito ruim pra ele voltar atrás. O que que ele fez? Arrumou uma transferência pra Porto Alegre e sumiu da campanha eleitoral. O dia do lançamento dele como candidato à prefeito, foi no Sindicato dos Médicos, nós marcamos para às oito horas da noite o lançamento, era seis horas da tarde ele tava saindo de Porto Alegre, de ônibus, propositadamente. Isso depois dos camaradas que criarem o nome dele dentro do PT, passarem a tarde toda implorando pra ele ir pra reunião de lançamento. Ai não deu, aquela reunião de lançamento de candidatura foi pro vice-prefeito, o Ademir Casartelli. Mas o Vidal tinha um apelo popular muito grande. Tinha apelo popular.

1:03:00 **IGNACIO ANGUES** - Foi vitorioso, apesar das dessas coisas.

1:03:02 **JÚLIO MARTINS** - Ele tinha um apelo popular muito grande, enfrentou, por exemplo, candidatos como o Valdomiro Lima. Valdomiro Lima que era ex-deputado federal, presidente da Assembleia Legislativa com uma máquina e dinheiro até não querer mais. Para ter uma ideia, naquela época ele tinha umas 15 Kombis já fazendo campanha do Valdomiro. Nós não tínhamos. Nós tínhamos uma Brasília velha, mais um

fusquinha que era do Dirceu, era que nós tínhamos. Só que o Vidal em si tinha apelo, o nome dele. O fato dele não aparecer pro lançamento, pra tu ter uma ideia, a campanha de TV: a campanha de TV, a nossa, nós fizemos uma abertura, fizemos o primeiro programa gravado, a gente conseguiu gravar e depois era ao vivo e ficava três em pé e ficava passando o microfone um pro outro e os candidatos passavam o microfone pro outro. Então, essas coisas assim. Quando que a gente soube que ia ganhar a eleição? Cinco dias antes da eleição. cinco dias antes da eleição a gente olhou um pra cara do outro e disse: "olha, vamos ganhar e não vamos levar." [RISOS] "vamos ganhar e não vamos levar", porque o camarada que tinha dito pra nós ... que nós dissemos pra ele que quem mandava na campanha era nós, depois de eleito o que ele ia dizer pra nós que agora quem manda na prefeitura era ele. [RISOS]. Foi o que ele fez. Foi o que ele fez, certamente. Nós tentamos ... Isso é uma história legal, um dia a gente senta, nós vamos ter que sentar aqui também ouvir e fazer essa gravação.

1:04:47 **IGNACIO ANGUES** - Não, não claro. porque isso é só uma inicial. agora vou aproveitar no mestrado, fazer mais, bem mais.

1:04:55 **JÚLIO MARTINS** - Não, eu digo assim. Eu digo nós aqui de Rio Grande, o pessoal que estava envolvido nisso quase todos estão vivos ainda. Tem o César Chiaffitelli era um dos PCB também. Ele já faleceu, tanto que agora foi inaugurado uma Unidade Básica de Saúde e recebeu o nome dele⁷¹. Ele era médico, oncologista e era do antigo PCB. Teve exilado no Uruguai, tudo. César Chiaffitelli, veio pra Rio Grande.

1:05:34 **IGNACIO ANGUES** - A Prefeitura atual tenta trazer um pouco disso? Tem gente lá que tente trazer um pouco dessa história, de colocar esses nomes assim ou não é uma ação deliberada?

1:05:43 **JÚLIO MARTINS** - Sim a Prefeitura nesse período que é o Alexandre [Alexandre Lindenmeyer, prefeito atual de Rio Grande, filiado ao Partido dos Trabalhadores] o prefeito, ele tem trazido nomes populares. Por exemplo, pessoas da comunidade que participaram. Alguns nomes resgatando da história, por exemplo no

71 <https://www.riogrande.rs.gov.br/saude/portal-principal> <http://www.riogrande.rs.gov.br-p138555/>

caso do César e outros nomes que tem sido colocados em obras da Administração, prédios públicos.

1:06:10 **IGNACIO ANGUES** - Isso é bom, isso é legal. Isso é bem interessante. Eu me lembro que eu fui visitar um ano atrás mais ou menos, que tava tendo uma exposição Movimentos Operários em Rio Grande. Era na Prefeitura, com umas fotos, bem legal. Colocava os protestos, mas era antes... Era o "queremismo" em Rio Grande, era os apoiadores do Getúlio em Rio Grande. Era bem interessante. Agora um papo para te deixar mais irritado. Estou brincando. Mas isso fui eu catando. Eu vi que além dessa tentativa de memória por parte da esquerda, tanto parte de vocês como de outro pessoal da esquerda rio-grandina, também tem um pessoal de direita que quer também deixar seus nomes da direita aparente. Achei uma história, acho que foi na época do Branco, que ele queria homenagear o Golbery [do Couto e Silva], que, se não me engano, tu teve um certo destaque até nesse fato. Como é essa relação? A direita rio-grandina também tenta emplacar a sua memória de alguma forma?

1:07:24 **JÚLIO MARTINS** - Nesse período que eles tiveram no poder aqui, de 64 até 85 aqui em Rio grande não tinha prefeito tinha interventor. Eram interventores federais. Eles mantiveram, pra tu vê, tem o Bairro Castelo Branco, tem todo esse pessoal ligado a este período. E aí eles se esqueceram do Golbery do Couto e Silva, porque o Golbery, na verdade, lá na questão do Golpe, ele é um dos intelectuais desse Golpe e ele é ligado à Rio Grande por uma série de outras coisas. ele é ligado ao engenheiro Bastos da Ipiranga e essa direita que vai lá atrás, né, ligado a esse pessoal da direita orgânica da cidade e tem todo o enfrentamento. Todos os interventores aqui foram nomeados em função da intervenção dele, do Golbery do Couto e Silva. A própria Universidade de Rio Grande acabou tendo uma grande interferência dele pra acabar se realizando a organização da Universidade, mas tudo dentro do padrão. No final da década de 90, não, agora nos anos 2000 já, 2002, 2004, por ai, o que aconteceu, o Branco já era prefeito, voltaram para a Câmara de Vereadores, alguns vereadores foram eleitos lá da época da ditadura militar, que foi o Renato Lempek, voltou. Ele tinha sido já vereador, quando deram o golpe de 64 ele era jovem, era estudante, participou no desmanche do movimento estudantil do estado de Rio Grande do Sul, foi um dos camaradas que participou desse desmanche. Na época ele devia estar lá entre seus vinte e poucos anos, menos de vinte e o Renato Albuquerque veio a ser vereador que ultimamente, na década

de 90, 2000, era o dono da Rádio Cassino aqui de Rio Grande , antes disso era comerciante, vendedor ambulante, de comércio e ligado também a esses caras. São caras que progrediram durante a questão da ditadura Militar e pendurados na volta do regime militar, progrediram socialmente, economicamente. E tinham ligação com um camarada que a pouco tempo apareceu o nome dele, que é dono de universidades, ligado à universidades particulares. Esse camarada [Ronald Levinsohn], não me lembro o nome dele, mas documentalmente nos jornais acho que tem o nome dele. Esse camarada [Ronald Levinsohn] disse pra os vereadores: "vem cá, mas vocês ai em Rio Grande por que não homenageiam o Golbery do Conto e Silva? Esse camarada que fez muito por Rio Grande." E esse dois vereadores, junto com o prefeito Fábio [Branco] foi que começaram com a história do Golbery. O que eles fizeram? eles fizeram uma pedra inaugural, porque eles iam botar um busto do Golbery e quem ia pagar esse busto, quem ia mandar fazer, não sei se chegaram mandar fazer, era esse dono de universidade privada [Ronald Levinsohn]. Botaram a pedra inaugural lá [na Praça Tamandaré] e o pessoal ligado ao movimento estudantil, boa parte ligado ao UJS e outras forças políticas, foram lá e pegaram essa pedra inaugural e jogaram dentro do lago. E ai as intervenções do prefeito [Fábio Branco] em relação a isso, quais foram? Se tu lê nas notícias, quando questionado, eu questionei da Câmara, como vai se homenagear um camarada que participou da questão da tortura, da questão da ditadura militar? Embora tenha prestado alguns serviços à cidade de Rio Grande, mas ele era ligado a isso, não tem como. Uma coisa era se eles tivessem homenageado, porque lá em 65, 66, 67 tivessem colocado um busto lá na Praça, outra coisa, agora é, nós em plena democracia, em pleno regime democrático, tentando avançar na democracia, homenagear um herói da ditadura. Ai é um contrassenso. Um contrassenso na sociedade, tudo isso seria um retrocesso. E o prefeito deu um discurso desastrado, ele disse que não sabia que era ditadura, não sabia quem era e porque que era. E deu um discurso assim, que não conhecia a ditadura, que não era do tempo dele, porque ele não era nem nascido. E ai eles desistiram dessa homenagem, principalmente depois que foi jogada a pedra inaugural lá dentro do lago e houve uma movimentação do movimento estudantil contra isso. Eles viram que havia repercussão. E tu sabe que vereador, dependendo do vereador, os camaradas o que eles olham? Eles olham o que eles vão ganhar voto e ai os vereadores acharam que iam perder voto e pararam com essa discussão. Não teve mais discussão, porque a discussão em si num movimento democrático ela é progrida. Porque assim, eu historicamente tenho uma visão diferente da... às vezes, por exemplo, se tu

tens uma rua que o nome dela é Golbery do Couto e Silva eu não vou trocar o nome da rua pra colocar um nome de esquerda lá no nome do Golbery do Couto e Silva se esta homenagem foi feita lá no tempo da ditadura militar. Por que? Porque eu uso essa rua como exemplo. Quando o cara ver lá: "quem é esse cara Golbery do Couto e Silva?" Esse cara foi que fez isso, isso, isso, tu tem historicamente como fazer essas questão. A questão das estátuas é a mesma coisa. A estátua do fulano de tal tu bota a história lá. Agora tu não pode simplesmente ficar trocando de nome, tirando as estátuas e tentando apagar. Tu não consegue apagar a história. Aí tu cria mitos e ai é complicado.

1:14:25 **IGNACIO ANGUES** - Além dessa questão do Golbery, teve alguma outra movimentação que tu vê, até mais recente, agora, de tentar ou falar assim: "tem aquela rua ali que em homenagem a um comunista, nós vamos tentar tirar esse nome", uma coisa assim? Teve muito movimento assim?

1:14:42 **JÚLIO MARTINS** - Não, não tem. Na verdade, quando a gente começou a fazer homenagem aos comunistas, lá a partir de 96, se não me engano, quando eu era vereador, 92, 96, porque a gente não fazia [ininteligível], a gente ia fazendo aos poucos. Em 92 foi eleito um vereador, o professor Dante [Lazzarini]. O professor Dante tinha uma visão democrática, mas era anticomunista. Era uma pessoa que a gente conversava, mas era anticomunista. Ai esse pessoal começava a encher a paciência dele. E aí o que ele fez? Nós pegamos o Jardim Humaitá. O Jardim Humaitá não tinha nome nas ruas. Nós começamos a botar os nomes das ruas todas de comunistas, que era um bairro popular. O Dante pegou e começou a botar nome de padre. Então nós propúnhamos uma homenagem à Angelina, por exemplo, ele ia lá e propunha uma homenagem a um padre. Então, conclusão: nós aprovava a dele e ele aprovava a nossa. [RISOS]

1:16:04 **IGNACIO ANGUES** - Era a velha disputa. era os comunistas e o Círculo Operário.

1:16:05 **JÚLIO MARTINS** - Sim, eram os comunistas e o Círculo Operário, na verdade, o que ele fez foi isso. Pra nós isso não criava grande confronto isso, ele trouxe os padres lá da décadas de 30, de 40, não tinha problema. Não trouxe, por exemplo, nenhum nome da ditadura militar, não propôs botar o nome de algum ditador, alguma coisa. Mas foi o máximo que se teve. Inclusive aquele monumento que a gente colocou,

o monumento do marco, que a gente colocou na [fábrica] Rheingantz foi durante o governo do Fábio Branco. Como é que aquilo ali foi feito? Projeto de Lei pra gente colocar a gente não podia. Então, na época eu era vereador, eu fiz, eu conversei com o Renato Albuquerque, que era o líder do governo, de direita, conversei com ele: "Oh Renato eu vou fazer um requerimento aqui, vou dizer que inclusive nós vamos pagar o troço, pro prefeito autorizar. vou pedir autorização do prefeito, um requerimento da Câmara pra coisa" e ai ele olhou pra mim e disse: " Mas tu sabe que o prefeito não vai autorizar né?." "Eu sei, mas vem cá, mas se nós fazer o requerimento, a Câmara aprovar, o prefeito silenciando e se nós for lá e fizer o Marco vocês vão retirar?" Ai ele disse: "Não, nós não vamos retirar. Nem o prefeito não vai retirar." "Então nós vamos fazer, né Renato. Nós vamos fazer o requerimento aqui na Câmara. A Câmara aprova o requerimento, vai pro prefeito". O prefeito silencia, não falou nem que sim, nem que não, nós fomos lá e colocamos aquele Marco, que era o que foi possível fazer naquela época. Houve essa questão que possibilitou fazer. Tinha muito disso. Por exemplo, tem coisas assim que não tem como levar a ponta de faca, principalmente quando não é questão fundamental.

1:18:34 **IGNACIO ANGUES** - Estou entrando nos meus últimos pontos. Sempre penso que ali na [fábrica] Rheingantz merecia uma estátua pelo menos da Angelina, ficaria interessante.

1:18:49 **JÚLIO MARTINS** - Isso está nos planos.

1:18:51 **IGNACIO ANGUES** - Ah! Vai ser algo interessante.

1:18:53 **JÚLIO MARTINS** - É, mas não é... o que a gente quer fazer... ai que é a questão, a gente não quer fazer ...

1:18:58 **IGNACIO ANGUES** - Só a Angelina?

1:18:58 **JÚLIO MARTINS** - A gente tem pensado não a questão da Angelina, claro talvez como figura principal, tudo legal, mas mais geral assim. Teve um companheiro nosso lá do Partido de Bagé, isso há uns 15 anos atrás, era amigo nosso, ele chegou a fazer um bloco, tipo um monumento para colocar ali, chegou a ser feito. até hoje eu

tenho guardado lá no meu escritório. Fez tipo um tijolo, em barro, queimou o barro e ficou um pequeno monumento, que era uma das propostas ali. Mas ali nós vamos fazer. Ainda não pretendo morrer agora, pretendo viver mais um pouco e o pessoal do Partido aqui também. A gente melhorando um pouco a nossa condição, a gente vai avançar um pouco.

1:19:58 **IGNACIO ANGUES** - A [fábrica] Rheingantz já foi vendido o projeto, fico imaginando o quê uma imobiliária vai fazer de memorial ali. Vai fazer um memorial pró família Rheingantz, não vai falar nada.

1:20:07 **JÚLIO MARTINS** - Ah! Certamente.

1:20:13 **IGNACIO ANGUES** - Foi o quê aconteceu aqui [Porto Alegre]. Sabe o Shopping Total? O Shopping Total é uma antiga cervejaria. Tem um memorial feito pelo Shopping, porque ele foi obrigado pelo IPHAN a fazer. Só que ele exclui todo o movimento operário da cervejaria. Fica só aquela história institucional, a grande empresa, a cervejaria.

1:20:33 **JÚLIO MARTINS** - Ali [fábrica Rheingantz de Rio Grande] até ali aonde está o monumento é [Avenida] Presidente Vargas, da esquina do cemitério pra lá é Avenida Rheingantz, inclusive ali tinha do outro lado a escola, tinha uma série de outras coisas. Tinha o busto do comendador Rheingantz, tudo isso não tá mais ali, mas provavelmente isso vai ser recuperado com o tempo. Mas ali a gente pretende fazer uma homenagem maior ainda.

1:21:05 **IGNACIO ANGUES** - Tem que fazer, tem que aproveitar, essas imobiliárias, se fizer um projeto imobiliário ali, o que eles vão tentar fazer é um memorial institucional, né?

1:21:12 **JÚLIO MARTINS** - Ah, sim, certamente.

1:21:13 **IGNACIO ANGUES** - Um memorial altamente institucional. Agora vou ir para meus dois últimos assuntos. Não, até acho que um deles já discutimos. Vou para este assunto que achei mais interessante. Ano passado não tive oportunidade de ir ai

[cidade de Rio Grande nas homenagens do dia primeiro de maio], porque estava no meu trabalho, atualmente, além de ser pesquisador, sou também professor em escola pública, então na correria sempre. Eu tava planejando ir esse ano, mas infelizmente acabou não acontecendo [devido a pandemia da COVID-19]. Mas eu acompanhei o que aconteceu ano passado pela questão virtual, que não é tudo, não é o perfeito, seria melhor eu ter conseguido ir, mas não tive essa oportunidade. Mas pelo que vi houve uma diferença em relação a outras solenidades que eu estava vendo. O que eu notei foi um ressurgimento do PCB, ali junto com vocês e daí eu quero perguntar se esse movimento das homenagens ele está se transformando lentamente. Por quê? Eu cheguei a conversar com esse pessoal do PCB, eu até agora não tive resposta para uma entrevista, eles falaram que iam ver quem indicariam como entrevistado, porque agora estou tentando expandir a pesquisa. Tu viu uma diferença com a participação daquele pessoal [do PCB]? Porque eu vi que eles participaram. Como é que foi? Tu acha que está surgindo uma nova homenagem ali? Uma nova visão sobre as homenagens?

1:22:49 **JÚLIO MARTINS** - Na verdade, nas outras homenagens, nos outros anos também, boa parte deles participou, tanto seu Antônio Rodrigues, em algumas delas, como o Tesourinha, que era do BGV [Bairro Getúlio Vargas], que era uma representação do PCB.

1:23:08 **IGNACIO ANGUES** - Mas me pareceu um pessoal mais jovem.

1:23:10 **JÚLIO MARTINS** - O que acontece é que depois da morte do Tesourinha e do Seu Antônio Rodrigues, o PCB aqui de Rio Grande praticamente tinha acabado. Esse pessoal mais novo, que é o Gustavo, que é bancário, não me lembro que Banco que ele é, o Gustavo (eu posso até conseguir pra ti o nome dele) e outro pessoal ligado à Universidade da juventude do PCB e participaram da homenagem ali. O prefeito, PT, todos tem participado. No ano passado realmente foi um pouco mais de gente, ampliou-se um pouco mais. Isso que a gente tá tentando fazer há muito tempo, porque na verdade, a memória não é nossa, a memória é da cidade. A preservação disso tudo tem que ser de interesse de todos os trabalhadores, independente dos Partidos. Se não fosse ficar discutindo é do PCdoB, é do PCB, é do PT, na verdade, é um fato histórico, é uma luta do povo, dos trabalhadores que ocorreu ali e que tem que ser preservada. Hoje, por exemplo, quem capitaliza isso do ponto de vista político, bem claro, quem mais tem

feito isso é nós do PCdoB; por quê? Porque nós procuramos manter, mas não somos contra a participação, pelo contrário, a gente acha que quanto mais gente participar, quanto mais ponte políticas transformarem isso e ajudarem na questão histórica melhor.

1:24:58 **IGNACIO ANGUES** - Uma das análise que eu faço no meu TCC, a partir das falas que eu tenho ali, tuas e eu ter participado é que as homenagens surgiram muito nesse contexto brasileiro final dos anos 70, início dos anos 80, essa movimentação. E uma das ideias políticas que muitas pessoas falam hoje em dia é que desde 2016 nós estamos vendo um rompimento da Constituição de 88. Nós estamos vendo um rompimento dessa lógica da Nova República. Às vezes, uma ruptura maior, às vezes uma ruptura mais lenta, mais gradual, às vezes mais rápida e observo que, talvez, esse movimento popular que gerou a Nova República está sendo atacado, uma tentativa de esfacelamento, que essa homenagem se modifica, como uma forma de resistência. como tu diz, ela se amplia, ela se agrega.

1:26:03 **JÚLIO MARTINS** - Sim, é isso, é uma forma de resistência. É uma forma de manter, preservar essa luta.

1:26:11 **IGNACIO ANGUES** - Bem interessante. Eu queria ter participado, porque o meu objetivo era ter participado e ter entregue uma versão escrita do meu TCC pra vocês, mas agora quando eu terminar meu mestrado, eu prometo, vou fazer uma versão escrita e vou entregar lá pra ficar ali pro pessoal.

1:26:27 **JÚLIO MARTINS** - Mas a gente pegou cópia lá.

1:26:30 **IGNACIO ANGUES** - Ah, que bom. Podem aproveitar.

1:26:34 **JÚLIO MARTINS** - Eu li. Foi bem legal.

1:26:38 **IGNACIO ANGUES** - Ali eu estou falando até os anos 50. Uma coisa que tu me deixou curioso é essa questão da ditadura militar, é uma grande incógnita, parece que o movimento foi esquecido, se tenta esconder. a minha tia avó ela mora em Rio Grande, desde os anos 70, ela não nasceu em Rio Grande, ela nasceu na Espanha. Quando eu mostrei pra ela que eu estudava sobre Rio Grande, ela falou assim: "eu

mandei pra uma vizinha e ela falou que ela se lembra da mãe dela falar disso, mas no sentido assim, não conta muito pra ninguém", uma história assim, meio escondido. Ela não é ligada à Partido, é uma pessoa de esquerda, mas não é ligada à Partido. Ela falou que muitas pessoas que ela falou sobre isso, conhecem, principalmente deste resgate, ou se lembrava que o avô contava , mas que era uma coisa meia escondida. Agora nós estamos, na UFRGS com duas pesquisas sobre o Massacre da Linha do Parque, a minha e de outra colega, mas a dela o foco é nas mulheres, na União da Mulheres. Bem interessante também.

1:27:59 **JÚLIO MARTINS** - É que na verdade, a repressão aqui foi muito grande. Pra tu ter uma ideia, a repressão aqui já era desde o tempo de Getúlio, desde do tempo lá da década de 40, 35 depois 45, 37, Estado Novo, a repressão aos comunistas sempre foi grande. Mas a organização dos comunistas também sempre foi grande. A classe operária aqui era muito grande. Uma oficina, que nem a do Porto, uma oficina da Rede Ferroviária aqui ela tem mais de três pessoas trabalhando num pátio. No Porto tem quatro, cinco mil pessoas. Então, era grandes concentrações operárias. A fábrica Rheingantz tinha toda a indústria pesqueira, então a concentração de trabalhadores, principalmente sobre essa influência das lutas europeias lá do final do século XIX, início do século XX, esse pessoal todo que veio pra cá, isso influenciou isso. A União Operária, por exemplo, é de 1896, organizada pelos anarquistas. Então, tem todo uma luta. E os anarquistas vinham de uma tradição de lá trás de jogar bomba. Outra questão, a segunda guerra aqui tem uma importância muito grande, porque a fábrica Rheingantz era de alemães.

1:29:47 **IGNACIO ANGUES** - Apoiadores do Nazismo, né? Teve ali um apoio, inclusive. Tem um trabalho sobre o apoio da família Rheingantz ao Nazismo.

1:29:57 **JÚLIO MARTINS** - Sim. O apoio ao Nazismo aqui na nossa região foi muito grande. Na casa da minha vó, nos fundos, tinha umas peças que eram alugadas pro uma senhora, dona Alice, ela morava ali e ela tinha um filho. O marido da dona Alice... (eu era guri pequeno, ela já era velha), o meu avô dizia, o marido da dona Alice tu não fala muito, ela era uma senhora, ela era paralítica, ele foi lutar na Alemanha. Ele foi pra Alemanha. Quando Hitler chamou o povo alemão, na década de 40, ele pegou o navio, se foi embora e nunca mais voltou. Deve ter morrido lá pela guerra alguma coisa. Mas o

cara deixou a família, deixou a mulher, deixou o filho e foi embora. E, como ele, foram muitos aqui de Rio Grande, da região. São coisas que vão se perdendo. Por quê? Porque a gente vive e isso que essa tua tia te falou é isso, as pessoas ali depois de 64, como a repressão foi muito grande não falavam, era proibido falar, só se voltou a se falar nesse Massacre da Linha do Parque, nessas lutas na metade da década de 70 pra 80, depois da questão da anistia. Depois começou este movimento de rua de novo, aí algumas pessoas começou a contar, mas muitas delas já não é a fonte primária, já é o filho que escutava escondido do pai. Por exemplo, o meu caso, em cinquenta eu não era nascido, nasci em 59. Eu escutei do meu avô e da minha avó. As pessoas que podiam contar o que aconteceu, elas não falavam. Outra coisa que a gente tem, que é difícil de resgatar: se tu falasse com alguém da direção do Partido na época, Por exemplo, seu Antônio Rodrigues, já era da direção do Partido, ele não falava muito também. Ele contava o geral, por que ele não falava? Por que, é aquela história, foram os comunistas que levaram as pessoas a fazer essa passeata e a morrer. Aí falavam, foi um provocador, coisas assim. Se tu vê o poema do Manuel Rechia, tu vê que ali no início (por isso que digo que é uma fonte primária), diz que o cara deu um soco no capitão da polícia e quando tudo começou. Alguns falavam que era um provocador, que ele fez pra provocar mesmo. O Antônio Rechia tava conversando e tava tentando apaziguar pra ter continuidade. Claro que já era tudo preparado, os caras já tavam lá na polícia tudo preparado pra fazer aquilo ali.

1:33:12 **IGNACIO ANGUES** - Aliás, tem essa pessoa o Ewaldo Miranda, ele chega a ter nome de rua em Rio Grande, esse cara do DOPS?

1:33:16 **JÚLIO MARTINS** - Não sei, acho que não.

1:33:20 **IGNACIO ANGUES** - Tenho que dar uma olhada, vai que um vereador quis dar uma homenagem.

1:33:25 **JÚLIO MARTINS** - Eu acho que não. Eu vou te dar um outro livro (eu tenho até ele por aqui) aí tu vai ver a história da direita, desde de lá da década de 30, 40. Um escritor aqui de Rio Grande, que morreu agora a pouco, que morreu novo, o Willy César [Willy César Rodrigues Ferreira], ele escreveu a biografia, encomendada pela família, é lógico, e o Willy é um cara ligado à direita, mais ligado à direita. É da minha época de

movimento estudantil, gente boa, mas mais ligado a esse pessoal à direita. Ele escreveu um livro, a biografia desse da Ipiranga. Ele escreveu a biografia do Bastos Tellechea, nessa biografia é interessante, porque ele conta boa parte o que o Bastos Tellechea faziam quando estava ligado à direita, que era a questão de financiar, de dar gasolina pra os carros da polícia. em 64, por exemplo, ele fornecia gasolina de graça pra polícia, além de emprestar os carros da empresa. Tem toda uma narrativa que fecha com a narrativa que a gente conhecia maia ou menos, mas é uma narrativa na perspectiva da direita. É interessante, é interessante.

1:36:08 **IGNACIO ANGUES** - Realmente tem que olhar esses caras que eles tão falando, que eles tão dizendo sobre esse pessoal todo. Por exemplo, tu falou da influência do Círculo Operário e muitas vezes a gente fica pensando que todo operário era comunista, que todo o operário era trabalhista. Não, tinha muito operário que era ligado ao pessoal do Círculo.

1:36:32 **JÚLIO MARTINS** - Era ligado, por exemplo, a gente está em 2020, mas na década de 20, na década de 30, se tu pegar ali na década de 20, se eu não me engano, o Papa lá excomungou os comunistas em 15 ou 20, tem uma encíclica do Papa excomungando os comunistas. Isso tem uma repercussão muito grande em países como o Brasil, países de maioria católica. Claro, se tu é um excomungado como é que o cara vai participar da tua organização. O cara é católico e só em assinar a ficha do Partido Comunista ele se torna um excomungado. E aí os Círculos Operários, mesmo com tudo isso da igreja em relação aos comunistas, mesmo com tudo isso o Partido Comunista crescia. Por que crescia? Porque a miséria era muito grande e a organização dos trabalhadores crescia. Aí tem a importância do Círculo Operário também. O Círculo Operário tinha teatro, tinha cultura, tinha escola, tinha gráfica e conseguia levar essa cultura, essa diversão, fazia festa, fazia baile. Por exemplo, hoje tu quer ir a um baile tu vai a qualquer lugar e tu sai dançando, naquela época ou tu pertencia a uma sociedade ou tu não ia a baile em lugar nenhum, só quando tinha uma festinha, alguma coisa numa casa de família. A União Operária organizava tudo isso. Então tinha todo esse chamamento dos trabalhadores, ao povo na maneira geral, que não tinha nada, não tinha diversão nenhuma.

1:38:31 **IGNACIO ANGUES** - Então Júlio, acho que nós já estamos com 90 minutos.

1:38:37 **JÚLIO MARTINS** [RISOS] É que eu falo demais também.

1:38:39 **IGNACIO ANGUES** - Não, não, tá ótimo! Várias informações. Muito obrigado!

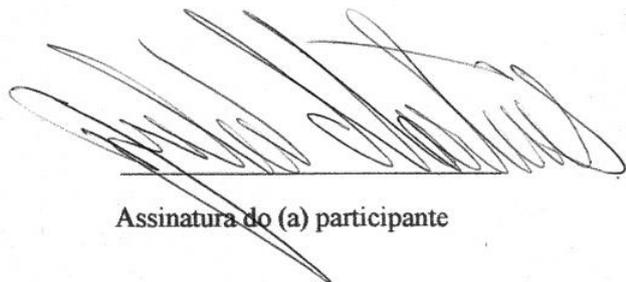
**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ
PARA FINS DE PESQUISA**

Eu, , autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado "**Morreram? Quem disse, se vivos estão**": a memória do Massacre da Linha do Parque ? Rio Grande/RS (TÍTULO PROVISÓRIO), sob responsabilidade de IGNACIO FORNSO ANGUES vinculado(a) ao/à PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas anteriormente. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade do(a) pesquisador(a) responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.



Assinatura do (a) participante



Nome e Assinatura do (a) pesquisador (a)

Rio Grande/RS - 10/03/2022

Local e data

APÊNDICE B – Entrevista Alexandre Lindenmeyer

Entrevistador: Ignacio Fornos Angues – Mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

Entrevistado: Alexandre Lindenmeyer – ex-prefeito da cidade de Rio Grande pelo Partido dos Trabalhadores

Meio: Meios digitais, usando o aplicativo Google Meet – 31/05/2021

REFERÊNCIA

LINDENMEYER, Alexandre. Entrevista com Alexandre Lindenmeyer. [Entrevista concedida a] Ignacio Fornos Angues. Rio Grande, Porto Alegre, 31 maio 2020. 1 áudio. 1h08min42s. Arquivo pessoal. (Entrevista realizada por videoconferência).

TRANSCRIÇÃO

00:00 - 26:20 - Políticas de Memória da gestão Lindenmeyer

00:00 - 02:12 - IGNACIO FORNOS ANGUES - Eu me chamo Ignacio Fornos Angues, esse é uma entrevista a partir das 4 horas [da tarde] do dia 31 de maio [de 2021] com o ex-prefeito do Rio Grande Alexandre Lindenmeyer. A entrevista vai se constituir em três momentos: primeiro à respeito das políticas de memória por parte da tua gestão; depois sobre o Massacre da Linha do Parque, queria entender tua visão e outras coisas; e por fim mais uma pergunta que me parece interessante, num sentido mais pessoal, que vai te remeter ao ano de 2012, um ano que talvez o tenha muito querido pra ti. A primeira pergunta é o seguinte: Durante toda a campanha do ano de 2012, teve um fato muito marcante naquela campanha, claro uma campanha eleitoral sempre inicia já no ano anterior, que foi no ano de 2011 quando o então prefeito Fábio Branco fez uma placa em homenagem ao General Golbery do Couto e Silva que causou toda uma confusão na cidade, uma certa revolta. E daí já pensando em outro evento, durante a sua gestão, no ano de 2015, foi aprovado, através de um projeto de lei da vereadora Denise do mesmo partido do senhor [PT], a instauração da Comissão Municipal da Verdade na cidade de Rio Grande, que visava investigar as violações aos Direitos Humanos na cidade de Rio Grande durando o período da ditadura civil-militar. Com esses dois eventos marcantes, pois foram eventos que causaram certa discussão, houve questões, tanto em 2011 quanto em 2015, queria perguntar se tu vê que existem

paralelos entre a memória e a história do período da Ditadura Civil-Militar, desse período de repressão, com as disputas políticas contemporâneas da cidade de Rio Grande, principalmente agora as disputas entre MDB e o Partido dos Trabalhadores, se há paralelos entre esses discursos políticos, principalmente o uso das imagens?

02:12 - 15:01 - ALEXANDRE LINDENMEYER - Primeiramente te agradeço pelo convite, pela oportunidade que está me dando de manifestar nessa tua entrevista sobre temas que são relacionados a história da nossa cidade, da cidade de Rio Grande. A cidade que deu origem ao estado português nessa região. ou seja primeira cidade do Rio Grande do Sul. Não é por acaso que o estado do Rio Grande do Sul leva esse nome Rio Grande. E a título de curiosidade: quando os portugueses aqui chegaram, eles acharam que era um grande rio e não uma lagoa e acabaram dando o nome de Rio Grande e depois Rio Grande de São Pedro, padroeiro da cidade e assim por diante. Mas com relação a questão dessa correlação dos momentos da história, quando o então prefeito Fábio Branco acaba querendo homenagear o Golbery do Couto e Silva, o general Golbery do Couto e Silva, que era um homem de linha... digamos, era a pessoa que estava por detrás tanto do general Médici, do Garrastazu Médici, que era o presidente na década, ano de 70, depois também junto com Geisel acho que continuava e também no Couto e Silva que antecedeu o general Médici. E acredito que também com o próprio general Castelo Branco. Então houve ali uma sucessão. Já em relação ao general Figueiredo eu desconheço. Mas houve após o golpe de 1964, nós vemos ali uma situação de 21 anos onde nós perdemos o direito de escolha dos nossos representantes para o presidente da república, tivemos os senadores biônicos, tivemos prefeitos impostos. Rio Grande foi considerada cidade de segurança nacional, assim como outras, por se tratar de uma cidade portuária e nós vivenciamos um período onde não havia liberdade de imprensa, sindicatos tutelados, controlados, as organizações sociais praticamente muito sufocadas em termos de direito à manifestação. Praticamente tivemos ali uma ruptura em relação a possibilidade de maior liberdade sindical, o que não é uma situação exclusiva do período da ditadura militar, nós tivemos outros momentos também na história do Brasil onde as organizações sociais, os sindicatos de classe, eles eram perseguidos por conta da organização, da luta de classes, assim por diante. Penso que, se nós refletirmos na história do Brasil, se visualizarmos lá trás, quando o Jango, João Goulart tenta assumir e assume depois a presidência do Brasil, já em um estado parlamentarista em 61, não é fruto do acaso. Depois quando ele é

derrubado em 64, também não é fruto do acaso. Se nós visualizarmos, por exemplo, tem um documentário do jornalista Flávio Tavares que é muito interessante, não sei se tu já viu? Vale a pena ver o documentário, "O dia que durou 21 anos". E se a gente voltar um pouco para trás, voltar na história, vamos ver lá na década de 50 quando o Getúlio Vargas começa a trabalhar na lógica da Siderúrgica Nacional, da Petrobras e outras organizações onde o estado passa a, digamos, se apropriar de situações que estavam na mão de estrangeiros, também houveram resistências nessa tentativa numa questão geopolítica onde a lógica que nós vemos os dias atuais era aquela mesma lógica. A lógica do pau-brasil logo após o descobrimento do nosso país. O Brasil era um país para o fornecimento de minérios, pedras preciosas, ouro e assim por diante, pau-brasil e, agora, é as *commodities*. Brasil tem indústria própria, isso tudo é dentro dessa questão da geopolítica acaba gerando alguns problemas que por detrás dos bastidores, a gente vê governos ruindo. Aí não foi diferente no golpe de 64 onde não tem acaso que uma parte da frota dos Estados Unidos estava no lado do Rio de Janeiro se pra caso houvesse alguma resistência, os Estados Unidos apoiariam os golpista que vinham de Minas Gerais e alguns outros lugares. E fora disso, sobre o pretexto de combate a possibilidade de que o Brasil viesse a ser uma nova Cuba. Se tornasse... porque os comunistas estavam chegando, atentado aos bons costumes, a família, daí surgem os movimentos "família, tradição e propriedade" lá na década de 63-64 que vão se somando a todo um movimento para derrubada do Jango. E dentro deste contexto, quando se fala "prefeito Fábio Branco fazendo um movimento em homenagem ao general Golbery do Couto e Silva, que teve um papel importante num determinado momento para consolidação do novo distrito industrial, chamado super porto, ele interviu, teve a sua importância junto ao governo federal, mas isso não exclui o fato que era um governo imposto. Então, diferentemente aí nós vemos um movimento, que feito pela vereadora Denise, na ideia de busca da verdade de um período que ficou no ostracismo. Grande parte d população brasileira desconhece a existência do que se vivenciou naquele período, onde, como falei, não existia imprensa livre, não existia o direito de organização social, onde as pessoas eram perseguidas e, mesmo, se fala de 64, mas depois teve 68 que endureceu, depois teve o AI5. o AI2, 3, 4, ou seja, até culminar em 75 onde o regime foi mais duro ainda, com a morte de muita gente, com o desaparecimento de muitas pessoas e onde os próprios... nesse documentário que nós fizemos referência, os documentos produzidos pelos próprios americanos dizem que os militares gostaram do poder e não queriam sair mais e os direitos civis foram pro espaço. Então, a Comissão da Verdade é importante,

seria importante no sentido de resgatar essa história que os brasileiros, a grande parte dos brasileiros, desconhecem. quando se fala, lá trás, na passeata dos cem mil, passeata dos cinquenta mil, em 1968, a imprensa não noticiou, não noticiava. Então, nós perdemos ao vivenciarmos um período onde até a anistia de 79 e depois ainda na luta pelas diretas já em 84, depois a luta pela assembleia nacional constituinte e acabou culminando com a nova constituição de 88, a constituição cidadã, isso tudo foi um processo muito complexo, demorado e hoje infelizmente o que nós vemos é um retrocesso onde aquilo que se imaginava já era algo do passado voltou com força: que é a ideia de combate aos comunistas, a defesa da boa família, dos bons costumes. E sobre este tipo de argumento a gente cria uma cisão onde não se respeita a pluralidade, não se respeita a diversidade de crenças, de questões sexuais, ideológicas, religiosas e assim por diante. Então, vivemos hoje um cenário de uma grave cisão social, onde inclusive a extrema direita ocupa um espaço onde o que não tá ali é tudo comunista, ou seja, aquilo que a gente entende de pluralidade de ideias. E algo que eu chamo atenção, quando se derrubou o governo da presidenta Dilma, nós vimos vários nomes que estavam ali trabalhando para derrubar o governo, algo praticamente similar ao que aconteceu em 64, quando a gente viu o Ademar de Barros, nós vimos o Lacerda, nós vimos Juscelino Kubitschek e alguns outros nomes, de outros partidos que não eram o PTB, eram próceres, achando que com aquele movimento iam logo adiante teriam uma nova eleição e tudo ia voltar a normalidade. Não voltou. Ou seja, uma história que praticamente se repetiu. E hoje eu vejo um cenário [inaudível], uma situação institucional no mínimo muito grave. Onde nós vivenciamos hoje um cenário de desemprego, de fome, de pandemia, de falta de esperança de grande parte da população e eu espero que nós possamos reverter esse cenário aí dentro do processo democrático através do processo eleitoral e assim por diante. Em que pese por vezes a gente ver algumas falas no mínimo desrespeitosas, atentatórias à Constituição, à respeito da estrutura dos três poderes, onde há ameaças. Se em algum momento a ameaça se dava ao legislativo, agora tem se dado diretamente também ao poder judiciário, ao Supremo Tribunal Federal.

15:001 - 15:29 - IGNACIO FORNOS ANGUES - Mas uma coisa Alexandre, por que tu acha então que essas forças política, no caso por exemplo o prefeito Fábio Branco, lá em 2011, acredito que também nessa nova gestão ele deve estar dando uma certa ênfase, queira fazer esse tipo de chamamento a essa questão, como a própria questão do

Golbery do Couto e Silva, outras questões. O que levaria a essas pessoas chamarem esse personagem? É uma tentativa de apagamento ou de reescreverem a história, na tua visão?

15:29 - 17:38 -ALEXANDRE LINDENMEYER - Acho que aí penso que alguns movimentos outros. Alguns movimentos de que à vezes você está ocupando uns espaços, está dentro de uma estrutura partidária, mas acaba perdendo um pouco a própria correlação com a história da constituição do teu partido. O MDB era o partido da oposição dentro de um período onde havia apenas dois partidos por força... ARENA E MDB. Não acredito que seja desconhecimento. Eu penso que à vezes você está dentro de uma legenda, mas o teu coração, a tua forma de agir, ela tá mais pro outro lado, mais ainda pra direita do que propriamente... mesmo que o MDB se tornou uma grande frente e depois com o passar dos anos se perdeu a característica do que a gente chamava do velho MDB de Ulisses Guimarães, o MDB de luta, de isso, daquilo e culmina com este cenário que acaba sendo uma certa contradição com a própria história. Então, volto a dizer Golbery do Couto e Silva era um grande articulador, era assessor direto dos presidentes, uma pessoa que não chegou lá por acaso, mas tinha compromissos com o estado que não era um estado democrático, mas era um estado ditatorial imposto pela força, imposto pelo fruto de um golpe, por isso que fica essa divergência em relação a ideia desse tipo de homenagem. Mas que bom que a gente ainda tem espaço para isso.

17:38 - 17:44 - IGNACIO FORNOS ANGUES - E foi uma coisa bem cínica, porque ele falo que não tinha nem nascido na época, uma coisa nesse sentido.

17:44 - 17:48 - ALEXANDRE LINDENMEYER - Se fosse uma ditadura não teria espaço para uma proposta dessa.

17:50 - 18:58 - IGNACIO FORNOS ANGUES - Agora voltando, digamos assim, a um certo contraponto a essa questão do Golbery do Couto e Silva. Durante as tuas gestões, em várias inaugurações houve uma série de homenagens na nomenclatura de certas obras, principalmente em nome de escolas, que remetiam tanto a lideranças comunitárias locais quanto a políticos antigos ligados ao antigo Partido Trabalhista e ao antigo Partido Comunista, de líderes da cidade. O exemplo mais recente que eu trago, talvez seja o último, que foi a homenagem ao médico Cesar Chiaffitelli, na inauguração

do posto de saúde, acredito que no Cassino, na Unidade Básica de Saúde do Cassino, da UPA, em julho de 2020. Esse processo de nomeações e homenagens partiu de uma política deliberada por parte da gestão? Se sim, qual seriam os objetivos de uma política deliberada de nomenclaturas dessas pessoas geralmente ligadas a esse passado trabalhista e do passado comunista da cidade?

18:58 - 23:17 - ALEXANDRE LINDENMEYER - O Cesar Augusto Chiaffitelli ele era do Partido Comunista Brasileiro, além disso era médico oncologista e foi responsável pelo surgimento da oncologia em Rio Grande, que se tornou referência pra toda região. Era médico, professor da Universidade do Rio Grande. Então ele acabou levando o nome da Unidade de Pronto Atendimento do Cassino por conta dessas características. A Unidade de Pronto Atendimento da Junção, que é uma UPA de grande porte também levou o nome do doutor Airton Jorge da Silva Varela, que foi fundador da Faculdade de Medicina de Rio Grande e não tinha que eu conheça nenhuma relação com a vida política. Então, o que eu quero dizer com isso, o Cesar Augusto Chiaffitelli levou um nome de uma Unidade de Pronto Atendimento principalmente pela sua história acadêmica, pela sua história enquanto médico, assim como outros médicos, outros agentes comunitários, como a Vera Teodoro que era uma agente comunitária do Bairro São Miguel. Uma homenagem já, por exemplo, dentro do viés que tu colocas, a vereadora Guaraciaba levou o nome de um ônibus do DATC [Departamento Autárquico de Transportes Coletivos] Vereadora Guaraciaba, se tu pegares o discurso dela na Câmara. lá em 1961, por aí, 62, talvez um pouquinho mais, ela já falava dos interesses estrangeiros sobre a Petrobras, sobre a Eletrobras. A defesa do patrimônio da nossa nação ela leva o nome de um ônibus, assim como, nós temos um nome de um outro ônibus foi de um motorista, Jesus da Luz, que era um motorista de 40 anos que faleceu no DATC, uma homenagem ao trabalhador que tanto se doou, assim como a doutora Rita Lobato que foi a primeira médica no Brasil e a segunda na América Latina, rio-grandina, deputado Carlos Santos, que foi o primeiro negro governador do Estado do Rio Grande do Sul, trabalhista, depois MDB. Faleceu ainda era deputado com 82 anos, foi presidente da Assembleia Legislativa que dizem talvez tenha sido o maior político que a cidade teve, dizem que era um grande orador. E assim por diante. Mais recentemente nós nominamos uma avenida com o nome do Valdomiro Rocha Lima que foi presidente da Assembleia Legislativa, era do PDT e foi deputado federal, foi deputado estadual. Um outra avenida com Leonel de Moura Brizola e outras ruas como

Vladimir Lobo Guimarães que era do PCdoB, o professor Dante Lazzarini que era do MDB, também o Valmir Bica, também era vereador a época. O Delamar Corrêa Mirapalheta que era do MDB, foi vice-prefeito, foi prefeito em exercício, também nós aqui nominamos. Ou seja, valorizando aquilo que eu falei da pluralidade, independentemente das posições políticas mais para esquerda, menos para esquerda, mais para direita, menos para direita. A gente homenageou pessoas que fazem parte da construção da história da nossa cidade e que tiveram inclusive influências fora daqui.

23:17 - 24:16 - IGNACIO FORNOS ANGUES - Eu realmente achei interessante, porque é movimento como um certo contraponto de outras homenagens que às vezes são colocadas, pois são muitas vezes lideranças locais e ligadas a movimentos locais. Então foi uma coisa que notei e que pareceu ser uma coisa bastante interessante que era feita na gestão, porque entrava nessa questão de um política de memória local. Também destaquei que tinha uma série na Secretaria de Cultura que era bem interessante na página do *facebook* que era "Você me conhece?" ou "Você me lembra?" que também recordava de figuras ali da década de 50/60, tanto de movimentos populares às vezes mais moderados no caso os trabalhistas e até mesmo os mais radicais, como os comunistas.

24:16 - 26:20 - ALEXANDRE LINDENMEYER - Dentro dessa ideia, coisas que eu mesmo me surpreendi. Numa determinada ocasião eu fui conhecer a biblioteca do Rio de Janeiro. Não conhecia. Biblioteca Nacional. Aí, estou lá, na época eu era deputado estadual, uma servidora olhou "mas o senhor é natural de que cidade?" Eu "de Rio Grande" "Rio Grande?! Nós teremos uma exposição no segundo semestre na Biblioteca Nacional de um ilustre rio-grandino, Hernani Fornari" Eu lembrava que era um nome de rua, mas eu não sabia, era um grande escritor pra sua época e ela dizia pra mim "era mais lido que o Érico Veríssimo" na sua época. E eu não sabia, sabia que era um nome de rua. Assim como, Apolinário Porto-Alegre, foi o primeiro a escrever sobre o gaúcho, não foi o Paixão Cortes. Foi o Apolinário Porto-Alegre que saiu de Rio Grande foi pra Porto Alegre, foi um dos fundadores da academia de Letras de Porto Alegre e que acabou escrevendo para tudo que era jornal e criou a figura do gaúcho. E como tu disseste, a gente tem um vazio desta história que acaba por vezes deixando de gerar um sentimento de pertencimento, de valorização de espaço, de autoestima também. E Rio Grande tem uma história muito legal e essa questão do movimento operário em Rio Grande não é fruto do acaso, é fruto das características da cidade, da sua formação, do

início da indústria na cidade do Rio Grande, do Rio Grande do Sul, foi aqui que começou a indústria também. E por tudo que gera a partir dos movimentos sociais, do movimento de trabalhadores, também pelo surgimento da indústria.

26:21 - 55:58 - Sua participação nas homenagens às vítimas do Massacre da Linha do Parque

26:21 - 27:05 - IGNACIO FORNOS ANGUES - Indo para esta tendência, agora vou iniciar umas perguntas a respeito do Massacre da Linha do Parque, que faz parte da minha pesquisa, a partir do que tenho pesquisado e também conversado com o pessoal principalmente ligado ao Partido Comunista do Brasil, o Júlio Martins, entre outros. Desde o início da sua gestão, tu participava destas homenagens que ocorriam pela manhã ali na fábrica Rheingantz e tu sempre discursava e o Júlio Martins fala "era muito interessante, é a primeira vez que tínhamos um prefeito que participava, era muito importante pra gente" Aí eu te pergunto: O que te levou ir nestas homenagens, tu já conhecia á respeito delas, o que te levou a ir nelas?

27:05 - 32:09 - ALEXANDRE LINDENMEYER - Rio Grande, quando eu falo no início da indústria no estado do Rio Grande do Sul, Rio Grande lá pelos idos de 1873 surge a fábrica Rheingantz, descendentes de alemães que acabam vindo de São Lourenço para Rio Grande para criar a fábrica Rheingantz . E ali começa o surgimento de uma indústria tecelagem de grande porte e acaba trabalhando com muitos estrangeiros, acaba absorvendo mão de obra estrangeira, muitos italianos, poloneses, alemães, holandeses também, mas principalmente italianos, poloneses e além dos nativos da terra. E com este surgimento da indústria, dentro desse cenário, acaba vindo também pra cá muitos que eram... era bem no surgimento, efervescência do anarquismo, do comunismo. isso tudo também perpassa pelas mobilizações em relação as questões do capital e trabalho. Então, se você pegar a Consolidação das Leis do Trabalho, que foi na década de 40, nós vamos ver que parte desta consolidação de leis tem leis ali que se tornaram regras fruto da mobilização dos trabalhadores. E aqui em Rio Grande, se não é a primeira União Operária do Rio Grande do Sul é a segunda, eu acho que é a primeira, a primeira organização dos trabalhadores. E ali se lutava pela questão da redução de jornada, questão de ir contra o trabalho infantil, o trabalho das mulheres, a jornada para as mulheres, vários direitos trabalhistas foram sendo conquistados por este cenário de

jornada excessiva, condições insalubres, condições inadequadas e que acabavam fazendo uma efervescência do debate da organização. Digamos, a União Operária Rio-grandina tem um papel importante neste aspecto. Se nós enxergamos uma das características do fascismo é de que ele tenta trabalhar com a relação de que sindicatos tem que desaparecer. Por quê? Porque o sindicato permite um espaço onde os diferentes passam a ter pautas comuns. Então, não interessa a tua religião, a tua cor, se tu é isso ou aquilo. Ali nós temos entre os diferentes pautas comuns. Então, o que se desdobra a partir daí são fatos como o que aconteceu em 50, em 49, em 52 entre outros movimentos. A minha presença nessas atividades do primeiro de maio de 50 é uma simbologia. Eu era prefeito de uma cidade predominantemente operária, uma cidade de vários segmentos de trabalhadores seja na indústria, no porto, na pesca, no comércio, enfim. Então, ali é uma parte da nossa história onde os trabalhadores estavam lutando pelo quê? Pelo espaço de organização, pelo espaço que permitia uma complementação de educação pros filhos dos trabalhadores, que a União Operária não era um espaço meramente para "vamos jogar carta, jogar bilhar ou vamos nos encontrar, ali tinha cultura, ali tinha educação para os filhos dos trabalhadores, para os trabalhadores. Meu avô chegou a ser professor lá, na União Operária. Meu avô faleceu com 91 anos de idade, em 1995 mais ou menos, não, 97 meu avô faleceu.

32:09 - 32:10 - IGNACIO FORNOS ANGUES - Ele foi professor na Sociedade União Operária?

32:10 - 33:29 - ALEXANDRE LINDENMEYER- Ele era um autodidata, meu avô era um autodidata. Ele tinha uma bela biblioteca, ele era despachante de uma fábrica de pescado, mas ele era um autodidata, então ele acabou sendo professor também, dava aula. E assim que se organizava os movimentos. Era tentar fazer com que a classe trabalhadora, os filhos dos trabalhadores tivessem acesso alguma cultura. Cultura que, infelizmente, até os dias de hoje ainda tem as desigualdades, as dificuldades, enfim. Então, a minha presença pelo que representava aquele movimento de deslocamento dos trabalhadores na busca de chegarem a sede da União Operária, na simbologia de buscar a reabertura daquele espaço de cultura, de conhecimento, de organização dos trabalhadores da época, frente a um período que o governo brasileiro tinha fechado a União Operária, fechado as suas portas, sob o quê? Iam combater os comunistas e assim o discurso era o mesmo, que os comunistas iam tomar conta.

33:29 - 33:59 - IGNACIO FORNOS ANGUES - É bem interessante o quanto a Sociedade União Operária estava presente na vida do rio-grandino, do trabalhador rio-grandino, tanto o Partido Comunista como o Partido Trabalhista tinham uma presença muito forte. Isso que tu fala do teu avô ter sido professor é muito impactante, porque faz a gente pensar o impacto que ela teve para todo mundo e também pensar também porque em 64 ela foi o primeiro alvo da cidade, foi o fechamento dela, definitivo.

33:59 - 34:47 - ALEXANDRE LINDENMEYER- Tu sabe que um destes eventos que eu fui eu acabei, eu era vereador na época, ainda era vereador e acabei por acaso descobrindo uma sobrinha da Angelina Gonçalves. Acabamos indo com ela e o Júlio Martins me acompanhou, porque eles nunca souberam que o túmulo da Angelina estava dentro do cemitério da cidade. Ela me levou lá para me mostrar onde era o túmulo da tia e ali o PCdoB fez uma placa de homenagem lá no próprio túmulo também dentro do cemitério.

34:47 - 35:18 - IGNACIO FORNOS ANGUES - Ah, o Júlio me contou esta história. Ele me contou. Quando eu fui lá ele me contou esta história do túmulo. Ele disse que foi colocado meio escondido com outro nome, porque tinha toda uma questão de proteção. Bom, queria perguntar sobre isso, a respeito do Massacre: Tu lembra quando tu ficou sabendo desse evento, se é uma coisa que tu soube na faculdade, soube quando era criança porque te contaram? Quando tu conheceu o Massacre da Linha do Parque?

35:18 - 38:15 - ALEXANDRE LINDENMEYER- Eu fui presidente do Diretório Acadêmico do Direito. No começo, quando era guri eu participava da pastoral da juventude da igreja católica, ali eu tive um contato com a igreja de Puebla, que é a opção pelos pobres e depois muitos dentro da igreja atual dizem "é a igreja dos comunistas", que é Frei Beto e assim por diante. Mas ali a gente começou a tomar o conhecimento da história não contada, história fragmentada, por quê? Porque é uma história de operários, de trabalhadores, essa história não interessa, dentro da oficialidade de muitos não interessa. Só que ali, volto a dizer, quando fiz referência ao surgimento da indústria, ao movimento operário, a União Operária, o surgimento das legislações foram fruto não da vontade de uma caneta de uma única pessoa, mas fruto da pressão, da organização, da mobilização, eu faço referência a todos esses que construíram. E a

simbologia desse ato do dia primeiro de maio, onde a Angelina acaba morta envolta na bandeira do Brasil, onde hoje qualquer um levanta a bandeira parecendo que é jogo da seleção, ali ela estava defendendo, dizendo objetivamente: "nós somos gente, nós somos cidadãos, nós temos direito a nos mobilizar, nós temos direito a ter a nossa casa, a União Operária Rio-grandina reaberta!" ali tombou ela e mais outros trabalhadores. Então, eu acredito que já no período da faculdade, um pouquinho depois eu já tinha ciência desse cenário. Por exemplo, quando eu fiz referência a questão de situações que eu não sabia, eu cheguei pro meu pai, minha mãe ainda quando estudava na faculdade de Direito, perguntei: "Vocês já ouviram falar sobre passeata dos cem mil, cinquenta mil no Brasil?" "Não" Isso era lá nos idos de 80 e pouco, eles nunca tinham ouvido falar. Isso foi em 68, ou seja a imprensa lacrada, não tinha direito a falar e à população chegava só aquilo que interessava a quem estava no poder.

38:15 - 38:19 - IGNACIO FORNOS ANGUES - Mas o teu avô sabia disso... Ele tinha este conhecimento?

38:19 - 38:28 - ALEXANDRE LINDENMEYER - O meu avô sim, mas talvez a questão das passeatas 50 mil, cem mil, não.

38:28 - 38:30 - IGNACIO FORNOS ANGUES - Eu digo da década de 50, do Massacre, por exemplo?

38:30 - 38:33 - ALEXANDRE LINDENMEYER - Isso sim, isso sim.

38:33 - 38:36 - IGNACIO FORNOS ANGUES : Eu acho bem interessante, porque foi uma coisa parecida.

38:36 - 38:58 - ALEXANDRE LINDENMEYER- O meu pai sabe, lembra. Inclusive o meu pai tem uma posição diferente em relação a alguns fatos. Alguns dizem que o Vasco da Gama estava jogando com o Rio Grande, meu pai diz "não, não era com o Rio Grande. O Vasco da Gama estava jogando com o Rio-grandense, era outro time.

38:58 - 39:13 - IGNACIO FORNOS ANGUES - Sim, sim. Eu estava pesquisando a respeito disso . porque tem inclusive no livro oficial de jogos do Vasco coloca contra o

Rio Grande, mas o livro oficial do Rio Grande não coloca esse jogo. Então, eu suspeito que não devia ser o Rio Grande.

39:13 - 39:21 - ALEXANDRE LINDENMEYER - Era o jogo contra o Rio-grandense, quando deu o cenário ali e neste outro campo de futebol onde deu as imediações, que era...

39:21 - 39:22 - IGNACIO FORNOS ANGUES - Estádio das Oliveiras?

39:22 - 39:58 - ALEXANDRE LINDENMEYER - Não, era um outro estádio, porque tinha o do América, tinha o General Osório ou alguma coisa assim e tinha o do São Paulo, o do Rio Grande e o Rio-grandense. Era tudo muito próximo. Esse estádio nas imediações era ao lado do cemitério. O pai fala que é onde é as capelas da Santa Casa, aliás o Hospital de Cardiologia, que é quase do lado do São Paulo, onde só tem a Vila Operária no meio.

39:58 - 40:00 - IGNACIO FORNOS ANGUES - E o pessoal saiu do parque que não existe mais, que era o Parque Rio-grandense, se não me engano.

40:00 - 40:55 - ALEXANDRE LINDENMEYER - Existe. É o Parque do Trabalhador. Logo quem passa passa o pórtico da cidade ali a direita é a Praça do Trabalhador. O espaço era ali. Ali que eles fizeram festa, dali que saíram em caminhada em direção a União Operária que era na Doutor Nascimento esquina Zaloni, tem um edifício lá. Hoje tem só um edifício. Construíram um edifício, trocaram um belíssimo prédio por um edifício. E eles iam indo e no meio do caminho deu o entrevero.

40:55 - 42:12 - IGNACIO FORNOS ANGUES - Inclusive ali na Praça do Trabalhador tem um monumento bem bonito em homenagem aos trabalhadores, foi inaugurado em 99, se não me engano. que ali aparece uma foice e um martelo, que parece ser uma referência ao pessoal mais antigo vinculado a esta questão. Aí eu quero te perguntar a respeito disso, dessa questão das identidades. Eu converso muito com as pessoas vinculadas aos dois partidos comunistas, o Partido Comunista do Brasil e mais recentemente o Partido Comunista Brasileiro, que começou ressurgir na cidade, principalmente ali na FURG e o Massacre é tomado como um ponto-chave da sua

construção da identidade deles, enquanto comunistas e comunistas rio-grandinos, tanto política como pessoal. E tu, como um membro e indiscutivelmente uma liderança de um movimento de esquerdada cidade, mas não-comunista, o Massacre também ocupa, na sua visão, um papel nessa construção de uma identidade de esquerda, mais amplo, não apenas na identidade comunista? Ele faz parte da história dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade? De se identificar como trabalhadores em um âmbito geral, não apenas comunista? Como tu vê isso?

42:12 - 43:49 - ALEXANDRE LINDENMEYER - Eu vejo com naturalidade. Na prática o que aconteceu ali, naquele ato, ali tinham comunistas e tinham não comunistas, enfim. O governo da época tinha o trabalhismo em função do Getúlio, mas as grandes lideranças daquele ato do dia primeiro de maio eram principalmente comunistas. Estava lá o Rechia, enfim, o Avelino, o Aveline não sei se estava também, doutor Aveline, mas eram os trabalhadores em geral que tinham lideranças ali no meio que também eram comunistas. Assim como, deveriam ter anarquistas também, trabalhistas deveria ter alguma coisa independente. Era um ato de comemoração ao dia dos trabalhadores, então não defino como sendo um ato exclusivamente a partir do A, B, C ou D ou a um segmento só dos comunistas, acho que ali era a representação dos trabalhadores que estavam reivindicando a reabertura do seu centro cultural, da sua União Operária, daí adiante.

43:49 - 45:42 - IGNACIO FORNOS ANGUES - Pegando agora um evento mais recente, uma discussão que está havendo agora mais forte na cidade. Estamos vendo de uns anos pra cá este processo de renovação da Fábrica Rheingantz, que teve início na sua gestão. Durante uma *live* que você fez no Facebook no ano passado, não vou recordar qual foi a data, mas acredito que foi pelo mês de setembro do ano passado, houve um destaque em sua fala a respeito dessa imagem da Rheingantz como sendo um espaço dos trabalhadores, o senhor recordou muito a história do sindicato da Rheingantz, da vida dos trabalhadores, principalmente das trabalhadoras, porque era uma fábrica majoritariamente feminina. Mas aí nas primeiras inaugurações que nós temos nesse ano, já na nova gestão do prefeito Fábio Branco, os murais e cartazes informativos que foram sendo colocados que relatam a história da Rheingantz, eles colocam os trabalhadores no segundo plano nesses murais. Nos murais não aparecem trabalhadores, só aparece aquela história da Fábrica, a família Rheingantz. Então te

pergunto o seguinte: Se durante a tua gestão, tu via que existia tensões sobre aquilo que a gestão ou mais especificamente a Secretária de Cultura na relação com os investidores privados deste investimento, principalmente nessa coisa de como preservar a história da Rheingantz , existiram tensões nisso, nessas relações de como retratar essa história da Rheingantz?

45:42 - 52:33- ALEXANDRE LINDENMEYER - É importante a gente colocar a história do surgimento da Rheingantz, até a título de ilustração, cria um novo ciclo em toda a região, porque ela acaba, assim como a indústria conserveira foi forte em Rio Grande e Pelotas, não foi fruto do acaso, porque tinha a produção da agricultura familiar entre Canguçu, Pelotas, São Lourenço, Rio Grande que fornecia a matéria prima para a indústria conserveira, então criou um ciclo econômico extremamente virtuoso com geração de economia e no caso da tecelagem, a lã que vinha principalmente da região de Santa Vitória de Palmar, que acabou depois. Tinha matéria prima, tinha o Porto, que era a questão da logística e acabou surgindo, foi praticamente a primeira empresa de tecelagem do Brasil em determinado momento, só perdia pros Matarazzo em São Paulo em termos de potencialidade, em termos de tecelagem. E veio com uma cultura que tinha umas características diferentes. Então, tu tinha a creche, tu tinha a cooperativa, tu construía casa pros trabalhadores e aí tinha as casas de acordo com as classes, tu tinha as casas menores pros operários, casas maiores pros mestres e se tu entrar na Rheingantz, rua Rheingantz vai ver à esquerda casas diferentes com estilos diferentes. Sabe por que estes estilos diferentes? Quando tu entrar na rua Rheingantz vai visualizar as casas com estilos diferentes, por quê? Porque eles contratavam os mestres que vinham da Europa, que eram especialistas na tecelagem e construía uma casa de acordo com a região que o cidadão morava. Então, tu tem uma casa em estilo holandês, uma casa em estilo alemão, uma casa em estilo polonês e assim por diante, é uma arquitetura diversificada. Pra época, algo diferente. Então, tu tem uma cooperativa, cooperativa de crédito, tem uma escola, uma creche, tu ter as casas, então tinham características que eu diria que pra época eram diferenciadas. Agora, eu volto a dizer, a história ela deveria ser contada de uma única maneira, que é o compartilhamento dessas história de algo que se construiu pujante, que durou por pelo menos quase 90 anos. Se tornou referência mundial, inclusive com tapeçaria que está espalhada pelo mundo, talvez tu já tenha sabido, mas tem tapeçaria Rheingantz no Palácio de Buckingham na Inglaterra, aí no Palácio do Governo do Estado tem tapeçaria. Estes dias, eu vou tentar

descobrir, talvez eu consiga, acho que consigo, vou te mandar um documentário que final do governo passado, numa consulta que veio do Itamaraty que queria tentar ter acesso aos moldes dos tapetes Rheingantz que o Itamaraty estava fazendo cem anos dos tapetes Rheingantz que estão no Itamaraty, que eles compraram cem anos atrás no ano passado e aí tu vais visualizar o que os caras produziam. Ah aqueles tapetes persas! Não! Tapetes Rheingantz com desenhos belíssimos, era tudo produzido aqui, além de japonesas, depois forneceram pra guerra, pra segunda guerra, pro exército brasileiro, mas aí em 68 veio a falência da união fabril, já tinha sido vendida para um grupo de São Paulo, pros Abdala ou coisa parecida e depois ainda foi vendida aqui pro pessoal de Pelotas, mas não se aguentou. Mas eu compartilho com esta ideia, a história dos trabalhadores deveria ser contada. O que se tem lá, que eles pactuaram recentemente, talvez tenha visto. Fizeram uma parceria com a Universidade do Rio Grande onde está sendo consolidado o Museu da Rheingantz e lá dentro deste espaço tem todas as fichas dos trabalhadores, são nove mil fichas onde o cidadão, além de ver o tipo de produção, como era feito, as tecelagens (posso até te mandar se tu quiser algum material sobre a Rheingantz, das fotos internas, tudo, eu posso te mandar) e dessa questão do Museu onde eles vão contar da produção da tecelagem, a participação dos trabalhadores. Acho pouco provável que eles venham a contar que os movimentos operários foram importantes para o surgimento da legislação protetiva do direito dos trabalhadores, acho pouco provável, mesmo porque são grupos econômicos de fora, que querem defender o seu capital e a questão de organização dos trabalhadores acho que não é uma pauta que eles pensem muito, de forma muito proativa. Acho que eles querem a ideia de restaurar os prédios que é importante, porque aquilo faz parte do DNA de nossa cidade. As minhas tias, as tias do meu pai trabalharam lá, minha vó trabalhou lá, o meu avô tinha um armazém praticamente do lado, Armazém Mourisca. Ou seja, a economia, a riqueza de circulação de pessoas, aquilo contribuiu muito pra cidade em termos de diversificação econômica. Então, não era a indústria só do peixe, era a indústria da tecelagem, era a indústria do charuto, Charutos Pôquer, era a indústria da corda. Tu conhece Rio Grande?

52:33- 52:46- IGNACIO FORNOS ANGUES - Não claro, conheço bastante. O meu tio mora ali na Cidade Nova e a minha tia mora ali perto da Primeiro de Maio.

52:46- 52:59- ALEXANDRE LINDENMEYER - A título de curiosidade. Tu conhece o BIG, né? Tu conhece a história daquilo ali, daquela área do BIG?

52:59- 53:01 - IGNACIO FORNOS ANGUES - Não, não, daquela área eu não conheço especificamente, só conheço o BIG.

53:01- 53:56 - ALEXANDRE LINDENMEYER - Então, se tu conhece o BIG, nunca te chamou a atenção que tem uma chaminé? Então eu te diria assim, todo aquele quarteirão da frente do BIG até a rua lateral que é a rua 24 de Maio e até a Senador Correa que é a outra rua, até a linha férrea que é atrás, tudo aquilo era uma única fábrica. Então, a Rheingantz trabalhava com a lã e a outra, que era a Ítalo Brasileira trabalhava com o algodão. Então, a Ítalo Brasileira era Rheingantz-Pernigotte. Era um grande aglomerado na tecelagem pra época, era um grande polo de tecelagem. Se perdeu, é uma pena.

53:56- 54:13- IGNACIO FORNOS ANGUES - Sim, sim, Rio Grande tinha esse grande complexo de indústrias, pois na época, digamos, ali era a periferia da cidade, tanto que o nome do bairro é Cidade Nova, mas é um bairro já antigo.

54:13- 54:53 - ALEXANDRE LINDENMEYER - Só pra tu saber: a Rheingantz ela surge em 1873 e logo na sequência passa o Canalete da cidade, era a rua das trincheiras. Por que o quartel general do exército está ali? Porque ali era a rua das trincheiras no passado, onde os portugueses barravam os espanhóis. Tinha um tipo de um córrego e ali tinham várias trincheiras. Então, quando a Rheingantz surge do outro lado, vai o cemitério junto pro outro lado e aí começa a surgir a Cidade Nova.

54:53- 55:31- IGNACIO FORNOS ANGUES - sim, sim, hoje em dia o nome do bairro soa até estranho, porque é uma "cidade nova" e tem mais de cem anos o bairro. Muito obrigado, estas informações foram muito interessantes, Esta questão da fala sobre o Museu da Rheingantz achei muito legal, da questão do teu avô achei uma coisa bem interessante, porque me lembrou muito o que o Júlio Martins falou. Porque o Júlio Martins falou que o avô dele era muito ligado, mas que o pai dele já era desligado. Parece que a Ditadura serviu pra cortar essa geração, que foi a geração do teu pai, de não participar da política.

55:31- 54:34 - ALEXANDRE LINDENMEYER - Não te meter nisso!

54:34- 56:17- IGNACIO FORNOS ANGUES - Exato, não se meter. Exato, é bem interessante, é bem essa geração do teu pai, assim, que foi cortada a participação. Lembrando que Rio Grande foi uma das cidades mais afetadas pelo golpe militar de 64. Os Rechia foram presos, foram torturados, o prefeito foi preso, foi torturado. (Alexandre - o Aveline...).O Aveline. Todo mundo ali foi preso, tanto trabalhistas como comunistas. Aí eu quero te perguntar justamente à respeito disso, o último segmento.

56:17- 57:16- ALEXANDRE LINDENMEYER - Antes, se me permite. Antes do Farydo Salomão tinha o Ubatuba de Farias que havia sido prefeito. Tu sabe que uma das coisas que a gente fez agora no final do ano passado foi nomina uma rua com o nome do prefeito Ubatuba de Farias. Por que nunca deram o nome de nada pra esse prefeito da época? Porque veio o golpe e o nome dele ficou no esquecimento. Era um eleito. E o Farydo Salomão levou o nome do ginásio. Mas o Farydo Salomão, que a história conta que no pós golpe ele entrava nos mesmos cafés, nos locais onde ele ía antes, que todo mundo cumprimentava, ninguém conhecia ele.

57:16 - 1:08:42 - A simbologia da sua vitória em 2012

57:16- 58:01- IGNACIO FORNOS ANGUES - Sim, uma figura histórica da cidade. Aí eu justamente queria falar isso, porque Rio Grande tem vários eventos marcantes, primeiro por ter tido um dos grandes movimentos Queremistas do Rio Grande, para a volta do Getúlio, as greves de 49, de 52, a vitória do Farydo Salomão, que acontece em 62 através de uma união entre trabalhistas e alguma ajuda ali dos comunistas, do Partido Comunista, mais recentemente, talvez mesmo com algumas contradições a vitória do Paulo Vidal em 1988 na prefeitura de Rio Grande. Aí quero te perguntar o seguinte: Se tu vê que a tua vitória de 2012, se ela também vai carregar uma certa simbologia que estes eventos carregam na história dos trabalhadores e trabalhadoras rio-grandinos?

58:01- 1:05:48 - ALEXANDRE LINDENMEYER - Na prática a minha profissão enquanto advogado, eu desde 1986, quando eu criei, comecei a criar o escritório do qual faço parte, Escritório Lindenmeyer, o viés de atuação foi na defesa dos direitos dos

trabalhadores. Então, eu comecei inicialmente com trabalhadores individuais, depois comecei a fazer assessoria sindical e o escritório foi pegando corpo exatamente nessa questão da assessoria da causa dos trabalhadores, tanto setor público quanto privado. Quando se chega naquela eleição de 2012 eu já tinha passado por uma eleição para vereador em 2008, onde eu fiz na época 6.927 votos. Então eu acredito que, as nossas alianças e também com a identidade que os trabalhadores, a ampla maioria da população enxergava no advogado trabalhista acabou contribuindo para ser eleito vereador, depois deputado estadual, eu fiz 32.800 votos em Rio Grande, depois mais 6 mil e poucos fora, deu quase trinta e nove mil votos. Depois, eu venho deputado estadual concorrer numa frente, nós estávamos entre quatro partidos, era o PPL, o Pátria Livre, o PT, o PSB e eu consegui uma articulação totalmente fora da curva, atípica, eu consegui com Pastor Everaldo o PSC, Partido Social Cristão junto nessa frente. Isso aí representou, o Partido Social Cristão na frente, representou 2min25s de TV, que me permitiu sete minutos. E do outro lado, o Fábio Branco era candidato, tinha 15 partidos do lado dele, o PCdoB estava concorrendo junto com o PV e o PSOL estava com o Públio Ferrari. Então nós tínhamos 5 ou 6 candidatos e até então a leitura era pouco provável que a gente pudesse nos eleger aqui. Mas foi sendo feito todo um movimento, eu vinha pra Rio Grande nas quintas à noite e voltava para Porto Alegre nas segundas à tarde. Foi uma campanha muito legal porque diziam "tem que pagar gente pra fazer campanha" e eu dizia "não mesmo, nós não vamos pagar ninguém" "Ah, tem que pagar", porque infelizmente o meu Partido, ele se perdeu muito nisso, né? Em determinado momento começaram entrar na vala comum dos outros partidos de contratar gente pra fazer campanha e aí eu dizia "não, se eu tiver que caminhar com 5, com 6, com 10 vai ser isso". Aí foi pegando corpo e corpo e corpo o negócio foi indo, foi indo, foi indo, foi indo, foi indo e estourou na reta final e digo assim aquela eleição foi a vitória do povo. Não foi a vitória do Alexandre, foi a vitória do povo, o povo fez a mudança, tanto é que nós ganhamos com 60 mil votos a 49 mil na época. Sendo que, no dia da comemoração, isso eu comento, vou carregar pra minha memória isso, ali onde nós falamos na fábrica do BIG, que tinha no BIG, naquela rua que tinha da frente do BIG, eu cheguei pra fazer a fala depois da eleição, a fala pro povo, tinha um carro de som no final da General Neto, o nosso comitê era bem perto e eu venho pela Senador Correa, que é frente o BIG e olho aquela multidão de gente "Bom, tenho que falar pra esse povo" aí eu comecei a subir no caminhão pela escadinha, abanando pro povo aqui [faz o gesto], gente, gente, aquela coisa assim e eu estou pensando "agora eu vou pegar o microfone vou virar para cá e

vou falar pra esse povo todo" que era uma multidão de gente. Quando eu subi no caminhão e fui pegar o microfone, eu olhei para o outro lado do caminhão e ali tinha uns três quarteirões de gente de bandeira, de povo, era uma multidão de gente. Aquele evento ali, sem medo de errar, devia ter mais de 10 mil pessoas. E era o povo simples, da vila, da periferia, entende. Foi muita coisa legal. Nestes oito anos, eu acabei sendo reeleito, nosso projeto acabou sendo reeleito, eu digo que muitas coisas que a gente gostaria de ter feito a gente não conseguiu fazer, mas nós avançamos muito, nos direitos sociais, nas políticas públicas para as mulheres para os LGBTQIs, para a política para os negros, políticas para os animais, políticas das pessoas com deficiências, teve muita coisa legal. E na área da educação nós avançamos, muito, na área da saúde nós avançamos muito. Os índices de desenvolvimento humano de Rio Grande melhoraram. Então, teve muita coisa boa. O único problema é que nós, por exemplo, em 2016, com uma conjuntura extremamente adversa pro PT, uma situação muito caótica, nós conseguimos eleger aumentando os votos válidos. Agora nessa última eleição nós acabamos colocando a Darlene que não tinha sido candidata ainda. E a Darlene foi crescendo, crescendo, crescendo, crescendo, fez uma baita campanha, a mulher é extraordinária, muito qualificada, mas não teve o tempo necessário pra gente poder chegar lá. Agora, pra ter uma ideia eu fui eleito em 2016 com próximo de 60 mil votos, o Fábio Branco fez 43 mil votos na eleição local e a Darlene fez 35 praticamente. Então, é uma conjuntura. Qual é o cenário: imprensa deles, a imprensa está na mão, os cara lá com os últimos 8 meses de governo eu já não dava mais entrevista pra nada. Por que? Porque do Partido dos Trabalhadores ia o empresariado todo contra, é ideológico. Assim como eles toleram o Lula, fazem aqui, vamos lá, porque toleraram por algum período, a Dilma também, quando puderam chutaram.

1:05:48 - 1:06:47- IGNACIO FORNOS ANGUES - É interessante, porque essa conjuntura dessas vitórias, particularmente como estudioso desse momento e conheço também relativamente um pouco da política local por causa da minha família que mora, eu sempre traço esse paralelo nessa questão da vitória de 2012 com o próprio Farydo Salomão, que naquela época também reverteu um cenário, reverteu uma série assim de adversidades pra ganhar lá em 62, que foi também uma vitória muito inesperada naquela época, porque era uma trabalhista ainda por cima apoiado pelos comunistas que vencem na cidade de Rio Grande, que tinha também toda uma questão. Então, é muito

interessante saber estas questões da campanha, porque deve ser uma coisa assim um sentimento muito intenso uma campanha política.

1:06:47- 1:06:58 - ALEXANDRE LINDENMEYER - E eu vou te contar o seguinte: o PCdoB só não foi vice, porque o Júlio não acreditou.

1:06:58 - 1:07:02- IGNACIO FORNOS ANGUES - Não, porque eles tinham sido vice do Paulo Vidal.

1:07:02 - 1:07:38 - ALEXANDRE LINDENMEYER - Ele não acreditava que a gente pudesse ganhar. E aí eu estou dizendo de forma muito tranquila. O PCdoB era pra ser o nosso vice. Acabou que não quis, aí eu fui garimpando daqui, dali, consegui convencer o povo do PSB pra vir pra vice e o cara que foi vice pelo PSB nada haver com o PSB, nada de socialista. Lá por uma questão de... tanto é que depois caiu fora, foi pro outro lado.

1:07:38- 1:07:42- IGNACIO FORNOS ANGUES - Vocês trocaram de vice-prefeito depois, né, na outra eleição de 2016?

1:07:42 - 1:08:10 - ALEXANDRE LINDENMEYER - E já foi em outra conjuntura também, porque, pra ter uma ideia lá trás a ideia é que o Nando Ribeiro fosse o vice, que era vereador do PCdoB e o Júlio também não queria. Mas ai foi feito uma mudança e acabou que é isso aí, faz parte da história.

1:08:10 - 1:08:42- IGNACIO FORNOS ANGUES - Interessante. Vou encerrar a gravação, agradeço, muito bom. Depois vou fazer essa transcrição e depois quando terminar o trabalho, daqui um tempo, daqui um ano, eu obviamente te envio, posso até te fazer um convite pra banca, se quiser participar, pra poder assistir o trabalho. Agradeço muito, fiz várias anotações.



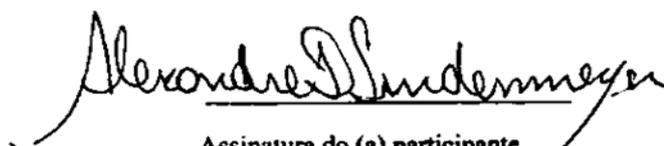
**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ
PARA FINS DE PESQUISA**

Eu, Alexandre Duarte Lindenmeyer, autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado "**Morreram? Quem disse, se vivos estão**" : a memória do Massacre da Linha do Parque ? Rio Grande/RS (TÍTULO PROVISÓRIO), sob responsabilidade de IGNACIO FORNSO ANGUES vinculado(a) ao/à PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas anteriormente. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade do(a) pesquisador(a) responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.



Assinatura do (a) participante



Nome e Assinatura do (a) pesquisador (a)

Rio Grande/RS - 11/03/2022

Local e data

APÊNDICE C – Entrevista Daniel Prado

Entrevistador: Ignacio Fornos Angues – Mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

Entrevistado: Daniel Porciúncula Prado – exercia o cargo de pró-Reitor de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande no momento da entrevista.

Meio: Meios digitais, usando o aplicativo Google Meet – 10/03/2022

REFERÊNCIA

PRADO, Daniel Porciúncula. Entrevista com Daniel Prado. [Entrevista concedida a] Ignacio Fornos Angues. Rio Grande, 10 mar. 2022. 1 áudio. 43min04s. Arquivo pessoal.

TRANSCRIÇÃO

IGNACIO - 00:00 - 00:38: Essa aqui é a entrevista de número três com o Daniel Porciúncula Prado, que é Pró-reitor da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande, a FURG. Esta entrevista está acontecendo às 2 [14] e 45 do dia 10 de março de 2022. Daniel, eu só queria primeiro te perguntar qual nome eu posso colocar no trabalho? É uma coisa que eu gosto sempre de perguntar.

DANIEL PRADO - 00:38 - 00:41: Como quiseres, Daniel Prado, Daniel, Dani. [risos] Eu me chamo de Dani.

IGNACIO - 00:41- 00:48: Eu vou usar Daniel Prado. Eu prefiro sempre perguntar. Qual teu cargo atual? Posso colocar?

DANIEL PRADO - 00:48 - 00:59: Claro. Eu sou professor, com muito orgulho e estou Pró-reitor de Extensão e Cultura, mas eu sou professor. Acho que há 27 anos já que eu sou professor, trabalhei em escola, trabalho na FURG.

IGNACIO - 00:59 - 01:28: Então, tu é Pró-reitor da PROEXC, isso aí. Quero perguntar um pouquinho sobre ti, quando nasceu, se tu é aqui da cidade de Rio Grande e também qual é tua relação com a cidade. Eu sempre pergunto isso para entender um pouquinho dos meus entrevistados e a relação com a cidade.

DANIEL PRADO - 01:28 - 02:29: Eu sou rio-grandino. Nasci em 73, portanto eu vou fazer 49 anos daqui a pouquinho. Sou de 73. Sou de Rio Grande. Muita coisa para falar, mas não é esse o objetivo. Mas enfim, sou um estudioso da região, da cidade. Tudo o que eu tento fazer do ponto de vista da produção científica e da produção cultural, (eu sou músico também), do ponto de vista da música, da pauta extensionista, na pauta com o movimento social, com os movimentos culturais, se relacionam com a região e sobretudo à cidade. Eu faço da cidade de Rio Grande um sujeito de pesquisa, de envolvimento muito forte da minha vida, é o que eu faço. Me envolvo com muitas pautas aí muito tempo. Dá para dizer que eu sou um velho militante, desde os 14 anos que eu sou um militante da pauta social, da pauta política, assim.

IGNACIO - 02:29 - 02:30: Sempre tendo relação com a cidade de Rio Grande, né?

DANIEL PRADO - 02:30 - 02:45: Sim, muita relação, é o meu lugar de fala, é onde eu moro. Eu sou historiador e tenho mestrado e doutorado em educação ambiental aqui pela Universidade também.

IGNACIO - 02:45 - 02:46: Os dois, tudo dentro FURG, então?

DANIEL PRADO - 02:46 - 03:13 É. A minha formação acadêmica é toda super endógena. E dentro da educação ambiental eu pesquiso, pesquisei e trabalho com a história ambiental, com a temática da historiografia, muito interessante, tem algum tempo já que também me envolvo bastante com isso. Bem forte na área da educação também. Sou assessor de movimento social desde sempre. É isso aí,

IGNACIO - 03:13 - 03:59: Eu quero já entrar um pouco mais diretamente no assunto da tua relação com o projeto da nova Rheingantz. Só em termos de contexto: eu já entrevistei o ex-prefeito Alexandre Lindenmeyer, que participou muito das negociações, não é? E pelas informações que eu tenho do Alexandre, são falas do Alexandre, que foi no sentido que teve muita disputa a questão do museu, para se conseguir a questão do museu ali. E falando para mim em uma posição de ex-prefeito, ele não acreditava que esse museu fosse ter uma cara, digamos que, segundo ele, que a cidade de Rio Grande

merece em termos da questão da luta operária e tal. Qual foi o envolvimento nesse projeto, qual foi tua relação?

DANIEL PRADO - 03:59 - 07:12: Eu nunca conversei com Alexandre sobre isso. A relação que a gente manteve com a nova Rheingantz é uma relação institucional. Quando a nova Rheingantz nos procura, procura nossa Reitoria e nós temos essa missão de então fazer essa relação institucional como a empresa. Foi...acho que faz um pouco mais de um ano que a gente fez essa assinatura desse... não chega a ser um convênio, mas uma minuta de um relação mais institucional com a empresa Nova Rheingantz, que como tu sabes ali começou todo o processo de restauro, ali naquele prédio. E a gente vê isso, a Universidade vê isso com extremamente bons olhos, porque Rio Grande é uma cidade não é Ignacio, é uma cidade histórica, tem quase 300 anos e seja do ponto de vista do seu patrimônio material quanto imaterial, muito destruído. É uma cidade histórica que precisa se reposicionar nessa importância estratégica. A gente tem que ter como desenvolvimento sustentável de médio e longo prazo a pauta que envolva a história, o patrimônio, o turismo sustentável, articulando as questões ambientais ecológicas com as questões históricas. Que é a cidade minimamente justa, e não é qualquer turismo que estou falando também, não é os mesmos turismos de sempre, não é isso, mas que valorize esses objetos, sujeitos patrimoniais, esses saberes populares nossos. Saberes, fazeres. Sejam eles de pedra e cal sejam eles das nossas práticas, dos nossos inventários culturais que a gente tem, inventários históricos, culturais que estão aí; que devem ser inventariados. Eu até fiz sobre São José do Norte com o IPHAN um tempo atrás. Temos que fazer em Rio Grande isso (depois posso te mostrar, não interessa nessa entrevista). Mas assim a gente tem que preservar isso. Então qualquer iniciativa que venha, seja do poder público, seja do poder privado, seja da sociedade civil organizada, e te falo isso como historiador, como militante da cultura, é extremamente bem-vindo. É triste a gente caminhar pela nossa cidade, linda cidade, e que era uma pequena...sei eu, uma pequena Portugal, uma pequena França, uma pequena Lisboa, uma pequena Paris, nesse sentido, pelo patrimônio histórico está abandonado e destruído, seja pelo poder público, seja pelas pessoas, pela cidadania. Falta a gente desenvolver com muita força esse tipo de pertença aqui, isso é muito importante. E a gente tem muito que caminhar. Caminhamos, mas temos muito que caminhar nisso ainda. Então claro, quando a gente vê uma empresa se interessando num espaço ali e que nesse interesse comercial que eles têm ali está vinculado a questão do

restauro, da preservação do patrimônio, parabéns!. É isso que a gente quer. Que bom se todos os capitalistas pensassem dessa forma, não fossem somente destrutivas, não é. Mas, enfim, isso tem a ver com leis, tem a ver com [inaudível], tem a ver com uma série de coisas que obriga as empresas também. Mas ali parece ser da estratégia deles, então isso é bacana, isso é importante.

IGNACIO - 07:12 - 07:13: É uma valorização da história.

DANIEL PRADO - 07:13 - 08:03: Claro! Isso é importante, é fundamental. Tu falavas da questão do museu, não é? Eu te falei, nunca tive relação com o ex-prefeito sobre essa questão. Esse desejo foi trazido para nós de tentar construir um memorial, um museu. Eles usavam muito a palavra museu, que eu acho tem que ser questionada já essa expressão... porque museu é uma coisa, centros de memória são outras, são outras coisas. Então, tem várias formas de preservação de memória. Os museus não são os únicos, são os mais entre aspas "rígidos". Existe uma política nacional sobre isso. Ao mesmo tempo, a gente pode também pensar outras formas de centros de preservação de memória e disputa de narrativa que não é apenas os museus, porque realmente é uma cidade conhecida por ter muitos museus. Ainda acho que é a cidade do interior que ainda tem mais museus.

IGNACIO - 08:03 - 08:06: Acredito que deve ser a cidade com mais museus por habitantes no Rio Grande do Sul. Acredito que seja isso.

DANIEL PRADO - 08:06 - 08:11 : Pode ser isso. Tem muito museu. Isto é muito bom.

IGNACIO - 08:11 - 08:13: Só FURG são cinco, não é?

DANIEL PRADO - 08:13 - 08:43: Nós temos ali um complexo de museus. Nós temos o Museu da Comunicação, temos o Museu Oceanográfico, temos o Ecomuseu da Ilha da Pólvora, o Museu Antártico...o Museu da Cidade, que não é da FURG, que é da Fundação da cidade de Rio Grande, lindíssimo, interessantíssimo. Bom, têm vários aí. O Ecomuseu da Picada que a gente trabalha lá, que é privado, aqui na entrada, ali no Povo Novo. Existem vários museus e centro de memória, que tem por aí.

IGNACIO - 08:43 - 08:46: E até arquivos, como a Biblioteca Rio-grandense também.

DANIEL PRADO - 08:43 - 09:49: É fantástico, impressionante assim. Então a gente tem isso muito forte em Rio Grande, muito forte, e eu acho que a gente não tem a dimensão da potência de isso ainda, sabe? Por exemplo, o complexo de museus da FURG é vinculado a nossa Pró-reitoria, é da nossa Pró-reitoria de Extensão e Cultura, é do nosso escopo aqui também. A cada fim de semana, por domingo, chega a ter 800 pessoas visitando o Museu Oceanográfico, por exemplo, isso não é pouca coisa. Isso é um dado, é um indicador muito potente, muito interessante. É muita gente de fora que vem. Então é uma cidade que é museu a céu aberto, mas que está invisibilizado por muitos atores, setores da própria cidade do Rio Grande, ainda é invisibilizado isso. Os próprios molhes da Barra, por exemplo, construção de cento e poucos anos, museu histórico a céu aberto. Aquela mega obra de engenharia. Não é?

IGNACIO - 09:49 - 09:51: Ou também os Canaletes.

DANIEL PRADO - 09:51 - 10:18: Os Canaletes, exatamente. A Caixa d'água da Hidráulica, o próprio pórtico de entrada da cidade. Então em Rio Grande tem uma coisa interessante, né? Acho que ela é uma cidade de múltiplas identidades. Eu venho escrevendo sobre isso. Eu venho dizendo isso, a gente vem trabalhando muito sobre isso. Voltando ao tema, que é o que te interessa. Eu te mando algumas coisas que eu publico nos jornais locais sobre isso, tem um acúmulo de coisas escritas sobre isso.

IGNACIO - 10:18 - 10:24: Eu queria pensar um pouco qual seria, digamos, qual as ideias que circularam em relação a esse memorial, esse museu da Rheingantz.

DANIEL PRADO - 10:24 - 11:47: Então o que acontece: nós temos aqui na FURG sobre o escopo da professora Carmem Schiavon (se for o caso, eu posso te passar o contato dela), que foi um acordo há uns 10 anos atrás, entre o Ministério Público Estadual, a nova Rheingantz, que eu não sei se tinha este nome na época ou era INOVAR, e a FURG de um conjunto de documentação sobre a Rheingantz, que estava apodrecendo a décadas, apodrecendo! Então a gente tem uma série de ações que nós desenvolvemos aqui, no curso de História que é tentar fazer salvaguarda, salvar algumas documentações. Eu já fiz algumas documentações de alguns espaços, né? E a Carmem

organizou 10 anos atrás a vinda de grande parte do acervo documental da Rheingantz, que estão conosco, no curso de História. Estão no Centro de Documentação Histórica. Então, é um conjunto tão gigantesco de documentos que a gente está há anos limpando na Reserva Técnica e depois vai repassando para o CDH e muito material já está à disposição da pesquisa do público da Rheingantz. Entretanto, tem um tipo de documentação que não veio, que não foi permitido a nós trazermos para cá, porque eu acho que ele já tinha essa intenção lá atrás já, no futuro, que são as fichas dos operários. Eu tenho a do meu pai aqui, inclusive, fotografada.

IGNACIO - 11:47 - 11:47: Eu tenho da Angelina.

DANIEL PRADO - 11:47 - 14:42: Eu tenho da Angelina também. Algumas circulam por aí, não é? Essa documentação, só ela, “só ela”, entre aspas, não é? Já é um acervo gigantesco para a exposição seja permanente, seja uma exposição pontual. Claro, você não vai expor documentos daquela magnitude para as pessoas tocarem, mas deve ser feito um processo, inclusive, de informatização, digitalização, para ter um museu virtual à disposição. Então, além dessa documentação das fichas dos trabalhadores que estão ali, existem maquinários, novels de lã, tecidos de época. Sobretudo maquinários interessantíssimos que tem 100 anos, entendeu Ignacio. E o conjunto desses objetos já é possível fazer toda uma trama interessante de narrativas sobre o mundo do trabalho em Rio Grande. Sobretudo esse corte do trabalho daquela época, que é a questão da fiação e tecelagem. Então existem muitas coisas interessantes. Agregado a tudo isso que a gente conversou antes de tu começar a gravação, da história da Sociedade União Operária e dos conflitos de 1950 a 1952, que foram conflitos que foram se estendendo naqueles anos ali. E que chegaram ao ápice desse conflito, desse choque entre a polícia e os trabalhadores. Não sei se tu sabes também, estava acabando um jogo de futebol, vai se juntar todo mundo, então vai ser aquele estouro da boiada, como se diz, o que culmina no assassinato, na morte da Angelina. Eu tive oportunidade de conversar com muitos militantes amigos meus velhinhos, muitos já faleceram agora, me lembro do seu Antoninho, PCB, me lembro do seu Alejandro que era muito jovem estava neste conflito. Perdi contato com seu Alejandro, nasceu no Uruguai. Enfim, a história desse conflito está no nosso imaginário, está no inconsciente coletivo do rio-grandino. Todo mundo sabe de alguma coisa, isso é muito interessante. Claro, não são memórias vivenciadas, são memórias herdadas. São pós-memórias. As memórias que eu tenho são

memória herdadas, que meu pai falou, que era daquela época, que sabe que o avô falou, que os vizinhos falam.

IGNACIO - 14:42 - 15:31: A minha tia-avó, já que estamos falando nesse assunto, eu perguntei para ela (ela não nasceu em Rio Grande, ela venho e, 1970 para cá, na década de 70) e daí eu perguntando para ela como algumas pessoas mais idosas se lembravam do ocorrido e o que as pessoas se lembravam muito era da vereadora Guaraciaba, porque ela era dona de um comércio e tal, que era ali próximo, e daí eles, quando se lembravam, "me lembro muito da Guaraciaba, porque ela organizava os bailes, aí eu me lembro no dia que teve aquela passeata, porque foi ela que estava lá". Conversando ali com a minha tia-avó, com as pessoas mais idosas elas lembravam disso. Pelo que eu entendi, elas se lembravam muito das referências do seu bairro, né? Pelo que eu entendi a Guaraciaba era uma referência da liderança ali do bairro.

DANIEL PRADO - 15:31 - 15:32: Da Cidade Nova ou da Hidráulica, tudo junto ali.

IGNACIO - 15:32 - 15:40: Ela mora mais fora um pouco da Cidade Nova, né? O que seria naquela época periferia da Cidade Nova.

DANIEL PRADO - 15:40 - 15:54: Podia ser minha vizinha, porque eu era do Bairro Hidráulico. Que foi o bairro onde começou a passeata.

IGNACIO - 15:54 - 15:55: Então, o que tu estava falando antes...

DANIEL PRADO - 15:55 - 17:16: Então falava desse acervo que existe, desse potencial acervo para um museu, para um centro de memória. E tecnicamente falando, nós não temos museólogos, de um curso de Museologia na Universidade. Nós temos um museólogo, que é um diretor do complexo de museus. Eu fui me amparar para construir essa proposta de um museu nos colegas da história, nos colegas das artes visuais que trabalham arquitetura histórica, fui me amparar nos colegas da arqueologia. A gente foi buscar uma parceria com uma museóloga de fora da Universidade, de outra Universidade, para poder assinar, inclusive por um museológico, porque existe todo um conjunto de regramentos corretos. Nesse corpo técnico que nós juntamos pensando no tamanho, que não é um tamanho muito grande no espaço que seria um museu e

pensando na perspectiva dos materiais que se tem para exposição, que nós organizaríamos isso, que seria nosso trabalho voluntário Universidade junto a essa proposta da empresa, ninguém está recebendo para isso. Um trabalho voluntário nosso.

IGNACIO - 17:16 - 17:24: É um trabalho através dos processos de extensão, de nenhum tipo de contrato financeiro.

DANIEL PRADO - 17:24 - 20:16: Não, nenhum contrato financeiro. Poderia existir, mas não, não existe nenhum aporte de recursos. São trabalhos nossos que articula os autores da Universidade, atores que tem conhecimento nessa pauta poderiam nos ajudar. Então, não é um trabalho pago. Por que a gente entra nessa com a empresa? No sentido de que é um trabalho que a gente entende que é importante para valorização da pauta da cidade, da memória. Por isso a gente está fazendo isso. Nós não somos uma empresa, uma prestadora de serviço, embora a Universidade posse prestar serviço também. Mas não é o caso disso. É a nossa força de trabalho intelectual, de capacidade de organização de um espaço, seja com os nossos arquitetos que dão sugestões, porque eles têm os arquitetos deles na empresa, eles contratam os deles. Inclusive os técnicos, de restauro de arquitetura de restaurações, eles têm os deles lá. Mas a gente entra com nosso Know-how intelectual e mesmo com a possibilidade de assinatura de um plano de construção de um plano museológico para a coisa poder sair do papel. Então não é um trabalho pago, é um trabalho nosso como poder público, como sociedade, como universidade pública, que entende que ali é importante a gente dar uma contribuição, porque isso vai beneficiar toda a cidade. Então o que ocorre? Então a gente entende que era seria interessante esse corte de classe. Essa expressão exatamente, um corte de classe da memória do operariado. E que certamente vai acabar se dando, me parece, pelo escopo dos artefatos. Bom, é isso que a gente conseguiu avançar, então a gente agora espera um pouco o retorno da empresa, do outro lado, né, pra ver qual o interesse deles nessa perspectiva que a gente tem. Porque a empresa tem outros acervos que não apenas os acervos da questão que envolve o museu da Rheingantz. Eles tem outros acervos que contam outras narrativas, que contam outras histórias da região. Me parece que eles também gostariam de colocar outros acervos lá dentro, mas aí você tem que conversar com eles, claro. Mas é essa a nossa perspectiva que nós avançamos até o momento. Uma contribuição do ponto de vista da organização do espaço que tem ali dentro, do tipo de intervenção de restauro que tem que ter, também pode contribuir nisso, o tipo de

material que pode ser utilizado ali, não é? Do restauro e da organização do espaço e do acervo que eles têm, que nós temos, que a gente pode juntar essas acervos e colocar lá. E ao mesmo tempo, do corte que pode ter esse museu. A gente chegou nas nossas conclusões que essa pode ser nossa contribuição. Temos que ver se a empresa vai querer isso, claro.

IGNACIO - 20:16 - 20:23: Até porque, acho que na cidade de Rio Grande quase todo mundo tem um avô, um pai, uma mãe, principalmente mulheres, que trabalharam na fábrica Rheingantz em algum momento.

DANIEL PRADO - 20:23 - 20:38: Sim, a empresa me parece que tem sim essa perspectiva também. Se tu entrar no Instagram dele tu vai ver todas as postagens que eles fizeram da nova Rheingantz tem a ver com a questão exatamente isso, muito bem feita assim, no Instagram deles. Tu chegaste a ver?

IGNACIO - 20:38 - 20:42: Ahan, memória da família, perguntam se alguém tem algum familiar que trabalhou, não é?

DANIEL PRADO - 20:42 - 20:46: Maravilhoso, assim então ali tu vê que eles também tem esse interesse, né?

IGNACIO - 20:46 - 20:52: Mas em relação essas propostas de corte de classe, tu sentiu que houve algumas tensões com a empresa?

DANIEL PRADO - 20:52 - 21:50: Não deu pra sentir. Eu não senti que houve tensão por causa desse corte de classe. Não, não me pareceu isso. Se fosse eu te diria com tranquilidade. O que eu percebo que eles têm outros acervos, acervos militares, da história militar da região, por exemplo, muito bonito, muito significativo, que tem valor de museu também. Tem grande valor museológico e de memória. Então a gente tem que ver como combinar essas diversas narrativas num único espaço. É isso. Eu entendo na minha perspectiva e na perspectiva dos nossos técnicos aqui, quando eu digo técnicos é ao conjunto dos nossos intelectuais que estão envolvidos nesse debate aqui, arqueólogos, historiadores. O que se tem de acervo que versa sobre o mundo do trabalho, dar esse corte de classe, é o suficiente para ocupar todo o espaço, entendeu?

IGNACIO - 21:50 - 21:50: Eles querem diversificar o museu?

DANIEL PRADO - 21:50 - 22:38: Eles querem diversificar o museu, o que é absolutamente legítimo, está certo? Enfim, a gente tem essa situação, não diria um impasse, mas enfim, a gente deu a nossa resposta, no sentido de que nós temos este material, "acho que pode ser um pouco por aqui, não é?" Eu acho difícil a gente conseguir fazer um plano museológico tão diverso assim que seja aprovado. Bom, qual seria a alternativa? Poderia se fazer essa questão mais diversificada? Num museu acho que não, porque num plano museológico não ia ter aprovação, ter consistência. Parece que é fugir um pouco do escopo da política nacional de museus. Agora para um centro de memória, com narrativas rotativas ali, eu acho que colaria diversas narrativas.

IGNACIO - 22:38 - 22:49: É interessante, percebi que para a empresa seriam coisas mais diversificadas para o espaço. E vocês deram como alternativa, na realidade, colocar um museu mais específico.

DANIEL PRADO - 22:49 - 23:06: É, exatamente, porque há uma necessidade de uma lacuna disso na região e porque há material suficiente para isso, para ocupar um espaço de tantos metros quadrados que se tem ali.

IGNACIO - 23:06 - 23:47: Sim, nas conversas, nas discussões que eu tive principalmente no campo da etnografia, de compreender o espaço, quando eu fui pesquisar, o que eu notei muito é que existia lá a questão dos trabalhadores. Eles pintaram lá a ficha do trabalhador e tal, mas eles colocam no outro lado o texto que fica por outro lado como "a história da Rheingantz". E conversando, aparece lá muito mais uma história que é, podemos botar assim, familiar, da família Rheingantz. E tem uma noção que parece que muitos pesquisadores sobre Rheingantz, sempre falam muito de que existe uma tensão da história da Rheingantz, porque ao mesmo tempo ela significa o bom patrão, mas da outra...

DANIEL PRADO - 23:47 - 24:07: Do bom patrão, mas isso com certeza. Isso vai se repetir depois, modernamente, com a questão da Ipiranga, também. Do bom patrão, da

boa família, do benfeitor para a comunidade. E as relações de capital e trabalho, tensas, normais da tensão do capitalismo. E isso está muito presente na Rheingantz, claro.

IGNACIO - 24:07 - 24:30: Que é uma família que se promovia muito, não é? Se promoveu muito. E além de se promover muito, também fez parte da repressão desses trabalhadores, né? E sempre essa atenção na promoção. E foi interessante quando eu estava olhando assim, olhando o espaço, pensei "olha isso aqui me lembra muito essa narrativa de uma Rio Grande do passado dourado, dessa Rheingantz funcionando".

DANIEL PRADO - 24:30 - 24:36: Bom olhar que tu teve. Eu não lembro ali... eu lembro que fiquei encantado pela ficha pintada pelo Guigerundo, que é um artista espetacular.

IGNACIO - 24:36 - 24:41:Eu achei muito bonito, que é uma reprodução fiel.

DANIEL PRADO - 24:41 - 24:48: O texto em si eu não lembro. Eu vou dar uma olhada.

IGNACIO - 24:48 - 26:06: Digo mais o mural que ele narra a história da empresa, por exemplo, ele menciona de que a empresa tinha trabalho infantil, mas não faz nenhuma crítica, só aparece lá informação jogada assim, tinha lá trabalho infantil. Uma coisa assim que chamou minha atenção.

DANIEL PRADO - 26:06 - 27:05: Sim, a famosa greve no final do século XIX, das tecelãs, que foi uma greve (está nos nossos jornais, não sei se tu passou por este material) que era por abusos, por assédio. Então você tem uma série de situações de conflito em que os nossos historiadores falam sobre essa tensão. Muito interessante, baita pauta. Pode atrapalhar também. A questão objetiva que tu perguntava, era questão se eu sentia alguma tensão por parte da empresa pelo corte de classe? Não, não, não senti por causa disso, mais pelo escopo do objetivo da narrativa principal, isso sim poderia te dizer. Mas não por ser... talvez se esse tema avançasse ou avançar com a empresa, pudesse surgir lá adiante essa tensão pelo corte de classe, mas sinceramente não senti. Senti por outras questões, por esse acervo pessoal. Porque o pessoal aqui (eu não vou falar o nome das pessoas da Rheingantz que eu me relaciono porque não me

parece que tenha sentido, não é relevante), mas o Ricardo ele tem uma a visão, que é a pessoa que representa os empreendedores, e tem esse olhar ambiental e histórico muito afinado. Muito bom de tratar esta pauta com ele. Ele tem um olhar de preservação histórica, que não é de um historiador, mas é de um amante do tema. Entende que isso é importante. Poxa, é bom que a gente consegue se relacionar com empresas que tem esse corte também. Isso é fundamental.

IGNACIO - 27:05 - 27:07: Claro. É que normalmente a relação que a gente tem é sempre de dinamite, sempre de destruir. Exemplo: construir um condomínio, aquilo lá tem um espaço perfeito.

DANIEL PRADO - 27:07 - 27:18: Explode tudo, claro, exatamente. Claro que é um negócio de marketing importante para eles também.

IGNACIO - 27:18 - 27:52: Eu sei, porque a Rheingantz tem uma relação muito forte com a cidade. É uma relação muito forte com a empresa. De Porto Alegre as relações que as pessoas tinham com as empresas como a Polar, as empresas do 4º Distrito são muito menores, talvez muito mais localizadas em certos bairros do que a Rheingantz aqui de Rio Grande. Eu sinto que a Rheingantz, assim como falei, todo mundo tem um tio, tem um avô, tem uma avó que trabalhou lá e sempre tem uma história, às vezes trabalhou lá e era grevista, era xingado, um que sempre foi muito bem tratado pelos patrões, aí fala muito bem. Sempre tem essas situações bem interessantes.

DANIEL PRADO - 27:52 - 27:53: São várias narrativas que vão se constituindo.

IGNACIO - 27:53 - 28:28: Tá Daniel, eu gostei muito dessa parte, mas eu queria passar pelo que sempre pergunto para todos os entrevistados que é mais relacionado ao Massacre da Linha do Parque, justamente as questões das pós-memórias, porque eu gosto sempre ter uma noção de dentro da cidade, o que as pessoas falam. Então uso este segundo momento para falar dessa ideia. Assim, indo para esta segunda parte: tu tem conhecimento do Massacre da Linha do Parque obviamente por ser historiador, mas tu consegue se lembrar o momento que foi contada esta história pra ti?

DANIEL PRADO -28:28 - 30:54: Acho que sim, eu acho que sim. Acho que foi na minha adolescência. Talvez essa história pudesse sido contada lá em casa na minha infância, mas eu não tenho uma boa memória da minha infância, não tenho muitas lembranças da minha infância. Tenho algumas lembranças muito boas da minha infância, mas eu não tenho muitas, isso que eu quero te dizer. Mas aí com certeza na minha adolescência. Por que na minha adolescência? Porque na minha adolescência entrei na Pastoral da Juventude, na PJ. E ao mesmo tempo, tudo ao mesmo tempo, entrei no movimento estudantil, já entrei formalmente nas forças de esquerda de Rio Grande, me filiei no partido que estava ali e aí, claro, os ambientes que tu vai te constituindo como ativista, essa narrativa já vem. E aí, quando eu começo a me dar por conta ter...isso a gente chama de consciência histórica na historiografia. Quando eu começo a ter consciência histórica desta questão de me sentir um ser humano, um homem (na época um menino) de esquerda. [conversas paralelas]. Então é muitas lideranças ali, muitas saíam dali. Então quando eu tenho essa consciência histórica do meu lugar de fala, da minha opção de classe, vinculado à narrativa da igreja católica, do povo negro, do povo indígena, do povo pobre. Dessas narrativas que eu já tinha em casa isso por causa do pai, da mãe, que eles eram dessas coisas também. E é nesse momento que eu que eu tenho certeza, que eu te afirmo que eu tive contato com a história da Linha do Parque. Mas eu acho que talvez a gente possa ter tido antes em casa, com pai falando alguma coisa, na Quadra ali e tal, mas que eu tenha plena consciência disso é na minha adolescência, quando eu entro nesses movimentos que eu te falei, tu entendeu?

IGNACIO - 30:54 - 30: 56 E isso foi uma história que tu era adolescente, mais ou menos no final da década de 80?

DANIEL PRADO - 30:56 - 30:57: Exatamente isso, perfeito.

IGNACIO - 30:57 - 31:07:Todo mundo que eu entrevisto também menciona muito a década de 80 e sempre fala que foi um período de muita efervescência na política em Rio Grande.

DANIEL PRADO -31:07 - 31:15: Sim. Fim da ditadura militar. Sim, em todo lugar. Aqui era área de segurança nacional, nem todo o país era, talvez poderia justificar.

IGNACIO - 31:09 -31:28: O que foi muito mencionado pelo Júlio, até pelo Alexandre é de que é um momento que tanto movimento sindical quanto o movimento estudantil explode em Rio Grande, que era muito parado.

DANIEL PRADO - 31:28 - 31:36: Que é a geração dos meninos, do Júlio, do Alexandre, porque o Júlio, o Alexandre já deve estar com 60, ou quase 60 anos.

IGNACIO: 31:36 - 31: 38: O Júlio se elegeu no DCE em 81, por exemplo.

DANIEL PRADO - 31:38 - 32:11: É isso aí, eu vou fazer 50 anos no ano que vem agora. Eles são de uma geração de uns 10 anos a mais do que eu, o Alexandre, o Júlio. Então, se eles não tem 60 anos, eles estão chegando a marca de 60, eu estou chegando a marca dos 50. Então, eles viveram experiências naturalmente quando eu ainda era criança, quando eles eram adolescentes. Qual é o grande momento político da minha geração? É o Fora Collor em 92, e a campanha presidencial de 89, sem dúvida nenhuma.

IGNACIO - 32:11 - 32:12: E a campanha daqui da prefeitura de 88?

DANIEL PRADO - 32:12 - 32: 33: Sim, nossa eleição, eu estava nessa campanha aí. Eu era um meninão, um garoto, não era criança, eu era adolescente, um pré-adolescente 14, 15 anos, eu estava nessa campanha, eu fiz a campanha do Vidal.

IGNACIO - 32:33 - 32:36: O Alexandre e o Júlio eles lembram muito dessa campanha. Eles se lembram de uma vitória inacreditável.

DANIEL PRADO - 32:36 - 33:50: Eu me lembro muito. Eu me lembro muito dessa campanha. Inacreditável. Cara, se eu te conto toda essa história a partir do meu olhar de adolescente. E claro, sempre vinculado aquilo ali, eu acompanhei depois. O PT ficou seis meses na prefeitura .Depois expulsão do prefeito, eu estava naquela reunião da expulsão do prefeito. O partido, essas coisas, elas estão na minha cabeça, são muito vivas na memória e eu sou amigo de todo mundo que estava naquela época. Até hoje a gente é amigo, se encontra , são parceiros meus, companheiros de vila. Então, me

lembro. Só que, claro, esses caras, eles estavam na articulação ali no meio do processo. O Alexandre não era filiado ao PT, ele se filia em 90, sim, lembro. Eu me filiei um ano antes dele, mas ele era desse grupão. Ele era advogado trabalhista, recém começando, acho que começou 85, 86, 87. E ele era um cara do centro, sempre foi, um cara da classe média, do centro. Mas ele tinha, sempre teve, uma aproximação conosco das periferias. O Júlio é um cara que vem de outra cultura também, que é diferente do Alexandre, que é diferente da minha. O Júlio vem da cultura operária dos ferroviários. Talvez tivesse transições familiares também, ali com o Júlio, não sei te dizer agora.

IGNACIO - 33:50 - 33:51: Tem, o avô e a avó dele eram do PCB e participaram da marcha.

DANIEL PRADO - 33:51 - 35:11: Perfeito, perfeito, perfeito. O meu avô por parte de pai, já falecido a quase 30 anos (conheci meu avô, convivi com ele), vô Atanagildo, ele era do PCB. Só que eu não tive a oportunidade de ter essas memórias, essas conversas com ele. Ele já faleceu muito idoso e eu tive pouca convivência com ele. Mas eu tive outras relações com ele. Quando eu viro militante, ele já estava falecendo, entendeu? Então o pouco que eu sei do meu avô é por causa das memórias do meu pai, que já é falecido também. Então todo mundo têm uma relação... O que era interessante que eu descobri, nesse tecido social, nesse tecido de memórias de Rio Grande, talvez isso possa ser importante pra ti ou não, tu que vai avaliar. Na época do meu avô, do Partidão, esses caras, não é que o cara era do Partidão porque ele fosse marxista leninista, a maioria nem sabia o que que era isso, era a identidade operária. Então, todo mundo que de alguma forma estava no sindicato, que estava ligada à União Operária, era comunista. Era coerente ser comunista, mesmo que eu não soubesse exatamente o que era isso, teoricamente.

IGNACIO - 35:11 - 35: 13: O Ataíde fala disso. Ele disse que nunca leu. "Nunca li marxismo nem nada, mas eu me colocaram como comunista".

DANIEL PRADO - 35:13 - 37:30: É a coisa da identidade. E aí eu tenho que concordar com aquele desgraçado do Olavo de Carvalho, esse desgraçado. É porque eu fui ler, eu fui entender a narrativa desses demônios e fui ouvir os vídeos desse desgraçado. Talvez tenha visto alguns também, lido algumas coisas desse imbecil. Desculpa, está gravando,

trabalho acadêmico, não poderia falar assim. Um zero, não estou nem aí também, quero mais que esses caras me entendam como inimigo deles. Esses caras defendem a morte e a gente defende a vida. Há uma diferença abissal entre o campo democrático, que pode estar à direita inclusive no campo democrático e esses extremistas, eles são inimigos mesmo, são inimigos de classe mesmo, aliás de vida, nem só de classe, é tudo assim. Mas, enfim, esse Olavo de Carvalho, dizia uma coisa muito interessante nos escritos dele, nas falas dele: que o cara não precisa ter lido o Marx ou Engels ou não sei o quê, mas é a identidade, são as referências de identidade. Eu não sou comunista, mas numa cabeça de um extremista eu seria. Porque se a cultura do entorno... esses caras confundem tudo na verdade. Ele está errado quando diz que todo mundo que está na luta, na cultura da esquerda é comunista. Primeiro isso é um erro, porque não é, óbvio que não é, mas tem uma coisa que ele acerta, que é essa coisa da identidade, das referências de igualdade que juntam as pessoas que estão num determinado campo. Eu não sou marxista, não sou um leninista, não sou um trotskista, nunca fui, nunca serei, eu sou cristão. Eu sou católico. Dentro de todas as minhas contradições teóricas eu sou um cristão, um cristão de esquerda. E que circulo e que bebo e que leio o materialismo histórico como uma ferramenta para me ajudar a entender o mundo. Mas eu não sou um materialista histórico, mas na cabeça de um pirado desse, todo mundo é comunista. Mas o que ele estava certo em dizer é isso, né? Que existe um universo de uma cultura, um caldo de cultura que junta esse povo todo. Interessante isso, né?

IGNACIO: 37:30 - 37:56: Paramos para pensar, era um país que a maioria das pessoas eram analfabetas e mesmo assim estavam militando muitas vezes. É uma coisa muito, muito forte. Eu acho interessante também que como esse Massacre vai se popularizando. Mencionam muito partir da década de 80 e 90, começar a se mencionar, começar a se falar a respeito disso. Eu me lembro que tu tinha me falado um pouco desse movimento de 89, da questão do Parque do Trabalhador. Aí eu me interessei, não sei se tu poderia mencionar um pouquinho.

DANIEL PRADO - 37:56 - 38:06: Eu posso buscar alguns temas sobre isso de amigos meus que estavam lá comigo, mais velhos.

IGNACIO - 38:06 - 38:07: Queria ver teu relato.

DANIEL PRADO - 38:07 - 42:42: O meu relato é esse: eu me lembro quando a gente começou a comemorar, por exemplo, na igreja o Primeiro de Maio de novo, porque a minha paróquia, que fica naquela região ali, é a Paróquia São José Operário. Então, todas as minhas narrativas, da minha tenra memória. Ela é São José Operário, olha que interessante? Operário, que fica na mesma região onde teve o Parque do Trabalhador. A Paróquia São José Operário foi fundada (os meus pais ajudaram a fundar, tenho fotos disso) lá no final dos anos 70, eu pequenininho na perna da minha mãe, assim, com o bispo da cidade, a comunidade toda fincando uma estaca onde se começa a construir. Embora existem outras comunidades do entorno que pertenciam a outras paróquias, mas com esse nome Operário surge 78, 79 por aí. E a retomada da celebração do Primeiro de Maio com o corte capitaneado por nós, do movimento sindical, do movimento operário, de um movimento social, bem popular, mais amplo, começa ali no final dos anos 80. Aí eu lembro bem. Eu tocando violão, estava tocando violão lá nestes movimentos ali. Aprendendo, olhando aprendendo. Me lembro de um tremendo Primeiro de Maio, que fizemos ali no iniciozinho dos anos 90, bem no iniciozinho dos anos 90. Acho que talvez tenha sido em 1990 mesmo. Um ano depois da daquela derrota da campanha do Lula de 1989, que foi aqui no Ginásio Farid Salomão. Monte de músicos vieram, nós tocamos também. Faz 30 anos. Foi muito potente ali. E depois a volta desse Primeiro de Maio com atividades políticas e de confraternização de piquenique ao longo do início dos anos 90, aonde já era o Parque do Trabalhador. A legislatura que o Vladimir Guimarães e Clóvis, foram dois vereadores que a Frente Popular elegeu na eleição que elegeu prefeito Paulo Vidal, a eleição foi em 88, assumiram em 89. O mandato de dois vereadores que se elegeram, que foi o Clóvis Ramos pelo PT e o Vladimir Guimarães pelo PCdoB. Mas tinham vereadores que não eram da Frente Popular que tinham se eleito e eram progressistas, do PDT e mesmo do PMDB na época também. Dos vereadores existia ali mais um do PMDB que era super progressista, que até hoje está aí conosco, que é do setor público municipal, que é do movimento ambientalista e o pessoal do PDT também bastante avançado. Mas da Frente Popular, estes dois. Esta legislatura durou de 89 até o final de 1992 e foi nesse período (o ano não sei se precisar) dessa legislatura que foi inaugurado o Parque do Trabalhador, com esse nome. Eu estou te dizendo aqui das memórias que eu tenho, mas aqui a pouco eu posso estar me equivocando também. Daqui a pouco pode ter sido um projeto junto com um cara do PT, assinado pelos dois, protocolado pelos dois.

IGNACIO: mas a tua memória envolve o Vladimir.

DANIEL PRADO: Impressionante, envolve o Vladimir. Exatamente. Isso que era do PT da época, pra dizer assim que não estou fazendo memória seletiva mesmo, se fosse seletiva estava a favor do PT. Não, na minha memória do PCdoB. Por quê? Porque eu tinha muitos amigos do PC doB, eu estava junto com eles, me falaram amigos meus da vila, né? Carlinhos que era do PCdoB na época, o Jesus, o Fernando Castro, todos amigos meus, que estão em outras forças políticas hoje, alguns já faleceram, mas que estavam ali naquele momento.

IGNACIO - 42:42 - 43:00: Bem interessante. Pesquisando um pouco eu sei também o Aveline que era importante no PCdoB, depois o filho dele vira jornalista, um jornalista bem importante na Globo, eu acho. Então, eu vou parar senão fica muito longo. Muito bom. Obrigado.

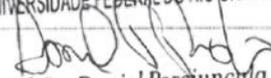
**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ
PARA FINS DE PESQUISA**

Eu, Daniel Porciuncula Prado, autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado "**Morreram? Quem disse, se vivos estão**" : a memória do Massacre da Linha do Parque ? Rio Grande/RS (TÍTULO PROVISÓRIO), sob responsabilidade de IGNACIO FORNSO ANGUES vinculado(a) ao/à PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas anteriormente. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade do(a) pesquisador(a) responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

 Prof. Dr. Daniel Porciuncula Prado
 Responsável pelo Projeto de Pesquisa Servidor
 Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Assinatura do (a) participante



Nome e Assinatura do (a) pesquisador (a)

Rio Grande/RS - 10/03/2022

Local e data

ANEXO A – Mapa do Massacre da Linha do Parque



ANEXO B - Poema de Manoel Rechia

Historia em versos da Tragédia
de 1º de Maio de 1950
Ocorrida na Cidade do R. Grande

Atenção caro Leitor,
Quero contar-vos uma historia
Nestes versos que se seguem,
Se não me falha a memoria.

Muitas serão as falhas
Nos meus versos mal rimados
Pois, sou um velho operario
Já com crebro caucado.

Mas com meu ser revoltado
Ferido o meu sentimento
Eu vou dizer o que sei
Do triste acontecimento.

Manoel Juvenal Rechia

Dia 1º de Maio
 De mil novecentos e cinquenta,
 Na cidade do Rio grande
 Houve Tragedia sangrenta.

As cinco e meia da tarde
 Ainda guardo na mente
 Deu-se a terrivel Tragedia
 Que abalou a toda gente

Sete bravos operarios
 Nela foram victimados
 Quatro gravemente feridos
 E tres foram assassinados

Porque?...

Na cidade do Rio grande
 Lá no Parque Beira-mar,
 O povo comemorava
 A data internacional

Mas como?..

Com defesa da paz
Pão, Terra e Liberdade
contra a exploração e a guerra
contra o bando de covardes

Assim o operariado
Festjava a grande data
E para dar mais brilhantismo
Processou uma passeata

Nelas ruas da cidade
Foi a massa proletaria
Saudar o centenário
Da velha União Operaria

Dentro do direito e da ordem
Conforme a Constituição
Jamais pensavam ser vítimas
De uma covarde agressão

Seis Kilometros percorridos
 Além do ponto de partida
 frente ao cemitério novo
 a passeata foi impedida

Por quem?...

Eualdo e Gousalino
 Greviamente em prontidão
 se impunham diante da massa
 com suas armas na mão

O portuario Antonio Rechia
 Aquelle bravo vereador
 assegurava o direito
 do povo trabalhador

Dizendo: Isto tudo é licito
 dentro da constituição,
 liberdade de consciência
 e livre manifestação.

Pois num dia como hoje
 Num data como esta
 Contra os erros e desmandos
 A classe operaria protesta

Diz Logo Eualdo Miranda
 Num tom que o peito estala:
 Vamos acabar com isso!
 Senão acaba a bala!

Neste momento recebe
 Uma murrada no queixo
 E grita o manifestante,
 Para frente é o caminho!

Foi quando Eualdo Miranda
 bovardemente alçou
 O vereador Antonio Lechia
 Que Logo ao solo prostou

Assim gravemente ferido,
 com sua fibra intemerata,
 gritava esse erói do povo
 Viva a classe operaria!

Qualdo ordena aos tiras
 Que atirassem sem piedade
 contra os braços defensores
 De pão Terra e Liberdade.

Aquelles braços operarios
 Tendo sua classe agredida
 Lutaram como erois
 Tombando muitos sem vida

A policia de bandidos
 Que só esperava o momento
 Serrou Logo o tiroio
 Saciando seus intentos

A peleja era ardua
 A luta de vida ou morte
 Os operarios enfrentavam
 Só dependia da sorte.

Este plano macabro
 De anti-mão premeditado
 Mas desta a policia
 Saiu coro furado.

A frente vinha Angelina
 Com a bandeira Nacional
 Foi cravada de balas
 Pelo bando policial

Leiu ao solo enroscada
 No pavilhão Brasileiro
 Este exemplo de mulher
 Do Brasil e do mundo inteiro

Entre os punitivos destacou-se
 O tenente Gausalino
 Que sorrindo ativava
 Deliciando-se no crime

Um dos manifestante
 Lutador destemido
 Atirou em Gausalino
 Quedando ao solo ferido

A confusão continuava
 A fúria e a correria
 Enquanto o sangue operario
 Pelo chão também corria

Quando o soldado Reis
 Com sua arma encicida
 Foi recebido uma bala
 Quedou ao solo sem vida

Quança outro soldado
 Com sua arma em ação
 Teu balaco sobre a testa
 Te fez perder a visão

Seu armas, Piuto enfrentava
 As balas da reação
 Agonizando caiu
 Ferido no coração

Suas ultimas palavras
 No instante derradeiro
 "Morro pela classe operaria
 Que luta no mundo inteiro"

"Miseraveis e covardes
 Escoria da humanidade
 Vou morrer,
 Mas morro pela liberdade"

Cassius morreu o lutador
 Defensor da liberdade,
 Abandonando esposa e nove filhos
 No negro pó da esfaundade.

O assalto da rua Reingantz
 De sangue ficou tiuto
 Sem tralhos mortos sem vida
 Angelina e Euclides Piuto.

Angelina e Euclides Piuto
 Foram como assassinos
 O delegado Eualdo Miranda
 E o tenente Gouzalino.

Eualdo e Gouzalino
 Que amam a Religião
 Fuzilaram os operarios
 Sem ter do meu compaixão.

Mais um bravo comp.
 No solo estava morto.
 Alim de Euclides e Angelina
 O portuario Honorio Lobo.

Este eroico comp.
 Lutou como um leão
 Apenas a sóco bigava
 Sem um canivete na mão

Antonio e Oswaldino
 Os mais gravemente feridos
 Oswald e Amabilho
 Logo foram removidos

Receber pronto socorro
 Nos hospitais da cidade
 Pois os medicos ja esperavam
 A hora com ansiedade.

Os comentarios desse fato
 Em todos os recantos se ouvia,
 Em todos os bons sentimentos
 A revolta se refletia.

Os vivos dos cães de lilas
 Se ouvia de céu a terra,
 E a linda neve do mar
 Quarneçada em pé de guerra.

Dia primeiro de maio
 Lempre será lembrado
 O morte daqueles martires
 Thu dia será vingado.

Os mortos para o Nicroterio
 Onde foram velados
 Sobre as mesas mortuarias
 E o recinto interdita do.

No outro dia seguinte,
Era grande o movimento
Do operariado em fresa
Para o acompanhamento.

As quatro horas da tarde
Foi que saiu os caixões
Nos braços foram levados
Pela grande multidão

Apesar das ameaças
Do grande fustigamento
Foi nada disso impediu
O grande acompanhamento.

Em cada esquina se via
Um caminhão de brigada
Com as metralhas apontando
Para a multidão que passava

O Natureza chorosa
 com tanta Sanguinaria
 Suas Lagrimas de rubrica
 Sobre a multidão caia

O sepultamento dos martires
 foi um quadro doloroso
 Chora mãe esposa e filhos
 Chora o povo pesaroso.

Dia primeiro de Maio
 Sempre será lembrado
 O morte daqueles martires
 Um dia será vingado

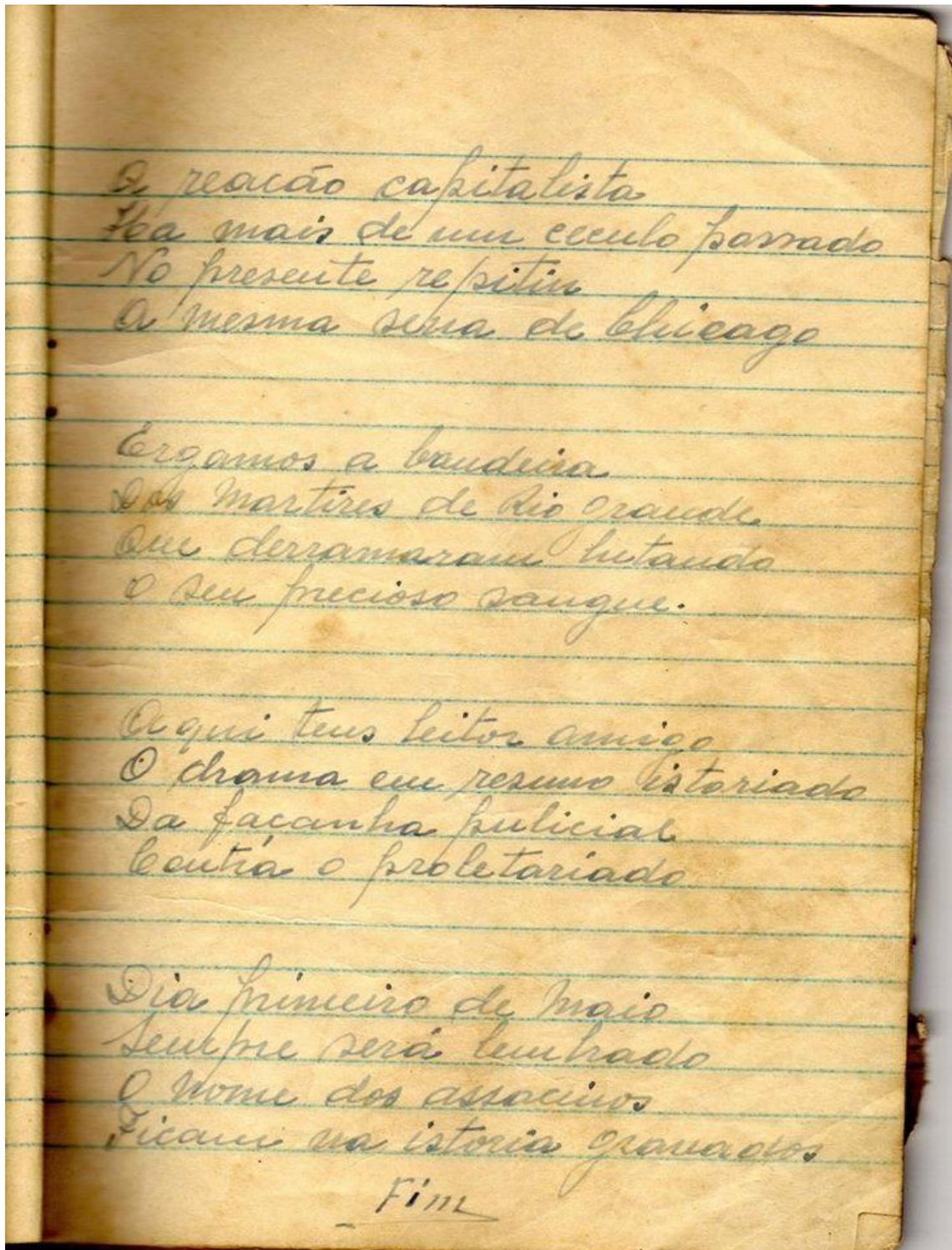
As dezessete e trinta horas
 Deu-se a coroa de Chacina
 Contra a classe operaria
 Pela pulcra assassina

Pulicia de bandidos
 bouarde e traicoira
 Compinha ordem severa
 De Dutra Jobim e Mameira

Vindictões de nossa patria
 bapachos do imperialismo
 Chacinadores do povo
 Por ordem do Triunvirato

É este o triunvirato
 Pelo crime responsável
 É a justiça sobre eles
 Será que ser implacável

cedo ou tarde chegará
 Esta hora desejada
 Que as contas sejam contadas e contão
 Ficarão bem ajustadas



TRANSCRIÇÃO

História em versos da tragédia de 1º de maio de 1950 ocorrida na cidade de Rio Grande

Atenção caro leitor

Quero contar-vos uma história

Nestes versos que se seguem

Se não me falha a memória

Muitas serão as falhas

Nos meus versos mal rimados

Pois sou um velho operário
Já com o cérebro cansado (sic)

Mas com o meu ser revoltado
Ferido meu sentimento
Eu vou dizer o que sei
Do triste acontecimento

Dia 1º de Maio
De mil novecentos e cinquenta
Na cidade do Rio Grande
Houve tragédia sangrenta

As (sic) cinco e meia da tarde
Ainda guardo na mente
Deu-se a terrível tragédia (sic)
Que abalou a toda gente

Sete bravos operários
Nela foram vitimados
Quatro gravemente feridos
E trez (sic) foram assassinados

Porque?... (sic)

Na cidade do Rio Grande
Lá no Parque Beira-Mar
O povo comemorava
A data internacional

Mas como?...

Em defesa da paz
Pão, terra e liberdade
Contra a exploração e a guerra
Contra o bando de covardes

Assim o operariado
Festejava a grande data
E para dar mais brilhantismo
Processou uma passeata

Pelas ruas da cidade
Foi a massa proletária
Saudar o cinquentenário
Da velha União Operária

Dentro do direito e da ordem
Conforme a Constituição
Jamais pensavam ser (sic) vítimas
De uma covarde agressão

Dois kilometros percorridos
Além do ponto de partida
Frente ao cemitério novo
A passeata foi impedida

Por quem?...

Ewaldo e Gonsalino
Previamente em prontidão
Se impunham diante da massa
Com suas armas na mão

O portuário Antonio Rechia
Aquele bravo vereador
Assegurava o direito
Do povo trabalhador

Dizendo: Isto é tudo é lícito
Dentro da Constituição
Liberdade de consciencia (sic)
E livre manifestação

Pois num dia como hoje
Numa data como esta
Contra os erros e desmandos
A classe operaria (sic) protesta

Diz logo Ewaldo Miranda
Num tom que o peito estala
Vamos acabar com isso!
Senão acabo a bala!

Neste momento recebe
Uma murrada no fucinho (sic)
E grita o manifestante
Para frente é o caminho

Foi quando Ewaldo Miranda
Covardemente alvejou
O vereador Antonio Rechia
Que logo ao solo prostrou

Assim gravemente ferido
Com sua fibra intermeraria (sic)
Gritava esse erói (sic) do povo
Viva a classe operária!

Ewaldo ordenava aos tiras
Que atirassem sem piedade
Contra os bravos defensores
De pão, terra e liberdade

Aqueles bravos operários
Vendo sua classe agredida
Lutaram como erois (sic)
Tombando muitos sem vida

A pulicia (sic) de bandidos
Que só esperava o momento
Serrou logo o tiroteio
Saciando seus intentos

A peleja era árdua
A luta de vida ou morte
Os operários enfrentavam
Só dependia da sorte

Este plano macabro
De ante-mão (sic) premeditado
Mas desta a pulicia (sic)
Saiu coro [couro] furado

A frente vinha Angelina
Com a bandeira nacional
Foi cravejada de balas
Pelo bando pulicial (sic)

Caiu ao solo enrolada (sic)
No pavilhão brasileiro
Este exemplo de mulher
Do Brasil e do mundo inteiro

Entre os puliciaes (sic) destacava-se
O tenente Gonsalino
Que sorrindo atirava
Deliciando-se no crime

Um dos manifestante (sic)
Lutador destemido

Atirou em Gonsalino
Prostando (sic) ao solo ferido

A confusão continuava
O panico (sic) e a correria
Enquanto o sangue operário
Pelo chão também corria

Avançou o soldado Reis
Com sua arma homicida (sic)
Mas recebendo uma bala
Tombou ao solo sem vida

Avança outro soldado
Com sua arma em ação
Um balaço sobre a testa
Lhe fez perder a visão

Sem armas, Pinto enfrentava
As balas da reação
Agonizando caiu
Ferido no coração

Suas últimas palavras
No instante derradeiro
"Morro pela classe operária
Que luta no mundo inteiro"

"Miseráveis e covardes
Escória da humanidade
Companheiros: vou morrer,
Mas morro pela liberdade"

Assim morreu o lutador
Defensor da liberdade
Deixando esposa e nove filhos
No negro sol da orfandade

O asfalto da rua Reingantz (sic)
De sangue ficou tinto
Tombados mortos sem vida
Angelina e Euclides Pinto

Angelina e Euclides Pinto
Tiveram como assassinos
O delegado Ewaldo Miranda
E o tenente Gonsalino

Ewaldo e Gonsalino
Que amam a religião
Fuzilaram os operários
Sem ter dó nem compaixão

Mais um bravo comp. [companheiro]
No solo estava morto
Além de Euclides e Angelina
O portuário Honório Couto

Este eroico (sic) comp. [companheiro]
Lutou como um leão
Apenas a soco brigava
Sem um canivete na mão

Antonio e Oswaldino
Os mais gravemente feridos
Oswaldo e Amabilho
Logo foram removidos

Receber pronto socorro
Nos hospitais da cidade
Pois os médicos já esperavam
A hora com anciedade (sic)

Os comentários desse fato
Em todos os recintos se ouvia
Em todos os sentimentos
A revolta se refletia

Os uivos dos cães de fila
Se ouvia de céu a terra
E a linda Noiva do Mar
Guarnecida em pé de guerra

Dia primeiro de maio
Sempre será lembrado
A morte daqueles mártires
Um dia será vingado

Os mortos para o Necrotério
Aonde foram velados
Sobre as mesas mortuárias
E o recinto interdito

No outro dia seguinte

Era grande o movimento
Do operariado em peso
Para o acompanhamento

As quatro horas da tarde
Foi que saiu os caixões (sic)
Nos braços foram levados
Pela grande multidão

Apesar das ameaças
Do grande puliciamento (sic)
Pois nada disso impediu
O grande acompanhamento

Em cada esquina se via
Um caminhão da brigada
Com as metralhas apontando
Pra multidão que passava

A natureza chorosa
Com tanta selvageria
Suas lágrimas de neblina
Sobre a multidão caía

O sepultamento dos Mártires
Foi um quadro doloroso
Chora mãe esposa e filhos
Chora o povo pesaroso.

Dia primeiro de Maio
Sempre será lembrado
A morte daqueles Martires (sic)
Um dia será vingado

As dezessete e trinta horas
Deu-se a covarde chacina
Contra a classe operária
Pela pulícia (sic) assassina (sic)

Pulícia (sic) de bandidos
Covarde e traiçoeira
Cumprira ordem severa
De Dutra, Jobim e Moureira

Vendilhões de nossa pátria
Capachos do imperialismo

Chacinadores do povo
Por ordem do “Trumanismo”

É este o triunvirato
Pelo crime responsável
E a justiça sobre eles
Terá que ser implacável

Cedo ou tarde chegará
Esta hora desejada
Que as continhas, contas e contãos
Ficarão bem ajustadas

A reação capitalista
Há mais de um século passado
No presente repetiu
A mesma sena [cena] de Chicago

Ergamos a bandeira
Dos Mártires de Rio Grande
Que derramaram lutando
O seu precioso sangue.

Aqui tens leitor amigo
O chama em resumo istoriado (sic)
Da façanha pulicial (sic)
Contra o proletariado

Dia primeiro de Maio
Sempre será lembrado
O Nome dos assassinos (sic)
Ficaram na istoria (sic) gravados

Fim

**ANEXO D – Prefácio de Beatriz Loner para versão para publicação da dissertação
“Protesto operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950,
1952)” de Mário San Segundo**

PREFÁCIO

Beatriz Ana Loner¹

É com prazer que apresento este livro, resultado de um aprofundado trabalho de pesquisa sobre os trabalhadores e operários de Rio Grande, o qual busca analisar aspectos das suas manifestações no final dos anos 1940 e início da década seguinte. Foi exatamente nestes anos que o movimento operário de Rio Grande se projetou no Brasil como um dos mais radicalizados e atuantes do estado gaúcho, condição que manteve até 1964 e que, por sua vez, repetia, em doses maiores, a radicalidade e a precocidade de sua movimentação nas primeiras décadas da república.

Os trabalhadores gaúchos têm sido uma fonte de pesquisa muito importante, especialmente nos últimos anos, em que, ao lado de uma ampliação dos autores dedicados ao tema, com o ingresso nos programas de pós-graduação de uma leva de jovens pesquisadores acadêmicos, houve um interesse em estudar novos aspectos da vida operária ou em ultrapassar os marcos da República Velha, propondo-se temas, ao mesmo tempo, sofisticados e com um foco mais específico, visando analisar aspectos do cotidiano, ou testar novas hipóteses sobre os trabalhadores e suas atividades coletivas. Com isso, ampliou-se o conhecimento regional sobre estes, também abrangendo cidades menores em etapas cronologicamente mais tardias do século XX. Por outro lado, os estudos conseguem propor enfoques inovadores, auxiliando em muito a aprofundar os conhecimentos sobre o mundo do trabalho no estado e também no Brasil como um todo, no qual os estudos sobre o Rio Grande do Sul despontam como um dos polos mais promissores,² mercê do profundo enraizamento das temáticas que envolvem o mundo do trabalho na região. Não por mera coincidência,

¹ É Doutora em História e autora do livro *Construção de classe. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Foi professora da Universidade Federal de Pelotas e atualmente é professora visitante da Universidade Federal de Santa Maria.

² Isto foi primeiramente percebido por Cláudio Batalha, na comunicação “Um novo vento sopra do sul: algumas tendências recentes da história do trabalho gaúcho” no 1º evento *Jornadas de História do Trabalho*, contecido em Pelotas em novembro de 2002.

o Rio Grande do Sul é também o estado em que o GT Mundos do Trabalho mais se desenvolveu, com seu GT regional marcando sucessiva presença no interior da Associação Nacional de História e com encontros nacionais bianuais.

As pesquisas, que têm enveredado pelo período de 1930 em diante, terminam lidando com décadas mais complexas, pela quantidade e diversidade de atores e relações intra e extra classe que trazem. As circunstâncias de ter que lidar com o trabalhismo como corrente ideológica e política e com o próprio Estado como ator importante no meio operário, constituem um desafio importante para os estudos históricos, pois sua presença quebra os tradicionais limites entre o claro e o escuro, presentes entre os militantes de antes de 1930, sendo distintas as conjunturas, situações e agentes históricos que se apresentam ao estudo, em situações muito mais complexas que na República Velha, envolvendo algumas discussões ainda ativas nos meios historiográficos, e, com isso, o temor de lidar com períodos mais próximos e polêmicos da história brasileira, arrefecem o entusiasmo de vários aspirantes, deixando-se este tema para estudos em sociologia e política, cujos métodos e autores inspiradores são diversos e menos matizados que aqueles da história.

Nesse sentido, a dissertação, agora livro, de Mário Augusto San Segundo é uma bem-vinda exceção, pois ele foi um dos primeiros da nova safra a colocar sob análise os trabalhadores gaúchos dos anos 1950, o que é ainda mais relevante tratando-se da classe operária rio-grandina e sua mescla de setores, categorias e correntes ideológicas, atuando no espaço de uma pequena/grande cidade portuária, estas, como sabemos, conseguem concentrar setores mais radicais do movimento.

Contudo, Mário não buscou fazer uma história do movimento operário rio-grandino dessa época, nem se centrou em algumas associações ou categorias, como normalmente é feito. Buscou um objetivo bem mais difícil e complexo: analisar alguns momentos de mobilização dos trabalhadores urbanos rio-grandinos, buscando encontrar as características e formas principais da dominação de classe, da burguesia e do Estado sobre os trabalhadores, bem como os variados aspectos da resistência destes, intuindo, acertadamente, que, nos momentos de luta, os mecanismos internos de dominação de classe nas fábricas e estabelecimentos empresariais são, em parte,

desorganizados. Assim, torna-se necessário utilizar instrumentos e aparelhos repressivos e enfatizar, através de jornais e outras mídias, uma versão dos fatos mais propícia a reforçar os mecanismos de dominação ideológica sobre a classe e os trabalhadores em geral. A principal pergunta que ele responde versa sobre quais os mecanismos de controle sobre o operariado que são postos em marcha na cidade, bem como nos alerta do efeito danoso, a médio prazo, destes mesmos mecanismos, principalmente do anticomunismo, visto como instrumento ideológico empregado pelos trabalhistas contra os comunistas naquela época e cuja utilização, uma década mais tarde, foi feita contra o próprio trabalhismo, na conjuntura que levou ao golpe de 1964.

Neste sentido, este livro contém uma parte decisiva e pouco conhecida da história dos trabalhadores gaúchos. Muitos episódios acontecidos nestes anos viraram lenda, na cidade e fora dela, como o enfrentamento de 1950 e suas conseqüências, seguido dos também trágicos acontecimentos de 1952, os quais se amalgamaram na memória popular de forma tal, que são frequentemente confundidos num mesmo evento, em que a fúria policial matou vários trabalhadores no centro da cidade. Por si só, esta constatação demonstra como a memória destes eventos foi disputada pelos agentes históricos e reelaborada pela imprensa e a chamada opinião pública, que, se não conseguiram apagar completamente os fatos concernentes ao assassinato de trabalhadores pela polícia, conseguiram juntá-los num episódio só, como se fosse difícil demais conviver com o fato de que, por duas vezes em períodos próximos, a polícia alvejou trabalhadores em protestos inicialmente pacíficos, causando várias mortes.

Este livro cumpre o importante fator de restabelecer a cronologia dos fatos e a responsabilidade dos seus agentes, tanto do lado operário, quanto do lado do governo e dos patrões, pois os episódios combinaram governos trabalhistas e lideranças sindicais comunistas e trabalhistas, em manifestações populares e operárias.

Trabalhar com um tema destes pode ser perigoso para historiadores, pois sempre há a tentação de pesar muito a mão sobre um lado em disputa, facilitando para outros atores, pois, afinal, ninguém elege trabalhar com greves e manifestações operárias sem que tenha um mínimo de simpatia pelo assunto movimento operário – e Mário já deixa claro sua posição em relação a isso em sua introdução.

Mas isso não impede uma busca exaustiva de fontes de ambos os lados e que a confrontação de versões seja feita, nos vários capítulos, emergindo um quadro mais nuançado e próximo da realidade daquilo que ocorreu. Alguns dos eventos ocorridos contém elementos míticos, como a morte da tecelã Angelina Gonçalves. Sua retomada da bandeira da associação e, em decorrência, sua morte, foi tema de muitos artigos de jornal, crônicas e poemas, e foi alvo de sucessivas reconstruções, à esquerda e à direita, de forma tal que sua lembrança tornou-se enevoada, suspensa numa série de indagações sobre os detalhes do acontecimento e seus motivos. Neste particular, Mário expõe e coteja as diferentes visões, dos militantes, da polícia e da imprensa, auxiliando a que o leitor possa formar uma ideia do que ocorreu naquele dia. Sua posição, como não poderia deixar de ser, é clara, mas tomada com os devidos cuidados, pois aqui não temos uma história de heróis ou mártires, mas sim de pessoas normais, submetidas a contingências do viver operário numa cidade latino-americana de meados de 1950, marcada por embates políticos, econômicos e sindicais, e por pressões de diversas procedências, que formam, sem dúvida, o pano de fundo dessas lutas, mas nas quais há espaço para que os atores históricos desempenhem uma parte ativa e autônoma, no seu desenrolar. Inspirada em Thompson, esta passagem da análise de Mário, como outras, não deixa de revelar o quanto aquelas ações, tanto da polícia quanto dos operários, tiveram de conscientes e determinadas e o quanto deveram ao imprevisto e à (pouca) sorte de alguns, já marcados anteriormente pela repressão.

Na verdade, esse e outros episódios estão localizados dentro de uma política equivocada e radical do Partido Comunista Brasileiro, a política do *Manifesto de Agosto*, que preconizava que se estaria num novo patamar da luta revolucionária, no qual seria necessário intensificar as lutas e manifestações populares, ao lado do incremento do movimento sindical. Esta orientação polêmica, foi contudo atenuada em outras partes do país e, onde foi posta em prática, resultou na desorganização do movimento pela repressão e em conflitos duríssimos, com várias mortes, além de não ter levado em conta o envolvimento dos trabalhadores com a política trabalhista e a difusão da ideologia varguista entre a população.

Por outro lado, havia também, de parte da repressão, uma política expressa de confrontar e proibir todas aquelas atividades que

fossem vistas como orientadas pelo PCB, o que, basicamente, abrangia todas as ações e atividades dos movimentos operário e popular que não fossem levadas a efeito sob a liderança do PTB ou de partidos da base do governo Vargas. Embora caiba contextualizar estas ações e suas consequências, compete também saudar a coragem de trabalhadores que se atreviam a lutar pelos seus ideais num momento difícil como este.

Mário esclarecesse a existência de uma orientação no sentido de catalogar qualquer manifestação que fugisse do controle político da elite e dos políticos como comunista, ou radical, com o que se pretendia utilizar essa rotulação para justificar ações mais fortes contra o operariado, suas lideranças e as ações coletivas. Estas mobilizações do operariado rio-grandino situam-se exatamente no meio desta verdadeira armadilha de orientações radicalizadas de parte a parte, o que não retira seus aspectos espontâneos ou autonômicos, pois uma ação mobilizatória sempre tem que contar com aspectos de dinâmica coletiva interna, mais ou menos forte.³ Se os dados acima permitem intuir que houve a convergência de posições mais radicais, especialmente por parte da polícia, que resultaram nos conflitos e nos tiros, não se pode esquecer a própria dinâmica interna das manifestações populares na evolução dos movimentos. Pois, ao colocar em marcha centenas, ou milhares de indivíduos, ou seja, uma manifestação popular, antes que operária, os organizadores não detinham o controle total do evento, podendo ocorrer fenômenos de emulação coletiva no sentido de uma radicalização maior, ou no aparecimento de expressões individuais e não planejadas de protesto, modificando rotas previamente traçadas, impondo novas finalidades ao cortejo popular e expondo assim seus participantes a maiores riscos, o que se observou nos movimentos de 1950 e 1952, que, apesar de seu aspecto pacífico, tiveram alterados seus caminhos e finalidades ao longo dos acontecimentos.

Se fica claro que o uso do anticomunismo tinha, na maioria dos casos, a função de artifício, como um velho recurso para atemorizar os setores de classe média e alta e justificar as ações repressivas, o autor vai além e detalha como esta rotulação foi usada para desqualificar

3 THOMPSON, E. La economía "moral" de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Critica, 1984. p. 62-134.

peças e movimentos, velha artimanha, mas que ainda funciona na sociedade brasileira.

O interessante, neste contexto, é que Mário adverte que o recurso ideológico ao anticomunismo, tão apregoado pelos chefes da polícia e da repressão em Rio Grande, o que inclui os trabalhistas que administravam a cidade, também será utilizado depois, como elemento de denúncia dos mesmos trabalhistas no golpe de 1964. Nas suas palavras: “Os trabalhistas ajudaram a construir a lógica da Doutrina de Segurança Nacional, que tratava como comunismo soviético antinacional qualquer posição mais à esquerda, justificando com isso o combate político, ideológico e a repressão, se necessária, contra todos classificados como comunistas pelos órgãos de repressão. E como se viu, o conceito de comunismo da polícia rio-grandina era demasiadamente amplo, o que abriu o precedente da perseguição política pela polícia de todo trabalhador que ousasse protestar, mesmo que fosse apenas por condições básicas de vida, como ocorreu em 1952”.

Encerrando, quero dizer que conheço o potencial de trabalho de Mário Augusto San Segundo, há muito tempo, desde o início de sua graduação na UFPel, em que conviveu e fez parte da equipe do Núcleo de Documentação Histórica, tornando-se um de nós e dividindo conosco nossas preocupações com a história e o movimento dos trabalhadores e que sua trajetória, na vida acadêmica e profissional, demonstra que conseguiu se constituir num bom e completo profissional de história, do qual sem dúvida temos orgulho.

ANEXO E - Registro de funcionária da Rheingantz de Angelina Gonçalves



COMPANHIA UNIÃO FABRIL
REGISTRO DE EMPREGADOS

03-09

Ordem 3396
4305

N.º da Carteira Profissional

Serie

Nome *Angelina Gonçalves* Chapa No. *872*
 Filiação *Ortilia de Gonçalves e Hononina Gonçalves*
 Nacionalidade *Brasileira* Idade *30 anos* Data do nascimento *7.3.1918*
 Residência *Rod. rad. barde tinto, 726* Lugar do nascimento *So. grande*
 Categoria e ocupação habitual *Sociedade de la* Salario *8,80 p/dia, ou*
112,43,12,00 p/dia e mais pro taxa e Tarimas

Forma de pagamento *Quinzenal* Nomes dos beneficiarios
 Assignatura do empregado *Angela Gonçalves* Data *13.8.1943*
 Data da dispensa *12* de *maio* de *1958*

Accidentes do trabalho ou doenças profissionais

Ferias gosadas

Observações: *a partir de 10/1/40 ferias e abono ferias de 2% nos termos do Dec. Lei n.º 3116 de 15/11/40 e 4306 de 17/1/42*